



Turismo e Gestão
do Patrimônio Arqueológico

Silvio Lima Figueiredo
Edithe Pereira
Marcia Bezerra
Organizadores



Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico

Silvio Lima Figueiredo
Edithe Pereira
Marcia Bezerra
Organizadores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Vice-Reitor: Loiane Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

EDITORIA NAEA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins

CONSELHO CIENTÍFICO

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará Profa.

Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France Prof.

Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal

Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA Prof.

Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CIENTÍFICA

Armin Mathis



Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico

Silvio Lima Figueiredo
Edithe Pereira
Marcia Bezerra
Organizadores

Belém, 2024

Edição Online da obra lançada originalmente em 2012

Produção Editorial
Silvio Figueiredo e Edithe Pereira

Projeto Gráfico, diagramação e capa
Andréa Pinheiro

Revisão
Silvio Figueiredo e Edithe Pereira

Capa
Foto: **Gravuras rupestres do sítio Mussurá, Oriximiná, Pará, Brasil** (Foto de Edithe Pereira)
Desenho: **Gravura rupestre do sítio Ponta do Cipó, Prainha, Pará, Brasil**

apoio:



Turismo e gestão do patrimônio arqueológico / Organizado por Sílvio Lima Figueiredo; Edithe Pereira; Márcia Bezerra [recurso eletrônico]– Belém: NAEA, 2024.
1 recurso online (188 p.)

Modo de Acesso: <https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes>
ISBN 978-85-7143-241-3

1. Patrimônio Arqueológico – Brasil. 2. Patrimônio Natural. 3. Sítios Megalíticos. 3. Turismo – Sustentável.

I.Figueiredo, Sílvio Lima, org. II. Pereira, Edithe, org. III Bezerra, Márcia.

CDD: 981.15

Prefácio



A partir de 2006, o IPHAN empreendeu novo movimento para atualizar e aprofundar sua ação no campo da arqueologia. Entre diversas reuniões, encontros e seminários, que resultaram em reflexões e propostas, ocorreram avanços importantes, como o aumento do número de técnicos em arqueologia no quadro de servidores e a criação do Centro Nacional de Arqueologia. O crescimento de estudos e pesquisas ligados aos processos de licenciamentos ambientais também merece destaque. Dentre as lacunas que se procurou preencher, uma das mais evidentes estava na baixíssima oferta de visitação de sítios arqueológicos.

A sociedade não conhece os sítios, não tem noção de seu significado e, frequentemente, ignora inclusive a sua proximidade geográfica.

Diante de tamanho desconhecimento, todo o potencial pedagógico, inerente a apropriações verdadeiras de fatos culturais e que se traduzem em ganhos efetivos de conhecimentos e sensibilizações, acaba relegado.

Ignorando na prática a existência dos sítios, ou tomando conhecimento das ocorrências apenas por meio da imprensa ou pelo viés das interdições e fiscalizações, é evidente que o zelo será menor e acabará sendo sempre insuficientemente praticado.

Ao contrário, disponibilizado o vivenciamento dos sítios, que pressupõe proteção efetiva, condições de acessibilidade e fornecimento de informações, criam-se condições para outro patamar de apropriação do patrimônio: os significados serão utilizados na educação e mesmo na formação continuada dos cidadãos, o lazer e o turismo cultural poderão desenvolver-se e, aspecto fundamental, a proteção e segurança dos sítios arqueológicos será redobrada.

Não se ama o que não se conhece, dizia Aluísio Magalhães, e podemos acrescentar: cuida-se melhor o que tem uso e função social, o que gera renda e trabalho dignos, o que transmite significados, produz conhecimentos e estimula reflexões.

Foi para avançar na extraordinária questão da socialização de sítios na Amazônia que o IPHAN provocou uma ação integrada, partilhada pelas superintendências do norte do Brasil, coordenadas pela do Pará, envolvendo universidades e aglutinando especialistas.

Os resultados podem ser conhecidos através dessa publicação, que tem como objetivo divulgar reflexões, condicionantes, experiências e propostas. Só assim será possível impulsionar de forma coerente novas pesquisas, projetos e iniciativas capazes de qualificar em muito a relação e o conhecimento da sociedade brasileira sobre os universos de vida dos predecessores, que desde há muitos milhares de anos trilharam suas trajetórias de vida na imensidão amazônica.

Dalmo Vieira Filho
Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização – IPHAN



Apresentação



Nos últimos anos se pode constatar nas demandas direcionadas ao Iphan, na área de arqueologia, a ampliação do número de denúncias de danos ao patrimônio arqueológico, sobretudo relacionadas a sítios que se encontram em lugares isolados e de difícil acesso e que não dispõem de nenhuma proteção local efetiva, muitos dos quais ainda nem constam do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA.

Os danos relatados envolvem a extração e comércio de objetos arqueológicos; a pichação de pinturas rupestres e a falta de conservação destas que, expostas às intempéries sem qualquer proteção ou tratamento, acabam por desaparecer. Alguns destes problemas são ocasionados pela falta de controle do acesso e de gestão dos sítios e pela restrita difusão das informações produzidas sobre estes por pesquisadores, associadas à ausência de ações educativas e informativas sobre a importância desse patrimônio e suas possibilidades de uso público, mas também de geração de renda para as populações locais que habitam nas proximidades dos sítios. A falta de ações do poder público neste sentido tem levado a iniciativas de visitação turística promovidas por agências de turismo ou por pessoas do lugar, muitas das quais de forma equivocada e que acabam agravando os problemas já relatados.

Por outro lado, temos iniciativas isoladas que apresentam bons resultados como no exemplo da Serra da Capivara, onde a Fundação do Homem Americano vem fazendo um excelente trabalho, mas enfrenta muitas dificuldades para se manter mesmo contando nos últimos anos com expressivo apoio do governo federal. Há também outras iniciativas na área privada como veremos nos textos aqui apresentados.

Sensibilizados para esse quadro pesquisadores do Museu Emílio Goeldi e da Universidade Federal do Pará - UFPA vêm, há alguns anos, pesquisando e publicando artigos sobre o tema apontando a necessidade de ações de sensibilização das instituições; formação e capacitação de gestores e educadores de forma vinculada a investimentos que dotem esses sítios arqueológicos de estruturas adequadas para receber visitação, permitindo a socialização desse patrimônio e das informações produzidas sobre estes. Nesta perspectiva, em abril de 2009 a Universidade Federal do Pará e o Museu Paraense Emílio Goeldi promoveram o "Workshop Internacional Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico", o qual contou com a participação do Iphan.

Diante desse quadro o Iphan, por meio do Centro Nacional de Arqueologia - CNA instituiu a ação "Socialização de sítios arqueológicos", estimulando suas representações estaduais a desenvolverem projetos experimentais que procurem solucionar ou mitigar os danos e equívocos que vêm sendo cometidos, mas também apoiar as iniciativas já existentes redirecionando-as por meio de fomento e orientação técnica.

Seguindo essa direção, em 2009/2010 a Superintendência do Iphan no Pará contratou a Universidade do Pará por meio da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - Fadesp e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Naea que, por meio de parceria interinstitucional, envolveu também o Museu Goeldi, constituindo equipe multidisciplinar com profissionais das

áreas de turismo, arqueologia, antropologia, educação, museologia, engenharia e arquitetura. Os sítios selecionados para a elaboração de projeto de socialização por meio da implantação de estruturas de visitação e musealização foram, no Pará, os sítios de Monte Alegre, localizados dentro da área do Parque Estadual de Monte Alegre - PEMA. No Amapá, integraram o projeto os sítios megalíticos de Calçoene e da região do Maracá, em Mazagão.

Como introdução ao tema e preparação para a elaboração e desenvolvimento dos projetos nas diversas áreas, foi organizado um seminário e também algumas viagens para conhecimento de experiências de sítios abertos à visitação. No seminário foram apresentados os resultados das viagens, mas também experiências realizadas em outros estados (Rio Grande do Sul, Goiás e Piauí) e países (Portugal e Argentina).

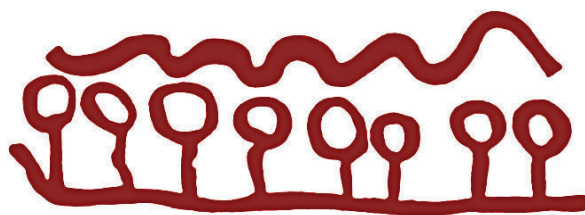
Como desdobramento, os projetos desenvolvidos no âmbito do contrato propõem, em linhas gerais, além de edificações para implantação de centros de interpretação, estruturas de acesso e proteção tais como passarelas, plataformas, cercas de proteção e sinalização para alguns sítios considerados pelos pesquisadores aptos a receber visitantes, desde que com carga limitada.

Portanto, este livro, organizado pelo turismólogo e professor/pesquisador Sílvio Lima Figueiredo do NAEA/UFGA, pela arqueóloga Edith Pereira, do Museu Goeldi e pela arqueóloga e professora/pesquisadora Márcia Bezerra, da Antropologia/UFGA, coloca ao alcance do público interessado, mas também dos técnicos do Iphan de outras unidades, a experiência vivenciada pelo Pará dentro da ação experimental de socialização de sítios arqueológicos, cuja meta atual é estabelecer parcerias, no caso do Pará, com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, gestora do Parque Estadual Monte Alegre, para a implementação do projeto. No Amapá, agora com sua própria superintendência, a parceria deve se consolidar com o Instituto de Pesquisas do Amapá - IEPA, que desenvolve trabalhos no sítio de Calçoene e também com a Secretaria de Cultura, no caso dos sítios de Maracá.

Concomitantemente ao projeto no Pará, e Amapá outras superintendências do Iphan vêm realizando ações nessa área, portanto é fundamental que essas experiências diversas sejam compartilhadas contribuindo, assim, para a profissionalização e aperfeiçoamento dos projetos e formas de gestão dos sítios arqueológicos que vêm sendo aplicadas experimentalmente, cumprindo o Iphan com seu papel de desenvolver e propor, juntamente com os órgãos que atuam em áreas afins, metodologias e procedimentos que resguardecem e valorizem o patrimônio cultural brasileiro em sua diversidade.

Maria Dorotéa de Lima
Superintendente do IPHAN no Pará

Sumário



Prefácio	
Dalmo Vieira	
Apresentação	
Maria Dorotéia Lima	
Introdução - Turismo e Arqueologia: Ideias, Pessoas e Patrimônios em Movimento	13
Silvio Lima Figueiredo - Edithe Pereira - Márcia Bezerra	
Turismo, Visitação e Uso Público do Patrimônio Natural e Cultural	19
Silvio Lima Figueiredo	
Turismo em Sítios Megalíticos Atlânticos: a Experiência Portuguesa, no Quadro da União Européia	37
Manuel Calado	
Itinerarios Rupestres, un Debate Sobre la Incorporación de Sitios con Arte Rupestre a la Gestión Turística en Argentina	53
Maria Mercedes Podestá	
Arqueología y Turismo en Cuba. ¿Simbiosis para el Desarrollo Sostenible?	77
Racso Fernández Ortega - Dany Morales Valdés - Dialvys Rodríguez Hernández - Victorio Cué Villate	
Proteção e Conservação de Sítios Arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara	91
Elisabete Buco	
Socialização dos Sítios Arqueológicos nas Missões Jesuítico- <i>guarani</i>	101
Ana Lúcia G. Meira	
Arqueologia e Turismo no Parque Estadual Monte Alegre, Pará, Brasil	113
Edithe Pereira	
Sítios Funerários em Grutas na Região do Rio Maracá, Amapá	127
Vera Guapindaia	
O Sítio Megalítico Rego Grande e seu Potencial para Socialização	141
João Darcy de Moura Saldanha - Mariana Petry Cabral	
Arqueologia, Turismo e Comunidades Locais: Reflexões de uma <i>Turista [Arqueóloga] Aprendiz</i>	149
Marcia Bezerra	
Os autores	165









Introdução

Turismo e Arqueologia: ideias, pessoas e patrimônios em movimento

Nos últimos anos, o Brasil viu crescer em seu território um tipo de turismo voltado para a valorização da natureza e da cultura. O patrimônio natural, histórico e arqueológico passou a ser contemplado nos projetos turísticos, resultando na diversificação das opções de lazer e, ao mesmo tempo, configurando-se como um (ainda) potencial mecanismo na valorização e preservação desse patrimônio.

O patrimônio arqueológico constitui um atrativo turístico em expansão no Brasil e no mundo, tendo implicado a criação da categoria “arqueoturismo” ou “turismo arqueológico”. A forma de apreciação desse patrimônio se dá tradicionalmente nos museus¹ que estão associados à categoria mais ampla do “turismo cultural”. Contudo, é na visitação *in loco* de sítios arqueológicos que o turismo arqueológico revela a sua especificidade².

Há uma significativa quantidade de sítios arqueológicos no país e muitos deles têm recebido a visitação de turistas, seja de maneira organizada ou não, com ou sem infraestrutura apropriada a esse tipo de visita. Nogueira³ identifica pelo menos 150 sítios arqueológicos no Brasil que recebem a visitação pública e constata três situações relacionadas ao arqueoturismo no país: 1) organizado de maneira sustentável; 2) não organizado, porém com a preocupação para um planejamento; 3) não planejado e prejudicial.

A região Norte, de acordo com Nogueira⁴, é a terceira região brasileira em número de sítios arqueoturísticos, ou seja, aqueles que recebem visitação pública, sendo a maioria deles pré-colonial e sem nenhum tipo de planejamento. Essa mesma autora informa ainda que “a inserção de sítios pré-históricos em roteiros turísticos é uma realidade recente no país e que vem se intensificando rapidamente muito mais por estímulos econômicos⁵ do que pelo interesse em viabilizar uma alternativa de lazer conjugada à proteção dos sítios e ao aprendizado dos visitantes”. Essa situação se configura como um quadro preocupante para a região Norte, mas que pode ser mudado.

Alguns estudos recentes debatem o uso do patrimônio arqueológico pelo turismo na Amazônia, não só como forma de preservação do mesmo, mas com análises cuidadosas e críticas sobre o processo de incorporação do patrimônio pela indústria turística e pela indústria cultural. Edithe Pereira e Silvio Figueiredo, em estudo pioneiro⁶, mostraram as relações desafiadoras entre a atividade turística e o patrimônio arqueológico na Amazônia, os impactos causados pelo turismo informal e não sustentável, e os problemas decorrentes da falta de planejamento de visitação. As questões levantadas pelos autores afetam não apenas o patrimônio arqueológico, mas as populações moradoras do entorno dos sítios amazônicos. Marcia Bezerra tem estudado as relações entre o patrimônio arqueológico, o turismo e as comunidades na Vila de Joanes, Ilha do Marajó⁷, visando ao mapeamento das conexões práticas e simbólicas na construção do passado da Vila e sua comodificação, tal como observado no artesanato local destinado aos turistas.

Ainda na Amazônia, o projeto “Turismo em Unidades de Conservação: Arqueologia e Turismo no Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA” apresentou viabilidade de planejamento

turístico de sítios arqueológicos da região da Serra das Andorinhas, Pará. Esse estudo, em fase de publicação, proporcionou a criação de metodologias específicas de planejamento e gestão de sítios arqueológicos para o turismo, utilizando matrizes do manejo de áreas naturais protegidas e de gestão do patrimônio, com abordagens direcionadas para a Capacidade de Carga, as relações entre Arqueoturismo e Turismo de Aventura e as dinâmicas e relações entre as possibilidades de desenvolvimento de programas de Arqueoturismo e as comunidades próximas aos sítios da região⁸.

Mais recentemente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da Superintendência no Estado do Pará (antiga 2ª SR), fomentou amplo estudo, visando à elaboração de um projeto de socialização de sítios arqueológicos nos estados do Pará e do Amapá. A iniciativa do IPHAN constitui um passo fundamental para a visitação pública de sítios arqueológicos na Amazônia. A ação se destina à criação de infraestrutura adequada nos sítios e seu entorno, e, mais especialmente, à combinação de ações que estimulem os visitantes a conhecer, valorizar e preservar os vestígios materiais deixados pelas antigas populações que habitaram a região.

Nessa perspectiva, elaborou-se o “Projeto básico e especificações técnicas para a elaboração de projetos de socialização de sítios arqueológicos na Amazônia: musealização, educação e turismo”, com ênfase em três sítios localizados nos municípios de Monte Alegre/PA, Calçoene e Maraca/AP. O estudo de viabilidade de musealização desses sítios foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, entre abril de 2009 e março de 2010. O projeto compreendeu reuniões de trabalho, visitas técnicas a sítios musealizados no Brasil e no exterior, viagens de levantamento às áreas dos projetos, reuniões com as comunidades locais, realização de workshop sobre turismo arqueológico com participação de colegas brasileiros e estrangeiros e, por fim, a organização da presente publicação.

O workshop foi fundamental neste processo e teve como objetivo conhecer experiências bem sucedidas de musealização de sítios arqueológicos no Brasil, e em outros países, e provocar debates que contribuíssem, de forma efetiva, para: 1) a identificação das melhores formas de composição de equipe multidisciplinar; 2) o surgimento de ideias para o projeto; 3) o mapeamento de problemas e soluções de propostas dessa natureza; e 4) a reflexão sobre desafios impostos após a implantação dos projetos. O Workshop Internacional Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico⁹ aconteceu no Auditório Paulo Cavalcante do Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG, na cidade de Belém, no período de 28 a 30 de abril de 2009. O evento, promovido pelo IPHAN, NAEA/UFPA e MPEG, foi organizado a partir de três eixos principais: 1) discussão teórico-metodológica sobre a socialização de sítios, a partir da implementação de ações de musealização, sinalização, gestão da visitação e capacidade de carga, variáveis arqueológicas, museológicas e museográficas, estudo do contexto e da paisagem integral; 2) apresentação de experiências de socialização de sítios arqueológicos em Portugal, Argentina e no Brasil: Rio Grande do Sul, Goiás e Piauí; e 3) apresentação dos sítios arqueológicos localizados nos Estados do Pará e Amapá, para os quais seriam elaborados os projetos executivos de musealização e socialização.

O presente livro reúne 14 pesquisadores, entre brasileiros e estrangeiros participantes¹⁰ do workshop, além da colaboração de colegas do Instituto Cubano de Antropologia/ICAN, cujas contribuições foram cruciais para o desenvolvimento do projeto e podem inspirar o debate sobre modelos de gestão turística de sítios arqueológicos em outras partes do país.

Silvio Lima de Figueiredo (NAEA/UFPA), coordenador geral do projeto, trata das dinâmicas entre o patrimônio cultural e o turismo, versando sobre os mecanismos e técnicas de planejamento da visita dos locais patrimoniais, baseadas na capacidade de carga, planejamento de paisagem, gestão da visita e interpretação do patrimônio.

Manoel Calado (Universidade de Lisboa) relata a experiência de Portugal na gestão de sítios megalíticos atlânticos, tais como os do Parque do Risco, a Herdade de S. Lourenço do Barrocal, cujas ações de maior destaque incluíram o processo de restauro do Menir do Barrocal, o modelo do Roteiro das Murteiras e as atividades lúdicas e educativas do Centro de Interpretação de Évora. Esses exemplos mostraram os benefícios que a atividade turística pode proporcionar, inclusive à dinamização de pesquisas arqueológicas nos sítios musealizados.

Mercedes Podestá (Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano da Argentina - INAPL), no texto intitulado "Itinerarios Rupestres: Un debate sobre la incorporación de sítios con arte rupestre a la gestión turística en Argentina", apresenta casos de gestão turística e planejamento de visita pública em sítios com arte rupestre na Argentina. A autora traça um breve panorama sobre o arqueoturismo, enfocando os incentivos da UNESCO, e cita exemplos mundiais. Podestá também examina o programa "Documentação e Preservação da Arte Rupestre Argentina – Doprara" e a utilização turística da "Cueva de las Manos", da Comarca Andina do Paralelo 42° e do vale do rio Manso inferior, de Ischigualasto e a rota "del arriero", além de analisar a relação do patrimônio com a comunidade da vila Los Colorados.

O texto *Arqueología y Turismo en Cuba. ¿Simbiosis para el Desarrollo Sostenible?*, de Racso Fernández Ortega, Dany Morales Valdés, Dialvys Rodríguez Hernández e Victorio Cué Villate (Instituto Cubano de Antropología - ICAN), narra a experiência cubana na preservação de sítios históricos e arqueológicos urbanos em Havana, as rotas, trilhas e museus sobre o tema, centros de interpretação e eventos científicos. Os autores demonstram preocupação com a sustentabilidade do arqueoturismo e o monitoramento de sua operação.

Em "Proteção e conservação de Sítios Arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil", Elizabete Buco (Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM), responsável pelos projetos estruturais das áreas de visita do Parque Nacional da Serra da Capivara, considera as variáveis importantes nas tomadas de decisão sobre as áreas que seriam expostas ao público no parque. Buco expõe sobre a idealização das estruturas de acesso do público visitante, levando em conta a potencialização da visita e a minimização dos impactos causados ao ambiente e ao patrimônio arqueológico pelas instalações.

Ana Lúcia Meira (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/RS) faz uma apreciação dos projetos de socialização dos sítios nas Missões Jesuítico-Guarani, no Rio Grande do Sul. O texto contempla os estágios de conservação dos sítios, o histórico das ações educativas e a socialização em si, o processo de tombamento e as leis de proteção ao patrimônio. A gestora ressalta a importância da criação do PIV – Programa Integrado de Valorização - e da integração da comunidade *Mbyá-Guarani*, que passou a integrar esse programa e a participar, ativamente, das decisões sobre a preservação do patrimônio.

Edithe Pereira (Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG) aborda, em seu texto "Arqueologia e turismo no Parque Estadual Monte Alegre, Pará, Brasil", as características dos sítios e das

pinturas rupestres existentes no Parque Estadual Monte Alegre, no Pará, os problemas relativos a sua conservação e as ameaças que o turismo não ordenado tem causado a esse patrimônio. Pereira enfatiza a necessidade de desenvolvimento de pesquisas arqueológicas e a implementação urgente de projetos já existentes visando à construção de estruturas de visitação adequadas e uma política de gestão e conservação para o patrimônio arqueológico da área.

A pesquisadora Vera Guapindaia (Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG) se debruça sobre as singulares práticas funerárias em Maracá, demonstrando que essas são marcadas pelo uso de grutas como cemitérios - geralmente locais altos e reclusos na paisagem -, revelando desvelo na preservação da memória dos mortos e da 'expressão empírica'¹¹ dos rituais de morte. Conhecida pelas urnas funerárias antropomorfas encontradas nessas grutas, a Vila de Maracá tem potencial arqueológico relevante para a visitação, mas requer projetos de conservação e, principalmente, a elaboração de medidas de preservação do patrimônio arqueológico.

A socialização do Sítio Megalítico Rego Grande, no Amapá, é objeto do capítulo que traz uma contribuição importante ao debate sobre a relação entre arqueologia e turismo. Os pesquisadores Mariana Cabral e João Saldanha (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá/IEPA) discutem as potencialidades turísticas do Estado do Amapá, a trajetória das políticas públicas para a proteção do sítio e os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas pelo IEPA.

Por fim, Marcia Bezerra (UFPA), em "Arqueologia, Turismo e Comunidades Locais: reflexões de uma Turista Aprendiz", reflete sobre as complexas relações entre três eixos importantes para o estabelecimento do arqueoturismo: a arqueologia, a atividade turística e as comunidades do entorno dos sítios explorados turisticamente. A partir dos exemplos de Newgrange, na Irlanda; de Altun Ha, em Belize e de La Quebrada, na Argentina, a autora indica a importância de debates sobre a "espetacularização do passado" que o turismo evoca, aponta a necessidade do envolvimento de arqueólogos na gestão desse patrimônio e conclui afirmando o papel essencial das comunidades locais em todo o processo de socialização dos sítios arqueológicos.

Esta iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN vai ao encontro das mais recentes reflexões sobre o papel da musealização de sítios na América Latina¹². Concordamos com Silverman¹³, quando afirma que na América Latina a questão

"(...) não se trata [apenas] de exibir o patrimônio (...) [uma vez que] esses sítios musealizados se destinam a apoiar o desenvolvimento de regiões longamente marginalizadas e, ao mesmo tempo, valorizar e possibilitar que a população defina a(s) sua(s) própria(s) identidade(s)"¹⁴.

Esperamos que as experiências, os desafios e os riscos aqui apresentados estimulem reflexões sobre o turismo arqueológico como estratégia de preservação do patrimônio arqueológico, como caminho para o desenvolvimento sustentável e como instrumento de ação política para as comunidades locais. Em nosso entendimento, o turismo arqueológico pode promover o fortalecimento da autoestima, a legitimação de identidades e a constituição da cidadania entre populações no interior da Amazônia.

Silvio Lima Figueiredo, Edithe Pereira e Márcia Bezerra
Organizadores

NOTAS

- ¹ GOMES, D. Turismo e museus: um potencial a explorar. In: FUNARI, P., PINSKY, J. (orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.27-34.
- ² SILVERMAN, H. (ed.). Archaeological Site Museums in Latin America. University Press of Florida, 2006.
- ³ NOGUEIRA, M. N., Turismo e Arqueologia na Amazônia: Planejamento e Visitação de Sítios Arqueológicos na Região da Serra dos Martírios/Andorinhas. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Pará. 2007. 160p.
- ⁴ NOGUEIRA, M. N. 2007. Idem.
- ⁵ PODESTÁ, M. M., BELLELLI, C., FERNANDEZ, M. C., PANIQUELLI, M. Arte rupestre de la comarca Andina del paralelo 420: un caso de análisis regional para el manejo de recursos culturales. PODESTÁ, M. M. y HOYOS, M. (Ed.) Arte en las rocas – arte rupestre, menhires y piedras de colores em Argentina. Buenos Aires: 2000. p. 175-20.
- ⁶ PEREIRA, E., FIGUEIREDO, S. L. Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. Cadernos do LEPAARQ - textos de arqueologia, Antropologia e Patrimônio, Pelotas - RS, v. II, n. 3, p. 21-36, 2005.
- ⁷ O estudo é realizado no âmbito dos projetos: Os Significados do Patrimônio Arqueológico para os Moradores da Vila de Joanes, Ilha do Marajó. Projeto de Pesquisa. PPGA/UFGA/CNPq e Artesãos do Passado: um projeto de pesquisa aplicada em uma comunidade na Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. Projeto de Pesquisa. PPGA/UFGA/FUNARTE, ambos coordenados por Marcia Bezerra.
- ⁸ FIGUEIREDO, S. L., PEREIRA, E. S., ANDRADE, M. N., BACCINO, M. P., BARBOSA, L. C., GUEDES, J. R. Turismo em Unidades de Conservação: Arqueologia e Turismo no Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA. Relatório Final. Belém: NAEA/UFGA/CNPQ, 2008; O livro com os resultados da pesquisa está em fase de elaboração para publicação. Além disso, as monografias resultantes podem ser consultadas separadamente: NOGUEIRA, M. N., Turismo e Arqueologia na Amazônia: Planejamento e Visitação de Sítios Arqueológicos na Região da Serra dos Martírios/Andorinhas. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Pará. 2007; BACCINO, M. P. Turismo no Parque da Serra das Martírios/Andorinhas: estudos de potencialidades. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: UFGA, 2008; GUEDES, J. R. Estudo da Capacidade de Carga Turística dos Sítios Arqueológicos de Arte Rupestre da Serra das Andorinhas-Pará. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Bacharelado Em Turismo). Universidade Federal do Pará, 2007; e BARBOSA, L. C. Patrimônio Arqueológico, Turismo e Representação em Santa Cruz dos Martírios/PA. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Bacharelado Em Turismo). Universidade Federal do Pará, 2008.
- ⁹ FIGUEIREDO, S. L., PEREIRA, E. BEZERRA, M. Workshop Internacional Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo v. 3, n. 2, p. 95-101, ago 2009.
- ¹⁰ Nem todos os participantes puderam participar da publicação. O programa completo do evento se encontra na página <http://www.ufpa.br/naea/colunas.php?idconteudocoluna=398&nome=Noticias>
- ¹¹ BEZERRA, M. Os Significados do Patrimônio Arqueológico para os Moradores da Vila de Joanes, Ilha do Marajó. Projeto de Pesquisa. PPGA/UFGA/CNPq. 2009/2011.
- ¹² SILVERMAN, 2006, Op.Cit.
- ¹³ SILVERMAN, Idem, p.12.
- ¹⁴ Tradução livre.





Turismo, Visitação e Uso Público do Patrimônio Natural e Cultural

Silvio Lima Figueiredo

A necessidade de proteção de áreas naturais e de aspectos culturais da humanidade é preocupação importante nos dias de hoje. A ideia de porções da natureza, ou obras e ações humanas que sejam reconhecidamente elementos a serem preservados vem ganhando aos poucos atenção da área acadêmica e das políticas públicas, apesar dessas políticas serem ainda insuficientes, face às exigências da lógica do capital e do consumo. Ao mesmo tempo em que se buscam formas de preservar, obviamente através da conservação desses itens, é possível também perceber o movimento de atribuir valor a coisas e lugares, a manifestações da cultura e obras do homem, além da valorização de paisagens naturais ou mistas.

No entanto, a atribuição de valor a paisagens, “acidentes” geográficos, unidades naturais homogêneas, e obras e manifestações da cultura na sua diversidade, deve ser compreendida como arbitrária em vários sentidos, nas interpretações que os grupos dão a suas expressões, às interpretações institucionalizadas que especialistas e instituições oficiais produzem, e o que a mídia também produz num movimento relacional entre significantes e significados. Assim, a escolha do que é item de valorização está nas mãos de variados grupos/instâncias, devendo ser entendida como a mais importante, a intra-significação e interpretação primeira dos grupos que produzem o sentido.

Atentos a essa primeira significação, é possível então discernir o que precisa ser preservado ou não, mas essa questão aparentemente simples, coloca em voga situações contraditórias com as quais temos que lidar no processo de “patrimonialização”¹ das coisas. Em geral, muitas variáveis são utilizadas, nem sempre representando a coletividade.

A gestão do patrimônio para visitação coloca em contato esse conceito com o conceito de atração turística, que será debatida aqui, confrontando duas formas de interpretar um mesmo objeto/sujeito, e indicando as diferentes maneiras de se tratar o tema, em metodologias de planejamento do patrimônio convertido em atração. A maior parte delas provêm das metodologias de manejo de unidades de conservação e áreas protegidas naturais, adaptadas aos variados tipos de patrimônio, mas guardando as devidas particularizações.

PATRIMONIALIZAÇÃO, VISITAÇÃO E TURISMO

O processo de patrimonialização da cultura e da natureza é um processo com uma certa antiguidade, mas sua gênese moderna se reporta às preocupações de proteger os monumentos na França pós-revolução. Observa-se uma série de ações pontuais em vários países que dizem respeito a aspectos da proteção do patrimônio até a reordenação do tema, a partir da criação da UNESCO em 1946, e

das reuniões e encontros que tinham como objetivo elaborar protocolos para a proteção do que se começou a chamar patrimônio e dos itens culturais que deveriam ser preservados. Essa dinâmica produziu documentos cujos principais referem-se à Lista de Patrimônios, às leis gerais e internacionais de proteção aos monumentos e ao patrimônio, e às orientações quanto à conservação e à restauração, presentes nas Cartas de Atenas e de Veneza, Recomendações de Paris e outras. No Brasil, Mario de Andrade é bem lembrado, quando teve sob suas rédeas a incumbência de gerar um texto que pudesse basear a lei de proteção do patrimônio artístico nacional, e em 1936 ele assim o fez, um anteprojeto dividido em três partes, as competências do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, os bens culturais que deveriam ser preservados e suas categorias para tombamento, e por último, a organização interna do SPAN, e seus órgãos coligados².

A patrimonialização é portanto processo, no qual os itens da cultura e da natureza se transformam, e ganham significados especiais, que se colocam “fora do tempo”, que merecem ficar para as gerações futuras e que não serão, portanto, colocados ao lado dos itens normais³. Além disso, não poderão ser ameaçados nem por instabilidades político-econômicas, nem erodidos pelos ventos da modernidade e do mercado. A principal ideia diz respeito à representação de símbolos valorativos, destacados da sociedade, fazendo parte principalmente os itens da cultura e da natureza que possuem determinadas características e que são dignos de serem transmitidos à posteridade⁴. Na obra de Alois Riegl, que analisa a criação do conceito de monumento na modernidade, esses valores se derivam da noção de rememoração do monumento, em três principais valores: o valor histórico, o valor de antiguidade e o valor de rememoração, e se estabelecem em monumentos intencionais e não-intencionais⁵. Derivando assim das concepções de monumento formuladas por Riegl e por outras análises sobre o conceito de patrimônio⁶, podemos dizer que as principais características do complexo processo de definição do que é patrimônio são representadas por⁷:

Caráter especial - quer dizer a intra-significação e interpretação de fenômenos, manifestações, objetos, lugares e saberes como especiais, imbuídos de significado especial não corriqueiro, sagrado ou não-cotidiano. Especial no sentido de distinto de outros sem marcas, sem selos gravados (todos têm, mas alguns têm mais), e por isso mesmo com destaques, com significados compartilhados pelos seus produtores e, portanto, identificados pelos de fora como itens especiais da cultura. Muitas vezes há um descompasso entre esses itens e os identificados pela política pública, mídia e outros.

Noção de Raridade e Unicidade - A caracterização das obras materiais e imateriais como raras ou únicas dizem respeito a sua característica de especial, e ao mesmo tempo, um especial que não é encontrado com frequência, porque raro, porque ocorre com pouca frequência e porque único, sem similares em outras praças.

Beleza - As noções estéticas geralmente oriundas da ideia do belo ocidental, centrada nas formas de arquitetura, desenho e simetria, mas também as consideradas fora desse padrão e, no entanto, também belas. Esse item é importante na composição do patrimônio, e ao que concerne ao natural, se encontra com as tais “belezas naturais”, por exemplo, ou aos prédios, esculturas, lugares com esse mesmo sentido.

Documento testemunho - por serem testemunhos de acontecimentos históricos ou situações importantes por algum motivo na formação da sociedade ou grupo, representando um marco atestando

a ocorrência do fato. Segundo Le Goff “O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”⁸.

Originalidade – Apesar da proximidade com o conceito de raridade, a originalidade, não importa se é numerosa ou não, diz respeito a parâmetros estabelecidos em comparação, dentro das características intrínsecas do objeto/patrimônio, querendo dizer que os elementos atípicos fazem do mesmo um exemplar de destaque⁹. Opõe-se à noção de banal e ao mesmo tempo contém a noção benjaminiana de aura, nos devidos contextos, uma vez que uma obra cópia atípica pode vir a ser original.

Identidade – Diz respeito à importância de um bem cultural ou natural construída como reconhecimento de unicidade cultural, e representante, não só histórico, mas também cultural, de um grupo ou comunidade, e encontrando nesse mesmo grupo a relação de sentido cultural e representação de diferenciação de outros grupos.

Entretanto, existe um elemento que, articulado com os demais, acaba por dar definitivamente ao conceito de patrimônio cultural seu arremate mais imediato, o conceito de *herança (ou legado)*, e que faz parte do conceito em línguas como o inglês, e que dá também as dimensões de notoriedade, raridade, testemunho, identidade, beleza e símbolo. O conceito de patrimônio cultural tem origem, para Riegl¹⁰, no entendimento do que hoje chamamos de processo de patrimonialização, como “culto” ao monumento, formador do homem moderno, cujas importâncias do passado estão materializadas no presente¹¹ e Rautenberg¹² vai mais além mostrando que esse culto se transforma em “indústria patrimonial”, associada a uma política cultural específica e que serve de reforço ao consumo de um novo produto cultural. Mas não podemos esquecer que a legitimação do patrimônio diz respeito também ao que, nesse processo todo, aparece com construção social, coletiva, produto do conflito e do consenso, da negociação simbólica entre as características do patrimônio e suas exodimensões.

Dessa forma, o patrimônio se coloca como conceito com duas variáveis compositoras: a valorização intrínseca dada pelo grupo social (e o papel dos especialistas, cientistas e historiadores é fundamental aqui) baseada em suas características ontológicas, e a valoração extrínseca dada pela mídia, pela cultura média e pelo mercado, como mercadoria para venda ou “mercadoria simbólica”. Encerra assim também e por causa, duas dimensões: a de ser preservado e a de/para ser visitado. Dentro da perspectiva da gestão do turismo, ele se torna uma “atração”. A visita aos locais/momentos onde/quando é possível presenciar a manifestação do patrimônio seja ele de não importa que ordem, e como atrativo, ele incorpora o produto turístico, é passível de compor o planejamento do turismo, incluindo-se aí a gestão da visita em si mesma.

É, portanto, dessa forma que o patrimônio, seus elementos em rede ou isolados, fazem parte do sistema que indica a estrutura da atividade turística. Ele é recurso natural ou cultural para elaboração do produto. Esse produto é moldado com recursos que tem potencial analisado pelos especialistas para se transformar em produto porque são atrações ou estão quase lá. Mas é um erro pensar o conceito de patrimônio da mesma forma como se pensa o conceito de atração, pois eles têm origens diferentes e quando se encontram nesse momento de valoração, ocorre uma transformação conceitual, que pode influenciar a escolha do que é patrimônio, mas não altera sua raiz.

É clássica a identificação desses recursos transformados em atrativos, e são a forma mais elementar de entender o sistema do turismo, e sua dinâmica: Os recursos naturais (montanhas, planícies, litorais, ilhas, cursos d'água, quedas d'água, fontes, parques, grutas, entre outros), os recursos histórico-culturais (monumentos, sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, festas, comemorações, gastronomia, artesanato, folclore, música, danças, etc.); as realizações técnicas e científico-contemporâneas (exploração de minério, exploração industrial, obras arquitetônicas e técnicas, usinas, barragens, centros científicos e tecnológicos); e por último, os acontecimentos programados (congressos e convenções, feiras e exposições, realizações desportivas, artísticas, culturais, sociais, gastronômicas e científicas)¹³. É bom lembrar que tudo isso é matéria prima para a “fabricação” do produto turístico (a partir da ação de outros elementos como hotéis, restaurantes, agenciamento, etc.) produto totalmente simbólico baseado na experiência, e na venda de possibilidades e sensações¹⁴, materializado na relação tempo/espaço dos pacotes turísticos.

OBSERVAÇÃO E EXPERIÊNCIAS – DO PONTO DE VISTA DO VISITANTE

Elaborados em forma de mercadoria e postos à venda, os itens da cultura e da natureza passam a ser elementos que compõem produtos, do turismo ou culturais, e possuem então um papel novo: na dinâmica entre suas características intrínsecas, sociais, mercadológicas e patrimoniais servem agora à produção de sentido como símbolo de um grupo social, e de exemplo de anacronismo que agora tem existência justificada e de produtor de sensações prazerosas (ou não). Isso quer dizer que como “importante”, deve ser conhecido, e então, deve receber visita pública. Recebendo visita, deve devolver o esforço em preservar ele mesmo, educando, servindo de exemplo e provocando sensações relacionadas à conservação. Diante disso, encontra-se a indústria cultural, as políticas de preservação, o turismo e a educação na elaboração de técnicas e processos de potencializar tais objetivos, garantindo que ele vai ter o destino para qual foi re-projetado, e sem dúvidas de sua eficácia, dentro dessa visão pragmática tão considerada atualmente.

É da visita que se extrai então os elementos de sua suposta “eficácia educativa” e/ou hedonística, muito embora outras dimensões relacionais entre o patrimônio e seu público sejam também usuais na literatura, nos documentários, na divulgação de pesquisas científicas, nos produtos culturais em filmes, músicas, artes plásticas com inspiração e diálogo com patrimônio imaterial, entre outros.

A visita implica na relação física entre o patrimônio e o público, e se concretiza no contato direto, real, e não potencial/virtual, mesmo que a última opção exista¹⁵. Nesse sentido estamos falando então de outro processo na visita: a relação entre o público e o patrimônio (atração), em estágios mais ou menos ordenados pela possibilidade (ou não) de planejamento. Isso pressupõe que o visitante esteja no lugar-patrimônio, agora no “lugar turístico” realizando: a) observação: primeira relação *in loco* do patrimônio com seu público, ela em termos é a sensação primeira produzida pelo olhar, indica as formas de percepção e representação que podem ser orientadas a determinadas significações, quando por exemplo se define os ângulos do olhar, o melhor local para se observar a atração e indica o que deve ser observado como detalhe, ao mesmo tempo em que se dão informações sobre a atração; b) sensações de experiências: as experiências da apreensão do objeto de forma mais intensa, a partir da produção de sensações,

seja por meio da interpretação ou mesmo de vivências, a primeira inicialmente centrada nas ações produzidas para provocar e a segunda na orientação de práticas centradas no sujeito que visita, dividindo a produção do sentido entre a atração e a ação. Para Maccannell¹⁶, a experiência turística suscita a criação de imagens mentais, e faz parte da viagem, em nosso caso, do visitante conhecendo a atração, que ele busca ser “autêntica”.

Para que haja visitação “no” patrimônio, esteja ele manifestado em lugares de cultura ou áreas naturais, ou mesmo nas atrações que não são consideradas patrimônio (e nem por isso estão excluídas do planejamento) elaborou-se um vasto material concernente a técnicas e abordagens para facilitar e qualificar essas visitas, dentro de parâmetros que vão desde o planejamento da recepção do visitante, o planejamento do espaço (e da paisagem), a elaboração de atividades que alcancem determinados objetivos, até o controle de fluxo e o estudo do suporte do ambiente, atração ou patrimônio, sobretudo das atrações naturais ou atrações culturais em espaços naturais, pois as mais tradicionais se originaram da necessidade de planejar e monitorar a visitação das áreas naturais protegidas. Dessa forma, puderam receber visitantes Teotihuacán no México, o Museu do Louvre na França, o Corcovado no Brasil, o Grand Canyon nos Estados Unidos, as pirâmides e a Esfinge, no Egito, entre outros.

Visitação de Áreas Naturais: os direcionamentos de fluxos de visitação

O direcionamento faz parte da forma com a qual as informações precisam ser repassadas, o patrimônio ou atração pode ser admirado e, portanto, provocar sensações, e não ser impactado de tal forma que essa experiência proporcionada não produza também a sua própria destruição. O direcionamento de fluxo de visitação serve então a dois objetivos: a proteção do patrimônio/ atração, evitando a grande concentração espaço/temporal de pessoas e estruturas que podem prejudicá-lo e o planejamento do itinerário de acordo com o programa educativo ou de interpretação, maximizado a experiência da visita e da apreensão da sensação.

O direcionamento pode ser estrutural, organizacional, ou misto. O direcionamento estrutural se explica a partir da tentativa do planejando em observar os meandros de uma trilha ou caminho já existente, de uma estrutura já dada por outras razões, como um caminho para escoamento de produção agrícola, como uma rota histórica, ou mesmo ações referentes a atividades tradicionais pré-existentes. O planejador então precisa entendê-las, perceber seu potencial e possibilidade atrativa e então, criar roteiros, percursos e atenções em função das características naturais, históricas e culturais do sítio.

Por outro lado, pode criar um roteiro, um circuito, a partir da existência das atrações e de programações e atividades específicas, e assim, direcionar o fluxo de acordo com as necessidades da programação ideal, sincrônica, ou ainda que mostrem etapas de um processo existente. Também é possível utilizar, o que é mais comum, seu planejamento e suas atividades articuladas com as direções de fluxos já existentes, e os pontos escolhidos para realizar a observação e as atividade. Para cada possibilidade de visitação, diferentes momentos/espacos de parada e de movimento, com observação, atividades ou as duas coisas:

Trilhas – Usadas para ligar dois pontos específicos, é circuito representado por uma marcação de caminho, utilizada previamente para outros fins ou elaborada justamente para a atividade de turismo e visitação. Pressupõe um caminho pelo qual o grupo ou o visitante individual pode andar, ou mesmo usar veículos apropriados, para observar a atração ou para se deslocar entre uma atração e outra. Possui variadas formas, como as lineares, em forma de oito, circulares. Podem se diferenciar pelos seus principais objetivos: recreação, interpretação, educação, esporte, administração. E também podem se distinguir pelos graus de dificuldade, caminhada leve moderada ou pesada, e trilhas de baixo, médio e alto impacto, de acordo com os obstáculos e a declividade do relevo.

Mirantes – quer dizer locais intermediários ou finais dos circuitos, ou mesmo paragens, cujo objetivo específico é a observação, contemplação da paisagem, e das atrações em questão. São cuidadosamente planejados pois demonstram sempre o melhor lugar para a visão, em termos qualitativos e quantitativos. Representa o melhor ponto de visão, do ângulo da atração mais bem qualificado para ser visto.

Locais de estar/pouso – Locais de estar ou de pouso servem principalmente ao descanso entre dois pontos ou dentro de um circuito mais longo ou trilha média e alto impacto, mas podem ser mirantes também ou podem estar conectados com algumas atividades de interpretação menos ativas e que provoquem os outros sentidos como olfato e audição, e uma situação ampla de percepção.

Centro de Interpretação – os centros de interpretação geralmente são conjuntos de estruturas (prédios, equipamentos, etc.) e atividades cujo objetivo é mediar a relação entre o patrimônio e seu público, tendo como foco a interpretação, o que o faz diferir de um centro de visitantes com objetivos de acolhimento. Em todo caso, as funções da interpretação e de outras atividades podem se misturar, tendo cada projeto específico opções de atividades e filosofias de tratamento da mediação, quer seja visita, turismo, sensibilização, educação, interpretação, vivência e animação. Para Scipion, o centro de interpretação se baseia então na mediação que utiliza todos os recursos da imaginação e todas as técnicas de animação para colocar o visitante numa posição, fazendo-o perceber que ele está pessoalmente interessado nesse patrimônio¹⁷. E essas seriam as características da interpretação tratadas em capítulo específico no presente texto.

Controle

Várias técnicas são usadas para controlar o fluxo de visitantes, o próprio direcionamento do fluxo é também um exemplo de controle e integra ações mais gerais para esse tipo de restrição. Também são mensuradas as capacidades de carga, ou seja, a quantidade de pessoas e estruturas que uma superfície pode receber; os suportes ambientais biológicos, psicológicos, etc.; a definição de limites de uso e de visitação; o direcionamento de comportamentos e introdução de estruturas limitantes e organizadoras.

No processo de planejamento da visitação e uso público do patrimônio ou atrativo, define-se uma série de passos recomendados, haja vista a tentativa de proteção do objeto¹⁸. No entanto esses passos dizem respeito à gestão de atrações em áreas naturais e não especificamente ao patrimônio, principalmente os que se localizam em meio urbano¹⁹. São eles:

a) Definição das Unidades de Paisagem: a definição da unidade de paisagem quer dizer a definição de um espaço delimitado, referente à atração colocada em exposição, o seu entorno, com todos os fluxos referentes às atividades de visitação e interpretação, como fluxos de visitantes, fluxos de comunidades evolutivas, fluxos de funcionários, fornecimento de materiais, transporte, comunicação, etc, e as redes de relações entre os fluxos e os objetos, sejam sociais ou econômicas. Das relações entre matrizes, manchas e corredores às relações de redes e cadeias, envolvendo geralmente grandes unidades com predominância de áreas naturais e algumas ações antrópicas.

b) Definição das Variáveis: um segundo passo é a definição das variáveis que estarão presentes no planejamento, isso quer dizer que um inventário detalhado deve ser realizado e que a unidade de paisagem precisa ser totalmente conhecida para saber sobre a existência ou não de atrações culturais, sítios arqueológicos, de espécies animais e vegetais em extinção, de nichos de procriação de animais, da existência de animais peçonhentos, das condições de microclima das áreas a serem visitadas e a servirem de acesso, etc.

c) Caracterização do público (se existente) – a caracterização do público se dá através da pesquisa realizada com os visitantes reais e potenciais. A pesquisa geralmente é indicada para balizar todo o planejamento da visitação, e da interpretação, que nesse caso, é indicada através de variáveis como perfil do público, interesses, gostos, pareceres sobre as estruturas e atividades, e outros temas. De igual forma, durante o processo de criação, planejamento e instalação de estruturas e programas, é possível investigar um público potencial, e as tendências de comportamento dos visitantes que se pretende atingir, os tais “públicos-alvo”.

CAPACIDADE DE CARGA DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL

A definição da capacidade de carga é um dos processos mais interessantes do planejamento da visitação, pois ele está baseado em alguns conceitos: A existência de uma aura inerente ao objeto que é resultante de uma combinação de elementos físicos, espaciais, psicológicos, biológicos, culturais, estruturais e de gestão que pressupõem que exista um limite, uma limitação do meio ambiente entendido não como espaço, mas como lugar, e tencionando mais o conceito, como território, incorporando aspectos políticos e de desenvolvimento não tratados aqui.

Essa aura, no que nos diz respeito agora, é a dimensão que sofrerá alteração com a movimentação ou não das variáveis, ela representa o limite do que é aceitável para o objeto, sem que ele seja prejudicado na sua essência e nas suas características originais. O limite é definido a partir do quanto o objeto suporta, e esse limite então é transformado em dado do planejamento, gestão e do manejo da visitação, sobretudo no monitoramento dos impactos. O limite de suporte psicológico, por exemplo, diz respeito à convivência intragrupo, durante a visita. O limite cultural, refere-se às possibilidades recepção dos visitantes em uma vila ou cidade, sem que esse fluxo cause incômodo, ameaça aos símbolos identitários (se for possível mensurá-los), ou reações xenofóbicas. O que nos interessa aqui, no que diz respeito ao planejamento da visitação de um espaço “natural”, patrimônio ou lugar cultural, seja com objetivos recreativos, seja com objetivos de interpretação, é sua capacidade físico-psicológica em receber um certo número de visitantes,

em um determinado espaço, por um determinado período de tempo. Essa equação nos dá a possibilidade de debater a densificação de espaço e do tempo, e seus limites suportáveis, e então entender que a primeira coisa que se busca é uma situação ideal, ótima, uma densidade ótima. A densidade ótima que beneficia o visitante e o ambiente deve ser encontrada entendendo-se o limiar do desenvolvimento da atividade turística a partir do qual o recurso turístico deteriora-se ou os ecossistemas sofrem danos irreversíveis.

Chega-se assim ao conceito de suporte ambiental e a carga que é possível a ele. Segundo Cifuentes²⁰, o suporte ambiental é a capacidade de um sistema absorver determinada ação antrópica, suportando um nível de interferência sem sofrer, ou sofrendo poucos e controlados efeitos. É o nível tolerável de uso por parte dos visitantes que uma área pode acomodar por um certo espaço de tempo, com altos índices de satisfação para estes e o mínimo de impacto sobre os recursos naturais.

Esse processo pode se transformar em uma ação complicadíssima, pois a relação entre aspectos objetivos e subjetivos é querela incontestável, e como bem observam Figueiredo e Manhi em estudo sobre o planejamento da paisagem ao turismo²¹, o planejamento está sempre dentro dela, haja vista a necessidade do estabelecimento de variáveis que possam indicar todas as dimensões do problema.

Algumas variáveis exemplificam essa posição: solos (capacidade de absorção de impactos em função da sua composição e das atividades e estruturas propostas); erosão (como ela se dá no espaço definido, e quais as consequências do fluxo de visitantes e das estruturas propostas); clima (de que forma a visitação altera o clima e como o clima define a visitação); fauna/flora (animais e vegetais que possam ser ameaças à visitação ou que possam vir a ser ameaçados pela mesma); regime de chuvas (aumento e diminuição de precipitação de acordo com a os períodos do dia, e das estações); frequência: (sazonal, semanal, permanente); tipo de atividades (quais serão as atividades a ser realizadas e de que forma o fluxo de visitantes impactará o ambiente, em atividades recreacionais e de interpretação mais ou menos ativas); comportamento dos indivíduos (qual é o tipo do público visitante, seus hábitos e gostos e padrões de comportamento durante a visitação).

Algumas variáveis dizem respeito a aspectos ambientais, naturais em relação a uma possível ação antrópica, de ações realizadas a partir do desenvolvimento da atividade turística, e seus limites possíveis de saturação, e de impactos já existentes de atividades econômicas outras, que impedem um maior desenvolvimento da visitação através do aumento do fluxo de visitantes e da instalação de infraestrutura: a contaminação das águas da rede hidrográfica e sua relação com o tratamento para o consumo; a retirada da cobertura vegetal de áreas verdes; a perda da qualidade visual; poluição sonora; a expansão de áreas construídas, etc. Da mesma forma, algumas situações sociais indesejáveis podem surgir com o aumento de fluxo em vilas e enclaves residenciais perto dos sítios patrimoniais ou atrações turísticas naturais/culturais. Na existência de altas temporadas de visitação, crimes e delitos podem vir a aumentar também. Outro dado negativo que produz variável limitante é o aumento de acidentes de trânsito na temporada, e portanto é necessário o controle de automóveis e ônibus de turismo. Na alta temporada, o acesso da população residente a serviços básicos pode ser prejudicado.

O LAC - limits of acceptable changes (limites de mudanças aceitáveis) - A perspectiva do LAC diz respeito à definição do limite de cada impacto e não necessariamente a eliminação dos

mesmos. Pressupõe que exista um limite categorizado como aceitável, dentro de um campo de alterações no qual as mudanças não representem perda qualitativa e quantitativa do objeto. De acordo com o manual da WWF²², seu processo é indicado em nove etapas: identificar inquietações e oportunidades; definir e descrever os tipos de oportunidade; selecionar indicadores biofísicos e sociais; inventariar as condições atuais; especificação de padrões; identificar alternativas para os tipos de oportunidade; identificação de ações de manejo; seleção de alternativas; implementação de alternativa selecionada e monitoramento.

O MIV – monitoramento de impactos de visitação - A determinação da capacidade de carga é um método limitado, isso porque segundo o método, a indicação do número de visitantes não demonstra o impacto causado. Dessa forma é preciso identificar a relação entre os indicadores e entender os impactos dentro desse sistema de relações. Ainda o Manual da WWF destaca as suas principais etapas, como a revisão da legislação pertinente, as possibilidades de uso da área, os indicadores principais do manejo, os parâmetros aceitáveis, o acompanhamento das ações e impactos. Nesse sentido, monitorar aparece como ação permanente, e não como ação inicial para o manejo da visitação na área e a gestão da visitação como um todo²³.

Capacidade de Carga de Cifuentes – A metodologia criada e adotada por Cifuentes²⁴, baseada principalmente nas experiências de gestão do patrimônio natural da Costa Rica, nos parques naturais, é baseada na identificação de índices divididos em:

- a) Capacidade de Carga Física (CCF): limite máximo de visitas em um local definido em um tempo determinado. É encontrada a partir da relação entre a quantidade de visitantes pelo tamanho da área ocupada (superfície disponível para o uso) pela visitação e o tempo de execução da visita.
- b) Capacidade de Carga Real (CCR): é o limite máximo de visitas, determinado a partir da CCF de um local, após submeter aos fatores de correção definidos em função das características intrínsecas de um local. Os fatores de correção se obtêm considerando variáveis físicas, ambientais, ecológicas, sociais e de manejo e gestão. Isso quer dizer que o valor em número máximo de visitantes/dia, visitantes/mês, etc., sofre redução ou ampliação em função desses fatores de correção, produzindo um segundo valor visitantes/dia, ou visitantes/mês, etc. Cada unidade de paisagem deve ser afetada por um grupo de fatores de correção não necessariamente igual ao de outros locais. Segundo ainda Cifuentes, dentre os fatores de Correção (limitantes ou não), podemos encontrar: incidência de luz solar, erosão, acessibilidade, distúrbios na fauna, etc.
- c) Capacidade de Carga Efetiva ou Permissível (CCE): É o limite máximo de visitas que se pode permitir, dada a capacidade para ordená-las e manejá-las. A CCE é um percentual da CCR, dado pela relação entre a CCR com a capacidade de manejo da administração da área protegida. A capacidade de manejo da gestão pode limitar ainda mais a capacidade de carga real, ou se equiparar a ela, mais nunca ultrapassá-la.

ANÁLISE DOS RECURSOS TURÍSTICOS

A ação de identificação do suporte ambiental de um patrimônio que diz respeito a ele e ao seu entorno é uma etapa do planejamento que se encontra com outra, relativa ao mercado, a sua relação com o público e a sua capacidade de atrair. A primeira forma de qualificação do

patrimônio/atração é a intra-significação e interpretação primeira dos grupos que produzem o significado. Isso dá ao atrativo seu primeiro valor independente da opinião dos visitantes e se estamos falando de patrimônio, quer dizer que ele já tem as chancelas cultural, científica, social e institucional, e já passou por processo de qualificação. Se for uma atração, pode estar em via de reconhecimento, pode não ter ainda a chancela institucional, mas já é considerado patrimônio, ou é apenas um local de interesse para visitação, explorado por instituição pública ou privada.

Para todos esses casos, é possível identificar: a importância das zonas em que se localizam os sítios; graus de fragilidade do sítio-patrimônio; possibilidades de instalação de estruturas de acesso e observação; atração em função da relação importância do sítio X paisagem.

Nas análises dos recursos das áreas patrimoniais de atrações, os parques, existem determinadas variáveis utilizadas para classificar os recursos e verificar quais aqueles que melhor receberiam fluxo de visitantes e como seriam esses fluxos e as estruturas facilitadoras. É possível antes de tudo identificar a existência de recursos (entre eles o patrimônio) que podem vir a ser atrações. Importa de igual forma a quantidade e concentração dessas atrações, a qualidade das mesmas em função de seu estado de conservação e também a partir de hierarquia de potencialidades de atração. A paisagem do entorno também pode ser levada em consideração principalmente se utilizado um sistema de referência para turismo²⁵. Por fim seus fatores limitantes, como o acesso por exemplo.

Nesse processo, definem-se as atrações que serão colocadas em exposição. Essa escolha não é aleatória, ela indica um processo de avaliação que leva em consideração o valor do patrimônio, sua relação com o mercado (ou não), capacidade de atração e interesse do público. Alguns estudos indicam esse leque de possibilidades²⁶, e dizem respeito à indicação das principais atrações que poderão compor um roteiro básico e deverão receber melhorias e estruturas para facilitar e controlar sua visitação, de acordo com as variáveis mais importantes para cada aspecto do atrativo (cultural, arqueológico, geológico, geomorfológico, zoológico, botânico), suas fragilidades e configurações específicas relacionadas com as principais variáveis referentes aos aspectos turísticos do lugar (acesso, possibilidades de visualização da paisagem, qualidade da paisagem perceptível, índice de insolação, condições ótimas de visitação, etc.). Dessa forma, é possível estabelecer uma hierarquização classificatória e indicadora de prioridades de gestão, como no exemplo abaixo nos estudos de planejamento do patrimônio arqueológico em um parque na Amazônia²⁷:

Categoria 01 – Essa categoria diz respeito aos principais atrativos dos parques e paisagens culturais, classificados como essenciais para serem visitados. A importância intrínseca é alta, e geralmente são áreas que contêm importantes itens culturais e naturais.

Categoria 02 – Essa categoria, apesar de ter grande importância, após analisada as características de visitação, tem valor abaixo da primeira categoria, considerando todas as variáveis citadas anteriormente, por comparação. São elementos que estariam em um segundo grau de prioridade para a visitação e a gestão.

Categoria 03 – É formada por recursos que num primeiro momento não seriam atrativos, mas de acordo com o tipo de público, com as alterações nos parques e locais, e revisões de seu

plano de manejo, podem vir a ser atrações. Suas características importam na proteção integral desses recursos ou de acesso.

De tal modo, as áreas podem se divididas de acordo com a sua função e da quantidade e característica de seu patrimônio²⁸.

- a) Zona de uso intensivo – diz respeito às zonas com maior concentração de atrações e que receberá o maior fluxo de visitantes e atividades mais intensas e ativas. É a zona onde a visitação e as atividades turísticas serão desenvolvidas e oferecidas à maior quantidade de público visitante, recebendo então os impactos concentrados.
- b) Zona de uso extensivo - essas zonas correspondem a um uso menos intenso dos recursos, e mais distribuído espacialmente, causando aparentemente um impacto menor nas áreas naturais.
- c) Zonas intangíveis – esse tipo de zona é escolhida de acordo com as necessidades das características geoecológicas da área. Também, a partir da distribuição de zonas tampão pelas áreas.
- d) Zonas de uso especial - as zonas de uso especial serão aqui caracterizadas por áreas que tenham um tratamento diferenciado do restante, quer pelas estruturas administrativas, quer pela forma de visitação que obedece a uma capacidade de carga restrita, com delimitação de público alvo.
- e) Zona histórico-cultural e zona arqueológica – diz respeito à existência de patrimônio com características produtoras de gestão específica. Em alguns casos é a zona mais importante da área a ser colocada em visitação, e então podem vir a ter tratamento como zona de uso intensivo ou extensivo.

SOCIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E VISITAÇÃO DE ATRAÇÕES

Das ações que visam dar ao patrimônio a realização de sua principal razão de existência: ser importante para a sociedade que o produziu ou/e que lhe dá significado especial, e as principais se traduzem em salvaguarda, reabilitação, reconstrução, construção de réplicas, etc²⁹. Algumas pressupõem graus variados de intervenção e conservação, porém, não importando o grau e o tipo, a necessidade de estabelecer mediações entre o patrimônio e a sociedade é uma constante. No que concerne ao patrimônio natural, a administração da visitação muitas vezes é item do planejamento ao lado dos programas de educação ambiental e patrimonial, interpretação e animação. Muitas vezes na gestão do patrimônio cultural, as técnicas de controle e gestão da visitação estão dentro dos programas de educação, interpretação ou animação.

A Interpretação

Em muitos estudos, a interpretação é entendida como o repasse de informações sobre a unidade aos visitantes com o objetivo de sensibilizá-los e chamar a atenção a determinados aspectos e características da unidade ou atração visitada. As trilhas em áreas naturais, por exemplo, trazem a ideia de interpretação da natureza baseada em um percurso, onde são oferecidas explicações

sobre o meio ambiente. A noção de interpretação existente nos estudos e proposições de trilhas interpretativas na natureza, tem o objetivo de aproximar o homem da natureza a partir de informações sobre espécies “animais e vegetais, da história local, da geologia, da pedologia, dos processos biológicos, das relações ecológicas, do meio ambiente e de sua proteção, constituindo instrumento pedagógico muito importante”³⁰.

Assim, a ideia de trilhas de interpretação, nessa visão, deve estar dentro das inúmeras *práxis* da educação ambiental, pois a perspectiva pedagógica é a mais importante. As possibilidades de usar a interpretação da natureza em trilhas, acionadas principalmente pela disseminação de parques naturais no EUA, deram origem a inúmeras técnicas de interpretação do patrimônio, quer seja natural ou cultural, e portanto, “interpretação ambiental”. Em uma das principais obras sobre o assunto, Freeman Tilden caracteriza a interpretação como “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira mão e por meio de mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais”³¹. Para o autor, a interpretação possui várias dimensões na sua formulação, e os aspectos didáticos caros a ela têm como objetivo revelar as belezas, os significados espirituais que residem além dos sentidos que o visitante pode apreender, e ainda, se projetar através do corpo de informação e projetar a alma das coisas³². Para ele o conhecimento da coisa em si tem uma qualidade pedagógica superior à sala de aula. Murta e Goding, nas suas análises, complementam que interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade³³.

Para Tilden, o visitante é um agente importante, pois é para ele que o programa de interpretação é criado, e ele tem como objetivos uma busca incansável pela verdade, com o entendimento do que é realmente relevante para ele mesmo. Nesse processo ele acaba buscando o conhecimento de si próprio, a partir de quadros de referência pessoal. Da mesma forma sua curiosidade de conhecer está sempre sendo utilizada na busca pelo novo e pelo diferente, ao mesmo tempo em que tudo isso proporciona a ele diversão.

Dessa forma, a interpretação está no processo relacional do visitante com o patrimônio, no caso ambiente, visitado. A visita então é a principal ação que desencadeia esse processo. A presença no ambiente em questão ainda é condição *sine qua non* para a interpretação, mesmo com os debates atuais sobre visita virtual e turismo virtual³⁴.

É certo que as práticas de interpretação estão relacionadas com práticas de educação, seja ambiental ou patrimonial, e também com as práticas ligadas ao lazer, e portanto com a animação sociocultural. Sem pretender entrar na discussão sobre educação ambiental e patrimonial, que trazem no seu bojo a explícita perspectiva pedagógica, seja na chamada educação formal ou não formal, percebemos que existem variados processos relativos à educação com relação ao meio ambiente e ao patrimônio, no entanto as práticas de interpretação dizem respeito à relação em si com a transformação do ser, a partir de uma pedagogia de mudança de relação homem natureza cultura.

Da mesma forma, a animação sociocultural tem o objetivo de proporcionar o desenvolvimento sociocultural de grupos e comunidades, a partir de atividades de animação e lazer, com aspectos lúdicos, recreativos, educativos e socioculturais. No entanto, para Melo, a animação cultural vai além se seu uso mais tradicional, ela é uma proposta de Pedagogia Social que não se restringe

a um campo único de intervenção (pode ser implementada no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação), nem pode ser compreendida por somente uma área de conhecimento. E ela é pautada numa ideia radical de mediação e busca permitir compreensões mais aprofundadas dos sentidos e significados culturais e provocando questionamentos sobre a ordem social estabelecida³⁵.

Em todo caso, a educação ambiental e patrimonial e a animação sociocultural usam recursos da interpretação e, esta, geralmente traz, entre as formas de provocar a reflexão e criar significados, ações, recursos e materiais facilmente reconhecidos para tal: publicações; representações gráficas e textos; centro de visitantes e de interpretação (informações turísticas e interpretação); vídeos; palestras; folhetos; guias; sinalização; espetáculos (som e luz, cenas históricas, etc.)

CONCLUSÕES

Como é bem marcada na relação entre heranças culturais e turismo, principalmente indicada por Barretto³⁶, a conservação do patrimônio representa mais que a sua preservação, quer dizer da modificação de seu uso inicial, para outros usos, que possibilitem sua permanência, entre elas a transformação em mercadoria. Isso quer dizer que sua transformação em mercadoria (mas não somente isso) é preferível ao seu desaparecimento. Ao lado dessa concepção, a mercadoria instalada deverá também sofrer uma nova transformação, e assim, de produto, passa a dinamizador educacional, baseado na conservação e valoração do patrimônio ele mesmo, da identificação de possibilidades de entendimento do que é possível conservar para preservar, da sensibilização para questões inabituais aos públicos visitantes relacionadas à importância das heranças, e da experiência que educa, e que transforma. É por isso que a patrimonialização não pode ser entendida só como mercadorização da cultura e da natureza, é antes, resposta à perda, pois outras vertentes do próprio capital não respeitam a existência anacrônica das mesmas apenas como itens a serem preservados³⁷.

Relação entre patrimônio e atrativo, a mercadoria simbólica pode apresentar uma situação incômoda, mas que precisa ser assumida e enfrentada, para que as possibilidades de posituação dessa situação seja potencializada, com finalidades claras de:

- a) Servir à comunidade, no sentido de preservar um bem eleito pela mesma para ser preservado porque representação de identidade, e as demais características simbólicas do mesmo;
- b) Preservar o patrimônio, que é sempre uma causa importante, independente dos processos;
- c) Sensibilizar não importa quem ao respeito da história, da herança, da cultura e da natureza;
- d) Proporcionar o prazer do encontro com o diferente, ou o símbolo musealizado de nossa própria cultura.

Mas não é possível esquecer, por outro lado que não importa o grau de destruição e conservação do patrimônio, quando ele vira atração, outras coisas entram na sua valoração.

O patrimônio vira atração para o turismo, mas turismo e visitação não são a mesma coisa, a visitação ao patrimônio natural e cultural diz respeito a ferramenta de fazer algum grupo ou

indivíduo ter contato com, através da presença física (a virtual comporia outra forma de visitação), o patrimônio preservado. O turismo é uma atividade econômica poderosa, que justifica, dentro da racionalidade produtivista, a existência da diversidade. E é preciso cuidado para não sair de amarras econômicas e cair em amarras culturais e simbólicas. E maior cuidado ainda para que o uso turístico não seja responsável pela sua própria destruição³⁸.

NOTAS

- ¹ No presente texto, trataremos do processo como “patrimonialização”, ao encontro do termo utilizado em Portugal e na França (patrimonialisation). Reconhecemos o uso do termo “patrimonização” também em outros estudos, menos frequentes.
- ² SILVA, F. F. Mário e o Patrimônio, um anteprojeto ainda atual. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 30, 2002. p. 129-137.
- ³ GARAT, I., GRAVARI-BARBAS, M., VESCHAMBRE, V. Préservation du patrimoine bâti et développement durable : une tautologie ? Les cas de Nantes et Angers. Développement durable et territoires. Dossier 4 : La ville et l'enjeu du Développement Durable, mis en ligne le 03 mars 2008. URL: <http://developpementdurable.revues.org/4913>.
- ⁴ POULOT, D. Patrimoine et musées, l'institution de la culture. Paris : Hachette, 2010.
- ⁵ RIEGL, A. Le culte moderne des monuments. Paris : L'Harmattan, 2003. A obra publicada em 1903 é um clássico no debate sobre os monumentos e a sociedade na modernidade. Na tradução francesa de Daniel Wiczorek de 1984, *gewollt* aparece como *intentionnel* e na utilizada aqui (de Jacques Boulet), como *voulu*. Apesar de reconhecer as diferenças que podem aparecer nas duas versões, optamos aqui pela palavra “intencional” por achar que representa melhor o conceito na língua portuguesa.
- ⁶ DESVALLÉES, A. A L'Origine du mot “Patrimoine”. In : POULOT, D. Patrimoine et modernité. Paris: L'Harmattan, 2000; GONZÁLEZ-VARAS, I. Conservación de Bienes Culturales. Madrid: Ed. Cátedra, 2008 e RAUTENBERG, M. Du patrimoine comme oeuvre au patrimoine comme image. In : NEMERY, J. C., RAUTENBERG, M., THURIOT, F. Stratégies identitaires de conservation et de valorisation du patrimoine. Paris : L'Harmattan, 2008. Em HEINICH, N. La Fabrique du patrimoine. Paris: EMSH, 2009. p. 30-33, a autora arrola a interpretações sobre a definição de patrimônio, seja ela filosófica, centrada nas valorizações ontológicas ou *ex post* do mesmo (Riegl), seja suas definições a partir das características do objeto (históricas, iconográficas, iconológicas e estilísticas), seja de suas significações normativas, seja da representação relacional entre grupo e patrimônio, ou seja ainda da situação social da definição do que é patrimônio, e suas legitimações ou ainda da ação dos atores da patrimonialização ou operações patrimoniais
- ⁷ Uma discussão semelhante é encontrada em HEINICH, N. 2009. Op. Cit., com destaque para as operações sociais de atribuição de valor e do gosto.
- ⁸ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 525-541.
- ⁹ HEINICH, N. 2009. Op. Cit.
- ¹⁰ RIEGL, A. Le culte moderne des monuments. 2003. Op. Cit.
- ¹¹ E também no futuro, inscrito nos projetos de requalificação e refuncionalização dos monumentos, e de igual forma do patrimônio cultural imaterial.
- ¹² RAUTENBERG, M. 2008. Op. Cit.
- ¹³ OMT. Introdução ao turismo. São Paulo: Ed. Rocca, 2001.
- ¹⁴ FIGUEIREDO, S. L. Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia. Belém: Ed. NAEA/UFP, 1999; FIGUEIREDO, S. L. Turismo virtual? In: PANOSSO, A., ANSARAH, M. (Org.). Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas. 1 ed. Barueri-SP: Manole, 2008. p. 523-537 e; FIGUEIREDO, S. L. Viagens e Viajantes. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2010.
- ¹⁵ FIGUEIREDO, S. L. 2008. Op. Cit.

- ¹⁶ MACCANNELL, D. *El Turista, una neuva teoria de la classe ociosa*. Barcelona: Ed. Melusina, 2003. Em outro texto, Figueiredo e Ruschmann abordam a experiência da viagem e suas relações com o turismo: FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. M. *Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas*. Novos Cadernos NAEA, v. 7, p. 171-203, 2004.
- ¹⁷ SCIPION, S. M. *Le centre d'interprétation, au coeur d'un processus de valorisation*. *la Lettre de l'OCIM*, n°61, 1999. p. 22 – 26.
- ¹⁸ O atual modelo de planejamento se baseia nas observações de BOO, E. *O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas*. In: LINDBERG, K. HAWKINS, D. (org.). *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. SENAC, 1995. p. 33 – 57; FIGUEIREDO, S. L.. *Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. Alternativa de desenvolvimento para a Amazônia?* In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFPA, 1999b. p. 75-126; WWF. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária*. Brasília, 2003; e nas proposições de modelos na elaboração de planos de manejo de parques naturais com atrações culturais.
- ¹⁹ Essa abordagem diz respeito ao patrimônio natural, patrimônio cultural em ambientes “naturais”, e atrações em ambientes naturais, e se referem aos resultados das ações dos relatórios de pesquisa e de extensão FIGUEIREDO, S. L. et al. *Relatório do Projeto Básico e Especificações Técnicas para Elaboração de Projetos de Socialização de Sítios Arqueológicos na Amazônia: Musealização, Educação e Turismo*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. FIGUEIREDO, S. L. et al. *Turismo em Unidades de Conservação: Arqueologia e Turismo no Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA*. Belém: NAEA/UFPA, 2008; e FIGUEIREDO, S. L.; ANDRADE, M. N. *Pacoval do Curuá: arqueologia, educação e turismo. relatório técnico*. Belém: MPEG, 2008. No entanto podem na sua devida adaptação, ser aplicadas em conjuntos patrimoniais urbanos, e alguns estudos já apresentam tal perspectiva como OLIVEIRA, F. *Capacidade de carga nas cidades históricas*. Campinas/SP: Ed. Papirus, 2003; e INSTITUTO THEOROS. *Controle de Impacto da Visitação no Bairro de Santa Teresa*. Rio de Janeiro: ONG Lunuz, 2004.
- ²⁰ CIFUENTES, M. *Determinación da Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas*. Turrialba, Costa Rica: WWF, 1992.
- ²¹ FIGUEIREDO, S. L., MANHI, C. *Análise Comparativa de Paisagem em Turismo: sistemas de referência*. In: RUSCHMANN, D., SOLHA, K. *Princípios do Planejamento turístico: teoria e prática*. São Paulo: Ed. Manole, 2006.
- ²² WWF. 2003. Op. Cit.
- ²³ WWF. Idem.
- ²⁴ CIFUENTES, M. *Determinación da Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas*. Turrialba, Costa Rica: WWF, 1992.
- ²⁵ Figueiredo e Manhi desenvolvem um estudo sobre esses sistemas, baseado em identificação de formas, linhas, texturas, cores, e movimento da paisagem e sua relação com o sentido da visão. FIGUEIREDO, S. L., MANHI, C. 2006. Op. Cit.
- ²⁶ BOULLON, R. *Planificación del Espacio Turístico*. México: Trillas, 1986.
- ²⁷ FIGUEIREDO, S. J. L. ; PEREIRA, E. S. ; ANDRADE, M. N. ; BACCINO, M. P. ; BARBOSA, L. C. ; GUEDES, J. R. 2008. Op. Cit.
- ²⁸ FIGUEIREDO, S. J. L. ; PEREIRA, E. S. ; ANDRADE, M. N. ; BACCINO, M. P. ; BARBOSA, L. C. ; GUEDES, J. R. Idem.
- ²⁹ PEREZ-JUEZ GIL, A. *Gestión del patrimonio arqueológico*. Barcelona: Ed. Ariel, 2006.
- ³⁰ GULLAUMON, J., POLL, E., SING, J. M. *Análise das trilhas de interpretação*. *Boletim Técnico do Instituto Florestal*. São Paulo: 25:1 – 57, junho, 1977. p. 2.
- ³¹ TILDEN, F. *Interpreting Our Heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1977. Tradução de Stela Maris Murta e Brian Goodey.
- ³² TILDEN, F. Idem.
- ³³ MURTA, S. M., GOODEY, B. *Interpretação do Patrimônio para visitantes: um quadro conceitual*. In: MURTA, S. M., ALBANO, C. *Interpretar o Patrimônio, um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 14; e MURTA, S. M., ALBANO, C. *Interpretação, preservação e turismo: uma introdução*. In: MURTA, S. M., ALBANO, C. *Interpretar o Patrimônio, um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ³⁴ FIGUEIREDO, S. L. 2008. Op. Cit.
- ³⁵ MELO, V. A. de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papirus, 2006. P. 28-29.

- ³⁶ BARRETTO, M. Turismo e legado cultural. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- ³⁷ BARRÈRE, C., BARTHÉLEMY, D., NIEDDU, M., VIVIEN, F. D. Réinventer le patrimoine, de la culture à économie, une nouvelle pensée du patrimoine. Paris, L'Harmattan, 2005.
- ³⁸ PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. L. Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. Cadernos do LEPAARQ - textos de arqueologia, Antropologia e Patrimônio, Pelotas - RS, v. II, n. 3, p. 21-36, 2005. O texto apresenta alguns casos na Região Amazônica de utilização do patrimônio arqueológico pelo turismo sem planejamento adequado, desencadeando problemas para a conservação de sítios arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETTO, M. *Turismo e legado cultural*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BARRÈRE, C., BARTHÉLEMY, D., NIEDDU, M., VIVIEN, F. D. *Réinventer le patrimoine, de la culture à économie, une nouvelle pensée du patrimoine*. Paris, L'Harmattan, 2005.
- BOO, E. O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K. HAWKINS, D. (org.). *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. SENAC, 1995. p. 33 – 57.
- BOULLON, R.. *Planificación del Espacio Turístico*. México: Trillas, 1986.
- CIFUENTES, M. *Determinación da Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas*. Turrialba, Costa Rica: WWF, 1992.
- DESVALLÉES, A. A L'Origine du mot "Patrimoine". In : POULOT, D. *Patrimoine et modernité*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- FIGUEIREDO, S. L. *Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFPA, 1999. 207 p.
- FIGUEIREDO, S. L.. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. Alternativa de desenvolvimento para a Amazônia? In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFPA, 1999b. p. 75-126.
- FIGUEIREDO, S. L. *Viagens e Viajantes*. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2010. v. 1. 326 p.
- FIGUEIREDO, S. L. Turismo virtual? In: PANOSSO, A., ANSARAH, M. (Org.). *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas*. 1 ed. Barueri-SP: Manole, 2008. p. 523-537.
- FIGUEIREDO, S. L., MANHI, C. Análise Comparativa de Paisagem em Turismo: sistemas de referência. In: RUSCHMANN, D., SOLHA, K. *Princípios do Planejamento turístico: teoria e prática*. São Paulo: Ed. Manole, 2006.
- FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 7, p. 171-203, 2004.
- FIGUEIREDO, S. L., PEREIRA, E. S., ALMEIDA, M. B., BARRETO, C. N. G. B., LIMA, J. S. S., SALDANHA, J. D. M., ANDRADE, M. N., CABRAL, M. P., GUAPINDAIA, V. L. C., BACCINO, M. P. *Relatório do Projeto Básico e Especificações Técnicas para Elaboração de Projetos de Socialização de Sítios Arqueológicos na Amazônia: Musealização, Educação e Turismo. Relatório*. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- FIGUEIREDO, S. L., PEREIRA, E. S., ANDRADE, M. N., BACCINO, M. P., BARBOSA, L. C., GUEDES, J. R. *Turismo em Unidades de Conservação: Arqueologia e Turismo no Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas-PA. Relatório Final*. Belém: NAEA/UFPA, 2008.
- FIGUEIREDO, S. L., ANDRADE, M. N. *Pacoval do Curuá: arqueologia, educação e turismo. Relatório técnico parcial*. Belém: MPEG, 2008.
- GARAT, I., GRAVARI-BARBAS, M., VESCHAMBRE, V. Préservation du patrimoine bâti et développement durable : une tautologie ? Les cas de Nantes et Angers. *Développement durable et territoires*. Dossier 4 : La ville et l'enjeu du Développement Durable, mis en ligne le 03 mars 2008. URL: <http://developpementdurable.revues.org/4913>
- GONZÁLEZ-VARAS, I. *Conservación de Bienes Culturales*. Madri: Ed. Cátedra, 2008.

- GULLAUMON, J., POLL, E., SING, J. M. Análise das trilhas de interpretação. *Boletim Técnico do Instituto Florestal*. São Paulo: 25:1 – 57, junho, 1977.
- HEINICH, N. *La Fabrique du patrimoine*. Paris: EMSH, 2009.
- INSTITUTO THEOROS. *Controle de Impacto da Visitação no Bairro de Santa Teresa*. Rio de Janeiro: ONG Lunuz, 2004.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MACCANNELL, D. *El Turista, uma neuva teoria de la clase ociosa*. Barcelona: Ed. Melusina, 2003.
- MELO, V. A. de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- MURTA, S. M., ALBANO, C. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In: MURTA, S. M., ALBANO, C. *Interpretar o Patrimônio, um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- MURTA, S. M., GOODEY, B. Interpretação do Patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M., ALBANO, C. *Interpretar o Patrimônio, um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, F. *Capacidade de carga nas cidades históricas*. Campinas/SP: Ed. Papirus, 2003. 178 p.
- OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Ed. Rocca, 2001.
- PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. L. Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. *Cadernos do LEPAARQ* - textos de arqueologia, Antropologia e Patrimônio, Pelotas - RS, v. II, n. 3, p. 21-36, 2005.
- PEREZ-JUEZ GIL, A. *Gestión del patrimonio arqueológico*. Barcelona: Ed. Ariel, 2006.
- POULOT, D. *Patrimoine et musées, l'institution de la culture*. Paris : Hachette, 2010.
- RAUTENBERG, M. Du patrimoine comme oeuvre au patrimoine comme image. In : NEMERY, J. C., RAUTENBERG, M., THURIOT, F. *Stratégies indentity de conservation et de valorisation du patrimoine*. Paris : L'Harmattan, 2008.
- RIEGL, A. *Le culte moderne des monuments*. Paris : L'Harmattan, 2003.
- SCIPION, S. M. Le centre d'interprétation, au coeur d'un processus de valorisation. *la Lettre de l'OCIM*, nº61, 1999.p. 22 – 26.
- SILVA, F. F. Mário e o Patrimônio, um anteprojetado ainda atual. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 30, 2002. p. 129-137.
- TILDEN, F. *Interpreting Our Heritage*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1977.
- WWF. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária*. Brasília, 2003.





Turismo em Sítios Megalíticos Atlânticos: a Experiência Portuguesa, no Quadro da União Européia

Manuel Calado

O ALENTEJO, ANTES DO TURISMO

As experiências de musealização (algumas delas ainda em curso) que constituem a substância deste trabalho, tiveram lugar, nos últimos anos, no Centro-Sul de Portugal, e focaram-se, em termos temáticos, nos monumentos megalíticos, que são uma das marcas culturais mais proeminentes nas paisagens rurais da região.

O espaço geográfico que representa, só por si, um dos elementos chave do fenómeno megalítico regional, e ao qual, por isso mesmo, foi dado, no discurso museológico, um papel estruturante, pode ser definido como a “mesopotâmia” entre os três rios mais caudalosos do Sul de Portugal: o Tejo, o Sado e o Guadiana.

Na metade Leste deste cenário, correspondente ao distrito de Évora (Alentejo Central), concentram-se os sítios megalíticos mais monumentais, com destaque para o recinto dos Almendres – o maior da Península ibérica – e a Anta Grande do Zambujeiro, o dólmen mais alto do mundo.



Figura 1. A região em que se localiza a maior concentração de monumentos megalíticos, na Península Ibérica.

Estes ícones do megalitismo europeu inserem-se, por outro lado, numa densa rede de monumentos, de diversos tipos: só no distrito de Évora, com cerca de 7000 Km², conhece-se hoje mais de um milhar de megalitos.

Muitos desses sítios são conhecidos desde o século XIX, e alguns mesmo antes. Porém, foi, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX que os estudos arqueológicos permitiram constituir uma base de dados sólida, a par de uma certa clarificação cultural e cronológica do fenómeno.

A Oeste, junto ao litoral, na chamada Península de Setúbal, o megalitismo é muito esparso; a esta realidade não é alheia, certamente, a utilização ritual das grutas, que abundam nestas paisagens cársicas e que, pelo contrário, estão praticamente ausentes no território eborense.

No entanto, existem indicadores claros de fortes relações culturais, nas épocas em que foram erigidas e usadas as construções megalíticas da região (VI-I milénios a.C.); de entre eles, sobressaem as chamadas placas de xisto decoradas, artefactos simbólicos, de uso funerário, cuja origem era indubitavelmente o Alentejo Central, mas que, fora desse quadro geográfico, ocorrem em maior densidade e diversidade, nos espaços funerários pré-históricos da Península de Setúbal.

A presumível importância do megalitismo alentejano, como atração turística, começou a ser encarada, pelos investigadores, a partir dos anos 60 do século XX; nesse âmbito, deve-se a José Pires Gonçalves, médico e arqueólogo amador, a primeira ação concreta de musealização: foram restaurados (com rigor discutível) alguns sítios megalíticos, foi implantada sinalização e foi publicada uma proposta de Roteiro megalítico (o Roteiro de alguns megalitos da região de Évora, de José Pires Gonçalves, em 1975).

Nos vinte anos seguintes, foram entretanto produzidos outros Roteiros, pensados em escalas distintas, e refeitos, em vários casos, as placas sinalizadoras; paralelamente, foram escavados e restaurados novos monumentos, e melhorados os acessos a alguns dos mais relevantes.

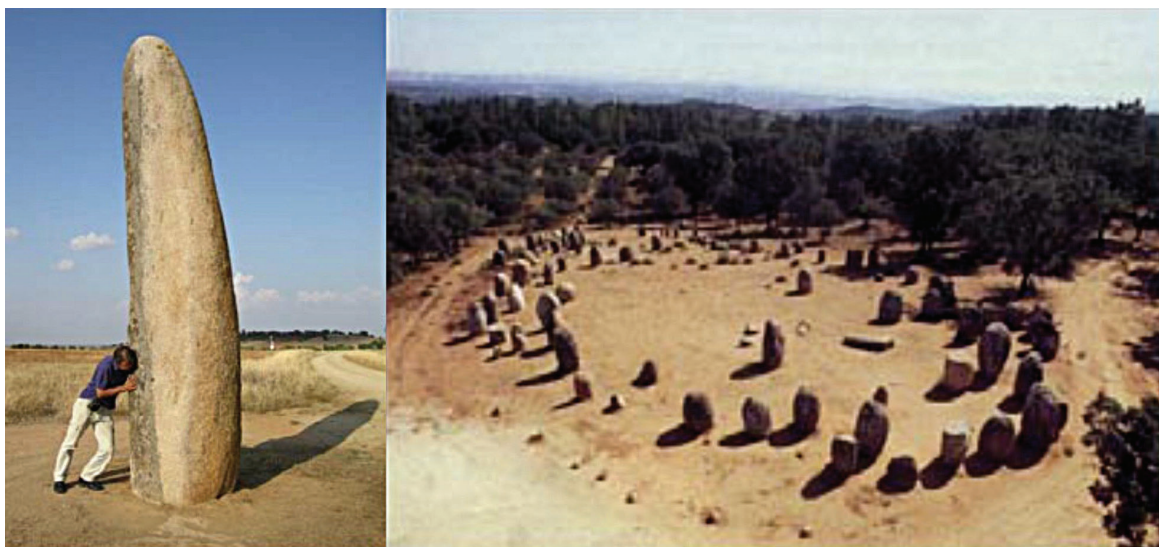


Figura 2. Exemplos de monumentos megalíticos alentejanos: o recinto dos Almendres e o menir do Outeiro.



Figura 3. Exemplos de monumentos megalíticos alentejanos: o Menir do Monte dos Almendres.

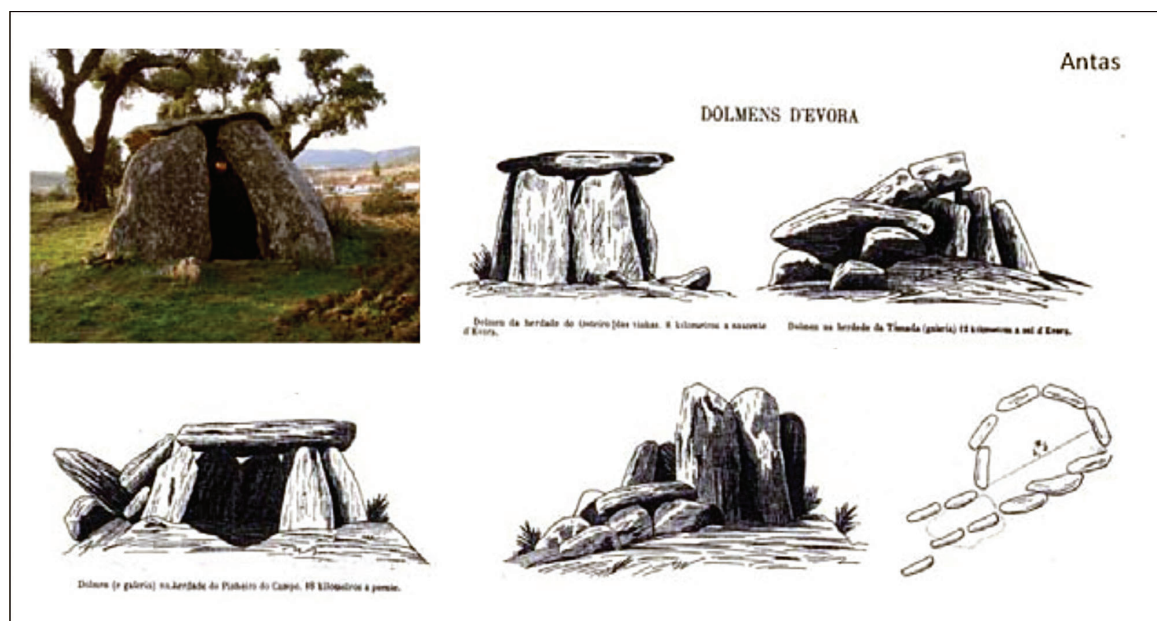


Figura 4. Exemplos de dolmens alentejanos.

E O TURISMO CHEGOU, VIU E VENCEU

A primeira revolução na musealização dos sítios megalíticos alentejanos, foi mais um efeito colateral da classificação, pela Unesco, da cidade de Évora, como Patrimônio Mundial. Essa classificação, que se cingia ao centro histórico da cidade, fundada em época romana, não produziu, porém, efeitos imediatos: houve um processo, que demorou mais de uma década a consolidar-se, e que consistiu, em síntese, numa dialética entre um fluxo crescente de turistas, atraídos pela bandeira da Unesco, e a resposta, também crescente, da iniciativa privada, que construiu hotéis e outras infraestruturas básicas, acompanhada e estimulada pela iniciativa das instâncias públicas, nacionais e regionais.

Seduzidos os turistas, à região competia acompanhar a procura, criando novos pontos de atração, numa perspectiva que, em geral, se orientou no sentido do Turismo Cultural e de Natureza. Na mira dessa estratégia, em termos puramente comerciais, interessava fazer com que os turistas que afluíam a Évora, permanecessem na região o maior número possível de dias; a solução passava, obviamente, pela ampliação da oferta fora da Cidade e, nesse, cenário, o megalitismo constitui hoje, uma das âncoras fundamentais.

Nos últimos anos, já no III milênio, a construção da Barragem do Alqueva – o maior lago artificial da Europa – veio criar expectativas e fomentar investimentos vultuosos, no domínio do Turismo regional. Esta está a ser a segunda revolução.

Estão atualmente em curso de concretização projetos hoteleiros gigantescos, à escala regional, que se traduzem naturalmente, num interesse redobrado dos poderes públicos e dos investidores, para o aproveitamento, noutra escala, do potencial turístico representado pelo megalitismo.

OS PROJETOS

Megalithica Évora: Centro Interpretativo

A política seguida, desde os anos 70, estava assente na organização de roteiros, sinalizados no terreno e acompanhados de folhetos ou publicações análogas, com informação específica sobre cada um dos sítios cuja visita se propunha. Eu próprio elaborei vários desses folhetos, atualmente distribuídos nos postos de Turismo da região.

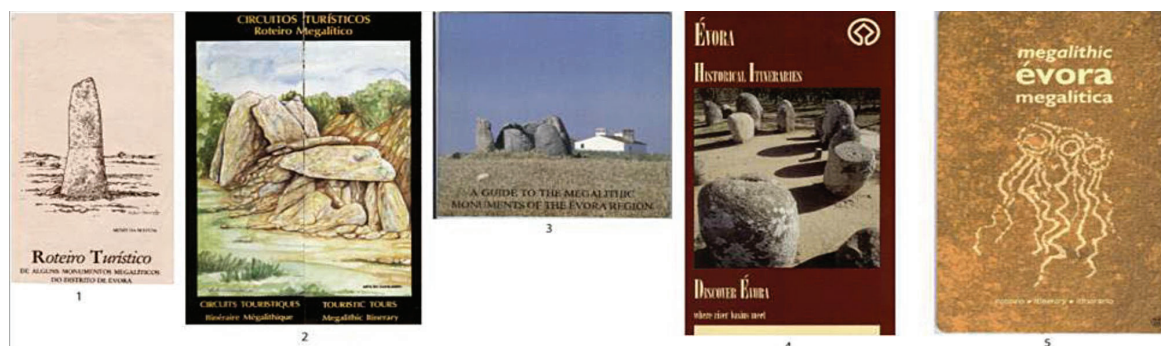


Figura 5. Alguns dos livros e folhetos que acompanharam as várias propostas de Roteiros Turísticos do megalitismo de Évora.

Porém, a inexistência de material informativo que permitisse, aos visitantes dos monumentos megalíticos, uma contextualização adequada, em termos genéricos, foi o pretexto para a montagem, na cidade de Évora, de um Centro Interpretativo focado, por um lado, nas origens da Cidade, em época romana, e, por outro, nas estruturas megalíticas que pontuam as paisagens rurais da envolvente de Évora.

Neste último aspecto, o objectivo expresso foi o de proporcionar aos visitantes, a montante ou a jusante das visitas, uma contextualização dos monumentos no fenómeno mais amplo que é o megalitismo europeu, assim como na época em que foram construídos. Complementarmente, a exposição evoca um dos resultados mais atraentes, para o grande público, da investigação recente sobre as estruturas megalíticas: as orientações arqueoastronómicas.

Aproveitou-se o facto de a sala em que foi instalada a exposição se alongar no sentido E-W, para representar cenicamente o principal evento astronómico que orientou as estruturas megalíticas: o nascer da Lua Cheia, a seguir ao Equinócio de Primavera. De facto, na parede oriental da sala, o visitante pode observar, através de uma projecção, o Nascer da Lua Cheia, visto a partir do recinto dos Almendres, e, na parede oposta, o Pôr do Sol visto a partir da entrada de um dólmen.

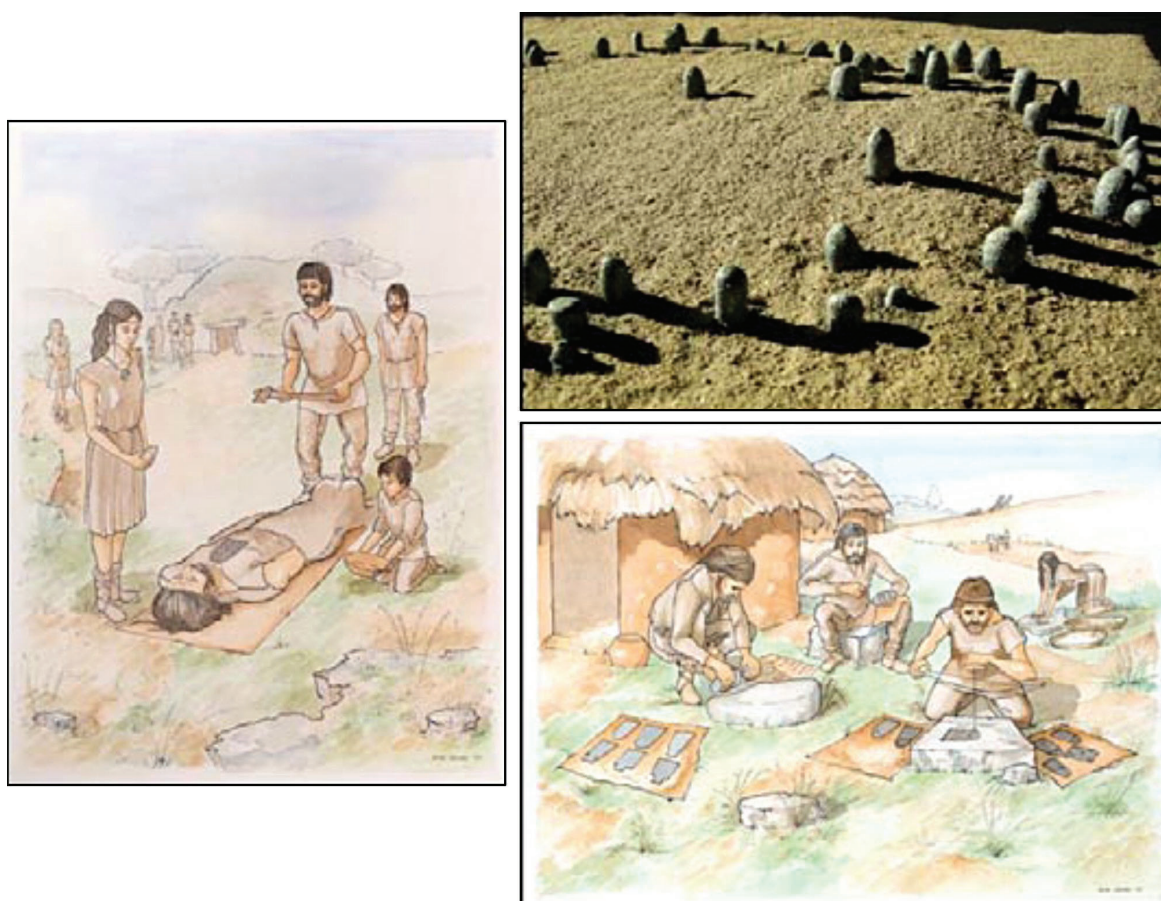


Figura 6. Ilustrações e maquete do Centro Interpretativo Megalithica Ebora.

A contextualização no megalitismo europeu ocupa, simbolicamente, a parede Norte, com um painel de 11 metros representando uma miscelânea com os mais variados tipos de monumentos megalíticos da fachada atlântica, desde a Escandinávia ao Sul de Portugal.

Na parede Sul, são representadas as diversas fases culturais – do Mesolítico ao Neolítico final – que enquadram a génese e a evolução do megalitismo regional. Esse discurso é escorado nos diversos tipos de paisagem que serviram de cenário a essas fases culturais: dos ambientes estuarinos dos últimos caçadores e recoletores, às paisagens abertas dos solos mais férteis, explorados no final do Neolítico, passando pelas paisagens mais apropriadas à pastorícia que são a marca do Neolítico inicial

Este módulo foi concretizado com recurso a ilustrações e maquetes, de fácil leitura, que representam os diversos tipos de povoados de cada uma dessas fases. Os dois principais monumentos da região de Évora – o recinto dos Almendres e a Anta Grande do Zambujeiro - aparecem igualmente representados em maquetes, reproduzindo, no primeiro caso, a realidade existente, e apresentando, no segundo, uma proposta de reconstituição.

Por ultimo, apresenta-se um painel com informação sobre as placas de xisto que são, indiscutivelmente, os objectos mais icónicos (e mais estudados) relacionados com o megalitismo alentejano, assim como uma vitrina com alguns originais. As placas de xisto aproximam-se, em termos morfológicos e talvez conceptuais, dos famosos muiraquitãs amazónicos.

O Roteiro das Murteiras

A Herdade das Murteiras é uma fazenda, com cerca de 700 ha, localizada a cerca de 15 km da cidade de Évora. É propriedade da Fundação Eugénio de Almeida, uma instituição de direito privado, mas com finalidades culturais e sociais.

A descoberta, em 2000, de um povoado megalítico, de grandes dimensões e inserido numa paisagem muito bem conservada, foi o tiro de partida para um projeto de musealização, atualmente em fase de conclusão.

Na sequência da identificação do povoado das Murteiras, foi efetuada a prospeção arqueológica do entorno, que resultou na descoberta de novos monumentos megalíticos (sepulturas da Hortinha), a acrescentar a outro que já era conhecido (Anta da Murteira de Cima).

Antes de se avançar com a musealização do conjunto, foram efetuadas escavações arqueológicas nos diversos sítios a integrar no Roteiro arqueológico. Os resultados, surpreendentes em vários registos, alargaram sensivelmente os conteúdos disponíveis para o respectivo discurso interpretativo: de facto, uma das sepulturas neolíticas tinha sido reutilizada na Idade do Ferro (cerca de três mil anos depois de construída), enquanto, na escavação do povoado, foi descoberta uma pedra megalítica anterior à respectiva ocupação habitacional.

O foco deste Roteiro, que não inclui monumentos comparáveis ao recinto dos Almendres ou à Anta Grande do Zambujeiro, foi colocado no povoado (trata-se do único povoado megalítico visitável, na região), na pedra megalítica (extremamente raras, mesmo no contexto europeu), e no fenómeno da reutilização de estruturas megalíticas, muito para além da época em que foram concebidas.



Figura 7. Um dos monumentos funerários escavados na Herdade das Murteiras.

A Herdade de S. Lourenço do Barrocal

No limite oriental da região, junto ao Rio Guadiana e próximo da fronteira com Espanha, localiza-se uma forte concentração de sítios megalíticos, nos arredores da vila medieval de Monsaraz.

Trata-se de um ambiente altamente favorável ao investimento hoteleiro, potenciado, como já referi, pela construção da Barragem de Alqueva, mas também pela presença de Monsaraz, que é, há vários anos, um cartaz turístico de renome.

No caso do Barrocal, uma fazenda com cerca de 900 hectares, adjacente à barragem do Alqueva e próxima da vila de Monsaraz, está em curso um projeto de investimento turístico de qualidade, que consiste na construção de um Hotel de Charme e de cerca de 80 moradias de luxo.

O conceito subjacente implica uma adequação máxima do projeto imobiliário ao contexto paisagístico, cuja valência agro-pecuária se pretende manter. Por outro lado, o Programa implica um respeito fundamental pelo património arqueológico, evitando, dentro do possível, a sua afetação.

Para garantir a aplicação desse conceito, foi efetuada, em paralelo com os estudos paisagísticos e técnicos, a prospeccção arqueológica sistemática da área a intervir.



Figura 8. Após a escavação, procedeu-se ao restauro do menir do Barrocal.

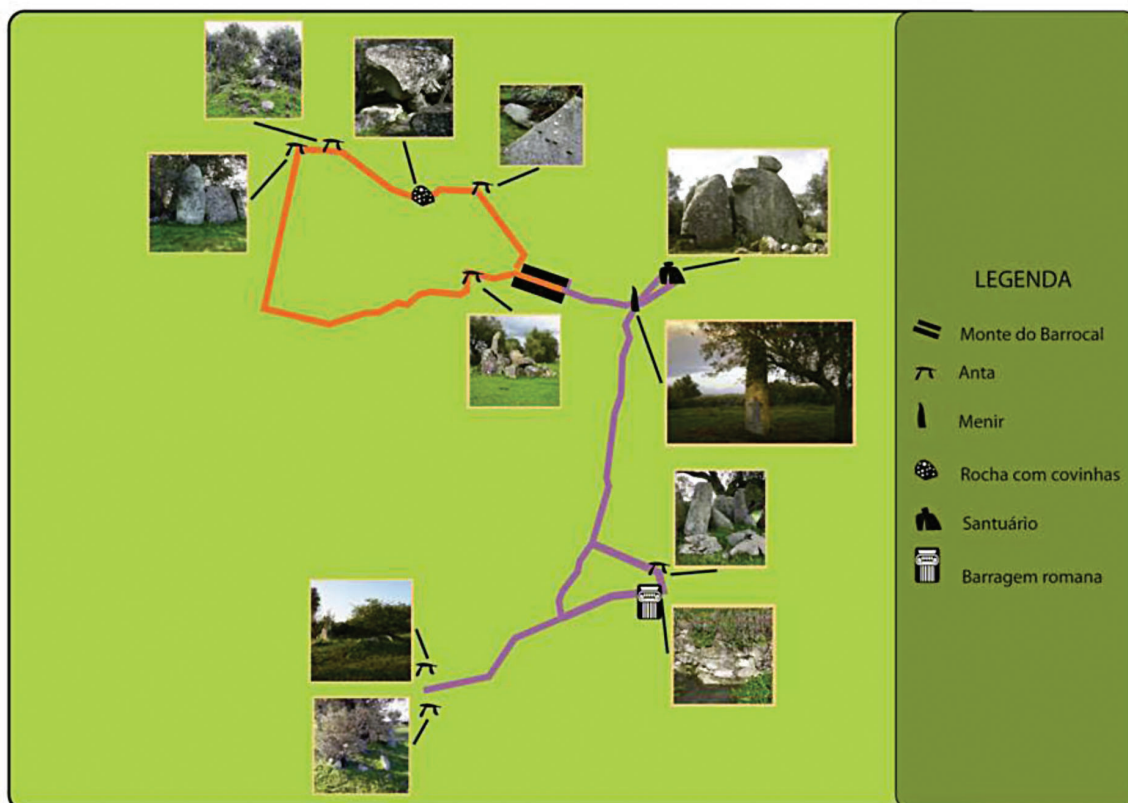


Figura 9. Roteiro megalítico da Herdade do Barrocal.

A presença, no território do Barrocal, de quinze sítios megalíticos, entre os quais o menir de maiores dimensões do Alentejo Central (o segundo maior da Península Ibérica) foi o pretexto para a definição de um Roteiro megalítico que marca o limite oriental da mancha megalítica regional e onde se projeta instalar um centro interpretativo do megalitismo alentejano em geral.

Note-se que, neste caso, se trata de um projeto totalmente oriundo da iniciativa privada, em que o megalitismo surge como um pólo de atração adicional, no contexto de um projeto turístico assente nos valores paisagísticos pré-existentis.

O Parque do Risco

A região da Arrábida constitui a extensão, para o litoral, do território megalítico do Alentejo Central. Em termos turísticos, existe, nesta área, uma forte procura estival, relacionada com a existência de praias de grande qualidade, nos arredores imediatos de Lisboa, que é a zona mais populosa do país.

Esta procura sazonal determinou a criação de inúmeras infraestruturas hoteleiras que, no entanto, sofrem de algumas dificuldades fora do período balnear.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Sesimbra (um dos concelhos da Arrábida) apoiou, nos últimos três anos, a elaboração da respetiva Carta Arqueológica, tendo como objetivo expresso, a definição posterior de Roteiros culturais, selecionando e aproveitando os recursos arqueológicos inventariados.

Desde logo, convém assinalar que a serra da Arrábida constitui, só por si, um motivo de atração para determinados segmentos turísticos: trata-se, na sua maior parte, de um Parque Natural,

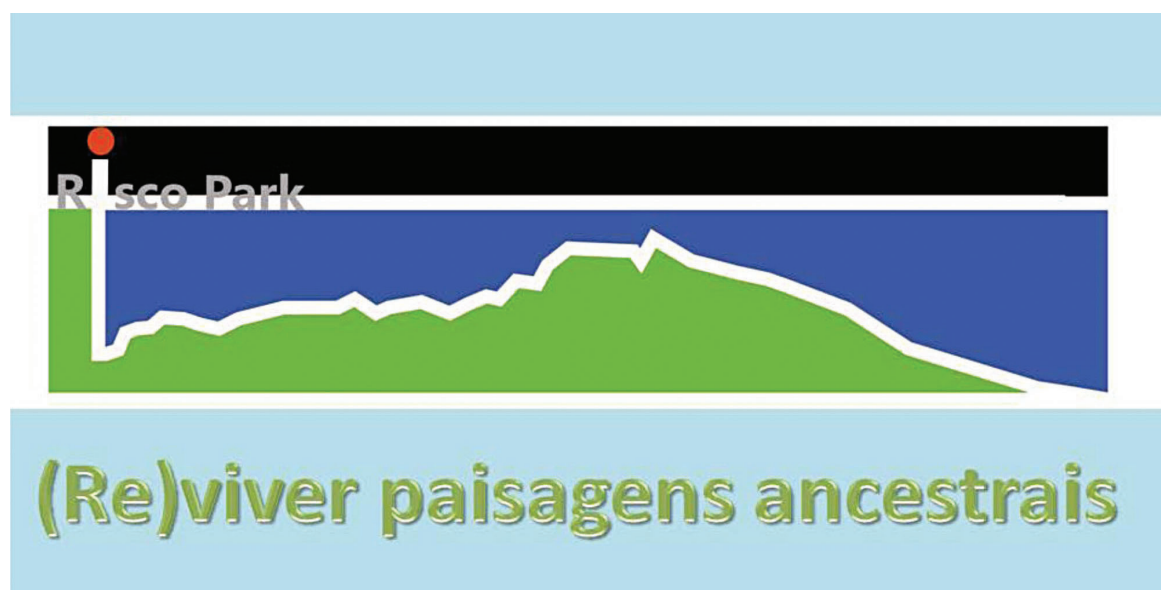


Figura10. Logotipo do Parque do Risco.

administrado pelo Estado, com alguns setores de reserva integral. Na verdade, a política do Parque Natural da Arrábida tem sido delineada no sentido de proteger a paisagem natural, limitando, na medida do possível, a presença humana e, em particular, os fluxos turísticos.

Os estudos arqueológicos efectuados permitiram, por sua vez, identificar, nos limites do Parque Natural da Arrábida, uma concentração peculiar de vestígios arqueológicos, com um contexto paisagístico muito bem conservado, numa área conhecida como a Serra do Risco.

O Projeto de criação do Parque do Risco obedece a um certo número de critérios, decididos a partir da análise de várias experiências europeias, em termos de Parques de Pré-história e, em particular, do Parc Pyrenéen de l'Art Préhistorique, em Tarascon (Sul de França).

De entre esses critérios, destaca-se a relação do Parque com sítios arqueológicos importantes e a instalação em contextos paisagísticos de grande qualidade. Os objetivos, para além da viabilidade turística, são, sobretudo, de tipo pedagógico, sendo, por isso, orientados preferentemente, para públicos escolares e para as famílias.

Neste quadro, uma estratégia fundamental é, como se compreende, o caráter lúdico, experimental e participativo das soluções museológicas propostas, mantendo uma fidelidade sólida aos dados arqueológicos.

No caso do Parque do Risco, muito mais do que em Tarascon, o Projeto passa por um respeito integral pela paisagem pré-existente, na qual se pretende que não sejam arrancados nem plantados uma única árvore, ou mesmo um único arbusto. As estruturas arquitetônicas,



Figura11. A serra do Risco.

necessárias à instalação de um Centro de Acolhimento e de um Centro Interpretativo, aproveitarão estruturas agrícolas atualmente em desuso e parcialmente arruinadas.

Tematicamente, o Centro Interpretativo centrar-se-á num tema de âmbito europeu – a Idade do Bronze - apoiado nos vestígios dessa época, presentes nas imediações do Parque, e num tema local: a pré-história da região da Arrábida.

Os espaço lúdico do Parque centrar-se-á em reconstituições de povoados e atividades do quotidiano das sociedades megalíticas, e as atividades propostas organizar-se-ão em nove ateliers temáticos, dinamizados por monitores, em que o público será convidado a participar:

1. As artes da Pedra. Fabrico de artefactos de pedra lascada, pedra polida e placas de xisto.
2. As artes do Fogo. Técnicas pré-históricas de produção do Fogo. Cerâmica e metalurgia pré-histórica.
3. As artes das Fibras: tecelagem e cestaria, com métodos análogos aos documentados na Pré-história.
4. As artes da Guerra. Campo de tiro com armas pré-históricas. Aulas de equitação.
5. As artes da Morte. Reconstituição de um monumento megalítico e dos rituais associados à Morte.
6. As artes da agricultura e do pastoreio. Noções básicas da vida camponesa primitiva, com criação de cabras e ovelhas.
7. As origens das Artes. Produção de pigmentos, técnicas e temas da arte pré-histórica.
8. As artes da Arqueologia. Escavação simulada, no Parque, articulada com uma escavação arqueológica, de carácter pedagógico, num dos sítios das imediações.
9. As artes do Céu. Observações astronómicas dos eventos celestes que serviram para orientar os monumentos megalíticos.

O Parque proporcionará também aos visitantes o contato com os dois animais que, na pré-história europeia, marcaram a iconografia e o imaginário mítico, ao longo de várias épocas, com ecos até à atualidade: os cavalos e os touros. Com efeito, uma parte considerável da área do Parque será preenchida por uma manada de cavalos e outra de touros.

Os visitantes circularão apenas numa área bem delimitada, protegida por sebes de árvores altas que permitem ocultar, sem dificuldade, uma carga de público bastante elevada. Isto implica, na verdade, que do ponto de vista paisagístico, a intervenção terá um impacte próximo de zero.

Pretende-se, por um lado, aproveitar uma paisagem antropizada há vários milhares de anos, mas que mantém um cunho rural e natural adequado à evocação das paisagens pré-históricas, ao mesmo tempo que se disciplina a acessibilidade à serra da Arrábida.

A gestão do Parque é, neste caso, uma parceria público-privada que inclui o proprietário do terreno, o Parque Natural da Arrábida, os municípios da região (Sesimbra, Setúbal e Palmela), e uma Associação Cultural, que representa, de algum modo, as comunidades locais.

FUNCIONAMENTO EM REDE

Um dos objetivos estruturantes, na fase atual, é a articulação em rede das experiências acima descritas.

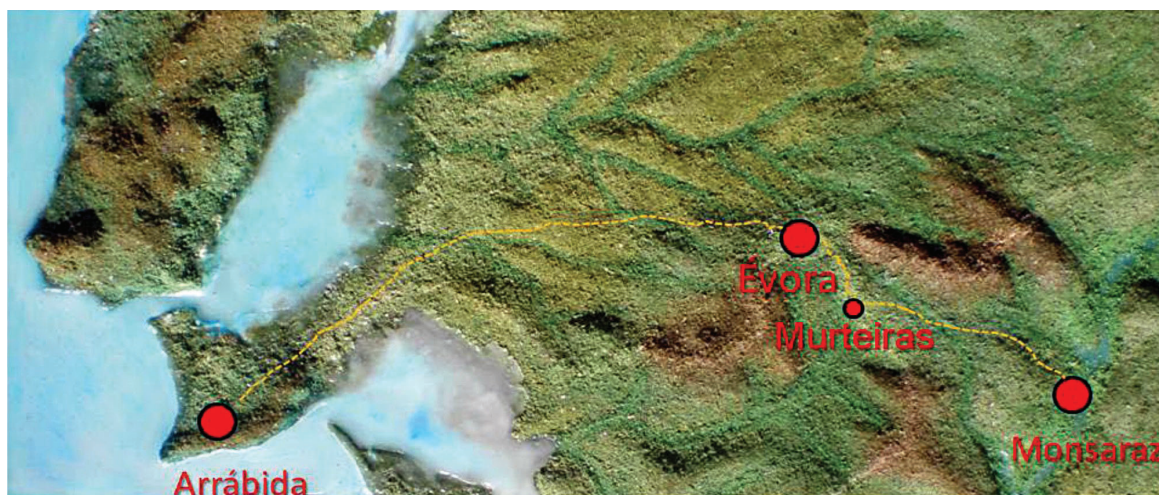


Figura 12. As diferentes experiências de musealização de sítios megalíticos referidas no texto.

Na verdade, convém explicitar que, em todos os casos (públicos ou privados) se pretende atrair o maior número de visitantes possível, dentro de parâmetros que não sejam prejudiciais para os monumentos nem, em última análise, para a qualidade da experiência que se proporciona aos visitantes. Deve observar-se, porém, que em nenhum dos casos se atingiu níveis preocupantes quer de um ponto de vista, quer de outro, pelo que se trata de um tema a monitorar e a ajustar quando for esse o caso.

É certo que os monumentos megalíticos, pela sua própria natureza, são menos susceptíveis de afetação do que, por exemplo, a arte rupestre, em particular em ambientes de gruta.

A articulação em rede implica, para começar, que os visitantes de qualquer um dos Roteiros serão estimulados a visitar os restantes, através de vários processos.

Por um lado, os Roteiros foram tematicamente pensados de forma complementar, cobrindo, cada um deles, um aspecto particular de uma realidade mais ampla: o megalitismo; nesse sentido, os conteúdos não se devem sobrepôr, apesar de se ligarem a um tronco narrativo comum.

Por outro lado, prevê-se a criação de produtos comuns, nomeadamente livros, bandas desenhadas, vídeos, etc. que reintegrem, num todo mais abrangente, cada uma das facetas tratadas em cada Roteiro. Isto implica algumas sinergias entre os gestores dos vários projetos, com vantagens comuns. Pretende-se também, em termos pedagógicos, que os monumentos não sejam lidos, pelos visitantes, de forma desgarrada e casuística, mas sim integrados no percurso histórico de uma região concreta, inserida por sua vez, num contexto geográfico alargado.

Pretende-se efetivamente ultrapassar algumas “geografias da investigação” que tendem a enviesar os verdadeiros marcos geográficos das comunidades antigas e, conseqüentemente, dos seus vestígios arqueológicos. Trata-se de um percurso numa paisagem coerente, entre o Rio (o Guadiana) e o Mar.

Note-se que este modelo pode, naturalmente, vir a ser alargado e incluir, por exemplo, a arte rupeste e/ou o megalitismo do Norte alentejano.

O TURISMO CULTURAL NA AMAZÔNIA DE HOJE

A experiência acima descrita pode, de alguém modo, ajudar a pensar a musealização de sítios pré-históricos amazônicos?

Na verdade, cada caso é um caso

Mesmo que seja (e creio que é) conveniente avaliar outras experiências, o que efetivamente se requer são soluções específicas e, dentro do possível, originais, para aplicar em contextos que são, eles próprios, muito específicos.

O Turismo na Amazônia está ainda numa fase incipiente, semelhante àquela que existia no Alentejo, há cerca de 30 anos. Faltam infraestruturas (acessos e hotelaria), falta um marketing direcionado, falta investir.

Mas sobra matéria-prima de altíssima qualidade

Genericamente, creio que, por exemplo, o conceito de funcionamento em rede poderia ser aplicado e adaptado.

Na verdade, para além das suas especificidades, os sítios de Monte Alegre, Maracá e Calçoene partilham algumas características comuns que poderiam eventualmente ser exploradas, em termos de discurso museológico:

1. São amazônicos, sendo certo que a marca “Amazônia” é essencial na promoção da visita dos sítios. Todos se integram em paisagens especiais, marcantes, pelo que o recurso “paisagem” deve aparecer evidenciado na definição e na promoção do “produto” turístico que se quer “vender”.
2. Relacionam-se todos com as populações indígenas. É indiscutível que o índio amazônico representa, por várias razões, um dos temas fortes para o imaginário local e mundial.
3. Localizam-se todos na margem esquerda do estuário do Amazonas, pelo que, apesar das distâncias, é legítimo conceber relações culturais.
4. São todos de caráter ritual/simbólico/cerimonial. O fato de serem manifestações intrinsecamente distintas implica, naturalmente, adaptações a realidades paisagísticas também distintas, para além, naturalmente, das diferenças cronológicas.

5. Os temas antropomórficos/zoomórficos (que, na Amazônia, não parecem tão diferenciados como na arte rupestre europeia, refletindo, quiçá, algumas noções cosmológicas comuns às culturas indígenas da região) são tratados de maneiras diferentes, nos três sítios.

Na verdade, essa ligação é indiscutível entre Monte Alegre e Maracá, mas menos consensual em Calçoene. Porém, considerando os dados arqueológicos e etnoarqueológicos de diferentes culturas megalíticas, em diferentes partes do mundo e correspondendo a diferentes épocas, o significado antropomórfico dos megalitos é defensável. De resto, as silhuetas de alguns megalitos de Calçoene apresentam afeiçoamentos que sugerem figuras antropozoomórficas.

6. Existem, por outro lado, ligações dois a dois: Calçoene e Monte Alegre ilustram, de forma complementar, o interesse, das comunidades que os criaram, pela simbologia dos fenômenos astronômicos; Calçoene e Maracá representam, por seu turno, formas distintas de encenar a Morte, em áreas bastante contíguas (desconhecem-se ainda eventuais relações entre as pinturas de Monte Alegre e os sítios funerários). Maracá e Monte Alegre são ligadas pela “calha Norte” do Amazonas.

7. O fato de os Projetos de musealização dos sítios amazônicos serem elaborados por uma mesma equipa e patrocinados pela mesma instituição, cria, à partida, condições favoráveis para que o funcionamento em rede, possa ser inscrito na própria matriz de cada um deles.

Note-se que, em princípio, as vantagens de um discurso museológico articulado e de um funcionamento em rede, não são apenas de caráter turístico-económico, mas também pedagógico.

Para além do funcionamento em rede, existe, na experiência alentejana, outro aspeto que merece reflexão: na verdade, foi a classificação da cidade de Évora, pela Unesco, que desencadeou todo o processo de desenvolvimento turístico da região. É claro que a acessibilidade daquela região portuguesa, para os turistas europeus, assim como a inexistência de conflitos sociais evidentes, foram trunfos importantes desse mesmo processo.

Um caminho semelhante tem sido seguido pelo Parque da Capivara, prejudicado, porém, por uma forte interioridade e pelas dificuldades de acesso, eventualmente ultrapassáveis com a construção do aeroporto de S. Raimundo Nonato, atualmente em curso.

Classificar o quê, na Amazônia?

Na minha perspectiva, como megalitista, Calçoene apresenta condições excepcionais para ser classificado pela Unesco: trata-se de um conjunto único, no contexto americano, de um tipo de monumentos de dispersão quase planetária.

Acresce o fato de o sítio principal – AP.CA.18 – se encontrar arqueológica e estruturalmente muito bem conservado e se enquadrar numa paisagem sem mácula.

Convém acrescentar que, na minha opinião, o processo de classificação de um sítio, de um conjunto ou de uma paisagem, mesmo que não venha a ter aprovação pela Unesco, permite concentrar esforços e sinergias, em termos de investigação e de planeamento, etc., com resultados que, à partida, são altamente benéficos para o património.

Note-se que, na Comunidade Europeia, se instituiu recentemente a figura de Patrimônio Europeu, precisamente para contornar o fato de a política geral da Unesco evitar classificar mais sítios em território europeu, dada o óbvio enviesamento em relação ao resto do mundo. A ideia a reter é de que, se não for possível a classificação pela Unesco, vale a pena classificar os sítios, em escalas menos globais, nomeadamente em termos regionais ou nacionais.

Trata-se, em qualquer dos casos, de operações de marketing importantes, mas, ao mesmo tempo, do reconhecimento, por entidades idóneas e independentes, do valor relativo dos sítios classificados.

Outro aspecto da experiência alentejana que poderia ser aplicado ao projeto de musealização amazónica, foi o fato de, a montante das musealizações, terem sido efectuados estudos aprofundados sobre sítios ou áreas.

No caso do Parque do Risco, tal como acontece na Capivara, prevê-se a continuação de um Centro de Estudos de Arqueologia da Paisagem, paralelo ao funcionamento do Parque.

Trata-se de cobrar, para a investigação arqueológica, uma compensação por aquilo que esta proporciona ao Turismo.

BIBLIOGRAFIA

- CALADO, M. The Revolution of the Stones. In FIGUEIRA, E., SAÚDE, S., SANTOS, J. A., RODRIGUES, A. (eds.). *Tourism and Sustainable Development in Rural Marginal Areas*. Arraiolos: Monte, 2002. 183 p.
- CALADO, M. Fronteiras de geometria variável: o Alentejo Central na Pré-história. *Museal*, nº3, p. 28-33. 2008.
- CALADO, M., ROCHA, L. Megalitismo em Évora: muzealizar e interpretar. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, I, nº 58, p.124-129, 2008.
- CALADO, M., ROCHA, L. Parque do Megalitismo de Évora: uma utopia alentejana. *Praxis Arqueológica*. APA, p.79-89, 2009.
- GONÇALVES, J. P. Roteiro de alguns megálitos da região de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora. 58, p. 3-23, 1975.
- GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. *Memoria, historia y patrimonio: hacia una concepción social del patrimonio: toward a social concept of the heritage*. Madrid: CSIC, 2000.
- GUILLAUME, M. Les fonctions sociales du patrimoine. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 41:3-4, p. 9-16, 2001.
- LOPES, F., CORREIA, M. *Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- OOSTERBEEK, L., CURA, S., CURA, P. Educação, criatividade e cidadania no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. *Revista de Arqueologia*. São Paulo. 19, p. 103-110, 2007.
- PORTUGAL, J., MARQUES, S., Eds. *Gestão cultural do território*. Porto: Setepés, 2007.
- QUAGLIUOLO, M. Is there a future for the past? Research, conservation, development and the cultural-environmental heritage: an all-inclusive tour. In: CRUZ, A. R., OOSTERBEEK, L., Eds. *Territórios, mobilidade e povoamento no Alto-Ribatejo. III: Arte pré-histórica e o seu contexto*. Tomar: CEIPHAR, 2002, p. 257-260.
- REAL, F. Patrimônio arqueológico e estratégias de desenvolvimento. In: *Encontros Cem Anos de Arqueologia "O Archeólogo Português"*. Vila do Conde: Associação de Protecção ao Patrimônio Arqueológico de Vila do Conde, 1998, p. 183-190.
- TAMANINI, E. Museu, Arqueologia e o Público: um olhar necessário. In: FUNARI, P. P. A., Ed. *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1999, p. 179-220.





Itinerarios Rupestres, un debate sobre la incorporación de sitios con arte rupestre a la gestión turística en Argentina

María Mercedes Podestá

Desde hace unas décadas atrás los arqueólogos estamos incorporando paulatinamente sitios arqueológicos dentro de la actividad turística. Esta inserción no comenzó en forma espontánea desde el propio seno de la comunidad de arqueólogos, celosa de la preservación de un recurso por demás frágil. Muy por lo contrario, el fuerte interés surgido desde el sector turístico fue el desencadenante de la demanda de sitios arqueológicos para su inclusión en circuitos turísticos a nivel mundial¹. Existe una falta de armonía entre los sectores turístico y arqueológico, pocos son los proyectos que coordinan los intereses de ambos sectores en forma consensuada y llevan a la práctica sus objetivos en conformidad. Por lo general se percibe una fricción entre ambos ámbitos que desemboca, irremediablemente, en detrimento del bien arqueológico.

¿Tenemos los arqueólogos el derecho de reservar sólo para nosotros o para la comunidad científica la información que logramos rescatar de los sitios arqueológicos? ¿Debemos los estudiosos del pasado seguir conservando la información adquirida en “torres de marfil”² o debemos volcarla en beneficio del gran público, estudiantes, visitantes del exterior o miembros de las comunidades locales, entre otros? ¿Cómo es posible armonizar estos intereses aparentemente tan contrapuestos? Los conceptos de ecoturismo, turismo cultural, arqueoturismo o turismo arqueológico y turismo sostenible definen a la perfección los ideales del sector turístico y científico. Pero... ¿son factibles sus propuestas?³.

Es necesario construir un camino para compatibilizar intereses y proponer objetivos consensuados. Frente al celo del investigador por preservar los sitios arqueológicos está el interés del visitante, sea éste un turista o un poblador local, por conocer su pasado cultural. Esto es un hecho concreto que no se puede ignorar o dejar de lado a la hora de proponer planes de gestión para los sitios arqueológicos⁴. Después de todo, la Organización Mundial del Turismo (OMT) entiende al turismo como un instrumento para el desarrollo sostenible, el diálogo intercultural y la cultura de paz. A esos objetivos debemos tender los que nos ocupamos de sitios arqueológicos insertos en itinerarios turísticos.

TURISMO ARQUEOLÓGICO Y ARTE RUPESTRE

El turismo se ha convertido en un sector fundamental de la actividad económica desde las últimas décadas del siglo XX. Es, sin lugar a dudas, un buen negocio, genera el 4,4% del PIB mundial y da empleo a alrededor de 200 millones de personas. Con este crecimiento se está produciendo una diversificación de los productos y destinos turísticos y está aumentando la

demanda del turismo de naturaleza, relacionadas con el ecoturismo, turismo rural⁵ y turismo cultural. Como puede leerse en la Carta de Turismo Cultural, el turismo es un hecho social, humano, económico y cultural irreversible⁶.

La demanda por el tipo de itinerarios culturales comenzó a gestarse en la década de los años 70 del siglo pasado, hace ya casi 40 años, cuando los países que carecen de los medios naturales o del clima para promover una industria basada en el “sol y playa” se esforzaron por procurar nuevos productos que los convirtieran en atractivos de ocio⁷. El decir, el turismo cultural eclosionó ante la necesidad de diversificación de la propia industria turística, que busca permanentemente ofertas complementarias de mayor valor añadido y que desestacionalicen la demanda. Su desarrollo también respondió al crecimiento de nuevas clases medias urbanas, con alto nivel educativo, interesadas en conocer y experimentar algo especial, distinto de la oferta turística masiva, con contenido cultural, simbólico, espiritual o histórico⁸. En nuestros días el turismo cultural goza de gran popularidad a escala mundial con una incontable variedad de ofertas. Unas 240 millones de personas se mueven por año dentro de itinerarios culturales⁹.

Dentro del turismo cultural, el arqueoturismo o turismo arqueológico¹⁰ es una modalidad bajo la que se presentan propuestas y productos culturales y turísticos en los que la arqueología es el ingrediente principal. Existe una creciente atracción entre turistas y yacimientos arqueológicos. En Perú, por ejemplo, el 92% de los visitantes se dirigen a sitios históricos y arqueológicos, de los cuales un 35% llega a Machu Picchu¹¹. Si bien no existe una definición institucional de turismo arqueológico, Pérez-Juez Gil intenta esclarecer el concepto afirmando que se trata del “desplazamiento para conocer y entrar en contacto con una realidad diferente de la conocida en la que prevalecen los valores históricos, artísticos o monumentales, todos ellos aglutinados por su consideración como patrimonio arqueológico”¹².

Se han creado productos de todo tipo para acercar la arqueología a los visitantes. Destacan las rutas temáticas (por ejemplo el Qhapac Ñan o Camino Principal Andino, etc.), los espectáculos y las celebraciones de recreación histórica, la posibilidad de alojarse en un hotel, como la Villa Romana de Salou que conserva los restos romanos en el interior¹³, entre una multitud de ofertas originales. El acondicionamiento de campos de batalla es un nuevo recurso del turismo arqueológico que está cobrando vida en diversos países¹⁴.

Dentro de los sitios arqueológicos, aquellos que tienen manifestaciones de arte rupestre, poseen un atractivo particular. Dejando de lado los repetidos ejemplos de las cuevas de Lascaux y Altamira – que pagaron un alto costo por la visita indiscriminada a la que fueron sometidas desde temprano y que desencadenó, en el caso de la primera, su cierre definitivo, y, en el segundo ejemplo, su clausura temporaria pero con posibilidades de convertirse en definitiva (Ontañón Peredo com.pers.) – podemos mencionar otros casos excepcionales dentro del contexto europeo. Uno de ellos es el Valle del Côa, Duero (Portugal), que posee cientos de sitios con grabados paleolíticos que han sido salvados de quedar sumergidos bajo las aguas del río a causa de la construcción de una central hidroeléctrica. Gracias a la activa participación de la comunidad local, nacional y científica (nacional e internacional) los sitios arqueológicos fueron definitivamente salvados. Hoy la comunidad está viviendo un resurgimiento económico, participando y usufructuando los beneficios provenientes del nuevo desarrollo turístico que vive la región.

UNESCO hace un gran aporte para incentivar el interés turístico por los sitios arqueológicos y está introduciendo un cambio de gran significación en la política de concesión del título de Patrimonio de la Humanidad¹⁵. Si hasta ahora esa distinción se ha venido dando a bienes y lugares concretos, en estos momentos se pone énfasis asimismo en la valoración de rutas o itinerarios culturales de carácter transnacional. De las cuarenta inclusiones en la Lista del Patrimonio de la Humanidad (UNESCO) que tiene España, dos de ellas se refieren a sitios con arte rupestre. Se trata de la denominación "Arte rupestre de la Cuenca del Mediterráneo en la Península Ibérica" que incluye cientos de sitios con arte rupestre, nominada en 1998. El segundo caso corresponde a la célebre Cueva de Altamira a la que recientemente (2008) se le ha sumado nuevos sitios con arte rupestre localizados en la franja cantábrica con el nombre de "Cueva de Altamira y Arte Paleolítico del Norte de España". La difusión de las pinturas rupestres del Macizo del Caroiç, a través de un Itinerario Cultural Europeo, abre nuevas expectativas económicas a toda el área de influencia, puesto que se prevé que dinamizará diferentes sectores relacionados con la hotelería, el ocio o el comercio en general. Cuando los sitios están cerrados a la visita pública, como la Cueva de Altamira por ejemplo, la región también se beneficia al contar con réplicas de los originales ya que igualmente permiten al turista una buena conexión con el pasado¹⁶. Hay un público que se mueve por el mundo con la Lista del Patrimonio de la UNESCO en la mano, por lo tanto un sitio nominado es un sitio que debe estar acondicionado para el crecimiento de la demanda turística.

Otro ejemplo son los grabados rupestres de Tanum, Suecia, reconocidos en 1994 por la UNESCO como un bien patrimonial de carácter mundial. Estos, entre otros aspectos, permiten tender lazos entre los visitantes con los tiempos de la Edad de Bronce¹⁷, posibilitando así una conexión del habitante actual con un pasado por demás remoto para la concepción europea. Fuera de Europa, las pinturas rupestres de los San o Bushman en Ukhahlamba-Drakensberg Park (Sud Africa), incluido también en la Lista del Patrimonio Mundial (UNESCO) es una gran atracción turística. Hasta el momento 34 localidades arqueológicas con pinturas, grabados y geoglifos completan la lista de sitios excepcionales del mundo (según la UNESCO). Desde Kakadu National Park en Australia hasta los grabados de Valcamonica en Italia reciben contingentes turísticos de variada magnitud atraídos por el imán de lo reconocido como único e irrepetible a nivel mundial¹⁸.

El número de sitios con arte rupestre en América latina es muy inferior, ya que sólo cinco bienes culturales fueron incorporados a la Lista debido a la excepcionalidad de su arte rupestre. Muchos o pocos, en todos éstos se incrementó la demanda turística. El Parque Nacional Serra da Capivara en Brasil es una de las mayores concentraciones de sitios arqueológicos y de los más grandes acervos de pinturas rupestres del continente. El número de sitios con arte rupestre supera los 900. El Parque guarda características excepcionales y fue reconocido por UNESCO como Patrimonio Cultural de la Humanidad en 1991. Gracias al aporte proveniente del turismo, es hoy un foco impulsor en una zona de economía deprimida, generador de puestos de trabajo y otros beneficios para la comunidad. Hoy se lo considera el parque con mejor infraestructura de América y el parque arqueológico con mejor acondicionamiento del mundo. Cuenta con tres accesos públicos exclusivos para visitantes, con guarda permanente, con sala de descanso para visitantes, sanitarios, más de 400 km de senderos, 128 sitios arqueológicos preparados para la recepción de visitantes, entre otras comodidades¹⁹. En forma paralela, el trabajo de

conservación que se lleva a cabo en los sitios con arte rupestre²⁰ puede considerarse único en América y entre los más importantes del mundo entero.

El Fuerte de Samaipata en Bolivia, las Líneas y Geoglifos de Nasca y de Pampas de Jumana en Perú y Sierra de San Francisco en México que, junto con Cueva de las Manos en la Argentina, son las otras localidades arqueológicas excepcionales de América latina que tienen, como principal atractivo turístico, manifestaciones de arte rupestre²¹.

Podría continuar con esta lista mencionando muchos otros sitios en los cuales el arte rupestre actúa como un imán turístico, disparador del desarrollo de las comunidades y motor de la reconversión económica de muchas regiones del mundo. Basta con los ejemplos citados para ejemplificar la magnitud creciente de esta industria que incorpora paulatinamente sitios con arte rupestre en sus itinerarios.

TURISMO SOSTENIBLE, GESTIÓN Y COMUNIDADES LOCALES

La Organización Mundial del Turismo (OMT) ha definido el desarrollo sostenible, en relación con el turismo, de la siguiente manera:

“... atiende a las necesidades de los turistas actuales y de las regiones receptoras y al mismo tiempo protege y fomenta las oportunidades para el futuro. Se concibe como una vía hacia la gestión de todos los recursos de forma que puedan satisfacerse las necesidades económicas, sociales y estéticas, respetando al mismo tiempo la integridad cultural, los procesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los sistemas de vida”²².

En el marco de esta declaración, se pueden ampliar algunos principios de desarrollo turístico sostenible de la manera siguiente:

- los recursos naturales, históricos y de otro tipo empleados por el turismo se conservan para su uso continuado en el futuro.
- el desarrollo turístico se planifica y gestiona de forma que no cause serios problemas ambientales o socioculturales en la zona de turismo.
- los beneficios del turismo se reparten ampliamente por toda la sociedad²³.

Queda claro, entonces, que la preservación de los bienes culturales y naturales a lo largo del tiempo es el principio clave que debe regular todo emprendimiento turístico. En lo que atañe específicamente a los sitios arqueológicos puede decirse que un yacimiento o localidad arqueológica “no puede convertirse en un destino de turismo cultural si no ha sido objeto de un acondicionamiento y de un proyecto museográfico que garanticen la protección del sitio y la comprensión del visitante”²⁴.

¿Se cumplen estos principios en relación con la gestión de sitios con arte rupestre? No existe, por supuesto, una única respuesta a una pregunta tan amplia. La misma dependerá de muy diversos factores. Pero sí puede arriesgarse una respuesta tentativa y esta es: por lo general no

se cumple con la totalidad de los principios fundamentales que enmarcan al desarrollo turístico sostenible y este incumplimiento afecta a los sitios con arte rupestre – entendidos como recursos culturales no renovables – de manera irreversible.

Los informes provenientes de las diversas latitudes del mundo coinciden en señalar la alta fragilidad de los sitios con pinturas y grabados, los innumerables daños inflingidos en ellos y la irreversibilidad de estas acciones que deterioran o hacen desaparecer estos sitios de la faz de la tierra. Mencionaré sólo algunos casos que, como sudamericanos, nos tocan más de cerca: por ejemplo, las líneas y geoglifos de Nasca y los terribles daños producidos por la apertura de caminos, el desgaste de la superficie rocosa del Fuerte Samaipata debido al tránsito humano con la consecuente pérdida de varios de los relieves que la cubren. En la Argentina, por ejemplo, el sitio que ilustra la secuencia de arte rupestre del área del Noroeste a lo largo de 10.000 años (Inca Cueva 1 o Cueva Chulín), ha sufrido la visita sin control de viajeros y visitantes por más de cien años y hoy sus pinturas se encuentran seriamente dañadas.

Gran parte de los problemas radican en la falta de participación de las comunidades locales en la programación de las actividades de desarrollo turístico en relación con los sitios de arte rupestre, principio considerado básico por los diferentes organismos internacionales que entienden en el tema²⁵. Es corriente escuchar quejas acerca de la expoliación de sitios arqueológicos por parte de personas y entidades ajenas a la comunidad que está en directa relación con los sitios.

El proceso de puesta en valor de sitios y bienes arqueológicos e históricos en función de su aprovechamiento turístico, remite a los pobladores del área en la que se encuentran, a la consideración de su pasado reciente o remoto, estimulando el sentido de identidad cultural en la comunidad²⁶. Esto es relevante especialmente en aquellas áreas en donde se observan patrones de desarticulación étnica y por lo tanto, de pérdida de identidad cultural. Hay numerosos casos en nuestro continente en los que la discriminación histórica respecto de las poblaciones originarias ha quitado entidad y visibilidad al patrimonio prehispánico. La ideología con que se enfoca el pasado condiciona la decisión de cuáles segmentos de la historia pasada de una región o de una nación deben destacarse y cuáles deben ser olvidados, lo que trae aparejado cuáles bienes proteger y cuáles desestimar²⁷.

Frente a este tipo de políticas, la consideración del pasado prehispánico y de sus resultados materiales suele ser escasa e insuficiente, ya que no se considera a este pasado ni a los bienes que lo representan como un antecedente de relevancia, sino como algo ajeno y extraño. A través del tipo de actividades que propone el turismo cultural, en las que necesariamente la comunidad debe verse involucrada de formas muy variadas (desde la consulta participativa hasta el aprovechamiento económico), se contribuye a dar un nuevo significado a ese pasado negado u olvidado, que deja de ser visto como el pasado de los “otros” y es, por lo contrario, apropiado por la comunidad. En este sentido, entendemos que la investigación le añade a los objetos un plus de valor derivado del conocimiento que se posee de ellos que también colabora en esta tarea²⁸.

Un ejemplo claro es nuevamente Machu Picchu, caso emblemático de las prácticas turísticas en el Perú. El Departamento de Cusco donde está ubicada esta localidad arqueológica, posee 45% de la población que vive en condiciones de pobreza y extrema pobreza²⁹. Es fácil concluir que una de las primeras condiciones para que se de el desarrollo sostenible a partir de las prácticas turísticas es asumir el hecho turístico como parte integrante de la conciencia del grupo, es decir, utilizando el ejemplo de Machu Picchu, asumirlo como un elemento constitutivo

de la conciencia simbólica tanto del grupo o colectividad como de los individuos. Es decir que la condición *sine qua non* para que se de cualquier forma de desarrollo sostenible es precisamente la de comprometer las poblaciones en la construcción de la conciencia que los hace actores del desarrollo³⁰.

En nuestros días, en Argentina así como también en otros países vecinos, se van sumando lentamente, proyectos de turismo arqueológico que tienen como prioridad la participación comunitaria en la protección y gestión. Incluso, en algunas regiones, los mismos habitantes son los responsables de elegir los sitios arqueológicos que son incorporados a la oferta turística. Al respecto, un caso interesante es el presentado por la comunidad originaria de Nor Lípez en Potosí Bolivia³¹. Entre otros emprendimientos que comparten los mismos principios, podemos mencionar los de Cueva de las Manos³², de la Comarca Andina del Paralelo 42° en la Patagonia argentina³³, en el Parque Provincial Ischigualasto y su área de amortiguación, y Los Colorados en la provincia de La Rioja³⁴. Me referiré con mayor detalle a algunos de estos casos en las próximas páginas.

Para procurar paliar, en alguna medida, los inconvenientes originados en la mala aplicación de los principios del turismo sostenible en la administración de sitios con arte rupestre, el Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (INAPL), Secretaría de Cultura de la Nación, inició en 1995 un programa con la mira puesta en la preservación de algunos sitios excepcionales del patrimonio nacional argentino³⁵. Relataré en el siguiente acápite las acciones y los logros, así también como los fracasos, alcanzados hasta el momento por el Programa poniendo el acento en la experiencia turística.

PROGRAMA “DOCUMENTACIÓN Y PRESERVACIÓN DEL ARTE RUPESTRE ARGENTINO” (DOPRARA)

Los objetivos principales del programa se resumen en:

- Producción de conocimientos sobre el arte rupestre a partir de su documentación y registro.
- Registro de los procesos de deterioro que alteran a los sitios con arte rupestre para lograr su preservación.
- Creación de una base computarizada de imágenes de arte rupestre.
- Implementación de medidas de amortiguación de los procesos de deterioro natural y vandálico y elaboración de planes de manejo. Inclusión de sitios con arte rupestre en circuitos de turismo cultural/arqueológico.
- Actividades de coparticipación con las comunidades locales.

Transferencia (difusión y capacitación) al público en general y gestión con las autoridades locales responsables de los sitios. Organización de cursos de perfeccionamiento, exhibiciones.

El objetivo primordial apunta a llevar a cabo una efectiva colaboración con las provincias y específicamente con las comunidades locales. El Programa ha seleccionado, ante el requerimiento de las mismas, aquellos sitios con arte rupestre que se encuentran en un estado de deterioro

avanzado o en un proceso de alteración acelerado. Estos procesos son más evidentes en aquellos sitios que soportan una carga turística que excede las medidas de protección que se han hecho efectivas en ellos o en sitios que carecen por completo de un sistema defensivo. Gran parte de los esfuerzos también están dirigidos a los sitios incluidos en la Lista del Patrimonio de la Humanidad (UNESCO) debido a que son imanes de atracción turística.

Ejemplificaré con cinco casos concretos de aplicación del Programa: Cueva de las Manos, Comarca Andina del Paralelo 42° y río Manso inferior en la Patagonia argentina, Ischigualasto y Los Colorados en el área Centro-Oeste y, por último, Cerro de las Cuevas Pintadas en el Noroeste argentino (Figura 1).

CUEVA DE LAS MANOS: UN SITIO DEL PATRIMONIO MUNDIAL

Cueva de las Manos del Río Pinturas, ubicada en la provincia de Santa Cruz en la Patagonia argentina es uno de los cinco sitios del continente americano incluidos en la Lista del Patrimonio Mundial (UNESCO) por la excepcionalidad de su arte rupestre. Sus pinturas remiten a grupos de cazadores-recolectores que habitaron el cañadón del río Pinturas a lo largo de casi diez mil años³⁶ (Figura 2). Constituye hoy el foco principal de atractivo turístico en una zona postergada en comparación con otras del área (Corredor Turístico Central de la Patagonia).

El INAPL en colaboración con la provincia de Santa Cruz comenzó a trabajar en Cueva de las Manos del río Pinturas en momentos previos a la denominación (1995) pero el sitio venía explotándose para el turismo desde la década anterior. Se trata de un sitio de valores excepcionales desde el punto de vista cultural, científico y estético. La denominación por parte de UNESCO se concretó en 1999 luego de las presentaciones y gestiones llevadas a cabo por el INAPL y la Secretaria de Cultura de la Nación. La inclusión en la Lista fue un desencadenante para materializar una importante inversión por parte del Estado a fin de habilitar la infraestructura necesaria para la recepción de los visitantes durante la temporada estival. Cueva de las Manos actualmente cuenta con estacionamiento, iluminación, hospedaje para el guardia y los guías turísticos, centro de recepción de visitantes, torre de agua, instalación de gas, explanada de acceso al sitio, sanitarios, pasarelas, cartelería informativa bilingüe, dos molinos de viento, además de una escalera para acceder a la costa del río y poder apreciar el cañadón del río Pinturas en todo su esplendor. Los trabajos en el lugar estuvieron permanentemente supervisados por un equipo de arqueólogos del INAPL dirigidos por María Onetto y se llevaron a cabo tareas de rescate de algunos hallazgos que se produjeron durante las tareas. El equipo de arqueólogos estuvo atento sobre todo para tomar medidas para evitar el impacto negativo que las obras pudieran tener sobre las pinturas y el soporte³⁷.

En los últimos años, debido a la creciente popularidad de la localidad – dada su inclusión en la Lista del Patrimonio Mundial y al fuerte aumento del turismo interno – Cueva de las Manos multiplicó la afluencia turística. Entre 1991 y 2000, antes de la nominación de UNESCO, el sitio era visitado por un promedio de 2.580 turistas por año. Esta cifra aumentó en el verano 2005-2006 alcanzando el número de 6.241 visitantes y durante la temporada siguiente se cuadruplicó registrándose la entrada de 10.700 turistas³⁸.



Figura 1. Localidades arqueológicas con arte rupestre donde actúa el Programa de Documentación y Preservación del Arte Rupestre Argentino (DOPRARA). Referencia de los sitios mencionados en el texto: 2- Cerro Cueva Pintadas (Guachipas, Salta), Noroeste, 3- Los Colorados, Centro-Oeste, 4- Ischigualasto, Centro-Oeste, 6- Comarca Andina del Paralelo 42°, Patagonia, 7- Cueva de las Manos, Patagonia.

La puesta en práctica de un plan de manejo por parte de la Municipalidad de Perito Moreno, la localidad más próxima al sitio que se halla a 90 km de distancia, en el cual el INAPL interviene como asesor científico, puso en orden las diversas tareas de administración y puesta en valor³⁹. Actualmente también funciona una comisión de sitio integrada por autoridades municipales (Perito Moreno) y provinciales (Santa Cruz), además de una asociación civil no gubernamental (Asociación Civil Identidad pro-Museo Regional) y la propietaria del establecimiento donde se localiza Cueva de las Manos y el INAPL. A partir de la comisión se coordina la administración del sitio, las medidas tendientes a la conservación y fundamentalmente la recepción de visitantes al sitio.



Figura 2. Cueva de las Manos. Conjunto de manos en negativo y positivo en diferentes tonalidades. Foto: Mário Sánchez Proaño. Archivo INAPL

En Cueva de las Manos los turistas son conducidos a lo largo del sitio con un recorrido algo menor a los 1.000 metros visitando diferentes concentraciones de pinturas al aire libre, con excepción de una de ellas que se halla en un ámbito de cueva. Hasta hace poco, se ingresaba a la cavidad y se recorría en su totalidad a pesar de su alta fragilidad y la existencia de rejas que controlaban su ingreso. En los últimos años se dispuso su cierre definitivo y actualmente los visitantes observan las pinturas desde la pasarela (Figura 3) Los visitantes son acompañados por guías capacitados por personal científico del INAPL⁴⁰ que les brindan una visita interpretada a través de un guión especialmente adaptado a las necesidades del lugar y a los requerimientos de los visitantes.



Figura 3. Cueva de las Manos. Patagonia. Pasarelas frente a la cueva. (Foto: María Onetto)

Para lograr esta serie de actividades se ha dado intervención a la comunidad local⁴¹, si bien esto no ha sido tarea sencilla debido a la lejanía en donde se encuentra la localidad de Perito Moreno de Cueva de las Manos. Hasta el momento los pobladores locales intervienen en la gestión del sitio como guías y empleados en diversas tareas de administración.

COMARCA ANDINA DEL PARALELO 42° Y VALLE DEL RÍO MANSO INFERIOR: TURISMO PREVENTIVO

Otra región situada en la Patagonia relacionada con el Programa es la Comarca Andina del Paralelo 42° y el valle inferior del Río Manso, caracterizada por sus atractivos paisajes de lagos y montañas. En los últimos diez años se ha, al menos, triplicado la afluencia turística y ha aumentado la oferta de actividades ecoturísticas en esta región. Desde un principio, se manifestó la voluntad de distintos sectores de las distintas comunidades de la región por utilizar los sitios arqueológicos con arte rupestre para la actividad turística. Esto motivó la confección de un proyecto orientado específicamente a brindar un marco adecuado para el uso público de los bienes arqueológicos. El criterio de selección de los sitios con arte rupestre para ser volcados a la oferta turística obedeció al grado de riesgo que presentaban. El riesgo se mide por la facilidad

de acceso al sitio, su visibilidad y el nivel de frecuentación por parte de pobladores locales y de personas ajenas a la población local.

Luego de un trabajo de varios años en la Comarca, los resultados ofrecen un amplio espectro que va desde el desinterés de algunos miembros de la comunidad por su patrimonio arqueológico (un caso) hasta el sitio donde algunos de sus miembros se han puesto a la cabeza de su defensa (Paredón Lanfré)⁴². De los 50 sitios con arte rupestre documentados, sólo se ha intervenido en tres de ellos, son justamente aquellos que recibían visitas esporádicas sin poseer aun medidas de control (con excepción del sitio Paredón Lanfré que siempre fue atendido por la familia propietaria del establecimiento donde se localiza el sitio).

Sobresalen los trabajos realizados en el sitio Cerro Pintado que es uno de los sitios más aptos, dentro de la CA42°, para la puesta en valor para su uso público. Los valores del sitio pueden sintetizarse en la noción que CP presenta una secuencia que remite al visitante a la ocupación de la región de los Andes Patagónicos entre los 1900 años AP hasta los momentos tempranos del contacto con el europeo (Siglos XVI-XVII). El interés de sus pinturas rupestres radica, no sólo en el valor artístico en sí mismo, sino también en la posibilidad que brinda para conocer aspectos de la simbología expresada en diferentes momentos de la ocupación del sitio. A estas características deben sumarse las condiciones propias de las pinturas y del emplazamiento del sitio que facilitan la visita pública. Además, la relativa buena conservación de las pinturas permite que las mismas sean debidamente apreciadas por los visitantes. Por el contrario, las condiciones de preservación de muchos otros sitios de la región es muy deficiente ya que las pinturas se encuentran muy desvaídas a causa de las condiciones de humedad imperante⁴³.

Todos los asuntos relativos a la puesta en valor y administración del sitio, así como también el proyecto de educación para escuelas que se desarrolla en el sitio, están siendo llevados a cabo por parte de una comisión integrada por el propietario del predio, una organización no gubernamental y funcionarios de las áreas de cultura y turismo de la Municipalidad de la población cercana al sitio (Cholila). Nuevamente el equipo de investigación del INAPL actúa como asesor científico permanente además tiene la función de estimular la reunión de sus miembros y el funcionamiento de la comisión. Se tiene previsto que éste último rol se irá paulatinamente delegando en los miembros de la comisión del sitio⁴⁴.

En el último año se ha desarrollado la idea del “camino de las grecas” que entroncará los sitios con arte rupestre puestos en valor en la Comarca Andina con otros vecinos ubicados en parques nacionales que ya reciben visitantes. El nombre de camino de las grecas alude a una representación rupestre que caracteriza a todos los sitios por igual: la greca. Recientemente el sitio Cerro Pintado recibió el certificado de “compromiso a la calidad turística 2009” (Rogante, comunicación personal).

ISCHIGUALASTO Y LA RUTA DEL ARRIERO

El Parque Provincial Ischigualasto (provincia de San Juan, área Centro-Oeste), popularmente conocido como Valle de la Luna, es conjuntamente con el Parque Nacional Talampaya, un sitio reconocido por la UNESCO en el año 2000 por su excepcionalidad paleontológica. Además de

los milenarios fósiles, guarda un importante repositorio de sitios arqueológicos muchos de ellos con grabados rupestres que, con un plan de manejo mediante, están siendo incorporados paulatinamente a la oferta turística con el objeto de enriquecer el bagaje patrimonial de ambos parques⁴⁵. El Parque atrae anualmente a unos 80.000 turistas por lo que representa uno de los centros turísticos más importantes del área.

Una parte importante de los sitios con arte rupestre se refiere al paso de los arrieros de vacunos que entre mediados del siglo XVIII y del XIX atravesaban el valle de Ischigualasto para alcanzar la Cordillera de los Andes y luego atravesarla en su paso a Chile. El país trasandino era el destino final de esta larga travesía de varios meses de duración ya que el ganado era utilizado para alimentar a los trabajadores de la minería del salitre en auge en el norte de ese país.

En su itinerario por el desierto de Ischigualasto los arrieros representaron grafismos que replican las formas de aquellas marcadas a fuego sobre el cuero del animal para identificar a sus propietarios. Los soportes de estas imágenes fueron las rocas que jalonan uno de los principales cauces de la región, el río La Chilca, que era el eje por el que atravesaban este valle desértico y la única salida natural del valle. Además de los bloques con marcas de ganado grabadas hay algunos restos de “alojos” (construcciones muy precarias para pasar la noche o para soportar los embates del viento blanco), cruces recordatorias de arrieros fallecidos en la travesía, palenques y, tal vez, algunas formaciones naturales de roca que los lugareños interpretan como antiguos corrales. Algunos viejos pobladores de las pequeñas comunidades que residen cerca del Parque (Los Baldecitos y Baldes del Rosario) relataron cómo se realizaban estos viajes, los productos que se intercambiaban y, de tanto en tanto, historias sobre los malhechores que acechaban a los viajeros y que hacían aún más difícil la travesía del ganado⁴⁶.

La particularidad de este tipo de patrimonio cultural de Ischigualasto nos llevó a trabajar el concepto de itinerario cultural. Este término remite a una categoría cuyo componente esencial es una vía de comunicación, ya sea terrestre, acuática o mixta, en cuyo recorrido se han dado, a lo largo del tiempo y de manera continua y sostenida, intercambios e influencias culturales a lo largo de un período de tiempo. Con esta categoría se pone énfasis no solo en los valores culturales o históricos de determinados espacios y paisajes, sino también en los movimientos de población, el encuentro, el diálogo, el cambio de las culturas en el espacio y en el tiempo, a la vez que se insiste en la importancia que tienen esos itinerarios “para la comprensión mutua, la lectura plural de la historia y la cultura de la paz”, tal como declara UNESCO. De esta manera y volviendo a Ischigualasto, el concepto de ruta trabajado – que se sintetizó en la “ruta del arriero” – no solo remite a la recorrida de los arrieros en momentos – poco menos que contemporáneos – sino que también posibilita entroncarlo con el pasado más remoto de Ischigualasto. Este último caso se relaciona con la antigua práctica del caravaneo que entrelazó poblaciones humanas a lo largo y ancho de la Cordillera de los Andes durante varios milenios⁴⁷.

Una de las ventajas que encontramos al trabajar la “ruta del arriero” es que los pobladores actuales, si bien no se sienten identificados con el pasado prehispánico de la región, con cuyos remanentes materiales conviven sin interesarse en sus particularidades, contrariamente si lo hacen con el pasado histórico que los define como criollos. Entre estos, especialmente el más reciente, el vinculado a los arreos de ganado, está totalmente incorporado a sus discursos identitarios⁴⁸ (Figura 4).



Figura 4. Ischigualasto, área Centro-Oeste. Propuesta turística de la ruta del arriero. Diseño: Marcelo Torres (Archivo INAPL).

Actualmente existe un compromiso por parte de las autoridades provinciales para llevar adelante el desarrollo de esta propuesta turística y son varias las actividades que se están llevando a cabo conjuntamente con las comunidades rurales involucradas: se creó la marca identificatoria del circuito turístico, se diseñaron dos circuitos para la visita de los vestigios relacionados con el paso de los arrieros que guarda el Parque, se confeccionó e instaló la cartelería interpretativa correspondiente.

LOS COLORADOS: EL TRABAJO DE UNA COMUNIDAD

La población de Los Colorados (provincia de La Rioja, Área Centro-Oeste) se conformó alrededor de una estación ferroviaria de principios del siglo XX, hoy en desuso. Es una pequeña comunidad rural de unos 30 habitantes que tiene las necesidades básicas insatisfechas. Su nombre ni siquiera figura en los censos nacionales. Los atractivos de Los Colorados son ricos y variados. Por ejemplo, a 5 km. del núcleo de la pequeña población se encuentra la Cueva del Chacho, sitio histórico emblemático de la región. Además, sobre la misma huella, se llega la localidad arqueológica que se caracteriza por la presencia de bloques con grabados rupestres y de sitios con morteros excavados en la roca. Por otro lado, la ruta nacional por donde se ingresa a Los Colorados es, a la vez, una vía de comunicación para visitar los parques Talampaya e Ischigualasto, dos de los centros de mayor atracción turística en la región. En el punto mismo

de acceso a Los Colorados, y sobre la ruta nacional mencionada, se encuentra un santuario de la Difunta Correa, devoción popular fuertemente arraigada en el área. Todas estas circunstancias (localización sobre un corredor turístico de importancia, presencia del santuario y de la Cueva del Chacho) provocan el ingreso, casi diario, de visitantes al lugar. Esta afluencia comenzó a sentirse en los sitios con arte rupestre, a los cuales la gente accedía gracias a un cartel indicativo que los conducía al lugar. El resultado fue la presencia de *grafittis* sobre los grabados rupestres.

Esta situación llevó a que las autoridades provinciales solicitaran la incorporación del Programa a la gestión de Los Colorados. Si bien en un primer momento los sectores de turismo y cultura provinciales tardaron en consensuar los trabajos a llevar a cabo en la población, las tareas se pudieron iniciar finalmente. En primer término se elaboró la documentación de los diferentes bloques con arte rupestre y se efectuó el monitoreo de los daños realizados por los visitantes en el sitio. Al mismo tiempo se coordinó un trabajo con los pobladores locales a fin de llevar a cabo la incorporación de los sitios con arte rupestre a una visita turística planificada para revertir la situación que se vivía hasta el momento. Es decir, la visita se daba en forma espontánea y sin reportar beneficio alguno a la comunidad. Los trabajos fueron consensuados en sucesivas reuniones con los pobladores que obviamente vieron inmediatamente la posibilidad de diversificar y aumentar sus fuentes de ingreso. El objetivo principal fue elaborar, para locales y visitantes, un breve acercamiento al pasado a través de las representaciones rupestres, además de integrar a la misma propuesta las visitas que desde hace tiempo se dirigen a la Cueva del Chacho, complementando ambos atractivos en un mismo circuito.

Hoy los resultados son alentadores: se diseñó el circuito turístico, fue instalada la señalización y la cartelera interpretativa y algunos escolares locales fueron capacitados como guías de los visitantes (Figuras 5, 6 y 7). Paralelamente se está llevando a cabo un proyecto educativo con los colegiales⁴⁹. En el mes de abril de 2009 se realizó la primera visita guiada a turistas bajo el plan propuesto, además se publicó un libro con la historia del lugar⁵⁰. La comunidad aceptó el compromiso y demuestra un alto grado de entusiasmo ante las nuevas posibilidades que se abren en su pequeña comunidad.

CERRO DE LAS CUEVAS PINTADAS DE LAS JUNTAS: UN PATRIMONIO OLVIDADO

Cerro de las Cuevas Pintadas, mejor conocido como Pirguas del Sol, en Las Juntas (departamento de Guachipas, provincia de Salta), área del Noroeste, comprende cerca de 40 aleros con pinturas rupestres de un valor estético y cultural excepcional. Desde comienzos de la década de 1970, cuando las pinturas fueron dadas a conocer a través de la prensa, los aleros son frecuentados por escolares, visitas espontáneas y grupos turísticos que han desencadenado un proceso de desgaste y destrucción acelerado que ha modificado ostensiblemente el estado de las pinturas y sus soportes rocosos.

A lo largo de los años los visitantes han ocasionado diversos daños a las pinturas: *grafitti* realizados mediante el rayado de la roca o aplicando pintura o tiza sobre los motivos, desprendimientos completos de motivos, además del humedecido de las pinturas para resaltar su color. También son visibles algunos casos de *fake*, es decir de dibujos modernos que intentan replicar antiguas representaciones.

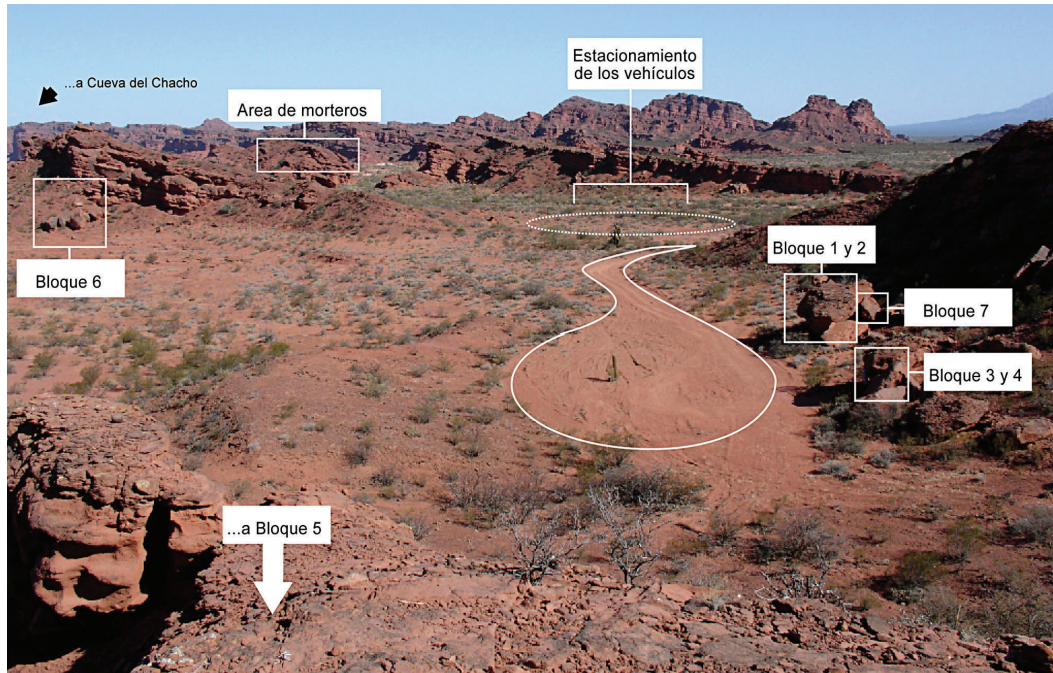


Figura 5. Los Colorados (La Rioja), área Centro-Oeste. Circuito de visita que comprende la Cueva del Chacho, el área con morteros y los bloques con arte rupestre. Diseño: Marcelo Torres (Archivo INAPL).



**BIENVENIDO
WELCOME**

Este es un Parque Cultural.
Usted recorrerá un paseo admirando el pueblo,
sus sitios arqueológicos e históricos.

*This is an Cultural Park.
You will enjoy visiting the village,
an archeological site and historical places.*

Por favor recuerde
Please remember

- ❌ **NO TOQUE NI MARQUE LOS GRABADOS**
Do not touch the engraved surfaces
- ❌ **REGRESE CON LA BASURA QUE GENERÓ**
Take away memories, as well as your litter
- ❌ **NO SE SIENTE, CAMINE O TREPE SOBRE SUPERFICIES GRABADAS**
Do not sit, walk or climb over decorated rocks
- ❌ **RESPETE LA FLORA Y LA FAUNA**
Respect the environment
- ❌ **NO DESPRENDA ROCAS**
Do not remove rocks
- ❌ **NO ENCENDER FUEGO**
Do not light a fire
- ❌ **DISFRUTAR EL SILENCIO Y APRECIAR EL PAISAJE**
Appreciate the silence and the beauty around you

Duración aproximada <small>Time required</small>	2 hs
Dificultad <small>Difficulty</small>	baja <small>Low</small>

Los Colorados es un sitio declarado de interés provincial (Decreto Provincial N° 2.357/80)

Secretaría de Cultura de la Nación	Dirección Nacional de Patrimonio y Museos	Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología	Municipalidad de Patquía
------------------------------------	---	--	--------------------------

Figura 6. Los Colorados. Cartel informativo para visitantes. Diseño: Marcelo Torres (Archivo INAPL).



Figura 7. Los Colorados. Tarjetón interpretativo en un sitio con grabados rupestres. Diseño: Marcelo Torres (Archivo INAPL).

Hoy, a través de una prolija documentación fotográfica y el relevamiento detallado de aproximadamente la mitad de los aleros con pinturas, además de un estudio de los componentes minerales, se cuenta con una base documental de extraordinario valor. A pesar de estos esfuerzos y de la preocupación de algunas entidades provinciales por proteger estos sitios (Dirección de Patrimonio Cultural y el Museo de Antropología de Salta), que condujo a la declaración del Cerro como Lugar Histórico Nacional, la provincia sólo recientemente ha demostrado un legítimo interés en resguardar estos sitios y se comenzó a implementar medidas de protección efectivas⁵¹. A fines de 2008, ante la persistencia de los daños sobre las pinturas provocados por algunos visitantes que se acercaban a las cuevas, se diagramó un circuito turístico para que sea conducido por guías locales que fueron capacitados para tal fin, al mismo tiempo que cumplen con la tarea de custodia del lugar. Se escribió un guión de visita y se diseñó la folletería (Figuras 8, 9 y 10). Con estas medidas básicas de protección se continuará con la tarea de documentación y monitoreo de las pinturas.

A MODO DE CONCLUSIÓN

Luego de casi quince años del inicio del programa DOPRARA en las distintas provincias del Noroeste, Centro-oeste y Patagonia de la Argentina, los resultados son dispares. Como relaté a lo largo de estas páginas, la posibilidad de aplicar el programa dependió en gran medida del interés demostrado por las personas e instituciones relacionadas con cada uno de los sitios con arte rupestre. La voluntad

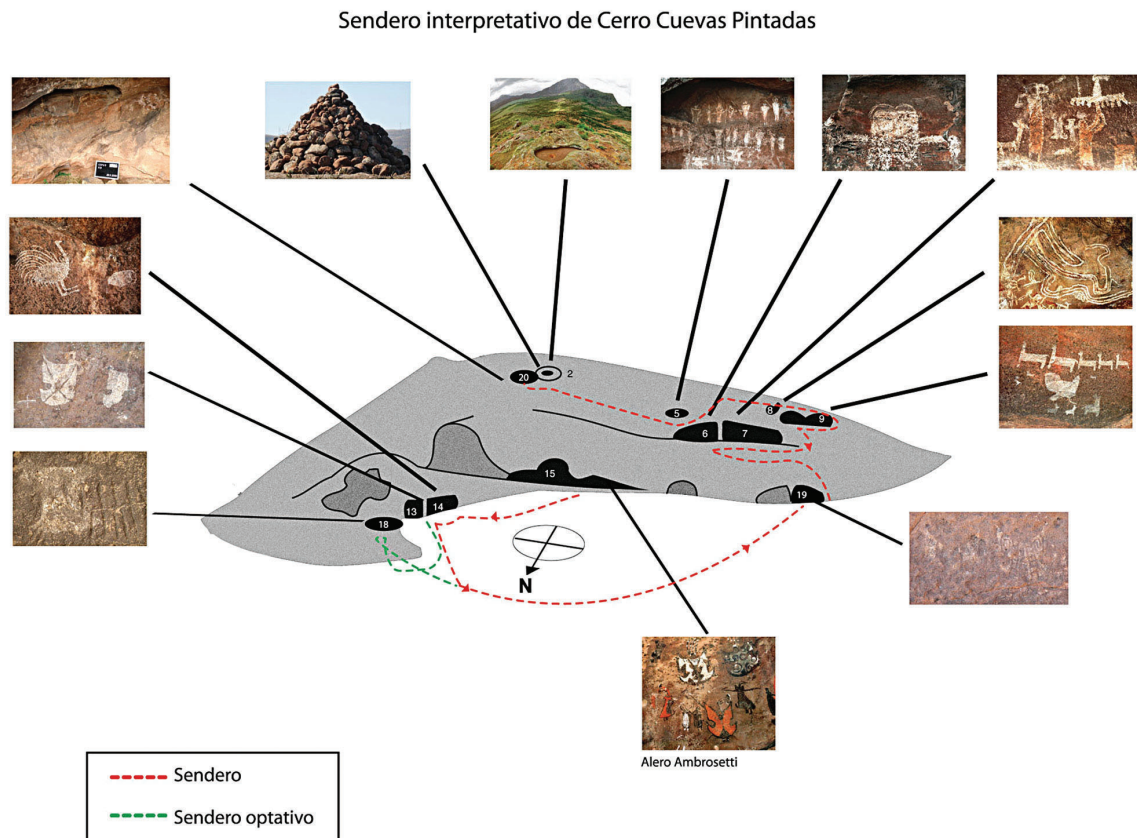


Figura 8. Circuito turístico para la visita del sitio Cerro de las Cuevas Pintadas (Guachipas, Salta), Noroeste argentino. Diseño: Marcelo Torres (Archivo INAPL).

política resultó clave a la hora de gestionar planes de manejo, planificar infraestructuras de protección de los sitios y demás tareas relacionadas con la puesta en valor y protección de los sitios. Podemos considerar que las tareas de Cueva de las Manos y de muchos sitios de la Comarca Andina del Paralelo 42° van por buen camino. Lo mismo puede asegurarse en relación con el Parque Provincial Ischigualasto y de otras áreas protegidas del país. En el caso particular de Cueva de las Manos, su inclusión en la Lista del Patrimonio Mundial (UNESCO) fue clave y aceleró la decisión política a nivel nacional para llevar a cabo las tareas de infraestructura que acaban de ser completadas y de otras en desarrollo (museo temático en la localidad cercana de Perito Moreno⁵²).

En otras provincias del Noroeste, como en Cerro de las Cuevas Pintadas, cumplida la primera etapa de documentación y diagnóstico de los procesos de deterioro, el proyecto languideció por falta aparente de entusiasmo de las autoridades a cargo con el consecuente deterioro producido por parte de visitas sin control. Sólo a partir de 2008 las tareas se reanudaron por lo que se puede, hoy en día, asegurar la protección de las cuevas.

En todo momento el programa incentivó la participación activa de las comunidades locales involucradas, sobre todo cuando existía una relación de proximidad, de ligazón cultural o de otro

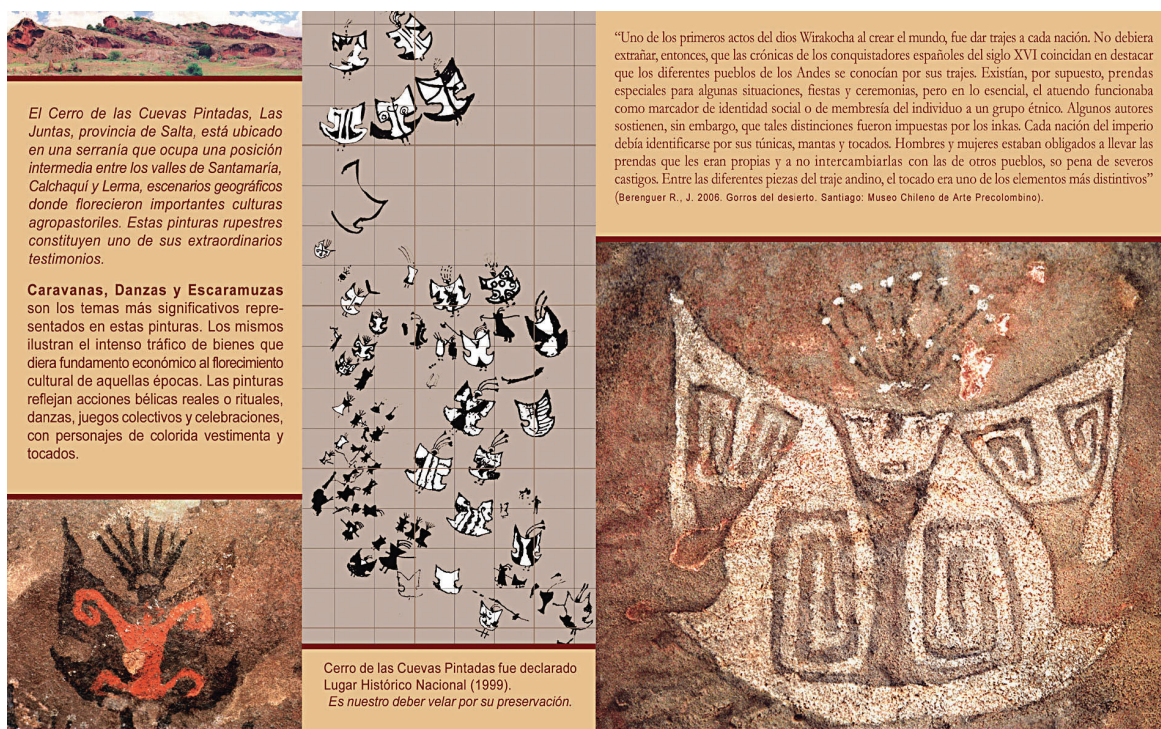


Figura 9. Cerro de las Cuevas Pintadas. Folleto diseñado para los visitantes. Diseño: Marcelo Torres (Archivo INAPL).



Figura 10. Cerro de las Cuevas Pintadas. Estado de la figura del suri (ñandú) en agosto (a) y septiembre (b) de 2008, antes de la protección de la localidad arqueológica con guardias. Foto: 10 a: Mario Sánchez Proaño, 10 b: Diana Rolandi.

tipo entre los sitios y los pobladores. Es alentador ver como en los últimos años surgió otro modo de involucrarse en temáticas relacionadas con la protección del patrimonio arqueológico que consiste en su inclusión en políticas de desarrollo comunitario. Esto se refleja en proyectos de investigación que tienen en cuenta la relación entre los sitios arqueológicos, el turismo y la participación de las comunidades en la toma de decisiones. En este contexto, los arqueólogos pueden ofrecer las herramientas, como los planes de manejo para colaborar con este fin ⁵³.

En la puesta en marcha del programa no siempre fue posible o fácil establecer un contacto fluido con las comunidades. Como mencioné, Cueva de las Manos se encuentra a gran distancia de un centro poblado (Perito Moreno) y esto dificulta las tareas de gestión y de participación activa de la población. Cuando se trató de un área protegida, como el Parque Provincial Ischigualasto, nos enfrentamos con el problema que la misma no está habitada y como consecuencia trabajamos con las comunidades próximas (Balde de Rosario y Los Baldecitos). Sus pobladores se consideran partícipes de la vida que transcurre dentro del Parque a pesar de encontrarse alejados del mismo y no frecuentarlo con asiduidad ya que muchos de sus antepasados fueron guías o arrieros que se desempeñaron en la zona. Además algunos pobladores trabajan actualmente como guías de turismo y realizan algunos servicios para el área protegida. Distintos proyectos están procurando intensificar esta relación (por ejemplo los llevados a cabo por la Universidad Nacional de San Juan, además del programa DOPRARA).

Otra experiencia destacable es la relacionada con la creación de las comisiones de sitio. Esta práctica demuestra que para mantener a largo plazo la protección del sitio y la actualización y ejecución del plan de manejo de gestión mixta pública-privada es necesario garantizar el funcionamiento sistemático y efectivo de comisiones de sitio conformadas por representantes de los sectores directamente relacionados con el mismo. Estas comisiones deben sobre todo cumplir el plan de gestión y manejo aprobado (autoridades de aplicación, propietario, equipo técnico profesional y otros interesados), actualizar el monitoreo de los sitios y velar en todo momento por su integridad. En dos de los casos mencionados, Cueva de las Manos y Cerro Pintado (Cholila) es exitoso el desempeño de las comisiones, en otros lugares como en Ischigualasto y Los Colorados las comisiones se están gestando lentamente pero ya muestran un futuro promisorio.

Una tarea ineludible que le compete al INAPL – como entidad que atiende los temas científicos de los sitios pero que no puede dejar de lado también tareas relativas a la gestión de los mismos – ha sido la de monitorear año tras año los planes que se encuentran en marcha. Suele ocurrir que el entusiasmo inicial se agote a corto o mediano plazo. Es necesario por lo tanto establecer una comunicación activa con los gestores directos de los sitios. Muchas veces los cambios de autoridades políticas atentan contra este objetivo y es necesario volver a comenzar con la tarea de gestión. Lo antedicho explica, en parte, lo sucedido en Cerro de las Cuevas Pintadas donde, luego de las buenas intenciones iniciales, el proyecto languideció hasta que pudo remontarse recientemente.

Otro tema central es la cooperación que debe necesariamente existir entre los sectores dedicados a la cultura y al turismo tanto en nivel municipal, provincial como nacional. Muchas veces sus objetivos, y sobre todo los tiempos necesarios para llevar a cabo sus planes, son diametralmente opuestos y es difícil conjugar los intereses de ambos. Es claro, como señalé en un principio, que es necesario construir un camino para compatibilizar intereses y proponer objetivos

consensuados sin olvidar que el objetivo principal es la protección del bien cultural, en nuestro caso de análisis, el sitio con arte rupestre.

La dicotomía cultura/turismo fue patente en una de las provincias del Centro-Oeste argentino donde actúa el DOPRARA. Mientras el área de cultura desea preservar los sitios arqueológicos no dándolos a conocer y ofreciendo pocas alternativas para poder hacerlo algún día, el sector turístico, está ansioso por agrandar la oferta de turismo cultural de la provincia, sin cumplir, a veces, con los recaudos necesarios para la protección del patrimonio. En casos como éste la gestión se complica y muchas veces las acciones se retardan con el consecuente perjuicio para el sitio⁵⁴. En estas ocasiones es dónde realmente se constata el estrecho grado de conexión que existe entre todos los actores y entidades vinculadas con la gestión y cómo las acciones u omisiones de algunos de ellos repercuten en el conjunto del manejo. Estas desconexiones también existen a nivel nacional y pueden atribuirse a la falta de definición de políticas de manejo turístico de los bienes patrimoniales a largo plazo⁵⁵.

Sintetizamos aquí sólo algunas consideraciones acerca de la tan controvertida situación que implica la puesta en valor y el uso turístico de los sitios con arte rupestre. Como puede consultarse en la bibliografía especializada en estos temas los graves problemas que enfrenta esta gestión son compartidos por el mundo entero. La experiencia en nuestro país invita a reflexionar sobre el tema para procurar establecer las mejores pautas de acción pero, al mismo tiempo, llama a actuar en forma urgente por el bien de nuestro patrimonio de arte rupestre.

NOTAS

- ¹ PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S. Arte Rupestre y Turismo Sostenible. In: HOSTNIG, R., STRECKER, M., GUFFROY, J. (eds.). Actas del Primer Simposio Nacional de Arte Rupestre (Cusco, noviembre, 2004), pp. 391-405. IFEA, Perú. 2007.
- ² NIELSEN, A., CALCINA, J., QUISPE, B. Arqueología, turismo y comunidades originarias: una experiencia en Nor Lipez (Potosí, Bolivia). *Chungara* 35 (2):369-377, 2003. p. 370.
- ³ PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S. El uso del pasado y el arte rupestre de Palancho. *La Rioja. Novedades de Antropología* (año 14). 50: 8-9, 2004-2005.
- ⁴ PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S. Arte Rupestre y Turismo Sostenible. In: HOSTNIG, R., STRECKER, M., GUFFROY, J. (eds.). Actas del Primer Simposio Nacional de Arte Rupestre (Cusco, noviembre, 2004), pp. 391-405. IFEA, Perú. 2007.
- ⁵ EAGLES, P. F. J., MCCOOL, S F., HAYNES, Ch. D. Turismo sostenible en áreas protegidas. Directrices de planificación y gestión. PNUMA, OMT y UICN, Madrid. 2003. p. VII – IX.
- ⁶ ICOMOS. *Tourism at World Heritage Cultural Sites*. Madrid, 1999.
- ⁷ PÉREZ-JUEZ GIL, A. *Gestión del Patrimonio Arqueológico*. Ariel. España, 2006. p. 75.
- ⁸ TRESSERRAS, J. J. Implicaciones del turismo cultural en el siglo XXI. Comunicación presentada a las Jornadas sobre la Ruta de la Lana, 23 al 25 de octubre de 2008. Universitat de Barcelona, IBERTUR, 2008.
- ⁹ MCKERCHER and DU CROS, 2002, citado por DEACON, J. *Rock Art Conservation and Tourism*. *Journal of Archaeological Method and Theory* 13 (4): 379-399, 2006.
- ¹⁰ TRESSERRAS J. J. El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. *Boletín Gestión Cultural* 9, octubre 2004. Portal Iberoamericano de Gestión Cultural, Barcelona. 2004, portalgc@gestioncultural.org
- ¹¹ URBANO, H. La Realidad regional: Situación Actual y Perspectivas de la Valorización Turística Sostenible del Patrimonio Cultural. El Caso del Peru. Conferencia del Seminario "Valorización Turística Sostenible del Patrimonio Cultural". Cátedra UNESCO de Patrimonio Cultural. MNBA. Buenos Aires, Argentina, 2008.

- ¹² PÉREZ-JUEZ GIL, A. Op. Cit. p. 83.
- ¹³ TRESSERRAS J. J. Op. Cit.
- ¹⁴ PÉREZ-JUEZ GIL, A. Op. Cit.
- ¹⁵ UNESCO. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Centro de Patrimoine Mondial, Francia. 1972.
- ¹⁶ Ver por ejemplo DEACON, J., Op. Cit.
- ¹⁷ HYGEN, A. S. Education, information and tourism. In: KALLHOVD, H., MAGNUSSON, J. (eds). Rock carvings in the Borderlands. 2000, pp.123-136.
- ¹⁸ ICOMOS. Rock Art Sites on the UNESCO World Heritage Sites. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre. Francia, 2009.
- ¹⁹ GUIDON, N. Parque Nacional Serra da Capivara. Modelo de Preservação do Patrimônio Arqueológico Ameaçado. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 33: 75-94, 2007.
- ²⁰ LAGE, C. S. M. Conservação de sítios de arte rupestre. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 33: 95-107, 2007.
- ²¹ UNESCO 1999 Brèves descriptions des sites inscrits sur la Liste de patrimoine mondial. STRECKER, M. y PODESTÁ, M. M. Rock art preservation in Bolivia and Argentina. Coalition. CSIC Thematic Network on Cultural Heritage 11 (5-10), January 2006. Electronic Newsletter. www.rtphc.csic.es
- ²² OMT. Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible. Madrid, 1999. p. 22.
- ²³ OMT, Idem.
- ²⁴ PÉREZ-JUEZ GIL, A. Op. Cit. p. 282.
- ²⁵ OMT, Op. Cit.; UNESCO. Conclusions and Recommendations of the Conference. Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage. The Netherlands National Commission for UNESCO in collaboration with the Netherlands Ministry of Education, Culture and Science. 21-24 May 2003. Amsterdam, The Netherlands. UNESCO World Heritage Centre, 2004.
- ²⁶ BALLART, J. El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso. Ariel, Barcelona, 1997; OMT, Op. Cit.
- ²⁷ ENDERE, M. L. Arqueología y Legislación en Arqueología. Cómo proteger el patrimonio arqueológico. Serie Monográfica 1. INCUAPA, Argentina. 2000.
- ²⁸ XICARTS, D. El patrimonio arqueológico como recurso turístico. El caso del valle del río Manso inferior-Argentina. Estudios y Perspectivas en Turismo 14 (1): 51-71, 2005.
- ²⁹ URBANO, H. Op. Cit.
- ³⁰ URBANO, H. Op. Cit.
- ³¹ NIELSEN, A., J. Op. Cit.
- ³² ONETTO, M. Conservación y manejo de un sitio del Patrimonio Mundial. Cueva de las Manos, Río Pinturas, Argentina. Arqueología 11: 203-344, 2001.; PODESTÁ, M. M., ONETTO, M. Role of local communities in the management of World Heritage in Argentina: the case of Cueva de las Manos. Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage. The Netherlands National Commission for UNESCO in collaboration with the Netherlands Ministry of Education, Culture and Science. 21-24 May 2003. Amsterdam, The Netherlands. UNESCO World Heritage Centre, 2004, pp.159-164.
- ³³ BELLELLI, C., SCHEINSOHN, V., PODESTÁ, M. M., CARBALLIDO, M., FERNÁNDEZ, P., CARACOTCHE, S. Arqueología, arte rupestre y turismo en la Comarca Andina del Paralelo 42° (provincias de Río Negro y Chubut). Estudios y Perspectivas en Turismo: 14: 22-50. Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos. Buenos Aires. 2005; BELLELLI, C., PODESTÁ, M. M. Integración de sitios con arte rupestre a circuitos turísticos en la Patagonia. El caso del valle del río Manso inferior. In: FIORE, D., PODESTÁ, M. M. Tramas en la Piedra. Producción y Usos del Arte Rupestre. SAA, World Archaeological Congress, AINA, 2006. pp. 237-250.; PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S., RE, A., FALCHI, M. P., DAMIANI, O. Arrieros y marcas de ganado. Expresiones del arte rupestre de momentos históricos en el desierto de Ischigualasto. In: FIORE, D., PODESTÁ, M. M. Tramas en la Piedra. Producción y Usos del Arte Rupestre. SAA, World Archaeological Congress, AINA, 2006.
- ³⁴ FALCHI, M. P., TORRES, M. Los Colorados (Provincia de La Rioja), Un caso de planificación interpretativa. Comechingonia Virtual 2: 110-128. 2008; ROLANDI, D. S., GURAIEB, G., PODESTÁ, M. M., TORRES, M., RE, A.,

- FALCHI, M. P., ROTONDARO, R. Investigación y Gestión del Patrimonio Cultural en Ischigualasto (San Juan) y Palancho-Los Colorados (La Rioja). In: MARTINI, Y., ZAVALA, G. P., AGUILAR Y. (Cop.). Las Sociedades de los paisajes áridos y semiáridos del centro oeste argentino. Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto. Capítulo 5: Pasados múltiples, 2009, pp. 449-464.
- ³⁵ ROLANDI, D., GRADIN, C., ASCHERO, C., PODESTÁ, M. M., ONETTO, M., SÁNCHEZ PROAÑO, M., WAINWRIGHT, I. N. M., HELWIG, K. Documentación y preservación del arte rupestre argentino. Primeros resultados obtenidos en la Patagonia centro-meridional. *Chungara* 28 (1-2): 7-31. 1998.
- ³⁶ GRADIN, C. J., ASCHERO, C. A. y AGUERRE, A. M. Investigaciones arqueológicas en la Cueva de las Manos. Estancia Alto Río Pinturas. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* X: 201-250, 1976; ONETTO, M. 2001, Op. Cit.; ONETTO, M. 2006 Experiencias de la gestión de un sitio del patrimonio Mundial en Argentina: mitos y realidades. Cueva de las manos, río Pinturas. In: FIORE, D., PODESTÁ, M. M. *Tramas en la Piedra. Producción y Usos del Arte Rupestre. SAA, World Archaeological Congress, AINA, 2006.* pp. 237-250; PODESTÁ, M. M., ONETTO, M., ROLANDI, D. Cueva de las Manos del Río Pinturas. *Patrimonio Cultural de la Humanidad (UNESCO). Boletín de la SIARB* 14: 25-42, 2000.
- ³⁷ ONETTO, M. 2006, Op. Cit.
- ³⁸ ONETTO, M. 2006, Idem.
- ³⁹ ONETTO, M. 2001, Op. Cit.
- ⁴⁰ ONETTO, M. 2006, Op. Cit.
- ⁴¹ PODESTÁ, M. M. y ONETTO, M. 2004, Op. Cit.
- ⁴² BELLELLI, C., SCHEINSOHN, V., PODESTÁ, M. M., CARBALLIDO, M., FERNÁNDEZ, P., CARACOTCHE, S. Arqueología, arte rupestre y turismo en la Comarca Andina del Paralelo 42° (provincias de Río Negro y Chubut). *Estudios y Perspectivas en Turismo*: 14: 22-50. Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos. Buenos Aires. 2005.
- ⁴³ PODESTÁ, M. M., BELLELLI, C., CARACOTCHE, S. El sitio con arte rupestre Cerro Pintado. Hacia la construcción de un espacio de gestión entre lo público y lo privado. In: SEPÚLVEDA, M., BRIONES L., CHACAMA, J. (ed.). *Crónicas sobre la piedra. Arte rupestre de las Américas: Ediciones Universidad de Tarapacá, Arica, Chile, 2009.* p. 73-88.
- ⁴⁴ PODESTÁ, M. M., BELLELLI, C. y CARACOTCHE, S. 2009. Idem.
- ⁴⁵ ROLANDI, D. S., GURÁIEB, G., PODESTÁ, M. M., RE, A., ROTONDARO, RAMOS, R. R. El patrimonio cultural en un área protegida de valor excepcional: Parque Provincial Ischigualasto (San Juan, Argentina). *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* 28: 225-235, 2003.
- ⁴⁶ PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S., RE, A., FALCHI, M. P. y DAMIANI, O. 2006, Op. Cit.
- ⁴⁷ PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S., RE, A., FALCHI, M. P. y DAMIANI, O. 2006, Idem.
- ⁴⁸ ROLANDI, D. S., GURÁIEB, G., PODESTÁ, M. M., TORRES, M., RE, A., FALCHI, M. P., ROTONDARO, R. 2009, Op. Cit.
- ⁴⁹ FALCHI, M. P., TORRES, M. 2008, Op. Cit.
- ⁵⁰ INAPL. Los Colorados. Un lugar para descubrir. AINA, Buenos Aires, 2009.
- ⁵¹ ROLANDI, D., PODESTÁ, M. M., SÁNCHEZ PROAÑO, M., RE, A. Procesos de deterioro y diagnóstico del grado de preservación de sitios con pinturas rupestres: el caso de Las Juntas (Guachipas), Provincia de Salta, Argentina. In: TABOADA TÉLLEZ, F. STRECKER, M. (ed.) Documentación y registro del arte rupestre. *Contribuciones al Estudio del Arte Rupestre Sudamericano* 6: 94-108. SIARB, La Paz, 2002.
- ⁵² ONETTO, M. 2001, Op. Cit.; ONETTO, M. 2006, Op. Cit.
- ⁵³ BELLELLI, C., SCHEINSOHN, V., PODESTÁ, M. M., CARBALLIDO, M., FERNÁNDEZ, P., CARACOTCHE, S. 2005. Op. Cit.
- ⁵⁴ PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S. El uso del pasado y el arte rupestre de Palancho. La Rioja. *Novedades de Antropología* (año 14). 50: 8-9, 2004-2005.
- ⁵⁵ PODESTÁ, M. M., BELLELLI, C. y CARACOTCHE, S. 2009, Op. Cit.

BIBLIOGRAFIA

- BALLART, J. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Ariel, Barcelona, 1997.
- BELLELLI, C., PODESTÁ, M. M. Integración de sitios con arte rupestre a circuitos turísticos en la Patagonia. El caso del valle del río Manso inferior. In: FIORE, D., PODESTÁ, M. M. *Tramas en la Piedra*. Producción y Usos del Arte Rupestre. SAA, World Archaeological Congress, AINA, 2006. pp. 237-250.
- BELLELLI, C., SCHEINSOHN, V., PODESTÁ, M. M., CARBALLIDO, M., FERNÁNDEZ, P., CARACOTCHE, S. Arqueología, arte rupestre y turismo en la Comarca Andina del Paralelo 42° (provincias de Río Negro y Chubut). *Estudios y Perspectivas en Turismo*: 14: 22-50. Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos. Buenos Aires. 2005.
- DEACON, J. Rock Art Conservation and Tourism. *Journal of Archaeological Method and Theory* 13 (4): 379-399, 2006.
- EAGLES, P. F. J., MCCOOL, S F., HAYNES, Ch. D. *Turismo sostenible en áreas protegidas. Directrices de planificación y gestión*. PNUMA, OMT y UICN, Madrid. 2003.
- ENDERE, M. L. *Arqueología y Legislación en Arqueología. Cómo proteger el patrimonio arqueológico*. Serie Monográfica 1. INCUAPA, Argentina. 2000.
- FALCHI, M. P., TORRES, M. Los Colorados (Provincia de La Rioja), Un caso de planificación interpretativa. *Comechingonia Virtual* 2: 110-128. 2008.
- GRADIN, C. J., ASCHERO, C. A. y AGUERRE, A. M. Investigaciones arqueológicas en la Cueva de las Manos. Estancia Alto Río Pinturas. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología X*: 201-250, 1976.
- GUIDON, N. Parque Nacional Serra da Capivara. Modelo de Preservação do Patrimônio Arqueológico Ameaçado. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 33: 75-94, 2007.
- HYGEN, A. S. Education, information and tourism. In: KALLHOVD, H., MAGNUSSON, J. (eds). *Rock carvings in the Borderlands*. 2000, pp.123-136.
- ICOMOS. *Tourism at World Heritage Cultural Sites*. Madrid, 1999.
- ICOMOS. *Rock Art Sites on the UNESCO World Heritage Sites*. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre. Francia, 2009.
- INAPL. *Los Colorados. Un lugar para descubrir*. AINA, Buenos Aires, 2009.
- LAGE, C. S. M. Conservação de sítios de arte rupestre. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 33: 95-107, 2007.
- NIELSEN, A., CALCINA, J., QUISPE, B. Arqueología, turismo y comunidades originarias: una experiencia en Nor Lipez (Potosí, Bolivia). *Chungara* 35 (2):369-377, 2003.
- OMT. *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*. Madrid, 1999.
- ONETTO, M. Conservación y manejo de un sitio del Patrimonio Mundial. Cueva de las Manos, Río Pinturas, Argentina. *Arqueología* 11: 203-344, 2001.
- ONETTO, M. 2006 Experiencias de la gestión de un sitio del patrimonio Mundial en Argentina: mitos y realidades. Cueva de las manos, río Pinturas. In: FIORE, D., PODESTÁ, M. M. *Tramas en la Piedra*. Producción y Usos del Arte Rupestre. SAA, World Archaeological Congress, AINA, 2006. pp. 237-250.
- PÉREZ-JUEZ GIL, A. *Gestión del Patrimonio Arqueológico*. Ariel. España, 2006.
- PODESTÁ, M. M., ONETTO, M. Role of local communities in the management of World Heritage in Argentina: the case of Cueva de las Manos. In: *Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage*. The Netherlands National Commission for UNESCO in collaboration with the Netherlands Ministry of Education, Culture and Science. 21-24 May 2003. Amsterdam, The Netherlands. UNESCO World Heritage Centre, 2004, pp.159-164.
- PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S. El uso del pasado y el arte rupestre de Palancho. La Rioja. *Novedades de Antropología* (año 14). 50: 8-9, 2004-2005.

- PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S. Arte Rupestre y Turismo Sostenible. In: HOSTNIG, R., STRECKER, M., GUFFROY, J. (eds.). *Actas del Primer Simposio Nacional de Arte Rupestre* (Cusco, noviembre, 2004), pp. 391-405. IFEA, Perú. 2007.
- PODESTÁ, M. M., ONETTO, M., ROLANDI, D. Cueva de las Manos del Río Pinturas. Patrimonio Cultural de la Humanidad (UNESCO). *Boletín de la SIARB* 14: 25-42, 2000.
- PODESTÁ, M. M., ROLANDI, D. S., RE, A., FALCHI, M. P., DAMIANI, O. Arrieros y marcas de ganado. Expresiones del arte rupestre de momentos históricos en el desierto de Ischigualasto. In: FIORE, D., PODESTÁ, M. M. *Tramas en la Piedra*. Producción y Usos del Arte Rupestre. SAA, World Archaeological Congress, AINA, 2006.
- PODESTÁ, M. M., BELLELLI, C., CARACOTCHE, S. El sitio con arte rupestre Cerro Pintado. Hacia la construcción de un espacio de gestión entre lo público y lo privado. In: SEPÚLVEDA, M., BRIONES L., CHACAMA, J. (ed.). *Crónicas sobre la piedra*. Arte rupestre de las Américas: Ediciones Universidad de Tarapacá, Arica, Chile, 2009. p. 73-88.
- ROLANDI, D., GRADIN, C., ASCHERO, C., PODESTÁ, M. M., ONETTO, M., SÁNCHEZ PROAÑO, M., WAINWRIGHT, I. N. M., HELWIG, K. Documentación y preservación del arte rupestre argentino. Primeros resultados obtenidos en la Patagonia centro-meridional. *Chungara* 28 (1-2): 7-31. 1998.
- ROLANDI, D., PODESTÁ, M. M., SÁNCHEZ PROAÑO, M., RE, A. Procesos de deterioro y diagnóstico del grado de preservación de sitios con pinturas rupestres: el caso de Las Juntas (Guachipas), Provincia de Salta, Argentina. In: TABOADA TÉLLEZ, F. STRECKER, M. (ed.) *Documentación y registro del arte rupestre. Contribuciones al Estudio del Arte Rupestre Sudamericano* 6: 94-108. SIARB, La Paz, 2002.
- ROLANDI, D. S., GURÁIEB, G., PODESTÁ, M. M., RE, A., ROTONDARO, RAMOS, R. R. El patrimonio cultural en un área protegida de valor excepcional: Parque Provincial Ischigualasto (San Juan, Argentina). *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* 28: 225-235, 2003.
- ROLANDI, D. S., GURÁIEB, G., PODESTÁ, M. M., TORRES, M., RE, A., FALCHI, M. P., ROTONDARO, R. Investigación y Gestión del Patrimonio Cultural en Ischigualasto (San Juan) y Palancho-Los Colorados (La Rioja). In: MARTINI, Y., ZAVALA, G. P., AGUILAR Y. (Cop.). *Las Sociedades de los paisajes áridos y semiáridos del centro oeste argentino*. Universidad Nacional de Río Cuarto, Río Cuarto. Capítulo 5: Pasados múltiples, 2009, pp. 449-464.
- STRECKER, M. y PODESTÁ, M. M. Rock art preservation in Bolivia and Argentina. *Coalition*. CSIC Thematic Network on Cultural Heritage 11 (5-10), January 2006. Electronic Newsletter. www.rtpnc.csic.es
- TRESSERRAS J. J. El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. *Boletín Gestión Cultural* 9, octubre 2004. Portal Iberoamericano de Gestión Cultural, Barcelona. 2004, portalgc@gestioncultural.org
- TRESSERRAS, J. J. *Implicaciones del turismo cultural en el siglo XXI*. Comunicación presentada a las Jornadas sobre la Ruta de la Lana, 23 al 25 de octubre de 2008. Universitat de Barcelona, IBERTUR, 2008.
- UNESCO. *Brèves descriptions des sites inscrits sur la Liste de patrimoine mondial*. 1999.
- UNESCO. *Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel*. Centro de Patrimoine Mondial, Francia. 1972.
- UNESCO. Conclusions and Recommendations of the Conference. *Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage*. The Netherlands National Commission for UNESCO in collaboration with the Netherlands Ministry of Education, Culture and Science. 21-24 May 2003. Amsterdam, The Netherlands. UNESCO World Heritage Centre, 2004.
- URBANO, H. *La Realidad regional: Situación Actual y Perspectivas de la Valorización Turística Sostenible del Patrimonio Cultural. El Caso del Perú*. Conferencia del Seminario "Valorización Turística Sostenible del Patrimonio Cultural". Cátedra UNESCO de Patrimonio Cultural. MNBA. Buenos Aires, Argentina, 2008.
- XICARTS, D. El patrimonio arqueológico como recurso turístico. El caso del valle del río Manso inferior-Argentina. *Estudios y Perspectivas en Turismo* 14 (1): 51-71, 2005.



Arqueología y Turismo en Cuba. ¿Simbiosis para el Desarrollo Sostenible?

Racso Fernández Ortega
Dany Morales Valdés
Dialvys Rodríguez Hernández
Victorio Cué Villate

El patrimonio arqueológico, como parte indisoluble de la historia de la humanidad, presenta un conjunto de características y potencialidades que lo han hecho objeto de disímiles propuestas de intervención y manejo en función de atraer al turismo, la industria sin humo que cada año, con excepciones coyunturales, crece a nivel mundial.

El turismo arqueológico o arqueoturismo es una modalidad bajo la que se presentan propuestas y productos culturales y turísticos en los que la arqueología es el ingrediente principal que persigue cautivar a los visitantes, complementando el muy demandado segmento de turismo de sol y playa tradicional, en el área del Caribe insular. Sin embargo, no es menos cierto que cuando se menciona al turismo arqueológico recurrentemente imaginamos a las pirámides de Gizeh o los templos de Abu Simbel en Egipto; los importantes centros urbanos de Cnosos y Festo en Grecia, las enigmáticas ruinas de Chichen Itza, Uxmal y Bonampak en México o las impresionantes y majestuosas urbes de Machu Pichu y Chan Chan en el Perú.

La realidad indica, corroborada por las estadísticas, que no son pocos los turistas que no consideran a otras áreas del planeta como destino para la práctica del turismo arqueológico; pero lo cierto es que los países emergentes tienen un alto potencial para el desarrollo de esta modalidad, solo que requieren aún de una planificación y recursos que prioricen esta actividad en aras de proteger y divulgar su patrimonio arqueológico y sociocultural, y a su vez, generar los ingresos que puedan emplearse en la habilitación y adecuada conservación del mismo propiciando el desarrollo sustentable de las áreas y regiones portadoras de este valioso recurso.

Por otra parte, las difíciles condiciones económico-sociales en que se ha sumido el mundo provocadas por la globalización a escala universal, desarraigando a los pueblos de sus tradiciones culturales y, la desmedida explotación de los recursos naturales, con las crecientes emanaciones de gas invernadero que aumentan de conjunto, en lugar de disminuir, el cambio climático; son algunos de los factores que en los últimos años, promueven la búsqueda de alternativas para intentar mantener los niveles de crecimiento económico sin poner en riesgo la sostenibilidad ecológica y la protección del patrimonio arqueológico y cultural de las naciones emergentes.

Cuba es un pequeño archipiélago del Caribe insular, de pródiga naturaleza, escasos recursos naturales, pero una rica y variada cultura milenaria, fruto de la incesante mezcla y entrecruzamiento de diversos grupos culturales que han hecho de ella el espacio mágico donde confluyen lo aborigen con lo ibérico, lo asiático con lo africano y lo ibérico junto con lo árabe, por solo mencionar algunas de las raíces que han conformado la identidad y la nacionalidad cubana.

De esta manera los visitantes podrán admirar a “pequeña escala” – *diseminados por las diferentes regiones del país* – desde una cueva con pictogramas, un cementerio aborigen, una potente fortificación o una vistosa plaza colonial con variados exponentes arquitectónicos que incluyen el arte mudéjar heredado; hasta la posibilidad de contemplar a “mayor escala” todo un segmento de urbe citadina con todos los componentes de su sistema defensivo para enfrentar los continuados ataques de corsarios y piratas.

ARQUEOLOGÍA, CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO Y DESARROLLO SOSTENIBLE

El *Patrimonio Arqueológico* constituye un testigo de la historia más antigua protagonizada por las sociedades que habitaron cada rincón del planeta hace muchos años atrás, representando una importante fuente de la memoria colectiva y un inigualable instrumento de estudio para reconstruir los modos de vida y de producción en esos períodos.

Es por ello que la conservación y protección de los sitios arqueológicos es una tarea y responsabilidad de todos y cada uno de nuestros ciudadanos pues en ellos encontramos los vestigios y las evidencias de nuestro pasado más reciente - *comparados con el momento en que aparecen las primeras especies del tronco común de los humanos sobre la tierra de África hace 7-5 millones de años* - recordemos que los fechados más tempranos de habitación para Cuba alcanzan escasamente los 7 mil 500 años.

A lo largo de las dos últimas décadas de la pasada centuria el turismo se había expandido y diversificado en un número importante de países en atención a su rápida y notablemente contribución al desarrollo económico. Sin embargo, durante la década de los '80 de la pasada centuria sus virtudes comenzaron a ser cuestionadas; en primer lugar, debido al debate establecido en relación con los problemas de la degradación ambiental como efecto secundario, y en segundo, por los impactos negativos ocasionados en los destinos y espacios dedicados a soportar, en la generalidad de los casos, la incalculada avalancha de turistas y veraneantes, propias de la sociedad de consumo.

Por todo lo anterior, los responsables de formular las políticas turísticas centraron su mirada y esfuerzos en los efectos económicos positivos de la actividad y en pleno proceso de globalización neoliberal, recurren a la estrategia de insertarse directamente en los espacios culturales vinculados a las tradiciones, la historia y por supuesto a la arqueología, procurando atraer a un público ávido de conocimiento y de la historia ajena que trascienda los límites de la notredad.

Es así que la necesidad de mantener y preservar la *diversidad de culturas, valores y prácticas*¹ en el país o en la región en que se lleven a vías de hecho estas variantes, cobra una alta relevancia considerando que estas formas alternativas de turismo, que se apoyan en sectores del mercado que resultan interesantes, atractivos y escasos o en peligro de desaparición en aquellos países que no tienen definidas políticas estatales dirigidas a la preservación y salvaguardia del patrimonio, deben mantener – *siempre y cuando se cumplan las reglas y objetivos básicos que permitan la sostenibilidad de este recurso y un desarrollo sustentable* – la necesaria armonía con los elementos naturales, sociales y locales; fomentando el contacto de experiencias y saberes entre los visitantes y la riqueza cultural de las poblaciones sitiales.

Esta nueva forma o variante de concebir y percibir a los destinos turísticos y sus pobladores, la manera de interactuar directamente con ellos y la vía de obtener beneficios a partir de los mismos ha propiciado el surgimiento de un nuevo sentido de la responsabilidad con respecto al turismo tradicional, de forma tal que

“ante los costos ambientales y sociales del turismo de masas, convencional y gregario propio de una sociedad organizada industrialmente, nace una nueva alternativa responsable y sustentable, selectiva en términos económicos, en valores y comportamientos: el turismo sustentable”².

Aún así, lamentablemente no son pocos los ejemplos de sitios con evidencias antiguas (montículos, enterramientos, palenques, ruinas de viviendas o fábricas) que han sido seriamente afectados e incluso destruidos por la intervención y la realización de inversiones durante las zonificaciones y microlocalizaciones turísticas. Se conocen ejemplos de empresas que aún conociendo la existencia de sitios arqueológicos en sus predios o en las áreas colindantes realizan inversiones y modificaciones poniendo en peligro su existencia, o los propietarios de terrenos que realizan roturación para las siembras, hornos de carbón y múltiples actividades encima de sitios con restos aborígenes³.

Aún existen funcionarios estatales y privados, que no comprenden que los valores y recursos arqueológicos del país representan una importante fuente para el fortalecimiento de la identidad nacional en que los pobladores se convierten en los principales actores para su protección y conservación; y que al mismo tiempo, constituyen un inestimable fondo para la creación de puestos de trabajo vinculados a la industria del turismo basada en los principios del desarrollo sostenible propiciando la creación de museos de sitio, salas de exposiciones, centros de interpretación y parques culturales, etc.

En los últimos años los proyectos de investigación y puesta en valor del patrimonio histórico-cultural han permitido la accesibilidad a una parte de los recursos arqueológicos con una proyección social, educativa y cultural, vinculada al arqueoturismo, no sólo dentro del mercado interno sino incluso en el mercado internacional. Las inversiones realizadas en nuevos equipamientos o en la renovación de los existentes, como el caso de las cuevas adaptadas, los parques arqueológicos, la musealización de amplias zonas arqueológicas, tanto en superficie como en el subsuelo, son una prueba de ello.

Se han creado productos de todo tipo para acercar la arqueología a los visitantes, destacándose los senderos y las rutas temáticas con propuestas más participativas en las que durante el recorrido se le permite a los involucrados apreciar, a través de las ruinas, la magnificencia arquitectónica de las viejas mansiones señoriales de los imperios cafetaleros establecidos en el país – *luego de la revolución haitiana* – a partir de la segunda mitad del siglo XVII y principios del XIX.

La arqueología industrial constituye otro de los espacios en los que el turismo permite conocer de cerca, el mundo interior de la “*sacarocracia*”⁴ de los siglos XVIII al XIX, los ingenios fabriles – *algunos movidos por complejos sistemas hidráulicos* – y las lúgubres ruinas, vetustos ejemplares de las construcciones en que se confinaban a las numerosas víctimas de la criminal y oprobiosa práctica de la esclavitud y la trata africana.

En este sentido, lo más atractivo de estos programas, es que están concebidos aprovechando las particularidades propias del ecosistema circundante de cada área seleccionada, donde el terreno es el que impone y establece las reglas del juego, para que luego los arqueólogos, arquitectos, ecólogos, historiadores, geógrafos y empresarios del turismo, definan los senderos y las instalaciones de apoyo, sin realizar serias modificaciones que afecten el entorno y por consiguiente a la biota.

Así las cosas, el turismo está demostrando que puede constituirse en un importante vehículo para promocionar y resguardar al patrimonio arqueológico y sociocultural, si bien requiere de recursos y de una planificación adecuada donde se priorice la protección y conservación de los bienes patrimoniales mediante la actividad turística y no la destrucción o mutilación del mismo.

En nuestro país, este esfuerzo debe complementarse con una política de acciones dirigidas a desarrollar y programar el arqueoturismo, en la que se cumpla con varios objetivos básicos prioritarios que consideramos de obligatorio cumplimiento, para garantizar al mismo tiempo, la salvaguardia y conservación del patrimonio cultural-natural y que el turismo se constituya en el motor impulsor del desarrollo sostenible.

Tabla I. Objetivos básicos de la política nacional para desarrollar y programar el arqueoturismo.

Metodología valorativa para la implementación de variantes arqueoturísticas.	
Objetivos básicos	Establecer rutas turístico-arqueológicas con alto valor agregado.
	Producir un impacto ambiental mínimo.
	Utilización racional de los recursos naturales.
	Disponer de una infraestructura de servicios y comunitarios en condiciones de desarrollo sostenible.
	Obtención inmediata de beneficios económicos para el desarrollo sociocultural de las comunidades locales vinculadas y de la nación.

La aplicación de esta política a escala regional y local, ha permitido lograr la incorporación de sitios arqueológicos accesibles a la oferta cultural, en aquellas regiones donde se ubican – *ya sea como un área de visita priorizada o complementaria* - donde además las redes temáticas y territoriales pueden ser de gran utilidad. La aplicación de esta metodología muestra resultados alentadores en diferentes escenarios, como se ilustrará más adelante, donde la obtención de importantes beneficios económicos se orientan en función del desarrollo socioeconómico y cultural de la nación y en primer lugar de las localidades y comunidades vinculadas al uso sostenible de los sitios histórico-arqueológicos.

Durante la ejecución de esta política resulta indispensable la consolidación de las líneas de trabajo que homogenicen y armonicen la presentación de los bienes culturales, mediante propuestas didácticas y de interés sociocultural que faciliten que el visitante deje de ser un simple viajero, para convertirse en un aprendiz pro-activo y activo participante de la ciencia y la cultura del pasado.

La importancia de implementar con carácter de obligatoriedad esta política esta sentada en el hecho comprobado, de que las necesidades económicas por las que atraviesa el mundo en la

actualidad y nuestro país en particular, ha estimulado la aparición en el ámbito arqueo-cultural de los mercaderes del turismo, que promueven a toda costa y todo costo la habilitación, adaptación y explotación turística del recurso arqueológico, siempre que estos generen las ganancias económicas esperadas. Este descabellado estereotipo escasamente tiene en consideración la fragilidad de estos recursos y su estrecha vinculación con las condiciones naturales, así como que tampoco se les establecen los planes de administración y manejo, los estudios de mitigación de las afectaciones, etc. Ejemplos de los recursos patrimoniales que ha cobrado esta política de la supuestamente benévola industria sin humo, sobran en el mundo y Cuba, no escapa de ellos.

A estos mercaderes hay que recordarles de forma permanente, que el recurso histórico-arqueológico es un segmento indivisible del patrimonio cultural de la humanidad, y no una mercancía comercial. Como recuerda la Declaración de Manila⁵, los elementos espirituales deben prevalecer sobre los elementos técnicos y materiales⁶; criterio apoyado por la UNESCO y sus instituciones funcionales como ICOMOS, y el ICOMOS-CAR lo que ha quedado reflejado en el otorgamiento de la categoría de Patrimonio Cultural de la Humanidad a un grupo importante de estaciones y sitios del ámbito universal.

LA PRÁCTICA COMO REFLEJO DE LA VERDAD

Desde mucho antes de que el centro histórico de La Habana⁷ fuese declarado Patrimonio Cultural de la Humanidad por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) ya existía una política encaminada a resguardar sus valores patrimoniales, empleando al turismo como fuente para la recaudación de los recursos económicos necesarios para este empeño y promotor de la educación patrimonial de sus habitantes (Figura 1).



Figura 1. Tres vistas de la vía pública en La Habana Vieja, donde los testigos arqueológicos son incorporados como parte inseparable del entorno.

Fue así como este importante espacio socio-cultural de la nación se transformó en una urbe donde la arqueología permanece presente a cada instante y en cada un de los sitios a visitar, dejando de ser una actividad exclusiva para los especialistas, para convertirse en un fiel referente de las modificaciones y cambios sufridos, a lo largo del tiempo, por cada uno de los inmuebles, plazas y sus calles en general.

La Villa de San Cristóbal de La Habana, fue el escenario y sitio de tránsito obligado de las flotas que cubrían la Carrera de Las Indias, motivo por el cual su sistema defensivo se desarrolló a lo largo de más de 4 siglos, cuyos exponentes pueden ser apreciados actualmente por las labores de investigación y de rescate arqueológico (Figura 2).

La Batería de San Telmo, por ejemplo, se encontraba ubicada al frente del espacio en el que hoy se yergue el Seminario de San Carlos y San Ambrosio y constituyó una parte de las baterías artilleras del ejército colonial para proteger la entrada de la bahía (Figura 3). Por su importancia histórica y por ser un elocuente exponente del desarrollo militar y estratégico alcanzado por el ejército español en la isla, luego de la investigación con métodos de prospección de alta tecnología (equipos de sonar, diferencial eléctrico y otros) se procedió a la excavación para dejar expuestas las 11 piezas de artillería que aún se conservaban de lo que otrora fuera la famosa batería.

Por su parte, la fortaleza de San Carlos de La Cabaña fue considerada la más compleja obra del sistema defensivo y la más extensa fortaleza militar colonial en Cuba y América. Con una

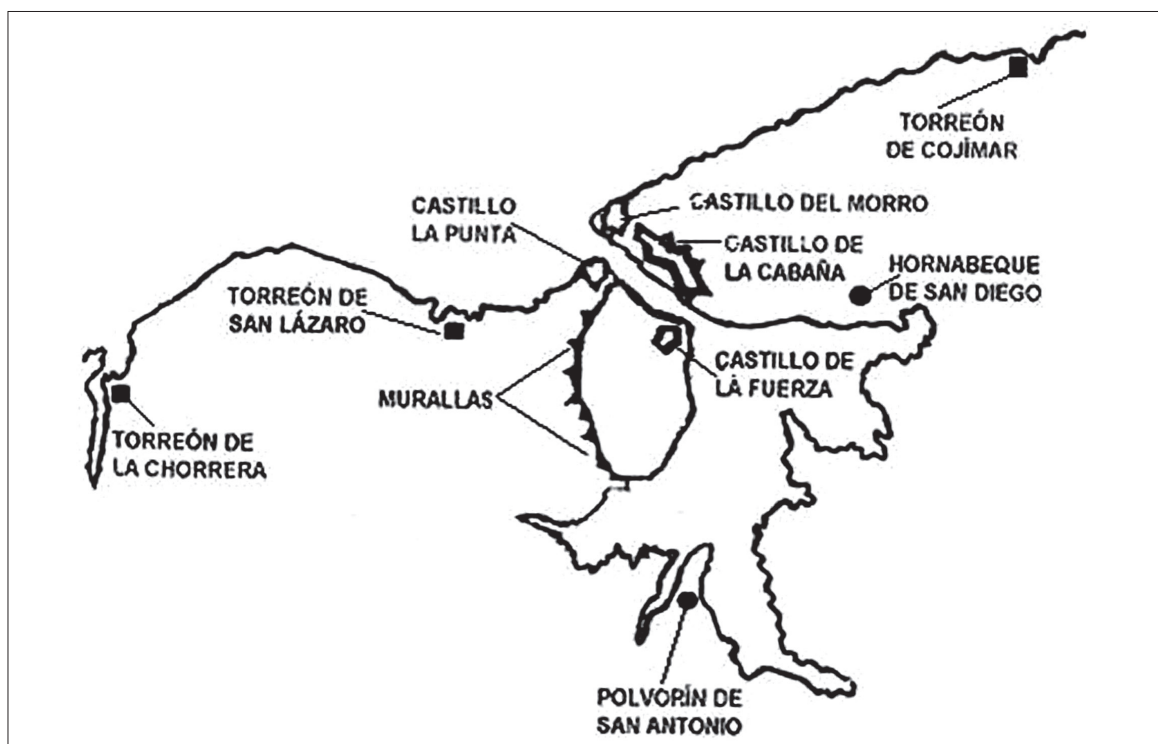


Figura 2. Esquema de los principales componentes del sistema defensivo de La Habana (Modificado de Fernández, 1998, p. 57).



Figura 3. Vista general de la batería de San Telmo junto al Seminario de San Ambrosio y San Carlos, en la actual urbe capitalina.

longitud de más de 700 m. y una superficie total de alrededor de una hectárea. Su construcción fue emprendida en 1763 y terminada en 1774. Su vista en planta es un polígono irregular, con baluartes, tenazas, almacenes, cuarteles y está rodeada, en gran parte de su perímetro, de fosos muy difíciles de percibir por cualquier fuerza atacante. Fue concebida como una ciudad militar, capaz de resistir un prolongado asedio (Figura 4).

Desde hace más de una década la fortaleza de San Carlos de La Cabaña se ha convertido en un espacio de obligatoria visita para los turistas que recorren la urbe capitalina en el horario nocturno pues sus salas del Museo del Armamento, las tabernas o salas de concierto atraen al visitante foráneo que allí encuentra variadas ofertas para el instructivo goce y disfrute.

También desde un emplazamiento cercano a su Plaza de Armas, se produce junto a los muros que acceden a la bahía, el disparo del “Cañonazo de las nueve” por una batería de salva integrada por 21 piezas de bronce, fundidas en Sevilla en el siglo XVIII. Esta actividad reproduce – *con una escuadra de soldados vestidos a la usanza de la época colonial* – una ceremonia que introduce un sello particular a las noches habaneras; la vetusta tradición es una señal inequívoca de que se cerraban las puertas de la muralla que rodeaba a la villa.

Desde su edición del año 2005, la Feria Internacional del Libro, importante evento cultural que por espacio de un mes se realiza en Cuba anualmente, ha tomado como sede a esta majestuosa instalación, convirtiendo a la otrora fortaleza de San Carlos de La Cabaña, en un espacio totalmente vivo en que los amantes de la lectura se dan cita para disfrutar de los conciertos, presentaciones de libros, encuentros con los autores y múltiples ofertas culturales.



Figura 4. La bella Villa de San Cristóbal de la Habana, estuvo defendida por la batería de los Doce Apóstoles en la fortaleza de San Carlos de La Cabaña.

Parte del beneficio económico que se obtiene a partir de las recaudaciones de las ventas de entradas a la feria, el museo y las diversas opciones recreativas, se invierten en la conservación y mantenimiento de la fortificación y sus alrededores.

Las rutas, senderos arqueológicos y museos de sitio

Las rutas arqueológicas o senderos interpretativos son claros ejemplos de cómo se puede hacer turismo, controlando las afectaciones mínimas sobre el ecosistema, monitoreando sistemáticamente la evolución y el desarrollo de los impactos sobre los recursos arqueológicos y realizando las inversiones necesarias que propicien aumentar considerablemente las condiciones de vida de los pobladores de las comunidades cercanas.

Vamos a referirnos al caso de las estaciones rupestres incluidas en los senderos interpretativos previstos para que el visitante reciba un conocimiento global y particular del “Parque Nacional Desembarco del Granma”, área protegida aprobada por el Acuerdo 4262 del Consejo de Ministros, y administrada por la Empresa Nacional para la Protección de la Flora y la Fauna, del

Ministerio de la Agricultura, que en la actualidad ostenta la categoría de Patrimonio Natural de la Humanidad, otorgado por la UNESCO en el 2005.

En este parque que está ubicado al suroeste de la región oriental del país, en las terrazas marinas emergidas de Cabo Cruz en la provincia de Granma, los recorridos resultan sumamente instructivos. A lo largo de cada sendero se encuentran señalizados los accidentes geográficos más relevantes que caracterizan el paisaje y las diversas especies forestales que habitan esta zona, lo que le permite a los guías explicar los usos más comunes de la herbolaria en la medicina popular tradicional y aquellas empleadas en las ceremonias y ritos de las religiones afrocubanas, que gracias a la tradición oral *-transmitida de generación en generación-* han llegado a la actualidad.

Los guías espeleólogos, formados especialmente en ecoturismo cultural, le exponen al visitante la generalidad de los hábitos y costumbres de los pueblos que se asentaron en aquellos parajes y emplearon un importante número de las cuevas y grutas que adornan la campiña como templos o sepulcros, de esta manera, en el recorrido se entiende y explica al arte rupestre como un sistema social y ecológico que formó parte de una estructura cultural en la que el paisaje tiene representaciones multidimensionales (Figura 5).



Figura 5. Petroglifos ubicados en la estación Cueva Ceremonial No. 1 del "Parque Nacional Desembarco del Granma", provincia Granma, Cuba.

Este ejemplo permite evaluar la acertada decisión en la selección de las rutas, cumpliéndose con los postulados ya mencionados en la tabla I “Objetivos básicos de la política nacional para desarrollar y programar el arqueoturismo”. En este sentido la puesta en valor público de las estaciones del arte rupestre, se asoció a una decisión colegiada y estudiada de forma multidisciplinaria lo cual asegura una explotación coherente de este patrimonio, donde el significado, objetivos y valores a promover, se percibieron antes de tomar una decisión en este sentido, ya que los mismos provienen de los valores que se le asignan a una estación y su entorno.

Al mismo tiempo se crearon diversas posibilidades de trabajo para los diferentes grupos etéreos de la región - *guarda parques, guías, recepcionistas, brigadas de mantenimiento, etc.* - además de que los productores locales se benefician con la producción y venta de alimentos ligeros, la señalética necesaria para la señalización de los senderos, la información histórico-cultural indispensable para los visitantes y el mantenimiento en óptimas condiciones de los senderos interpretativos.

En una fecha tan lejana como en el año 1974 la XI Asamblea General del Consejo Internacional de los Museos (I.C.O.M) definía la concepción de esta importante institución vinculada inobjetablemente a la creación de valores morales y estéticos en un gran público y especialmente en la nuevas generaciones de ciudadanos, en las manos de quienes está, la conservación y salvaguardia del patrimonio y su puesta en valor para lograr un turismo sustentable entendido este último, como una manera de satisfacer las necesidades espirituales y culturales del “*turista*” al mismo tiempo que se mantienen y protegen los procesos ecológicos, la diversidad biológica y los procesos económico sociales de los espacios de destino.

De esta manera parecieron en los contextos culturales los museos sitios al servicio de la sociedad y su desarrollo, pero principalmente para exhibir los testimonios materiales de las sociedades del pasado y en su relación directa con el medio ambiente, exponiendo los objetos allí encontrados o directamente relacionados con éste; al mismo tiempo que mantienen sus actividades con fines de estudio, educación y disfrute.

La generalidad de estos museos, en el caso particular de Cuba, plantean una relación muy estrecha con la comunidad en la que se encuentran, y entienden su actividad como un servicio hacia ella. Este es el caso del sitio arqueológico Chorro de Maíta – *cuyos principales exponentes son un conjunto de enterramientos humanos aborígenes expuestos in situ* – que es hoy un Complejo Cultural.

Se localiza en la ladera noroeste del Cerro de Yaguajay, sobre una extensión de 22 000 metros cuadrados, a 160 m sobre el nivel actual del mar y es considerado en el contexto arqueológico cubano como de primera magnitud. Es un cementerio cuyos restos se remontan al 1080 A.P. \pm 60 años, según dataciones realizadas utilizando el método de Carbono 14 (^{14}C). La ocupación de este territorio fue realizada por antepasados aborígenes de la etnia aruaca (raza mongoloide americana), que presumiblemente provenían del noreste de Venezuela y se asentaron en la región antillana, aclimatándose a las condiciones favorables de los ecosistemas insulares.

Los descubrimientos arqueológicos del “Chorro de Maíta” han logrado regular paradigmas en la arqueología. El hallazgo de vestigios arqueológicos de una aldea nuclear, lo hacen suponer como un importante sitio de habitación, pues en este lugar se han desenterrado numerosos artefactos, tanto de manufactura indígena como española, de modo que se trata de un sitio de

contacto indohispánico, condición que le da mucha mayor importancia por lo escaso de los hallazgos de esta naturaleza.

En otro sentido, por la magnitud e importancia de este cementerio se ha realizado una exhaustiva obra, consistente en la exhibición de la réplica de todos y cada uno de sus enterramientos -*bajo control científico* – en las mismas posiciones y profundidades en que fueron hallados *in situ*, así como las respectivas ofrendas funerarias que los acompañaban; mientras que los exponentes reales se encuentran bajo custodia, sólo a la disposición de los especialistas (Figura 6).



Figura 6. Vista general de la muestra del cementerio aborígen Chorro de Maíta. Museo sitio Chorro de Maíta, provincia Holguín, Cuba.

En este lugar luego de concebido el museo, se recreó también la réplica de una aldea taína, según las descripciones aportadas por los cronistas europeos y verificados según las excavaciones arqueológicas.

La obra artística que se reproduce fielmente en el lugar exacto donde habitaron estos antepasados exhibe, a través de las esculturas, desde una danza ceremonial conocida por el nombre de Areíto, hasta la vida cotidiana de estos grupos culturales que ocuparon la región oriental del país (Figura 7). Este tipo de instalación presenta, con respecto a los museos tradicionales, la incuestionable ventaja de presentarles a los visitantes una obra original, que estimula los procesos psicológicos a favor de la conservación y la protección del patrimonio arqueológico y natural.

Los guías en su generalidad con formación de historiadores y en ecoturismo cultural, son amplios conocedores del entorno medioambiental de la localidad y la generalidad de los hábitos y costumbres de los pueblos que las poblaron, lo que les permite desarrollar una visita dirigida capaz de satisfacer a los más exigentes públicos, transmitiéndoles un conocimiento general y particular sobre el sitio, la región y el grupo cultural que la seleccionó para su supervivencia.

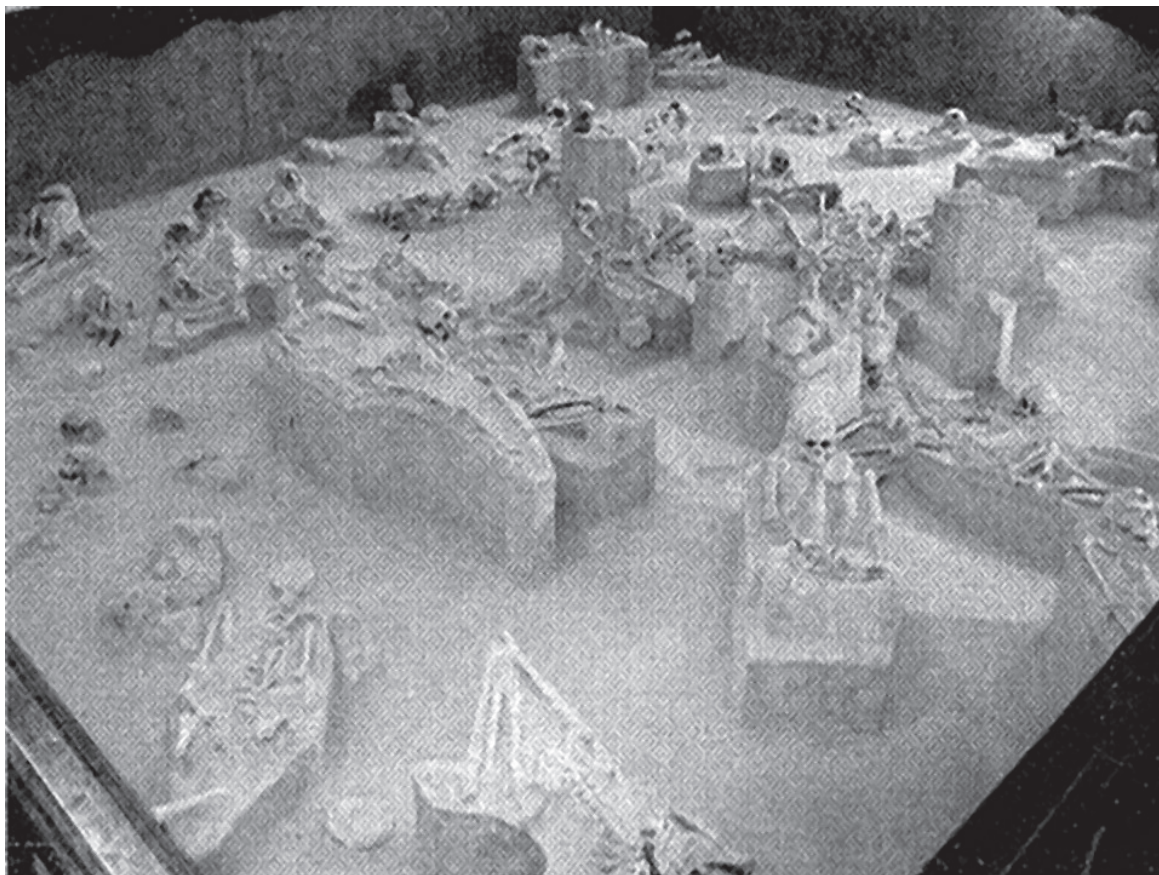


Figura 7. El acceso a la reproducción de la aldea taína y el interior de uno de los caneyes en el Museo Sitio Chorro de Maíta, provincia Holguín, Cuba.

El descubrimiento de este cementerio, rodeado de varios asentamientos aborígenes en los alrededores, le otorgan características particulares a este territorio que ha resultado una atractiva selección de interés cultural y turístico. De este modo el visitante, puede palpar *in situ* la realidad del contexto arqueológico al visitar el museo con la opción de recorridos por senderos "eco-histórico-arqueológico" para observar los detalles y las especificidades del entorno en que se desarrolló esta población en particular (Figura 8).

El centro cultural incluye un taller de artesanías donde los pobladores de la localidad realizan réplicas de piezas arqueológicas de características *sui generis* recuperadas en diversos escenarios del país los que pueden ser adquiridos por los visitantes. La actividad académica más relevante que se realiza por parte del centro consiste en la ejecución, de manera bianual, del Evento Científico Cultural Arqueotur Maíta donde se reúnen especialistas vinculados con la arqueología, la conservación, la museología, la geografía y ciencias a fines para intercambiar experiencias y exponer los últimos resultados de sus investigaciones.



Figura 8. Visitantes en el Museo sitio Chorro de Maíta, provincia Holguín, Cuba.

CONCLUSIONES

La aplicación de la política de acciones dirigidas a desarrollar y programar el arqueoturismo muestra resultados alentadores en diferentes escenarios, donde la obtención de importantes beneficios económicos se orienta en función del desarrollo socioeconómico y cultural de la nación y en primer lugar de las localidades y comunidades vinculadas al uso sostenible de los sitios histórico-arqueológicos.

La necesidad de mantener y preservar la diversidad cultural, los valores y las prácticas o saberes particulares en las localidades o en la región en que se lleven a vías de hecho estas variantes, cobra una alta relevancia considerando que las alternativas del arqueoturismo, deben mantener *-siempre y cuando se cumplan las reglas y objetivos básicos que permitan la sostenibilidad de este recurso y un desarrollo sustentable* – la necesaria armonía con los elementos naturales, sociales y locales; fomentando el contacto de experiencias y saberes entre los visitantes y la riqueza cultural de las poblaciones sitiales.

Los museos de sitio deben plantearse una relación muy estrecha con la comunidad en la que se encuentran y entender su actividad como un servicio hacia ella, en que se propicien las inversiones necesarias para aumentar considerablemente las condiciones de vida de los pobladores de las comunidades cercanas.

La experiencia obtenida en Cuba con los museos de sitio y los senderos o rutas interpretativas, permiten afirmar que siempre que se produzcan las afectaciones mínimas sobre el ecosistema y se monitoree sistemáticamente la evolución y el desarrollo de los impactos sobre los recursos arqueológicos, ambas acciones cumplirán con su objetivo y función fundamental de estimular los procesos psicológicos a favor de la conservación y la protección del patrimonio arqueológico y natural.

NOTAS

- ¹ El resaltado es nuestro.
- ² CAVACO, 1996, p. 104, en TARLOMBANI, Marcos. Turismo y sustentabilidad. Entre el discurso y la acción. Estudios y perspectivas en el turismo. Vol. 14, No. 3, Buenos Aires, jul. / sept. 2005, pp 222 – 242. p. 224.
- ³ FERNÁNDEZ, Racso; MORALES, Dany; CORDERO, Yanelis; MARTÍNEZ, Joao G.; GONZÁLEZ, José B.; CUÉ, Victorio; TORRES, Liamne; HERNÁNDEZ, Iriel; GUTIÉRREZ, Divaldo; HERNÁNDEZ, Silvia T., CARMENATE, Hilario; AMORÍN, Julio A. La evaluación y el diagnóstico del patrimonio arqueológico de Cuba. Resultado del proyecto 0409/2006-2008. Instituto Cubano de Antropología. La Habana. (Inédito). 2008. p. 32.
- ⁴ Bajo esa denominación se conoce la aristocracia azucarera cubana de los siglos XVII a los inicios del XX.
- ⁵ La Declaración de Manila fue aprobada en 1969 y entre otros principios establecía, que el turismo moderno responde a un derecho fundamental del ser humano al descanso y al ocio; pero respetando la identidad, la afirmación de la originalidad de las esculturas y el respeto al patrimonio moral de los pueblos.
- ⁶ SOLEILHAVOUP, F. Un arte en peligro. El Correo de la UNESCO, pp. 29-31. Paris, 1998. p. 30.
- ⁷ Las labores de restauración y conservación del Centro Histórico, como política estatal, datan de finales de la década de los sesenta de la pasada centuria, para lo cual se estableció un Plan Maestro que incluyó la creación de los Gabinetes de Arqueología, de Conservación, la Empresa de Monumentos, la Escuela Taller “Melchor Gaspar de Jovellanos” y la Oficina de Patrimonio, entre otros.

BIBLIOGRAFIA

- CORDERO, Yanelis Las colecciones y los museos. Sección Educación Patrimonial. *Boletín Comunitario “Manjuarí”*. Año 3, No. 4. Proyecto 0409/2006-2008.- Evaluación y Diagnóstico del Patrimonio Arqueológico y Sociocultural de Cuba. Instituto Cubano de Antropología. La Habana. 2008.
- DIRECCIÓN Municipal de Cultura. *Plegable de divulgación del Museo de Sitio Chorro de Maíta*. Banes, 2005.
- FERNÁNDEZ, J. Manuel (1998): *La Habana colonial. Ciudad fortificada de América*. Editorial José Martí. La Habana. 93 pp.
- FERNÁNDEZ, Racso; MORALES, Dany; CORDERO, Yanelis; MARTÍNEZ, Joao G.; GONZÁLEZ, José B.; CUÉ, Victorio; TORRES, Liamne; HERNÁNDEZ, Iriel; GUTIÉRREZ, Divaldo; HERNÁNDEZ, Silvia T., CARMENATE, Hilario; AMORÍN, Julio A. *La evaluación y el diagnóstico del patrimonio arqueológico de Cuba*. Resultado del proyecto 0409/2006-2008. Instituto Cubano de Antropología. La Habana. (Inédito). 2008.
- OMT. *Guide for local authorities on developing sustainable tourism*. WTO, Madrid Caribe. OMT, Madrid, 1998.
- SOLEILHAVOUP, F. Un arte en peligro. *El Correo de la UNESCO*, pp. 29-31. Paris, 1998.
- TARLOMBANI, Marcos. Turismo y sustentabilidad. Entre el discurso y la acción. *Estudios y perspectivas en el turismo*. Vol. 14, No. 3, Buenos Aires, jul. / sept. 2005.



Proteção e conservação de sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara

Elizabete Bucó

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no sudeste do Estado do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. O Parque tem 129.140 ha. e seu perímetro é de 214 km. A cidade mais próxima é Coronel José Dias, sendo a cidade de São Raimundo Nonato o maior centro urbano.

No Parque há formações geológicas únicas que retracam todo o processo de formação da região. Arcos do triunfo, torres, castelos, cavernas kársticas com lagos subterrâneos, chaminés, espeleotemas. Olhos d'água e reservas naturais em depressões da rocha. Paisagens de serra e de planície, com *inselbergs* de grande beleza. Vastidão e grandiosidade são as impressões que se sentem. Extensões sem marcas do homem moderno.



Figura 1. Formações Geológicas da Serra da Capivara. (Acervo Fumdham).

A vegetação é variada e bem conservada apresentando zonas de caatinga primária, ilhas de floresta tropical úmida, com espécies típicas e árvores frondosas. Ilhas de vegetação árida, com dominância de cactos, nos afloramentos rochosos. Entre novembro e maio a vegetação é verde. Em junho as folhas da maior parte das espécies, amarelecem e caem, voltando a brotar quando caem as primeiras chuvas. Flores de todas as cores, de extrema delicadeza, transformam a paisagem em um jardim de novembro a maio.

Fauna em plena recuperação, sendo vistos atualmente onças, inclusive a onça preta, caititus, veados, jacus, águia chilena, cotias, preás, serpentes, iguanas, lagartos, andorinhas e outras espécies de aves, em profusão. Presença de espécies da Amazônia.

Céu azul profundo, claro na época seca, quando as noites são frias podendo o termômetro descer a 10 graus C. Grandes tempestades elétricas, nuvens pesadas, chuvas torrenciais entre outubro e maio.

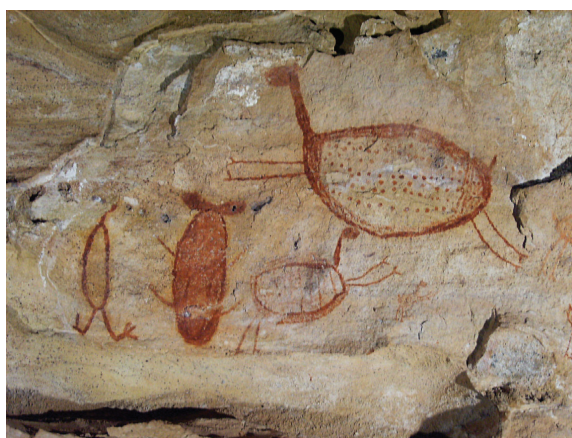
ATRATIVOS CULTURAIS DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

No Parque Nacional Serra da Capivara está a maior densidade de sítios arqueológicos com arte rupestre pré-histórica do mundo, com figuras e composições de rara beleza e qualidade artística. Atualmente estão cadastrados mais de 1.000 sítios, entre os quais mais de 700 apresentam arte rupestre, sendo os outros sítios ao ar livre (acampamentos ou aldeias) de caçadores-coletores, aldeias de ceramistas-agricultores, ocupações em grutas ou abrigos, sítios funerários e sítios arqueo-paleontológicos.

Diversidade de sítios arqueológicos e paleontológicos, que forneceram dados sobre a vida dos ecossistemas da região, a chegada do homem e a evolução do clima e da paisagem nos últimos 100.000 anos.

Vestígios das primeiras instalações da sociedade colonial na região, sob forma de muros para barragens, ruínas de antigos engenhos, casas antigas.

Em 1991 a UNESCO, pelo seu valor cultural, inscreveu o Parque Nacional na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade.



Figuras 2 e 3. Exemplos de pinturas rupestres encontradas na Serra da Capivara. (Acervo Fumdam).

JUSTIFICATIVAS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

A região do Parque Nacional Serra da Capivara é assolada pelos problemas típicos do Nordeste brasileiro. A população atual concentra-se, sobretudo, nos raros centros urbanos; a população rural é esparsa, sem infra-estrutura que lhe permita viver dentro dos padrões mínimos de bem-estar. As terras que hoje constituem o Parque eram, na maioria, de propriedade do Estado e foram utilizadas por agricultores para instalação de roças. Os procedimentos utilizados para trabalhar a terra são muito primários, desconhecem técnicas básicas essenciais, tais como a conservação de sementes e procedimentos para evitar a ação erosiva das fortes chuvas. Este desconhecimento se traduz na inadequada utilização dos solos, acarretando uma ação depredadora e a desertificação das terras.

Seguindo o determinado pelo Plano de Manejo o Parque Nacional foi organizado e seu uso público implementado. Estas ações consideraram que não é somente uma unidade de conservação, mas fundamentalmente um Parque Arqueológico. As atividades de conservação do patrimônio cultural e de pesquisa são prioritárias e a relação entre patrimônio cultural e natural não pode ser esquecida.

Os pesquisadores da Fundação, desenvolvendo suas respectivas atividades científicas, monitoram o Parque Nacional, fornecendo informações atualizadas, que são integradas numa base de dados, permitindo estudar a dinâmica da unidade de conservação e as múltiplas causas de suas transformações. Sua contribuição é essencial para recuperar o estado de equilíbrio entre proteção do patrimônio cultural e aspectos ecológicos do Parque.

A vigilância do Parque é um aspecto fundamental para controlar as ações de depredação geradas por caçadores, desmatadores, incêndios provocados por queimadas em terrenos vizinhos e ações destruidoras do patrimônio cultural.

A preservação não pode ser garantida sem um trabalho paralelo que permita integrar a população local, como um objetivo de médio prazo.

O Plano de Manejo prevê que a Unidade de Conservação funcione como motor do desenvolvimento científico, econômico e social. Todas as ações desenvolvidas pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) em acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Chico Mendes visam preservar e restabelecer o equilíbrio ecológico do Parque, o que passa necessariamente pelo restabelecimento da relação harmoniosa entre patrimônio cultural, meio-ambiente e população.

VISITAÇÃO TURÍSTICA E PROTEÇÃO

Diversos circuitos turísticos foram criados e abertos à visitação e a proteção do conjunto das áreas do Parque Nacional foi prevista e estruturada. O resultado atual dessas ações faz com que o Parque Nacional conte hoje com a infra-estrutura e os serviços descritos a seguir.

Uma infra-estrutura que viabiliza a visitação de 142 sítios rupestres pré-históricos, dos quais 16 acessíveis a pessoas com dificuldade de locomoção. Vinte e oito guaritas, sendo cinco

públicas e vinte e três de serviço garantem a presença de um corpo de guardas que inibe a entrada de caçadores e possíveis vândalos. As guaritas estão conectadas via rádio com a sede da Fundação, a sede do Instituto Chico Mendes e os veículos de serviço.

Aceiros feitos em cerca de dois terços da periferia que impedem a passagem do fogo de queimadas. Há 450 quilômetros de estradas internas no Parque Nacional que permitem a circulação para a realização de serviços, fiscalização e visitação turística. Um corpo de mais de 80 vigilantes evita a ação dos caçadores o que está permitindo a recomposição das populações animais.

Áreas reflorestadas com espécies nativas permitem a recuperação de áreas degradadas pelo uso antrópico. As barragens, que absorvem a drenagem das torrentes pluviais visando amortecer sua força erosiva e diminuir o fluxo nos momentos de grandes precipitações, deram provas de ter sido uma boa escolha. Também, esses reservatórios guardam importantes reservas de água para os animais silvestres que aí bebem durante a seca.

O Centro de Visitantes do Parque Nacional oferece diferentes serviços, tais como auditório, área de exposição, lanchonete, loja de lembranças, sanitários e telefone. O sítio do Boqueirão da Pedra Furada, transformado em Museu a céu aberto, dispõe de um sistema de iluminação que permite a visitação noturna. O teatro ao ar livre da Pedra Furada já foi palco, entre outros, de três festivais internacionais.



Figura 4. Teatro ao ar livre da Pedra Furada. (Acervo Fumdam).

Trilhas com diferentes graus de dificuldades, desde aquela que pode ser toda percorrida de carro, até as radicais que exigem destreza e excelente estado físico. Estacionamentos nos pontos de visitação e estruturas para o lazer e descanso. Serviço de limpeza e manutenção de estradas que funciona de maneira permanente. Serviço para limpeza e retirada do lixo de todo o Parque Nacional.

Um Centro de Pesquisas Interdisciplinares hoje compartilhado com a Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), oferecendo cursos a nível de graduação e Pós-Graduação, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O Museu do Homem Americano no qual está retratada a entrada do Homem na região e sua evolução cultural, da Pré-História aos dias atuais. Um Centro Cultural que guarda o acervo coletado durante quase 40 anos de pesquisa, laboratórios de pesquisa e biblioteca.



Figura 5. Estruturas de lazer e descanso. (Acervo Fumdham).

CONSERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM ARTE RUPESTRE

Para garantir as ações de conservação a FUMDHAM formou técnicos capazes de identificar os problemas urgentes (ninhos de vespas, galerias de cupins), e agir de maneira adequada segundo o caso. Este corpo de agentes mantém o controle do estado dos sítios, permitindo as intervenções dos pesquisadores quando os problemas detectados são ainda incipientes.

Estes técnicos são verdadeiros agentes de pesquisa capazes de levantar dados sobre a evolução dos agentes de destruição, que são essenciais para poder re-adequar à gestão do patrimônio.

Dirigidos pela Professora Conceição Lage os técnicos executam as intervenções necessárias. Conceição Lage explica a forma em que são executados os trabalhos: "Todas as ações são

realizadas respeitando a obra pré-histórica, a estética original e a reversibilidade das ações, como sugerido pelas cartas patrimoniais da UNESCO.

Toda e qualquer intervenção deve ser iniciada com o diagnóstico técnico, que comporta as informações relacionadas aos sítios, como composição química e litológica do suporte rochoso, dos pigmentos pré-históricos e dos depósitos de alteração.

O passo seguinte é tomar as medidas de conservação e proteção cabíveis, visando proteger as pinturas contra as degradações humanas (voluntárias ou não), a presença de animais ou vegetais, e ao intemperismo.

As ações de conservação seguem a seguinte sequência de trabalhos:

1. Eliminação da vegetação em contato com a parede rochosa de sítios com pinturas rupestres, e da vegetação baixa, tipo "capoeira", que invade os abrigos, para evitar que, em caso de incêndio, este se propague até a parede pintada.
2. Conservação da vegetação de grande porte, ou reflorestamento com espécies próprias à área dos sítios, toda vez em que houver incidência direta dos raios solares sobre as pinturas;
3. Construção de diques, calhas ou pseudo-estalactites de poliuretano para desviar o percurso da água de chuva que passa sobre painéis de pintura.
4. Instalação de passarelas (quando possível), barreiras de proteção e placas educativas para evitar futuros danos ao sítio;
5. Retirada dos diferentes tipos de depósitos de alteração ou de origem animal (cupins, insetos) que se encontram sobre, ou nas proximidades, dos painéis com pintura.
6. Consolidação do suporte rochoso.
7. Monitoramento dos sítios a fim de evitar a reincidência de insetos, microorganismos ou outros agentes destruidores.

As intervenções foram realizadas objetivando a limpeza dos sítios, ou seja, retirada de casas de insetos, plantas em contato com a rocha ou gramíneas no solo dos abrigos; desinfecção da área através de aplicação de cupinicidas nas casas de cupins ativos que se encontravam próximo às pinturas; instalação de calhas (pingadeiras); consolidação e retoque do suporte rochoso; colagem e montagem de placas com pinturas encontradas em escavações; limpeza das trilhas de acesso aos sítios.

A técnica de limpeza e consolidação utilizada foi prioritariamente mecânica com auxílio de instrumentos dentário (esculpidores, bisturis, espátulas, escovas). A maior parte dos sítios trabalhados apresentava quase sempre o mesmo problema de conservação: desagregação de placas rochosas com painéis de pinturas, várias casas de vespas (Maria pobre), galerias de cupim, eflorescências salinas, e marcas de passagem d'água.

Estudos complementares serão realizados a fim de identificar a composição química e mineralógica das eflorescências salinas e depósitos de insetos resistentes à remoção mecânica. A escolha dos sítios trabalhados levou em consideração àqueles que já apresentavam um acelerado processo de degradação do suporte rochoso, resultando na

formação de eflorescências minerais. Uma vez verificada, preliminarmente, a presença destas eflorescências, estas foram cuidadosamente coletadas e armazenadas com o auxílio dos técnicos em conservação da FUMDHAM, e posteriormente transportadas ao laboratório de Química da UFPI, onde foram feitas anotações referentes às características físicas vistas a olho nu e em lupa binocular. As análises dessas amostras estão sendo realizadas no Núcleo de Antropologia Pré-histórica da UFPI, nos Departamentos de Química da UFPI e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)“.

PREPARAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Para a preparação de sítios arqueológicos e trilhas turísticas certas ações prévias são necessárias, tais como o estudo dos possíveis acessos: topografia, vegetação, tipos de solos.

No Parque Nacional Serra da Capivara foram escolhidos para a visitação pública locais com acessos com diferentes tipos de dificuldade. Uma vez definido o percurso da trilha de acesso foram definidas as técnicas e os materiais a serem utilizados.

No caso específico de um sítio arqueológico, quando ainda não foi escavado, qualquer intervenção é realizada com a presença de um arqueólogo e se evita perfurar as possíveis camadas arqueológicas

A escolha da estrutura depende da forma do local, da situação espacial das figuras rupestres e das dificuldades de acesso para o transporte dos materiais.

Nas zonas onde a erosão está destruindo a cobertura vegetal e criando voçorocas é desenvolvido um trabalho de manejo da floresta, construindo cercas e barreiras para diminuir a força das enxurradas, estancando assim o processo erosivo.

Finalmente completando a estrutura de conservação e proteção e sempre procurando o melhoramento da qualidade de vida na região, a FUMDHAM criou o Pró Arte, plano pedagógico vencedor do



Figura 6. Estrutura de acesso em escada. (Acervo Fumdham).

concurso Embratel Instituto Ayrton Senna – Cidadão 21 Arte, em 2002, e do Prêmio Itaú Cultural, nacional, em 2007. O Pró-arte propõe a formação, pesquisa e criação pela integração artística e social com o meio ambiente buscando o resgate da identidade dos habitantes desta região (a Caatinga Nordestina). Duas vezes o projeto recebeu o apoio de Criança Esperança. Atualmente o Pró-Arte FUMDHAM se responsabiliza pela manutenção dos professores e monitores, a alimentação semanal para 130 crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos e 70 adolescentes e jovens no final de semana. As atividades são centradas em arte, música – iniciação musical flauta doce, canto coral, e pratica instrumental – sopro, violão e teclado e artes visuais – desenho, pintura, arte em argila e sementes e capoeira. Devido a má formação escolar, auxilia as crianças no processo de alfabetização, leitura e escrita através do lúdico, principalmente com duas outras atividades, aulas na biblioteca e aulas na brinquedoteca.



Figura 7. Guarda-corpo de sítio arqueológico. (Acervo Fumdhm).



Figuras 8 e 9. Estruturas de acesso e visitação dos sítios - passarelas em madeira/metal. (Acervo Fumdham).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza cultural da região do Parque Nacional Serra da Capivara e as intervenções permanentes através dos anos o transformaram num dos maiores museus a céu aberto do Mundo. O desenvolvimento do turismo começa a garantir o desenvolvimento sócio-econômico da região.

A visitação permanente tem demonstrado que a movimentação de pessoas, guardas, visitantes, guias, inibe a entrada de pessoas mal intencionadas.

BIBLIOGRAFIA

FUMDHAM. *Parque Nacional Serra da Capivara*. Disponível em <<http://www.fumdham.org.br>> capturado em junho de 2006.

FUMDHAM. *Fundação Museu do Homem Americano: O museu do homem americano*. São Raimundo Nonato/PI, 1998.

IBAMA. *Plano de Manejo: Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília: FUMDHAM-IBAMA, 1991.



Socialização dos Sítios Arqueológicos nas Missões Jesuítico-Guarani

Ana Lúcia G. Meira

A singularidade da experiência missioneira na Província do Paraguai, formada por trinta reduções *Jesuítico-Guarani* que se desenvolveram durante os séculos XVII e XVIII, alimentou o imaginário europeu, disseminando a visão idealizada de uma utopia no Novo Mundo. Parte dos remanescentes dessa experiência é hoje encontrada no Rio Grande do Sul - os Sete Povos das Missões que após o Tratado de Madrid foram incorporados ao território brasileiro.

Quatro das sete antigas reduções se constituem em ruínas e sítios arqueológicos protegidos como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: São João Batista, São Lourenço Mártir, São Nicolau e São Miguel Arcanjo, sendo este último, também, declarado Patrimônio da Humanidade¹. Há uma particularidade que facilita a gestão dos sítios: a proteção e a propriedade são do Governo Federal. As outras três reduções – São Luiz Gonzaga, São Borja e Santo Ângelo - são hoje cidades e poucos vestígios são encontrados em seus territórios.

Nos anos 1980 e 1990, houve iniciativas de ações educativas nas missões no campo da arqueologia. Após, a sinalização interna dos sítios passou a ser implantada com o objetivo de



Figura 1. Ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões. Acervo Arquivo Noronha Santos/IPHAN.

contextualizar as estruturas arquitetônicas e evidenciar o seu patrimônio ecológico. Ultimamente, estruturas de passarelas ajudam a preservar os remanescentes e servem de orientação aos visitantes. A retomada das ações educativas junto a alunos, professores e guias de turismo, marca uma nova fase na socialização dos sítios.

Mas essa socialização só se efetiva quando inserida em um escopo de ações de proteção, conservação e valorização integradas e sejam garantidas por políticas públicas efetivas. E só adquire sentido quando as forças locais como as prefeituras, a Associação dos Amigos das Missões, a Fundação dos Municípios das Missões (Funmissões), a Universidade Federal do Pampa (UniPampa) e outras associações e os habitantes locais se engajam no projeto de tornar o patrimônio cultural missioneiro um dos vetores do almejado desenvolvimento sustentável da região².

BREVE HISTÓRICO

As *reduções* eram núcleos urbanos estabelecidos para facilitar a catequização dos indígenas. Atendiam aos interesses da Igreja Católica e da Coroa Espanhola, como forma de garantir as fronteiras dos territórios conquistados, controlar a cobrança de impostos e realizar a conquista espiritual dos habitantes autóctones. No início do século XVII, foi criada a Província Jesuítica do Paraguai, que durou quase 160 anos. Congregou trinta povos que formavam um sistema complexo. A estrutura das reduções era constituída basicamente pela igreja, casas dos índios, colégio, oficinas, *cotiguaçu*, cabildo, cemitério e quinta. Além disso, possuíam estruturas rurais, tudo interligado por um sistema de caminhos. Os remanescentes materiais dessas estruturas hoje se encontram nos territórios da Argentina, Brasil e Paraguai.

O Tratado de Madrid, de 1750, determinou a troca da Colônia do Sacramento, portuguesa, pelos Sete Povos das Missões, de propriedade espanhola. A reação dos povos missioneiros contra a ordem de abandonar suas terras provocou a Guerra Guaranítica contra os exércitos dos países aliados e, juntamente com a expulsão dos jesuítas, alguns anos depois, desencadearam a decadência das reduções. Muitos indígenas foram levados para outras regiões ou abandonaram suas terras tradicionais. Alguns se dispersaram nas proximidades dos antigos povos. As estruturas de pedra foram se deteriorando ou servindo de material às novas construções dos imigrantes que passaram a ocupar o território a partir do século XX.

A herança missioneira extrapola os seus remanescentes materiais. Marcou profundamente a cultura do Rio Grande do Sul na fisionomia da população missioneira, na domesticação da erva mate, na criação do gado, na delimitação do território, no surgimento de mitos indígenas como Sepé Tiarajú – cacique Guarani morto na Guerra Guaranítica -, e de mártires católicos como Roque Gonzáles, morto pelos indígenas.

ANTECEDENTES – AÇÕES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO

Os sítios missioneiros, particularmente São Miguel Arcanjo, são referenciais na trajetória da preservação dos bens patrimoniais no sul do Brasil. São Miguel foi o primeiro “lugar histórico”

com reconhecimento oficial, o que possibilitou seu escoramento, em 1925, com recursos do Governo do Estado. Em 1937, Lucio Costa foi contratado pelo recém criado SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, para vistoriar as ruínas dos antigos povos missioneiros. O arquiteto relata que foi “examinar *in-loco* e decidir o que fazer com as ruínas dos chamados Sete Povos da província jesuítica espanhola, que ficaram encravados do lado de cá”³.

O relatório em relação às ruínas de São Miguel Arcanjo dizia que “os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar”⁴, revelando a preocupação com a autenticidade do que restara da “história em verdade extraordinária das Missões”⁵. Lucio Costa encontrou centenas de fragmentos e imagens sacras dispersos nos sítios missioneiros e projetou um pequeno museu para concentrá-los junto às ruínas da antiga igreja de São Miguel Arcanjo. A edificação apresenta a particularidade de ter sido implantada no vértice da praça original, recuperando a escala do espaço missioneiro.

Para o arquiteto, as grandes lacunas da ruína se transformaram em potencialidades e inspiraram as primeiras ações didáticas no sítio: a implantação do museu para definir espacialmente a praça original, sua arquitetura referenciando as casas dos índios, o estabelecimento de uma coleção que se mantém até hoje, o alerta para a necessidade de painéis, esquemas e mapas para que os visitantes compreendessem melhor a história das Missões.

A consolidação da torre da antiga igreja e de outras partes em perigo de desabamento é considerada a primeira grande intervenção executada pelo SPHAN no Brasil⁶ e também a base para o trabalho técnico da instituição⁷. Na seqüência, foram realizadas obras de consolidação entre 1954 e 1955, 1967 e 1970, 1981 e 1987. Com a criação do Escritório Técnico do IPHAN nas Missões, a preservação passou a ser constante e a envolver outros temas, como as ações integradas entre diferentes campos do conhecimento e a retomada das ações educativas. Estas últimas, no entanto, carecem de continuidade.



Figura 2. Museu das Missões – projeto arq. Lucio Costa. Acervo Arquivo Noronha Santos IPHAN.



Figura 3. Visitante nas ruínas de São Miguel Arcanjo. Acervo IPHAN RS.

A SOCIALIZAÇÃO DOS SÍTIOS MISSIONEIROS

A preocupação em socializar o conhecimento sobre a experiência missioneira estava presente no relatório de Lucio Costa em 1937, mas apenas o Museu cumpria essa função. No final dos anos 1980, ações educativas tiveram início com o projeto Missões 300 anos. Particularmente em São João Batista foi realizada oficina com pesquisa arqueológica simulada em campo, voltada a estudantes do ensino fundamental, sob coordenação do arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza.

Após escavarem pedaços de louça obtidos a partir de objetos utilitários contemporâneos previamente quebrados e enterrados, os alunos reconstituíam a peça. Ao final, percebiam que faltava um pedaço, intencionalmente suprimido antes do enterramento, de forma que o objeto ficava incompleto. O entendimento de que as partes eram importantes para entender o todo ficava evidente⁸, permitindo discutir a perda de informações com a coleta de material por meios não científicos (por exemplo, por um não arqueólogo) ou mesmo o comércio ilegal de material arqueológico⁹. Também permitiu o entendimento de que os pedaços de objetos ou estruturas que frequentemente eram (e ainda são) encontrados nos pátios das casas dos alunos se constituíam em fragmentos de histórias de famílias que haviam habitado esse mesmo lugar alguns séculos antes e deveriam ser preservados.

Muitos alunos que passaram por essa oficina se transformaram em guardiões do patrimônio no âmbito das suas moradias, evitando que seus pais colocassem no lixo os remanescentes encontrados ou tentassem destruí-lo para evitar a ação fiscalizadora do IPHAN. O evento ajudou a divulgar o trabalho do profissional arqueólogo junto à população local, introduzindo a temática da arqueologia. Também auxiliou no processo de dessacralização do antigo ao colocar, por

meio de uma experiência prática, a vivência de conteúdos históricos, como salienta a arqueóloga Maria Lucia Pardi,¹⁰ contribuindo, assim, para a aproximação entre a população e os bens culturais.

O PIV – Programa Integrado de Valorização possibilitou a integração de universitários de diferentes áreas que desenvolveram atividades práticas nos sítios missioneiros, mas não houve continuidade dessa interessante iniciativa. Foram também realizadas, esporadicamente, oficinas de arqueologia com alunos e oficinas de educação patrimonial com professores da rede escolar. O método de trabalho contou com a participação das técnicas Maria de Lourdes Horta e Evelina Grumberg do Sistema Nacional de Museus da extinta Fundação Nacional Pró-Memória/SPHAN. A retomada recente dessa trajetória ensejou a elaboração de cartilha para os professores trabalharem em sala de aula e orientarem as visitas dos alunos ao sítio de São Miguel Arcanjo. Percebe-se, no entanto, que o maior problema para que as ações educativas atinjam seus objetivos é a falta de continuidade em sua implementação.

A ação educativa junto à população local é particularmente importante nas missões, pois grande parte dos habitantes é descendente dos imigrantes que se instalaram na região a partir de meados do século XX e não reconhecem o patrimônio cultural missioneiro como parte do seu legado. Também os habitantes descendentes dos *Guarani*, que se miscigenaram e imprimiram marcas inconfundíveis nas feições e nos hábitos de parte da população, não se reconhecem como descendentes dos indígenas, condenando à invisibilidade uma importante herança cultural. Assim, o desafio enfrentado pelas ações de educação que partem dos remanescentes missioneiros como base de ação, é transformá-los em referência para os diversos grupos sociais que habitam a região, tendo em vista sua relevância para toda a humanidade.

O desafio parece ser menos incisivo em grupos de fora da região, que reconhecem as ruínas de São Miguel Arcanjo como o “patrimônio histórico” mais importante do estado. Esse reconhecimento está registrado, por exemplo, em fotos tiradas desde o início do século XX na frente das ruínas pelas famílias, visitantes, gaúchos a pé, motorizados ou a cavalo que transitaram na região. Ou ao reconhecimento de Sepé Tiarajú como mito capaz de servir aos interesses de anarquistas, da igreja, dos trabalhadores sem terra, e dos latifundiários atuais. Estes dois últimos grupos, de ideologias completamente opostas retomam, em suas manifestações públicas, a suposta frase a ele atribuída: “Essa terra tem dono”¹¹.

No caso do município de São Miguel das Missões, para aproximar os jovens das ruínas, local que muitos nunca haviam visitado, foi desenvolvido o projeto “Cinema nas ruínas”¹². Durante um ano foram apresentados, na sacristia da antiga igreja de São Miguel Arcanjo¹³, filmes brasileiros como Edifício Master de Eduardo Coutinho, Casa Grande e Senzala, de Nelson P. dos Santos, D. Hélder Câmara – o santo rebelde, de Érica Bauer. Mais de cem alunos foram capacitados a elaborar roteiros e realizar filmagens, o que resultou em um filme com depoimentos de moradores antigos da cidade, cuja estréia ocorreu na nave da igreja, com a presença maciça da comunidade local.

Também oficinas de capacitação dos guias de turismo foram realizadas como forma de qualificar as narrativas transmitidas aos visitantes, especialmente às crianças e jovens, sobre a experiência missioneira. Como ocorre em todos os lugares turísticos, os discursos dos guias incorporam mitos e inverdades. No caso das missões, a fala dos guias costuma reproduzir a mentalidade colonial sobre os indígenas, atribuindo-lhes um papel secundário na trajetória missioneira ao apresentá-los como ingênuos aprendizes dos ensinamentos introduzidos pelos padres europeus.



Figura 4. Projeto Cinema nas ruínas. Foto: C. Ballester – IPHAN/RS.



Figura 5. Índios M'Byá Guarani em frente às ruínas. Foto: L. A. Catafesto.

A atualização dessa visão defasada do processo missioneiro teve início com o projeto de requalificação do Museu das Missões e com a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais junto à comunidade *M'byá Guarani* que frequenta o Sítio de São Miguel Arcanjo para venda de seu artesanato. A motivação do Inventário foi o interesse em compreender a presença contemporânea dos Guarani junto aos remanescentes missioneiros, conhecer os sentidos que eles atribuem ao sítio e às ruínas e identificar as referências culturais que estão na base de sua cultura diferenciada.

O INRC *Comunidade Mbyá-Guarani* documentou práticas culturais vivas, em quatro aldeias localizadas em diferentes municípios do Rio Grande do Sul a partir da aldeia em São Miguel das Missões, revelando os conceitos *M'byá* de territorialidade e de sacralidade, além de sua concepção sobre o modo de vida *Guarani*, hoje muito ameaçado pela ação da sociedade nacional, que os priva do acesso à terra e aos remanescentes de mata nativa, tornando-os dependentes de recursos e favores de outros¹⁴.

Ao longo do Inventário, os Mbyá se apropriaram do conceito de patrimônio, passando a propor parâmetros para a salvaguarda de suas referências culturais. Conforme expressaram no I Encontro Patrimônio Cultural e Povos Indígenas, realizado em dezembro de 2006, estão interessados não no reconhecimento de aspectos de sua cultura, tomados isoladamente, mas sim na preservação do seu modo de vida. O Inventário junto aos Mbyá no RS foi concluído em dezembro de 2007, com a realização do II Encontro Patrimônio Cultural e Povos Indígenas e a solicitação de Registro do Sítio de São Miguel Arcanjo como Tava Miri, Lugar Sagrado para os Guarani.

A compreensão do universo Mbyá-Guarani levou o IPHAN a novas ações, visando a ampliação do Inventário no Brasil, de modo a abranger toda a área de ocupação Mbyá (além do Rio Grande do Sul, os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e ES), além de propor a realização de Inventários similares aos países membros do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial na América Latina (CRESPIAL) nos quais há população Guarani e remanescentes missioneiros, notadamente o Paraguai e a Argentina.

O IPHAN empreendeu, também, ações de salvaguarda junto às comunidades já inventariadas, dentre as quais se destaca a realização de oficinas de capacitação de jovens Mbyá em audiovisual, realizadas pela Ong Vídeo nas Aldeias, contratada para esse fim. O produto final das oficinas foi a realização do filme *Mokoi Tekoá, Petei Jeguatá: Duas Aldeias, uma Caminhada*, de autoria de Ariel Ortega, Jorge Morinico e Germano Beñites. O filme foi premiado no ForumDoc, ocorrido em Belo Horizonte, em 2008. Posteriormente, foi convidado a integrar a programação do XIV Festival de Cinema e Vídeo Indígena do National Museum of American Indian, de Nova York, ocorrido em março de 2009.

Concomitante às ações de promoção junto às populações indígenas e não indígenas, e coerente com o que foi expresso no início desse relato, o IPHAN continua dando ênfase às ações de preservação dos sítios missioneiros. A partir da assinatura de convênio com o Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico estão sendo desenvolvidas pesquisas sobre a coleção de imagens sacras do Museu das Missões, realizado trabalho sobre a capacidade de acolhida turística na região, executado levantamento geomagnético das estruturas arqueológicas e iniciado o estudo sobre a paisagem cultural missioneira.



Figura 6. Socialização do sítio de São Nicolau – Foto: C. Ballester – IPHAN/RS.



Figura 7. Oficina de educação patrimonial nas Missões. Foto: A.L.Meira – IPHAN/RS

Sob execução direta do IPHAN encontram-se as consolidações das alvenarias de pedra nos quatro sítios e as escavações arqueológicas, as quais são possibilidades de trabalho para várias gerações. Procura-se, nesses casos, atuar de maneira integrada com arquitetos, arqueólogos e, sempre que possível, com historiadores. Também a acessibilidade universal, o paisagismo dos sítios, a capacitação de servidores e de técnicos (por exemplo, o Curso de restauração de cerâmica arqueológica realizado em parceria com o ILLA – Instituto Ítalo-Latinoamericano), a edição de material didático, dentre outras, são exemplos de ações realizadas pela instituição e que são importantes para viabilizar ou complementar a socialização pretendida.

Recentemente, foram implantados a Reserva Técnica e o Laboratório de Arqueologia do Escritório Técnico do IPHAN nas Missões, com vistas a tratar a vasta gama de material arqueológico armazenado no sítio de São Miguel Arcanjo. Tais procedimentos atenderam a demandas importantes como a utilização científica das peças, garantindo a produção de informação gerada a partir dos objetos coletados ao longo de décadas de pesquisa, e seu uso para fins educativos e/ou museológicos, além de comportar as atividades rotineiras de documentação e conservação. Foram constituídas coleções de referência com o objetivo de possibilitar acesso rápido às peças dotadas de potencial museológico¹⁵. E constituiu-se ao mesmo tempo o conceito de reserva técnica visitável, onde o público tem acesso em alguns momentos ao cotidiano do trabalho arqueológico no laboratório¹⁶.



Figura 8. Oficina de educação patrimonial: montagem dos fragmentos. Foto: A.L.Meira – IPHAN/RS.

No ano de 2009, após escavações na área da Fonte Missioneira, que permitiram identificar várias estruturas vinculadas à utilização da água no local (tanques, pedaços da própria fonte até então perdidos etc.), foram desenvolvidas ações educativas que envolveram perto de 600 pessoas – crianças, jovens, servidores do IPHAN e do município, terceira idade, guias¹⁷. O objetivo principal das atividades foi apresentar à população do município os resultados dos trabalhos desenvolvidos durante muitos meses no parque, estabelecer uma relação sobre o aproveitamento dos recursos hídricos no período missioneiro e nos dias de hoje, bem como capacitar funcionários e guias de turismo com informações sobre o trabalho de arqueologia.

Nota-se que ao longo do tempo, lentamente, as estruturas para recepção de turistas foram se qualificando na região. No município de São Miguel das Missões há um hotel e uma pousada que atendem às demandas de hospedagem de forma qualificada. Os restaurantes ainda são precários. O artesanato é sofrível, com exceção do indígena (curiosamente, as oficinas de capacitação na área do artesanato não tem tido adesão no município). O espetáculo de Som e Luz, que funciona ininterruptamente há 30 anos, necessita de uma reforma substancial.

A sinalização turística foi implantada pelo esforço da FunMissões em toda a região, facilitando o acesso dos visitantes, apesar das dificuldades devido à distância dos sítios (aproximadamente 500 km da capital Porto Alegre). Em média, no sítio de São Miguel Arcanjo, há 70.000 visitantes por ano, mas a arrecadação cobre pouco mais de 10% dos recursos gastos na manutenção e nas ações finalísticas. O ritmo de transformação dos quatro sítios em lugar turístico é lento, mas por outro lado permite um monitoramento mais tranquilo.

CONCLUSÃO

As ações institucionais tem um novo desafio a partir de agora com a proposta de criação do Parque Histórico Nacional das Missões, um “parque em constelação”¹⁸, cuja base são os quatro sítios tombados. O Parque remeterá os visitantes e os estudiosos aos demais remanescentes dispersos no território, aos recursos paisagísticos e naturais, bem como ao patrimônio material e imaterial, que deverá incluir as expressões das outras culturas que foram habitar essa região plena de história e de significados. Além das vantagens ao resgatar as antigas reduções como um sistema, cria uma alternativa qualificada para o turismo na região, tratando os quatro sítios de forma integrada e com a mesma hierarquia.

NOTAS

- ¹ As ruínas do antigo povo de São João Batista se localizam no município de Entre-Ijuís, as de São Lourenço Mártir no município de São Luiz Gonzaga, as de São Miguel Arcanjo no município de São Miguel das Missões e as ruínas de São Nicolau no município de mesmo nome. As ruínas se apresentam em condições diversas de integridade nos quatro sítios brasileiros. O tombamento de São Miguel Arcanjo ocorreu em 1938 e dos demais sítios, nos anos 1970.
- ² A Funmissões articula ações com entes governamentais e privados. Atua em várias áreas, inclusive no desenvolvimento do turismo como alternativa de desenvolvimento econômico, pois a região é basicamente agrícola. A eficiente sinalização turística implantada na região foi um esforço desses agentes locais articulados com o SEBRAE.

- ³ COSTA, apud PESSÔA, José (Org.). Lucio Costa: Documentos de Trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. p. 18.
- ⁴ COSTA, Lucio. 1937: Igreja de São Miguel (ruínas) – São Miguel das Missões – RS. In: PESSÔA, op.cit. p. 21-42. p. 26.
- ⁵ Idem, ibidem, p. 40.
- ⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e seu tempo. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória, 1986. O trabalho de consolidação e a construção do Museu foram realizados pelo engenheiro Lucas Mayerhofer, entre 1938 e 1940, a partir das orientações do relatório de Lucio Costa.
- ⁷ LYRA, Cyro de Oliveira. Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumentos. 2005. 333 p. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- ⁸ Informações coletadas por Andréia Quintanilha, ex-servidora do IPHAN/RS (acervo do IPHAN/RS) e Tobias Vilhena, arqueólogo do IPHAN/RS (com vistas a sua tese de doutoramento).
- ⁹ MORAES, T. V.; MORAES, C. A. Reserva Técnica do Escritório Técnico I- Missões (IPHAN/ Rio Grande do Sul). In: XII Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas: interacciones y sentidos de la conversión, 2008, Buenos Aires. XII Misiones Jesuíticas Jornadas Internacionales: interacciones y sentidos de la conversión. Buenos Aires: Bibliografika de Voros S.A., 2008.
- ¹⁰ PARDI, Maria Lúcia Franco. Gestão do Patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação. 289 p. Dissertação de mestrado profissionalizante. Goiânia, IGPA, 2002.
- ¹¹ Sobre o mito de Sepé ver PESAVENTO, S. J. . Sepé Tiarajú, un indio guaraní. Storia, letteratura e mito. Tepe - Bollettino di Informazione per i Soci di Soconas Incomindios, v. 1, p. 21-28, 2008.
- ¹² Este projeto foi desenvolvido como tema do PEP – Programa de Especialização em Patrimônio, coordenado pela Copedoc/IPHAN, e realizado pelo bolsista Willians Fausto Silva no ano de 2006.
- ¹³ A sacristia é o único lugar fechado e coberto nas ruínas da antiga igreja.
- ¹⁴ Texto elaborado pela historiadora Beatriz Muniz Freire, do IPHAN/RS, que coordena as ações relacionadas ao patrimônio imaterial no Rio Grande do Sul.
- ¹⁵ Essa medida evita que todo o acervo seja manipulado durante a montagem de uma exposição ou outra atividade, aprimorando a conservação das peças.
- ¹⁶ MORAES, T. V.; MORAES, C. A. 2008. Op. Cit.
- ¹⁷ As oficinas foram realizadas pela empresa Zanettini Arqueologia, responsável pela escavação da área da fonte.
- ¹⁸ Metáfora aplicada ao caso pelo engenheiro florestal Luiz Cláudio da Silva, ex-diretor do Museu das Missões.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seu tempo*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória, 1986.
- COSTA, Lucio. 1937: Igreja de São Miguel (ruínas) – São Miguel das Missões – RS. In: PESSÔA, José (Org.). *Lucio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- LYRA, Cyro de Oliveira. *Casa vazia, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumentos*. 2005. 333 p. Tese (Doutorado em Artes Visuais), Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MORAES, T. V.; MORAES, C. A. *Reserva Técnica do Escritório Técnico I- Missões* (IPHAN/ Rio Grande do Sul). In: Anais XII Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas: interacciones y sentidos de la conversión, 2008, Buenos Aires. XII Misiones Jesuíticas Jornadas Internacionales: interacciones y sentidos de la conversión. Buenos Aires: Bibliografika de Voros S.A., 2008.
- PARDI, Maria Lúcia Franco. *Gestão do Patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação*. 289 p. Dissertação de mestrado profissionalizante. Goiânia, IGPA, 2002.
- PESAVENTO, S. J. . Sepé Tiarajú, un indio guaraní. Storia, letteratura e mito. Tepe - *Bollettino di Informazione per i Soci di Soconas Incomindios*, v. 1, p. 21-28, 2008.
- PESSÔA, José (Org.). *Lucio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.





Arqueologia e Turismo no Parque Estadual Monte Alegre, Pará, Brasil

Edithe Pereira

Monte Alegre, município situado na região do baixo Amazonas, no Pará é conhecido, em termos arqueológicos, desde o século XIX pelas pinturas rupestres existentes em um conjunto de serras localizado a cerca de 40 km a oeste da sede municipal. Na década de 1990, a região também passou a ser conhecida pela antiguidade da ocupação humana – 11.200 a.p. – uma das mais antigas da Amazônia¹.

As pinturas rupestres de Monte Alegre tornaram-se mundialmente conhecidas a partir de 1848 quando o naturalista inglês Alfred Wallace² percorreu a região e visitou vários locais onde ocorrem estes vestígios. A primeira reprodução destas pinturas foi publicada pelo geólogo Charles Hartt³ mais de 20 anos após a visita de Wallace à região.

No século XX outros visitantes também documentaram essas pinturas⁴. Na década de 1990, as pesquisas arqueológicas realizadas por Pereira⁵ e Roosevelt e colaboradores⁶ trouxeram uma série de informações novas e inéditas para a região. O estudo das pinturas rupestres realizado por Pereira⁷ revelou as características temáticas e estilísticas desses vestígios as quais não encontram paralelo em outras regiões do Brasil. Além disso, estudos recentes identificaram similaridades temáticas e estilísticas entre os grafismos da cerâmica dessa região e as pinturas rupestres, sugerindo com isso que a sua realização possa ter sido feita por grupos ceramistas a partir o primeiro milênio de nossa era⁸.

A pesquisa de Roosevelt⁹ concentrou-se no sítio Gruta do Pilão¹⁰ para o qual obteve uma série de datações que demonstram os diferentes momentos da ocupação humana nesse sítio, sendo que a mais antiga remonta 11.200 a.p.

Até o momento foram registrados em Monte Alegre dezessete sítios arqueológicos com arte rupestre, sendo dezesseis com pinturas e um com gravuras rupestres. As gravuras estão localizadas a céu aberto as margens do rio Maicuru próximo a cachoeira Muira. Já as pinturas, aparecem em grutas, abrigos e em paredes a céu aberto nas encostas das serras do Ererê, Paituna e Bode. Nessa área foi criado, em 2001, o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA)¹¹ (Figura 1) cuja preservação do patrimônio arqueológico, evidenciado, principalmente, pelas pinturas rupestres, constituiu um dos pilares para sua criação.

O PEMA possui uma área de 5.800 ha na qual se destacam, além dos sítios arqueológicos, importantes formações geológicas relacionadas ao Domo de Monte Alegre¹², particularmente as serras do Ererê e Paytuna, que se destacam pelo contraste com a paisagem plana da planície amazônica. A vegetação na área do PEMA – Cerrado ou Savana – também se contrapõe ao ambiente tipicamente amazônico de Floresta Tropical. As particularidades ambientais e culturais e a necessidade da sua preservação foram a base para a criação do PEMA que também nasceu com uma forte vocação para o ecoturismo e para o arqueoturismo.

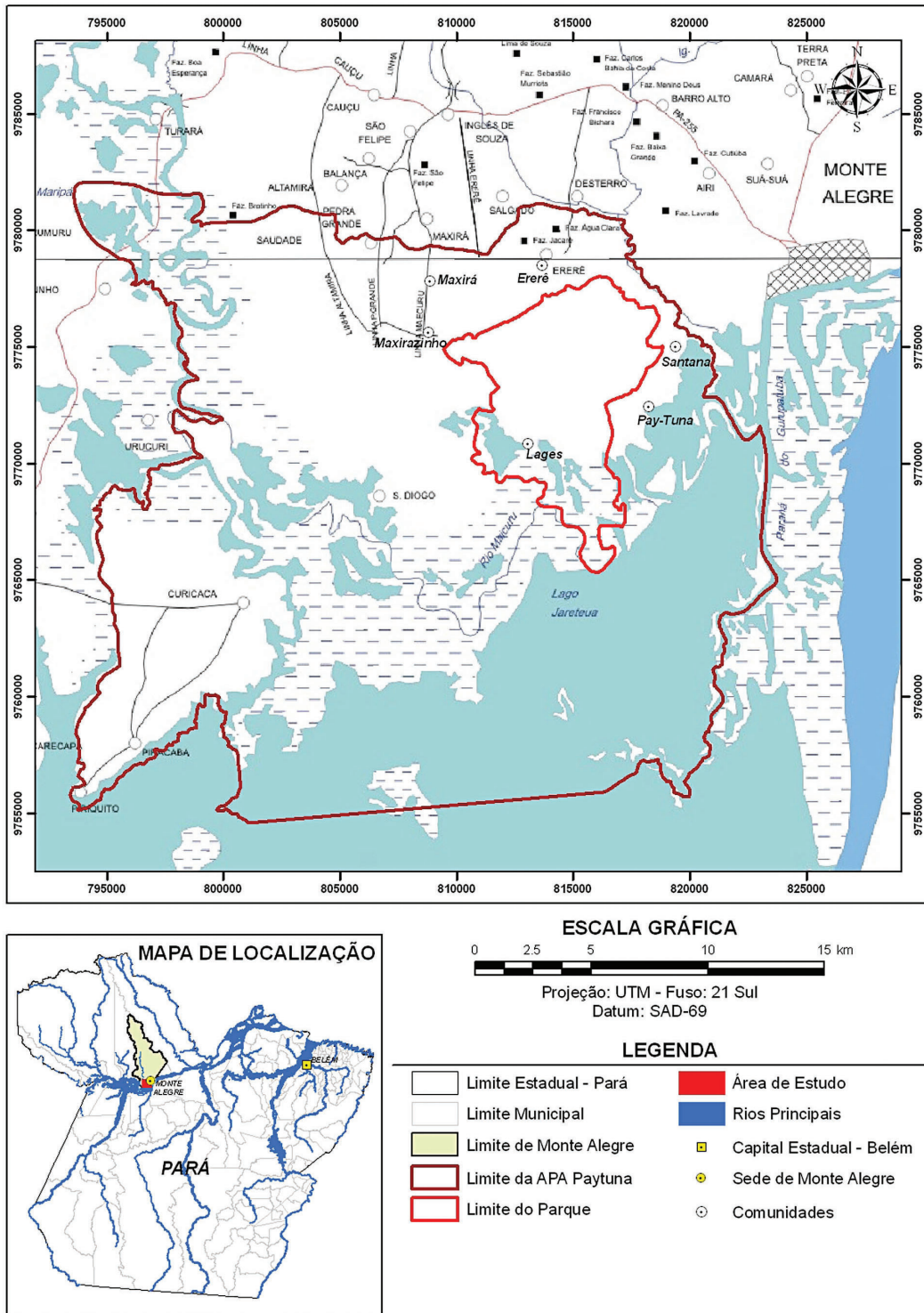


Figura 1. Delimitação da APA Paytuna e do Parque Estadual Monte Alegre. Fonte: Plano de Manejo do PEMA.

AS PINTURAS RUPESTRES DO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE

Dos dezesseis sítios arqueológicos com pinturas rupestres localizados até o momento na área do PEMA, sete são a céu aberto, sete em grutas e dois em abrigos. As grutas da região são de formação arenítica e possuem um desenvolvimento médio de 150 metros¹³. São grutas pouco profundas cujas pinturas estão localizadas tanto nas áreas que recebem iluminação natural como em áreas escuras e que dependem de luz artificial para serem visualizadas.

A presença de pinturas rupestres em áreas escuras é uma característica pouco comum entre as pinturas rupestres do Brasil. Em Monte Alegre ela é observada em pelo menos três sítios: na Gruta do Pilão, na Gruta da Baixa Fria I e na Gruta da Baixa Fria II. No primeiro, há três painéis com essas características: dois deles localizados em um estreito túnel à direita da entrada da gruta e o outro em um pequeno salão à esquerda. Na Gruta da Baixa Fria I e II, pinturas localizadas no teto e nas paredes também necessitam de luz artificial para serem vistas.

Nos sítios a céu aberto, as pinturas aparecem em paredões nas encostas das serras. As dimensões dos motivos, as fortes cores que persistem ao tempo e a posição de destaque nas rochas tornam as pinturas visíveis a grandes distâncias. Nesse tipo de sítio não há condições de moradia. Trata-se de locais escolhidos exclusivamente para a realização das pinturas e dos rituais a elas relacionados.

Os abrigos com pinturas rupestres ocorrem em menor quantidade na área. Foram registrados dois, sendo um deles – o Abrigo do Miritiepé – descoberto recentemente¹⁴. Neles, foram encontrados também fragmentos cerâmicos e lascas líticas indicando ocupação humana, ao menos temporária.

As características estilísticas das pinturas rupestres de Monte Alegre não encontram paralelo nos sítios conhecidos até o momento na Amazônia nem no restante do Brasil. Pereira¹⁵ identificou cinco motivos presentes nas pinturas rupestres desta região e caracterizou suas formas de apresentação. Os motivos são: antropomorfos, mãos em positivo, zoomorfos, biomorfos e grafismos puros. Os grafismos puros e os antropomorfos são os temas predominantes e estão presentes em todos os sítios. As mãos e os zoomorfos aparecem em menor quantidade e os biomorfos são pouco expressivos numericamente.

As representações antropomorfas foram classificadas em dois tipos: 1) *Antropomorfos completos* são aqueles representados com as três partes do corpo humano (cabeça, tronco e membros); 2) *Representações de cabeça* são aqueles antropomorfos que só apresentam esta parte do corpo humano.

Os *Antropomorfos completos* (Figura 2) estão representados de maneira frontal e com as três partes do corpo proporcionais entre si. A cabeça e o tronco têm formas variadas; o rosto está representado na maioria das figuras e, em algumas delas, observa-se diferentes fisionomias; o interior do tronco aparece vazio ou preenchido com motivos geométricos que sugerem a representação de adorno corporal; os braços e as pernas estão elaborados a partir de formas angulares e curvilíneas quase sempre dispostos de forma bilateral simétrica; a maioria das figuras é assexuada e naquelas que se pode identificar o sexo, este é masculino e está indicado pela presença dos órgãos genitais. A expressão de movimento nestas figuras costuma estar indicada pela posição dos braços que aparecem muitas vezes erguidos.



Figura 2. Antropomorfo completo. Sítio Serra do Sol. Foto: Edithe Pereira.

Nas representações de cabeça a presença dos elementos faciais (olhos, nariz, sobrancelha e boca) é a principal característica. Em várias delas é possível observar diferentes fisionomias criadas a partir de diversas formas de representação dos elementos faciais (Figura 3). O contorno da cabeça nem sempre está presente nessas figuras, muitas apresentam apenas alguns traços do rosto (Figura 4).

A impressão de *mãos* nas rochas é representada em positivo, ou seja, a palma da mão é embebida na tinta e em seguida plasmada na rocha. Várias delas apresentam motivos geométricos desenhados na palma da mão e foram observadas, principalmente nos sítios Serra da Lua, Serra do Sol, Gruta do Pilão e Abrigo do Irapuá. As cores utilizadas foram o vermelho e amarelo. Mãos em negro foram observadas apenas no Abrigo do Irapuá.

Diversas representações *Zoomorfas* tais como peixes, aves, cobras, peixe-boi, sapos, escorpião, lagartos e tartarugas, aparecem representados nas pinturas de Monte Alegre. Estas figuras estão representadas de perfil ou em visão dorsal e quase sempre expressam movimentos (Figura 5).

Os *Biomorfos* são figuras cujos traços permitem identificar um ser vivo, mas sem que seja possível distinguir se se trata de uma representação humana ou de animal. Sua ocorrência na região é pequena.



Figura 3. Representação de cabeça com expressão facial. Sítio Serra da Lua. Foto: Edithe Pereira



Figura 4. Rosto sem o contorno da cabeça. Sítio Serra da Lua. Foto: Edithe Pereira



Figura 5. Zoomorfo. Sítio Serra da Lua. Foto: Edithe Pereira

Os *Grafismos puros*, também chamados geométricos, constituem o tema mais comum na região. O círculo – com suas diversas variações de preenchimento – é o motivo mais recorrente, a ele seguem em importância numérica os geométricos elaborados, as volutas e os soliformes. As demais figuras apresentam formas mais ou menos complexas, com baixo índice de repetição.

Não foi observada a existência de cenas, seja entre motivos antropomorfos ou entre eles e os animais. Ainda que posicionados próximos entre si, não há traços evidentes a nossos olhos que permitam identificar a estruturação de uma cena entre os motivos. Uma exceção talvez venha do sítio Serra do Sol, onde uma figura humana, parece estar tombada no chão próximo a uma cobra, sugerindo tratar-se de uma cena de ataque desse animal ao indivíduo (Figura 7).

A técnica utilizada para a elaboração dos motivos rupestres foi a pintura, e as cores utilizadas, o vermelho, o amarelo e o preto. O vermelho é a cor predominante enquanto o preto foi observado em poucas figuras. Há figuras bicromas (vermelho e amarelo) e uma única, até o momento, estruturada nas cores vermelha, amarela e preta localizada na Gruta Itatupaoca.

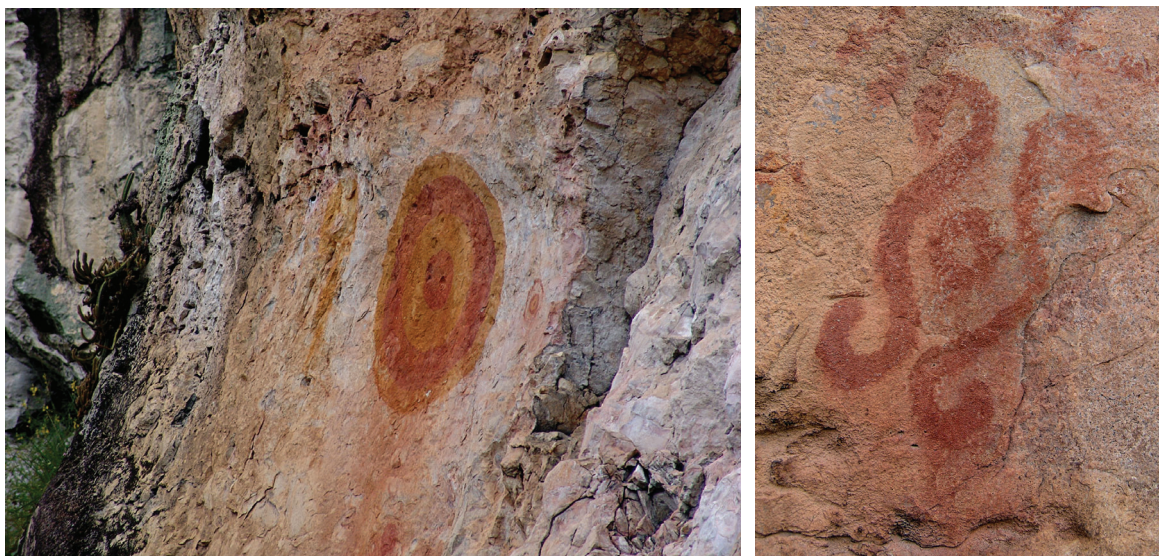


Figura 6. Grafismos puros. (A) Círculos; (B) volutas contrapostas. Sítio Serra do Sol. Foto: Edithe Pereira.



Figura 7. Provável cena onde um homem está tombado ao lado de uma cobra. Sítio Serra do Sol. Foto: Edithe Pereira

A dimensão das figuras varia entre 5 e 100 cm. As figuras maiores, posicionadas em pontos estratégicos das serras, podem ser vistas a grandes distâncias e parecem ter sido feitas intencionalmente para serem vistas desde muito longe.

O aproveitamento do suporte para a composição de figuras é observado em vários sítios da região. A utilização de determinadas formas da rocha como orifícios, arestas ou protuberâncias são utilizadas para compor figuras ou dar volume a elas (Figura 8).



Figura 8. Duas formas de aproveitamento do suporte para a composição de motivos. A) a protuberância da rocha dá volume ao rosto representado; B) o orifício da rocha compõe o contorno da cabeça de um antropomorfo. Fotos: Edithe Pereira

A DATAÇÃO DAS PINTURAS RUPESTRES DE MONTE ALEGRE

As escavações realizadas por Roosevelt e colaboradores¹⁶ na Gruta da Pedra Pintada (ou Gruta do Pilão) revelaram uma seqüência da ocupação humana nesse sítio cujo início se dá por volta de 11.200 A.P. e se estende até 675-430 A.P. De acordo com esses autores, as pinturas rupestres estariam relacionadas ao período mais antigo visto as semelhanças na composição química de pigmentos encontrados nos níveis mais antigos da escavação e das pinturas situadas na parede e fragmentos de parede encontrados na estratigrafia. Roosevelt e colaboradores¹⁷ consideram também que algumas pinturas podem ser mais recentes em razão de um pigmento (matéria-prima) com a mesma composição das pinturas encontrado nas camadas mais tardias. No entanto, estas ocorreriam em número reduzido devido a ausência de gotas de pigmento nas referidas camadas segundo concluíram os autores.

O estudo realizado por Pereira¹⁸ para as pinturas rupestres de Monte Alegre indica a existência de variação estilística na região. O problema consiste na dificuldade de saber, com base nos dados disponíveis, quais são as pinturas antigas e quais são as mais recentes. Uma possibilidade parece vir do estudo comparativo entre os motivos decorativos da cerâmica e as pinturas rupestres¹⁹ de Monte Alegre.

Uma primeira aproximação ao esse tema foi apresentada por Pereira²⁰ ao demonstrar a existência de algumas semelhanças temáticas e estilísticas entre a arte rupestre de Prainha (gravuras) e Monte Alegre (pinturas) e a cerâmica Santarém. Recentemente, Pereira²¹ retomou esse assunto detalhando tais semelhanças e, a partir delas, sugere a inserção temporal da arte rupestre – ou pelo menos de alguns de seus motivos - no período pré-histórico recente, ou seja, no primeiro milênio da nossa Era.

Os dados apresentados por Roosevelt e colaboradores²² sugerem uma possível antiguidade da prática gráfica rupestre, mas também apontam a existência dessa prática em período mais recente, mas em menor intensidade. No entanto, a proporção das representações humanas e de determinados grafismos puros recorrentes tanto na cerâmica como nas pinturas rupestres dessa região, sugerem o contrário, ou seja, que a prática gráfica rupestre na região foi bastante intensa no período pré-histórico recente.

A dimensão temporal dos conjuntos rupestres dessa região ainda é desconhecida, o que torna difícil estabelecer se as superposições existentes ou os conjuntos caracterizados pelo maior número de motivos correspondem a um ciclo de execução curto ou amplo. O que parece claro, pelo menos no baixo Amazonas, é que no período pré-histórico recente, diferentes culturas compartilharam um repertório iconográfico comum que tem na figura humana o seu maior destaque. Sendo o grande diferencial e aspecto mais característico o detalhamento da representação da cabeça e dos traços do rosto²³.

OS PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO E O TURISMO NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PEMA

Em Monte Alegre, a maioria dos sítios com pinturas rupestres apresenta problemas de conservação. Pereira²⁴ chama a atenção para esses problemas e informa que suas origens estão relacionadas a fatores naturais e antrópicos. Para os problemas de ordem natural (p. ex. cupins, fungos, casa de vespas, intemperismo, queda natural do suporte, etc.), é possível encontrar soluções técnicas que impeçam a continuação do problema. Em alguns casos, dependendo do agente danificador, o dano sofrido pode, inclusive, ser revertido. No entanto, os fatores antrópicos são os mais preocupantes.

A curiosidade em conhecer as pinturas rupestres de Monte Alegre remonta o século XVIII quando um visitante anônimo e/ou um jesuíta deixou pintado, no sítio Serra da Lua, o ano da sua visita – 1764 – e as iniciais I.H.S²⁵.

Em meados do século XIX, Alfred Wallace²⁶, naturalista inglês, relata ao chegar a Monte Alegre que,

Era grande a nossa vontade de visitar as serras que daqui podíamos ver e que nos pareciam dia a dia mais convidativas para um passeio. Quando nos contaram acerca de umas inscrições indígenas que nelas havia, isso ainda mais aumentou nossa curiosidade.

A mesma curiosidade que motivou um jesuíta e/ou um visitante anônimo e Wallace a percorrer os difíceis caminhos que levavam até as serras, leva hoje centenas de turistas a Monte Alegre para ver de perto pinturas rupestres feitas pelo homem pré-histórico.

Apesar de serem conhecidos e visitados há bastante tempo, foi somente a partir de 1996 que os sítios com pinturas rupestres de Monte Alegre começaram a receber um fluxo maior de visitantes²⁷. A divulgação mundial da antiguidade do sítio Gruta da Pedra Pintada (ou Gruta do Pilão) foi, certamente, a mola propulsora para o incremento de turistas interessados em ver de perto pinturas rupestres feitas por grupos humanos supostamente há mais de 11.000 A.P.

O aumento do número de visitantes gerou, inicialmente, um turismo informal onde alguns moradores da cidade lucravam com a visita aos sítios. Posteriormente, empresas de turismo passaram a incluir os sítios arqueológicos de Monte Alegre nos seus roteiros e hoje, empresas e particulares levam turistas aos sítios sem que haja qualquer controle na visita e infraestrutura nos sítios. Essa situação tende a se agravar, visto que o turismo na região é estimulado através da divulgação dos seus atrativos turísticos na internet através de *sites* oficiais dos governos estaduais e municipais e por particulares.

As conseqüências negativas de tipo de visita já são visíveis. A pichação e a mutilação intencional das pinturas (Figuras 9 e 10) são os problemas mais comuns. Além deles, há ainda outras formas de destruição como a que ocorreu na Gruta do Pilão. Segundo moradores da região, uma parte da parede de entrada da gruta que continha pinturas foi destruída pelas máquinas que abriam uma estrada que facilitaria o acesso ao sítio²⁸.

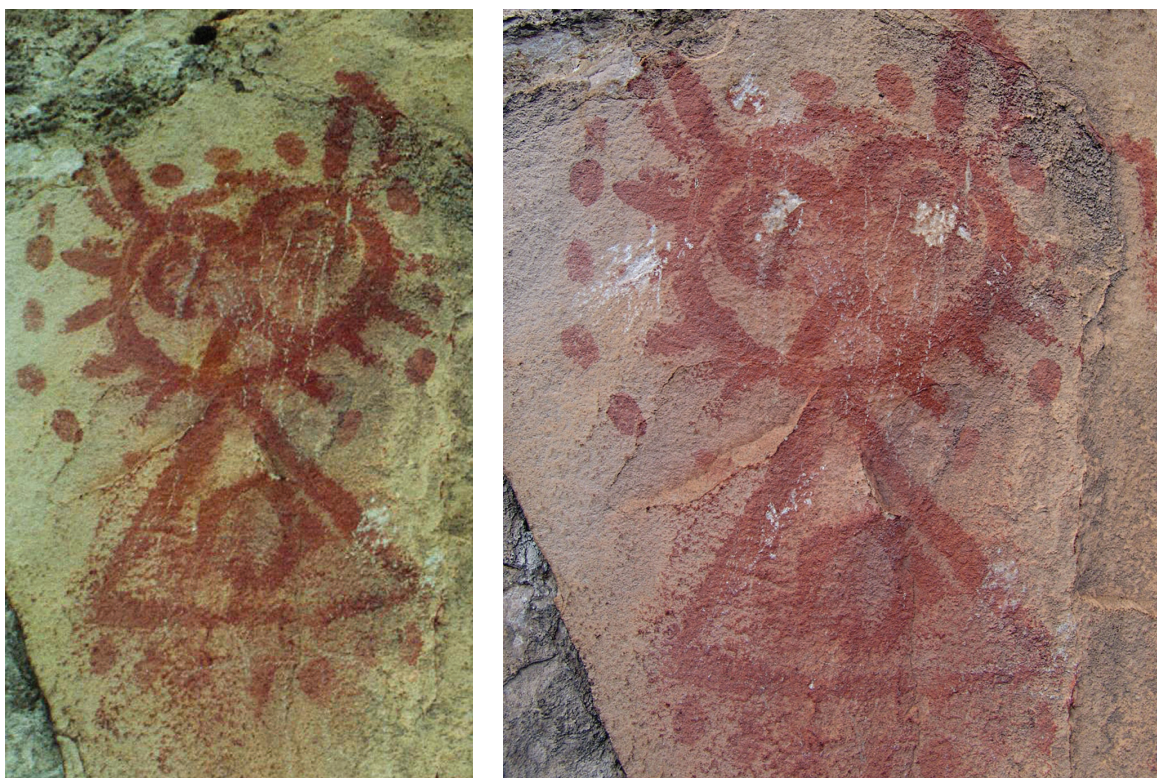


Figura 9. Detalhe de um motivo do sítio Serra da Lua. A) Registro feito em 1990; B) registro feito em 2002. Fotos: Edithe Pereira



Figura 10. Painel do sítio Pedra do Pilão com pichações. Foto: Marcela Andrade.

Dos dezesseis sítios com pinturas rupestres documentados em Monte Alegre seis recebem visitantes: a Serra da Lua, a Gruta Itatupaoca, a Pedra do Mirante, a Gruta do Pilão, o Painel do Pilão e a Pedra do Pilão. Nenhum deles possui qualquer infra-estrutura que permita que a sua exposição pública seja feita com segurança tanto para o turista como para o patrimônio arqueológico. Além disso, não há planejamento, nem guias treinados e a visitação turística está completamente fora do controle das autoridades municipais e estaduais.

Preocupados com conservação do patrimônio arqueológico da Amazônia, em particular o de Monte Alegre, Pereira²⁹ e Pereira e Figueiredo³⁰ elencaram os problemas identificados na região e propuseram alguns procedimentos visando facilitar a visitação e a visualização das pinturas rupestres. Da mesma forma, propuseram formas de ajudar na sua conservação, garantindo um retorno financeiro para as comunidades e promovendo a auto-sustentabilidade dos sítios. As propostas feitas por esses autores foram detalhadas no Plano de Manejo do Parque Estadual de Monte Alegre (PEMA).

Com intuito de ajudar na complementação da implantação desse parque, dois projetos foram encaminhados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA – órgão responsável pela gestão das Unidades Conservação. Um deles, proposto pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, visa elaborar e divulgar uma série de produtos culturais (livros, vídeos, guias) relacionados com o patrimônio arqueológico de Monte Alegre, em particular, a arte rupestre. Esses produtos serão utilizados como base para as ações de educação patrimonial a serem realizadas nesse município, também pelo Museu Emílio Goeldi; o outro, é um projeto da Superintendencia do IPHAN no Pará que visa a socialização de sítios arqueológicos com pinturas rupestres na área do Parque Estadual Monte Alegre. Trata-se de uma proposta bastante completa e complexa elaborada por uma equipe interdisciplinar e que contempla desde os projetos estruturais e arquitetônicos do centro de visitantes do parque e dos sítios a serem visitados até projetos museológicos, de conservação, programação visual e gestão e visitação turística.

A criação do PEMA constitui um importante avanço para a proteção do patrimônio natural e cultural de Monte Alegre, no entanto, a implementação de projetos como os citados no parágrafo anterior são fundamentais para a sua efetiva proteção e para o envolvimento real e participativo das comunidades na valorização desse patrimônio.

NOTAS

- ¹ ROOSEVELT, A. et al. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. *Science*, 272: 373-384, apr. il. 1996.
- ² WALLACE, A. R. Viagem pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte, Itatiaia, (Coleção Reconquista do Brasil, v. 50). 1979.
- ³ HARTT, C. F. Inscrições em rochedos do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, Recife*, 47: 301-329. 1895.
- ⁴ KATZER, F. Geologia do Estado do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, 9. 1933.; NIMUENDAJU, C. In: Pursuit of a Past Amazon. Archeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region. A posthumus work compiled and translated by Sig Rydén and Per Stenborg, edited by Per Stenborg. *Etnologiska Studier* 45. Göteborg. 2004.; CONSENS, M.. Arte rupestre no Pará: análise de alguns sítios de Monte Alegre. *Dédalo*. São Paulo, (1): 265-278, número especial. 1989.; CONSENS, M. First rock paintings in Amazon basin. *Rock Art Res*, 5 (1): 69-72, may. 1988.; RAUSCHERT, M. Bericht über den Verlauf meiner Pará-Expedition 1954/55. *Z. Ethnol.*, 81 (1):111. 1956.; SILVEIRA, L. T., PINHEIRO, R. V. L., PINHEIRO, S. V. L. (s.d.) Roteiro Espeleológico das Serras do Ererê e Paytuna (Monte Alegre - Pará). s.n.t. manuscrito inédito do Grupo Espeleológico Paraense – GEP. il.
- ⁵ PEREIRA, E. Análise preliminar das pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). *Boetim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia*, Belém, 8 (1): 5-24. il. 1992.; PEREIRA, E. Arte rupestre na Amazônia – Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: Unesp, 2003.; PEREIRA, E. S. Las pinturas y los grabados rupestres del noroeste de Pará - Amazônia - Brasil. Valencia, Departamento de Arqueologia e Pré-história, Universidade de Valencia. 2 v. il. Tese (Doutorado). 1996.
- ⁶ ROOSEVELT, A. et al. 1996. Op. Cit.
- ⁷ PEREIRA, E. 1992. Op. Cit.; PEREIRA, E. 2003. Op. Cit.; PEREIRA, E. S. 1996. Op. Cit.
- ⁸ PEREIRA, E. Arte rupestre e cultura material na Amazônia Brasileira. In: PEREIRA, E., GUAPINDAIA, V.(org.). *Arqueologia Amazônica*. Belém: MPEG; IPHAN, SECULT. 2010. p. 260-283.
- ⁹ ROOSEVELT, A. et al. 1996. Op. Cit.
- ¹⁰ Esse é o nome pelo qual o sítio Gruta da Pedra Pintada foi cadastrado no IPHAN.
- ¹¹ Parque criado através da Lei nº 6.412, de 09/11/01 - DOE 13/11/01.
- ¹² O Domo de Monte Alegre “consiste de uma estrutura circular, oval em mapa, com diâmetros de 15 x 25 km. Esta feição é desenhada no relevo por serras e colinas assimétricas, podendo ser descritas como hogbacks, com assimetria centrífuga e serras que tem sua altitude variando de 50 m até mais de 400 m. Está desenhado por inúmeras pequenas serras isoladas incluindo as serras do Ererê, do Maxirá, de Paituna, de Itauajuri, dispostas em um círculo de cerca de 20 km de diâmetro onde afloram rochas paleozóicas, a oeste de Monte Alegre. O Domo de Monte Alegre é considerado uma estrutura sem igual na bacia amazônica.” (Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre, 2009).
- ¹³ MAURITY, C. et al. Estudo das cavernas da província espeleológica arenítica de Monte Alegre – PA. *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 15, p. 62. 1995.
- ¹⁴ PEREIRA, E., MARTINEZ I RUBIO, T., BARBOSA, C. A. P. Documentação digital da arte rupestre – teoria e prática em um sítio arqueológico no Parque Estadual Monte Alegre (PA). *Relatório Técnico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 17p. 2011.
- ¹⁵ PEREIRA, E. S. 1996. Op. Cit.
- ¹⁶ ROOSEVELT, A. et al. 1996. Op. Cit.

- ¹⁷ ROOSEVELT, A. et al. Idem.
- ¹⁸ PEREIRA, E. 1992. Op. Cit.; PEREIRA, E. 2003. Op. Cit.; PEREIRA, E. S. 1996. Op. Cit.
- ¹⁹ Ver Marti Oliver e Hernandez Perez (1988) para comparações dessa natureza realizadas na Espanha e que permitiram situar no tempo as pinturas macro-esquemáticas da região de Valencia.
- ²⁰ PEREIRA, E. 2003. Op. Cit.; PEREIRA, E. S. 1996. Op. Cit.
- ²¹ PEREIRA, E. 2010. PEREIRA, E. 1992. Op. Cit.; PEREIRA, E. 2003. Op. Cit.; PEREIRA, E. S. 1996. Op. Cit.
- ²² ROOSEVELT, A. et al. 1996. Op. Cit.
- ²³ PEREIRA, E. 2010. Op. Cit.
- ²⁴ PEREIRA, E. Arte rupestre na Amazônia – um patrimônio ameaçado. In: FORLINE, L., MURRIETA, R. VIEIRA, I. (org). AMAZÔNIA além dos 500 anos. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 19-31.
- ²⁵ HARTT, C. F. 1895. Op. Cit.
- ²⁶ WALLACE, A. R. 1979. Op. Cit.
- ²⁷ Não há dados estatísticos sobre isso, o aumento do número de visitantes é constatado através o relato de guias, informações na internet e em revistas de circulação regional.
- ²⁸ PEREIRA, E. Viagem à Monte Alegre (PA). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Parecer Técnico. 9 p. 1999.
- ²⁹ PEREIRA, E. 2005. Op. Cit.
- ³⁰ PEREIRA, E., FIGUEIREDO, S. L. Arqueologia e Turismo na Amazônia – problemas e perspectivas. Cadernos do LEPAARQ – textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Vol.II, nº 3. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jul. 2005.

BIBLIOGRAFIA

- CONSENS, M.. Arte rupestre no Pará: análise de alguns sítios de Monte Alegre. *Dédalo*. São Paulo, (1): 265-278, número especial. 1989.
- CONSENS, M. First rock paintings in Amazon basin. *Rock Art Res*, 5 (1): 69-72, may. 1988.
- HARTT, C. F. Inscrições em rochedos do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco*, Recife, 47: 301-329. 1895.
- KATZER, F. Geologia do Estado do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. Belém, 9. 1933.
- MARTI OLIVER, B., HERNANDEZ PEREZ, M. *El Neolítico Valenciano*. Art Rupestre i Cultura Material. Servei d'Investigació Prehistòrica. Diputació de València. 1988.
- MAURITY, C. et al. Estudo das cavernas da província espeleológica arenítica de Monte Alegre – PA. *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 15, p. 62. 1995.
- NIMUENDAJU, C. In: Pursuit of a Past Amazon. Archeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region. A posthumus work compiled and translated by Sig Rydén and Per Stenborg, edited by Per Stenborg. *Etnologiska Studier* 45. Göteborg. 2004.
- PEREIRA, E. Análise preliminar das pinturas rupestres de Monte Alegre (PA). *Boetim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Antropologia, Belém, 8 (1): 5-24. il. 1992.
- PEREIRA, E. *Viagem à Monte Alegre (PA)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Parecer Técnico. 9 p. 1999.
- PEREIRA, E. *Arte rupestre na Amazônia – Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: Unesp, 2003.
- PEREIRA, E. Arte rupestre na Amazônia – um patrimônio ameaçado. In: FORLINE, L., MURRIETA, R. VIEIRA, I. (org). *AMAZÔNIA além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 19-31.
- PEREIRA, E. Arte rupestre e cultura material na Amazônia Brasileira. In: PEREIRA, E., GUAPINDAIA, V.(org.). *Arqueologia Amazônica*. Belém: MPEG; IPHAN, SECULT. 2010. p. 260-283.

PEREIRA, E. S. *Las pinturas y los grabados rupestres del noroeste de Pará - Amazônia - Brasil*. Valencia, Departamento de Arqueologia e Pré-história, Universidade de Valencia. 2 v. il. Tese (Doutorado). 1996.

PEREIRA, E., FIGUEIREDO, S. L. Arqueologia e Turismo na Amazônia – problemas e perspectivas. *Cadernos do LEPAARQ – textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Vol.II, nº 3. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Jul. 2005.

PEREIRA, E., MARTINEZ I RUBIO, T., BARBOSA, C. A. P. *Documentação digital da arte rupestre – teoria e prática em um sítio arqueológico no Parque Estadual Monte Alegre (PA)*. Relatório Técnico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 17p. 2011.

RAUSCHERT, M. Bericht über den Verlauf meiner Pará-Expedition 1954/55. *Z. Ethnol.*, 81 (1):111. 1956.

ROOSEVELT, A. et al. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The Peopling of the Americas. *Science*, 272: 373-384, apr.. il. 1996.

SECRETARIA de Estado de Meio Ambiente. *Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre*, 2009. Artamento de Áreas Protegidas. Belém. 2009.

SILVEIRA, L. T., PINHEIRO, R. V. L., PINHEIRO, S. V. L. (s.d.) *Roteiro Espeleológico das Serras do Ererê e Paytuna (Monte Alegre - Pará)*. s.n.t. manuscrito inédito do Grupo Espeleológico Paraense – GEP. il.

WALLACE, A. R. *Viagem pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte, Itatiaia, (Coleção Reconquista do Brasil, v. 50). 1979.





Sítios Funerários em Grutas na Região do Rio Maracá, Amapá

Vera Guapindaia

As imponentes urnas funerárias Maracá são conhecidas desde o final século XIX. Estas urnas são provenientes da região do Igarapé do Lago, afluente do rio Maracá, localizado no sudeste do Estado do Amapá. Domingos Soares Ferreira Penna¹, fundador do Museu Goeldi, foi um dos primeiros pesquisadores a encontrar em grutas, urnas cerâmicas antropomorfas e zoomorfas em 1872. Em 1896 Aureliano Lima Guedes, auxiliar de Emílio Goeldi, também esteve na região, onde localizou três destes sítios². Outras explorações pontuais foram realizadas no período de 1896 a 1953. Depois disso, as investigações na região passaram por uma longa interrupção³.

Pesquisas arqueológicas conduzidas pelo Museu Goeldi entre os anos de 1994 a 2001 coordenadas por Vera Guapindaia na região tiveram entre seus objetivos investigar as práticas funerárias do povo que habitou a região do Igarapé do Lago entre 1445 e 1645 A.D. Treze novos sítios-cemitérios, ou seja, grutas contendo urnas foram encontrados e seu estudo revelou algumas práticas funerárias desta intrigante sociedade pré-histórica⁴.

O TERRITÓRIO MARACÁ

O principal rio da região é o Maracá, um pequeno afluente da margem esquerda do Amazonas localizado próximo de sua foz (Figura 1). Por sua vez, o Igarapé do Lago é um dos maiores afluentes da margem esquerda do Maracá, localizado em sua porção média. Na época chuvosa, de dezembro a maio, o rio transborda alagando os campos da região, formando um lago, daí a origem do seu nome. A inundação deixa quase submerso um imenso campo de arrozal "bravo" (*Oriza sp.*) e várias outras espécies de plantas típicas de áreas alagadiças. Com a redução das chuvas, a partir de agosto, seu leito diminui, sem, no entanto secar. O Igarapé do Lago fica em terreno mais alto que o rio Maracá e suas águas são límpidas, embora apresente uma coloração escura devido à presença de matéria orgânica. Durante a época de fortes chuvas o aumento do nível da água permite percorrê-lo de barco (Figura 2) e na época em que as chuvas diminuem a travessia pode ser feita a pé por cima de estivas, construídas com tronco de buriti (Figura 3).

A vegetação em torno ao Igarapé do Lago é muito rica e variada. Na região alagada, predomina a presença do "arroz bravo" (*Oriza sp.*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e pequenas vegetações aquáticas. Nos terrenos mais altos, de terra firme, existe a abundância de grandes árvores como a Castanheira (*Bertholletia excelsa*), cuja extração é a base da economia local. No platô laterítico, a vegetação se modifica, dando lugar a uma vegetação de canga, composta de árvores de tronco fino com espinhos (Figura 4).

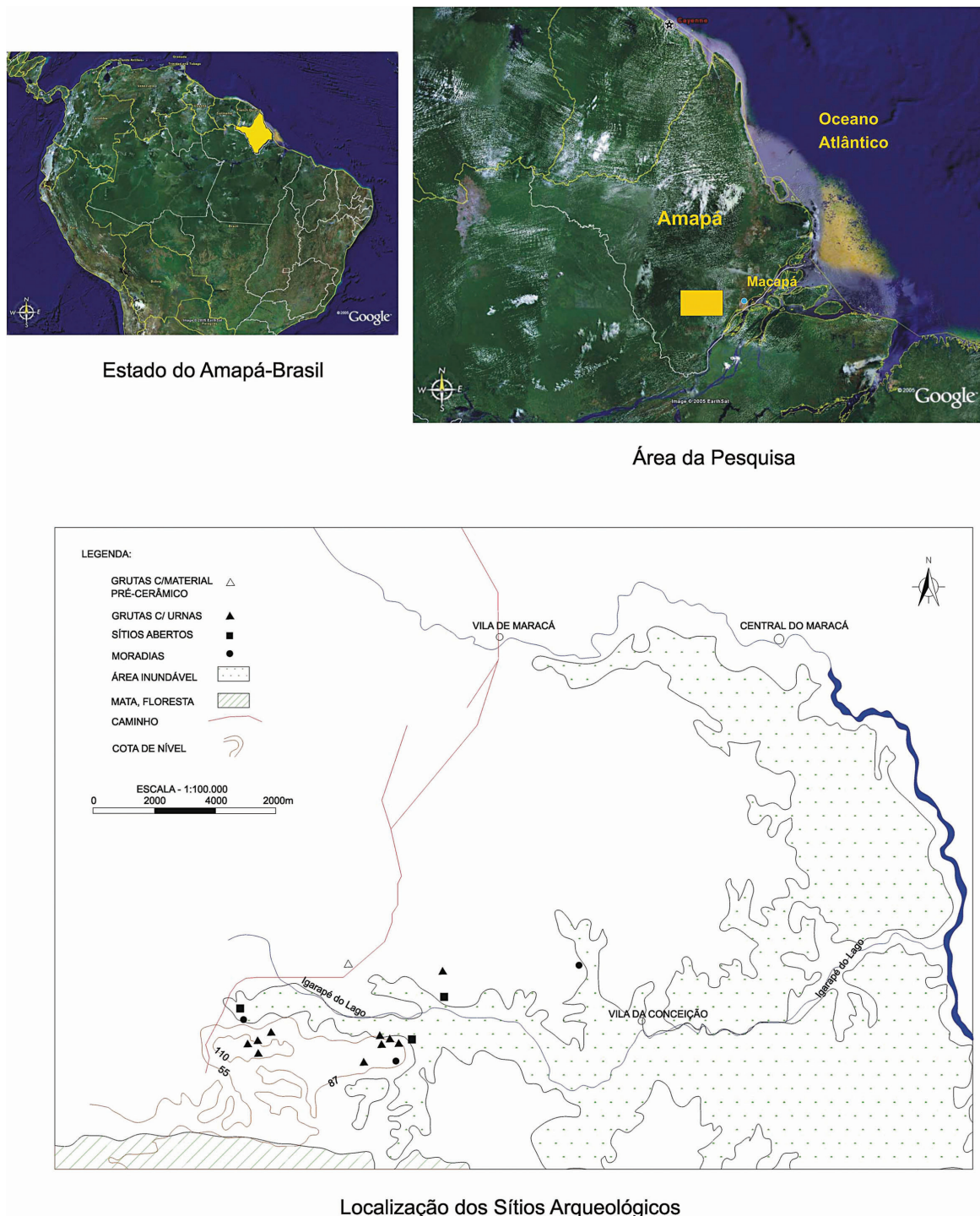


Figura 1. Mapa da área estudada indicando a localização dos sítios arqueológicos



Figura 2. Igarapé do Lago em época de águas altas. Observar os buritis que contornam suas margens. Foto: Edithe Pereira/2009.



Figura 3. Igarapé do Lago na época seca em que a travessia é feita por cima de troncos de buritis. Foto: Edithe Pereira/1999.

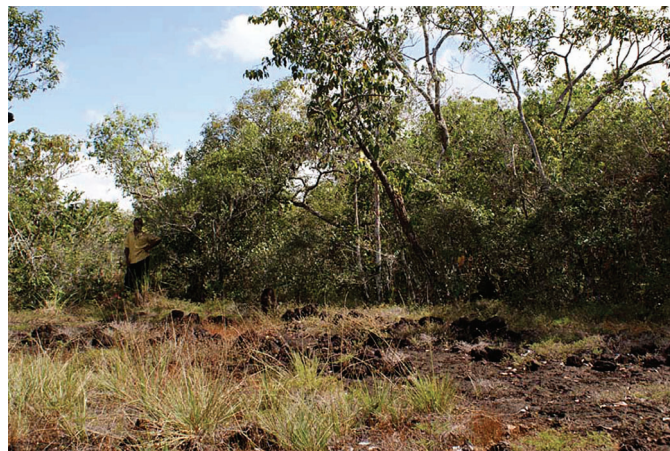


Figura 4. Vegetação de canga característica do topo da serra do Laranjal. Foto: Cristiana Barreto/2009.

A fauna terrestre e aquática é abundante e variada, entre os mamíferos é comum a presença de onças (*Panthera onçça*), veados (*Mazama americana*), caititus (*Tayassu tajacu*), pacas (*Cunilus paca*), coatis (*Nasua nasua*), cutias (*Dsyprocta Ill*), antas (*Tapyrus terrestris*) e macacos (*Cebus erxeben*, *Saimiri sciurens*, *Midas ursulus*). Uma grande variedade de répteis também é encontrada na região. A presença de pássaros é numerosa, sendo comum avistar garças (*Leucophyx thula*), gaviões (*Ruporis magnirostris*), tucanos (*Ramphatos itellinus*), araras vermelhas (*Ara macao*), bandos de periquitos (*Tiririca chiriri*), e outros.

A área geográfica já investigada pelo projeto inclui a Serra do Laranjal e a região da nascente do Igarapé do Lago (Figura 1). A Serra do Laranjal é um afloramento rochoso de arenito ferruginoso que possui entre 87 e 110 metros de altura e 21 Km² de área aproximadamente. Essa formação rochosa proporcionou o surgimento de cavidades de vários tamanhos, que formaram grutas e pequenos abrigos. Nessa área foram localizados e cadastrados treze sítios-cemitérios⁵ e três sítios-habitações⁶. A presença de dezesseis sítios nas proximidades do Igarapé do Lago, em uma área de aproximadamente 32Km², confirma a alta relevância da área para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas.

Os sítios encontrados ficam próximo às margens do Igarapé do Lago, em área de terra firme, porém, localizados topograficamente abaixo das grutas. Não foi realizada prospecção de sítios-habitações, por isso a proporção de treze sítios-cemitérios para três sítios-habitações não deve ser considerada como um dado estatístico.

Em um dos sítios-habitação foi realizada a escavação de uma unidade de 1x1m que permitiu obter uma data de 360± 40 BP (Beta-142117; AD 1445-1645, 2 Sigma range).

OS CEMITÉRIOS

Os sítios-cemitérios, como já mencionado, estão concentrados na área mais alta na Serra do Laranjal. Ficam a cerca de 800 metros a 1,5 km de distância dos sítios abertos. Podem ser caracterizados como sítios em áreas fechadas, em ambiente de grutas contendo na superfície urnas de cerâmica com enterramento secundário (Figura 5)

As urnas foram depositadas tanto nas grutas quanto nos abrigos, sugerindo que não havia preferências quanto ao tamanho dos locais. Foram encontradas em grutas ou abrigos cuja altura variava desde 0,80m a 2,50m, profundidade desde 4,70m a 16,00m e largura de 3,30 m a 21,00m (Figura 6).

O ambiente no interior das grutas é úmido. As paredes apresentam infiltrações e rachaduras. O teto de algumas é pouco espesso, possuindo aproximadamente 30cm. Em outras existem orifícios no teto por onde entra grande quantidade de folhas e frutos e principalmente as águas das chuvas que encharcam o solo. É comum encontrar sinais da atividade de mamíferos, aves e répteis que compõe a rica fauna da região. Existe também grande variedade de insetos, cujos resultados de suas atividades podem ser encontrados no solo, nas paredes das grutas e nas próprias urnas. A presença de ninhos de térmitas é constante e algumas vezes elas preenchem todo o interior das urnas, envolvendo e destruindo completamente os ossos.



Figura 5. Entrada da Gruta do Jaboti. Foto: Edithe Pereira/1999.



Figura 6. Interior da Gruta do Jaboti com as urnas depositadas na superfície. Foto: Edithe Pereira .

A distribuição dos sítios na paisagem é significativa. É evidente o aproveitamento da topografia da área, onde as antigas aldeias ficavam próximo às fontes de água e os cemitérios em locais mais reservados. Pode-se contrapor as áreas abertas – os locais das habitações – posicionadas junto às águas com as áreas fechadas dos cemitérios – locais reservados ao descanso dos mortos – posicionados na parte mais alta e reclusa da paisagem. Convém ressaltar, porém que os cemitérios estão relativamente próximos aos assentamentos, apontando talvez, a existência de um elo permanente entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos naquela sociedade.

AS URNAS: ATRIBUTOS DA ETERNIDADE

Existem dois tipos de urnas: as antropomorfas, que representam uma figura humana sentada em um banco; e as zoomorfas, que representam um animal em pé semelhante a um jaboti. As antropomorfas ocorrem em maior número e o seu tamanho pode variar de 20 a 85 cm de altura. São compostas de três partes distintas: a cabeça (tampa); o corpo (onde ficam os ossos) e o banco (base). O rosto é bem definido apresentando sobrancelhas, olhos, boca e nariz. O corpo é um recipiente cilíndrico que está fixado na parte superior do banco. Possui representação de mamilos, umbigo e sexo. Os braços estão dobrados com os cotovelos para frente e as mãos apoiadas uma em cada joelho. As pernas também estão fletidas e os pés se apóiam no chão. O banco é composto de duas partes: o assento de forma retangular; e as pernas, duas placas cerâmicas retangulares, fixadas perpendicularmente a base do assento. A maioria deles, à semelhança dos bancos indígenas atuais, é zoomorfa, apresentando cabeça e cauda de animais, sendo que alguns rostos têm aparência humana (Figura 8).

As urnas zoomorfas variam de 19 a 34 cm de altura. O rosto é bem definido, com sobrancelhas, olhos, nariz e boca, o que lhes confere aparência humana. O corpo tem a forma oval e na parte superior, onde seria o dorso do animal, está à abertura por onde são colocados os ossos. Essa abertura possui tampa removível. As patas são cilíndricas e ocas (Figura 7).

As urnas apresentam motivos pintados nas cores branca, preta, amarela e vermelha que estão distribuídos de maneira ordenada na cabeça, corpo, braços e pernas das antropomorfas e no corpo das zoomorfas. São faixas, linhas horizontais, verticais ou sinuosas e losangos. Existem adornos confeccionados com roletes contornando os antebraços, os pulsos, a cintura, abaixo do joelho e no peito.

A pasta de cerâmica da qual eram feitas às urnas é uma mistura de argila com fragmentos triturados de rochas e cacos cerâmicos. A confecção era realizada com as técnicas de acordelamento, modelagem e moldagem. O acordelamento, técnica onde se constrói manualmente os objetos a partir de roletes sobrepostos, foi usado para fazer o corpo, as pernas, os braços e ainda alguns elementos do rosto e adornos do corpo. A modelagem, técnica de moldar a pasta diretamente com as mãos, foi usada para executar alguns adornos. A moldagem que consiste em prensar a pasta para formar placas, foi usada na confecção do assento e pernas dos bancos.

Os motivos decorativos das urnas Maracá podem ser associados à representação de pinturas corporais, que tem uso comum entre alguns povos indígenas atuais, tanto na vida cotidiana como nos momentos rituais⁷ e também com outras tradições arqueológicas na Amazônia⁸.



Figura 7. Urna zoomorfa encontrada na Gruta do Pocinho. Foto Janduari Simões.



Figura 8. Urna antropomorfa. A) Exemplo de pintura encontrada na cabeça/tampa das urnas. B) Exemplo de pintura encontrada no corpo da urna. C) Exemplo de rostos encontrados nos bancos das urnas (Edição: V. Guapindaia).

As pinturas estão distribuídas na cabeça (tampa) e no corpo da urna. A análise detalhada apontou quatro unidades básicas que compõem os motivos decorativos: o losango, a linha horizontal, a linha vertical e a linha sinuosa. Além das unidades básicas, existe o preenchimento de grandes áreas na cor amarela e, raramente, preta.

Na cabeça encontram-se motivos decorativos tanto no rosto quanto na parte posterior. No rosto há o uso exclusivo de preenchimento com pintura amarela, que nunca ultrapassa o rolete aplicado que o delimita (Figura 8).

A distribuição ordenada dos desenhos e a identificação de padrões decorativos nas urnas sugerem um significado mais profundo nas “pinturas corporais” do que o simples desejo de adornar um objeto. Como já foi demonstrado em vários estudos de antropologia estética⁹, os desenhos, os padrões, as cores e até mesmo as matérias-primas utilizadas nas pinturas corporais e nos objetos de uso cotidiano e de uso ritual entre os povos indígenas fazem parte de um sistema de comunicação cujas regras são compartilhadas por todos os membros daquela comunidade.

DESVENDANDO AS PRÁTICAS FUNERÁRIAS

A tentativa de conhecer as práticas funerárias de povos do passado através de vestígios arqueológicos possui limites, pois, fica-se restrito àqueles vestígios que se preservaram ao longo do tempo. Mesmo diante destas limitações, ao encontrar sítios-cemitérios como os já descritos, é impossível ignorar a importância que os rituais de morte tiveram naquela sociedade e não tentar interpretá-los. Segundo Barreto “o universo dos objetos funerários, por envolver a relação com os seres ancestrais e domínios sagrados é um universo privilegiado para o estudo arqueológico”. No exercício de entender as práticas funerárias a partir do registro arqueológico em Maracá, foram utilizados dados etnográficos e etnohistóricos gerais, dados etnográficos específicos, resultados das análises osteológicas e ainda as observações de outros autores sobre o assunto¹⁰.

As práticas funerárias em Maracá são marcadas pelo uso de grutas como cemitérios – local alto e recluso da paisagem – revelando cuidado com a preservação dos mortos e com os rituais de morte. A distribuição não pareceu privilegiar uma área específica, pois foram encontradas urnas tanto próximo à entrada como no fundo das grutas. Sua disposição na superfície mostra que não havia a intenção de enterrá-las, ou seja, o objetivo era de mantê-las visíveis. A visibilidade intencional associada à proximidade dos cemitérios das aldeias pode indicar existência de um elo permanente entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, que talvez incluísse a visitação, a manutenção das urnas e a existência de formas de culto ou consulta como ocorre nos rituais funerários de alguns povos indígenas atuais como os xinguanos. Além disso poderiam “ter desempenhado funções emblemáticas de demarcação territorial para grupos externos, em um instância de interações regionais”¹¹.

O tratamento dos mortos era constituído por funerais secundários ou duplos com dois momentos rituais: o funeral primário, no qual as partes moles do corpo eram descartadas; e o secundário, no qual os ossos eram depositados desarticulados em urnas de cerâmicas. Quanto ao funeral primário, só é possível supor a partir da literatura etnográfica que deveriam existir práticas, como a exposição do corpo as intempéries, a imersão, o enterro a curto prazo, o descarte das partes moles após a putrefação ou outros. O ritual secundário consistia na deposição dos ossos nas urnas; pela deposição individual dos esqueletos e pela correspondência da

representação sexual da urna com o sexo do indivíduo morto. O esqueleto, embora desarticulado, obedecia a um arranjo intencional na disposição dos ossos no interior das urnas, onde a pélvis era colocada no fundo da urna, os ossos longos encostados na parede, as costelas, os ossos das mãos e pés sobre a pélvis e sobre eles o crânio.

A observação da quantidade e distribuição das urnas antropomorfas e zoomorfas nas grutas estudadas revelaram a maior ocorrência das primeiras, levando a supor que as zoomorfas seriam utilizadas para fins mais restritos, talvez para enterramento de pessoas com status diferenciado naquela sociedade. A literatura etnográfica registra várias formas de tratamento diferenciado na maioria das vezes relacionada com sexo, idade e importância da pessoa perante o grupo e a situação da morte¹².

As características mais marcantes das urnas antropomorfas de Maracá são: a postura sentada ereta em bancos com as mãos apoiadas sobre os joelhos; a identificação de gênero e a presença de adornos e pinturas corporais. Segundo Chernela¹³, McEwan¹⁴, Reichel-Dolmatoff¹⁵ e Ribeiro¹⁶ os bancos representariam muito mais do que simples artefatos destinados ao conforto pessoal. Entre alguns povos indígenas atuais os bancos são reservados quase exclusivamente ao uso masculino. É considerado um dos itens mais importantes que o pajé deve adquirir para ser reconhecido, isto é, os bancos contêm um profundo significado simbólico. Sentar em um banco é considerado como um elemento essencial para os poderes visionários a partir do qual o pajé media, adivinha, canta ou desempenha seus ritos e curas. Para outros, o ato de sentar implica em eternidade, pois é nessa postura que se realiza a ligação com os ancestrais, isto é, que se faz à relação entre os vivos e os mortos. Os bancos das urnas Maracá são zoomorfos como os bancos de madeira atuais, o que reforça ainda mais a ideia de que estes objetos possam ter uma dimensão simbólica. Outro aspecto relevante é a presença de banco tanto nas figuras masculinas quanto nas femininas. Considerando que a prerrogativa de sentar em bancos é masculina entre alguns povos indígenas; que o ato de sentar e o uso do banco podem ter significados simbólicos na sociedade Maracá, é possível supor que, pelo menos diante da morte, as mulheres possuíam papéis sociais significativos.

As referências etnográficas a respeito dos elementos decorativos (pinturas e adornos corporais) apontam que seu uso não está restrito apenas aos momentos de rituais, mas que alguns grupos portam seus enfeites na vida cotidiana. Ribeiro¹⁷ registrou que povos indígenas, como os Xerente, Xicrin, Kadiweu e Wayana, as usam diariamente para integrá-los à natureza e ao mesmo tempo, diferenciá-los dos outros animais tornando-os humanos. A análise das pinturas nas urnas de Maracá revelou a existência de padrões decorativos distribuídos ordenadamente em suas superfícies, demonstrando que não cumpriam somente uma finalidade estética, mas que certamente deveriam estar relacionados ao papel social dos indivíduos. As pinturas, como demonstrado nos estudos etnográficos, poderiam ter a função de identificar o indivíduo tanto no mundo dos vivos, quanto no dos mortos.

Embora ainda não se tenha encontrado vestígios de outro tipo de funeral na região de Maracá, ainda é cedo para considerar que o tratamento funerário descrito era extensivo a todos os indivíduos daquela sociedade. Se analisarmos, o cuidado e a imponência desses cemitérios é mais provável que fossem reservados apenas a um grupo restrito de pessoas, como grandes guerreiros ou pajés, destinados, talvez a um processo de ancestralização. Portanto, é possível considerar que as urnas Maracá, ao lado de outras como as de Marajó, de Aristé e de Mazagão representassem um exemplo da importância da ancestralidade nas culturas amazônicas desde a pré-história.

A visão de um cemitério Maracá, ao nos depararmos com “os mortos-urna” sentados e eretos, é impactante. Isso acontece, mesmo que a maioria delas estejam quebradas. Um cemitério Maracá em pleno funcionamento, ou seja, com as urnas inteiras, pintadas e colocadas em suas posições originais, deveria suscitar no observador sentimentos de temor e respeito. A visão lembra uma reunião solene, onde os membros participavam de uma cerimônia ou estavam juntos para decidir questões importantes para o grupo. O culto aos mortos do “povo Maracá” alcançou a longevidade para a qual certamente foi elaborado.

NOTAS

- ¹ FERREIRA PENNA, Domingos S. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 2:47-67, 1877.
- ² GUEDES, A. P. de L. Relatório sobre uma missão ethnografica e archeologica aos rios Maracá e Anauerá-pucú (Guyana Brasileira). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnografia*, Belém, 2:42-64, 1897.; Goeldi, E. A. Excavações archeologicas em 1895; executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guyana Brasileira entre Oyapoque e Amazonas. Primeira parte. As cavernas funerárias artificiaes de índios hoje extinctos no rio Cunany (Goanany) e sua cerâmica. Belém: Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1900 (Memória do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1).
- ³ NIMUENDAJU, C. Streifzung vom Rio Jari zum Maraca. *Petermanns Geographische Mittheilungen*, 73:356-358, 1927.; MEGGERS, B., EVANS, C. Archaeological investigations at the mouth of the Amazon. *Bureau of American Ethnology* 167, Washington, 1957.; FARABEE, W.C. Exploration at the mouth of Amazon. *The Museum Journal*, 12:142-161. University of Pennsylvania, 1921.
- ⁴ GUAPINDAIA, V. L. C., MACHADO, A. L. C. O Potencial Arqueológico da Região do Rio Maracá. *Ig. do Lago (AP)*. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Antropologia*, (vol. 13). Julho de 1997, n.º 1. p. p. 67-102.-Belém - PA.; GUAPINDAIA, V., MACHADO, A. L. O Potencial Arqueológico da região do rio Maracá/ Igarapé do Lago (AP). In: MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. (org.) *Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira (CD ROM)*, Rio de Janeiro, SAB, Agosto/2000.; GUAPINDAIA, V. Práticas Funerárias na região do Igarapé do Lago, Rio Maracá, Amapá: Considerações Preliminares. In: CLIO, Série Arqueológica. *Anais da X Reunião Científica da SAB* p.p.55-66, Recife, UFPE, 2000.; GUAPINDAIA, V. Encountering the Ancestors: The Maracá Urns. In: McEWAN, C., BARRETO, C., NEVES, E. (eds). *Unknown Amazon*. Published by British Museum Press. P.g. 156-173, 2001.; GUAPINDAIA, V. Potencial Arqueológico do Estado do Amapá. As região do rio Maracá., 2005. In: *Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Simpósio – Arqueologia Amazônica – Amapá: Patrimônio, Gestão Estadual e Pesquisa (CD ROM)*. Campo Grande, 04-08/09/2005.; GUAPINDAIA, V. Prehistoric Funeral Practices in the Brazilian Amazon: The Maracá Urns. In: SILVERMAN, H. & ISBELL, W. H.(eds). *Handbook of South American Archaeology*. Published by Springer. P.p.:1005-10026, 2008.; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila; GUAPINDAIA, Vera & CARVALHO-RODRIGUES, Cláudia. A necrópole Maracá e os problemas interpretativos em um cemitério sem enterramentos). *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Antropologia*, (vol. 17). Dezembro de 2001, n.º 2, p. p. 479-520. Belém - PA.
- ⁵ Os sítios-cemitérios encontrados são: Lapa do Pocinho, Gruta do Pocinho, Gruta do Periquito, Gruta das Caretas, Abrigo das Caretas, Lapa das Caretas, Gruta do Cururu, Gruta das Formigas, Gruta da Caba, Gruta do Baiuna, Gruta do Jaboti, Gruta do Carrapato e Gruta do Veado.
- ⁶ Os sítios-habitacões são Bananal do Pocinho, Roça do Antônio e Terra Preta da Conceição.
- ⁷ VIDAL, L. (Org.). *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992; SILVA, A. L da, FARIAS, A. T.P. Pintura corporal e sociedade: os “partidos” Xerente. IN: VIDAL, L. *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992. P.89-116.; MÜLLER, R. P. Mensagens Visuais na Ornamentação Corporal Xavante. IN: VIDAL, L. *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992. P.133-142.
- ⁸ SCHAAN, D. Into the Labyrinths of Marajora Pottery: Status and Cultural Identity in Prehistoric Amazonia. In: McEWAN, C., BARRETO, C. e NEVES, E. (eds). *Unknown Amazon*. Published by British Museum Press. P. 108-133, 2001.; GOMES, Denise. Santarém: Symbolism and Power in the Tropical Forest. In: In: McEWAN, C.,

- BARRETO, C., NEVES, E. (eds). Unknown Amazon. Published by British Museum Press. P.g. 134-155, 2001.; BARRETO, C. N. G. de B. Meios Místicos de Reprodução Social: Arte e Estilo na Cerâmica Funerária da Amazônia Antiga. Tese de Doutorado em Arqueologia. MAE/USP. 2 vol.il., São Paulo, 2008.
- ⁹ SILVA, A. L. da, FARIAS, A.T.P. 1992, Op. Cit.; ANDRADE, L. A Marca dos Tempos: Identidade, Estrutura e Mudança entre os Assurini do Trocará. IN: VIDAL, L. Grafismo Indígena. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992, p.117-132.; MÜLLER, R. P., 1992, Op. Cit.; VIDAL, Lux. 1992, Op. Cit.; GALLOIS, Dominique T. Arte iconográfica Waiãpi. IN: VIDAL, Lux. Grafismo Indígena. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992.
- ¹⁰ BARRETO, C. N. G. de B. 2008. Op. Cit., p. 68.
- ¹¹ BARRETO, C. N. G. de B. 2008. Op. Cit., p. 95.
- ¹² CHAUMEIL, J.P. La Vida Larga. Inmortalid y ancestralidad en la Amazonía. In: CIPOLLETTI, M.S. & LANGDON, E.J. La Muerte y el mas Alla en las Culturas Indigenas Latino Americanas. Colección 500 Años 58. Ediciones ABYA-YALA, Quito. P. 113-124, 1992.; CHAUMEIL, J. P. Entre la Memoria y el Olvido. Observaciones sobre los ritos funerarios en las tierras bajas de América del Sur. In: Boletín de Arqueología Pontificia Universidad Católica del Perú. Vol. 1, P. 207-232, 1997.; CIPOLLETTI, M. S. El Espejo Deformante. El mundo de los muertos Secoya. In: CIPOLLETTI, M.S. & LANGDON, E.J. La Muerte y el mas Alla en las Culturas Indigenas Latino Americanas. Colección 500 Años 58. Ediciones ABYA-YALA, Quito. P. 157-178, 1992.; LANGDON, E. J. ¿Mueren en Realidad los Shamanes? Narrativas de los Siona sobre shamans muertos. In: CIPOLLETTI, M.S. & LANGDON, E.J. La Muerte y el mas Alla en las Culturas Indigenas Latino Americanas. Colección 500 Años 58. Ediciones ABYA-YALA, Quito. P. 125-156, 1992.; MONTARDO, D. L. O. Práticas Funerárias das Populações Pré-coloniais e Suas Evidências Arqueológicas - (Reflexões Iniciais). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. Maio de 1995. 113 p.
- ¹³ CHERNELA, J. M. The Wanano Indians of the Brazilian Amazon: a sense of space. University Texas Press. Austin, 1993.
- ¹⁴ McEWAN, C.. Seats of Power: Axiality and Access to Invisible Worlds. In: McEWAN, C., BARRETO, C., NEVES, E. (eds). Unknown Amazon. Published by British Museum Press.p.p. 176-197, 2001.
- ¹⁵ REICHEL-DOLMATOFF, G. Amazonian Cosmos. The Sexual and religious Symbolism of the Tukano Indians. The University of Chicago Press. Chicago and London, 1972.
- ¹⁶ RIBEIRO, Berta G. Os Índios das Águas Pretas. EDUSP/Companhia das Letras, 1995.
- ¹⁷ RIBEIRO, B. G. Arte Índia. IN: RIBEIRO, Darcy. et alli. Suma etnológica brasileira. Editora Vozes, volume 3. Petrópolis – Rio de Janeiro, 1987.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Lúcia. A Marca dos Tempos: Identidade, Estrutura e Mudança entre os Assurini do Trocará. IN: VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992
- BARRETO, Mauro. História da Pesquisa Arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia, 8: 203-94. Belém, 1992.
- BARRETO, Cristiana N. G. de B. *Meios Místicos de Reprodução Social: Arte e Estilo na Cerâmica Funerária da Amazônia Antiga*. Tese de Doutorado em Arqueologia. MAE/USP. 2 vol.il., São Paulo, 2009.
- CHAUMEIL, Jean-Pierre. La Vida Larga. Inmortalid y ancestralidad en la Amazonía. In: CIPOLLETTI, M.S. & LANGDON, E.J. *La Muerte y el mas Alla en las Culturas Indigenas Latino Americanas*. Colección 500 Años 58. Ediciones ABYA-YALA, Quito. P. 113-124, 1992.
- CHAUMEIL, Jean-Pierre. Entre la Memoria y el Olvido. Observaciones sobre los ritos funerarios en las tierras bajas de América del Sur. In: *Boletín de Arqueología Pontificia Universidad Católica del Perú*. Vol. 1, P. 207-232, 1997.
- CHERNELA, Janet M. *The Wanano Indians of the Brazilian Amazon: a sense of space*. University Texas Press. Austin, 1993.
- CIPOLLETTI, María S. El Espejo Deformante. El mundo de los muertos Secoya. In: CIPOLLETTI, M.S. & LANGDON, E.J. *La Muerte y el mas Alla en las Culturas Indigenas Latino Americanas*. Colección 500 Años 58. Ediciones ABYA-YALA, Quito. P. 157-178, 1992.

- FARABEE, William C. Exploration at the mouth of Amazon. *The Museum Journal*, 12:142-161. University of Pennsylvania, 1921.
- FERREIRA PENNA, Domingos S. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 2:47-67, 1877.
- GALLOIS, Dominique T. Arte iconográfica Waiãpi. IN: VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992
- GOELDI, Emilio A. Excavações archeologicas em 1895; executadas pelo Museu Paraense no litoral da Guyana Brasileira entre Oyapoque e Amazonas. Primeira parte. As cavernas funerárias artificiaes de índios hoje extinctos no rio Cunany (Goanany) e sua cerâmica. Belém: *Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, 1900 (Memória do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1).
- GOMES, Denise. Santarém: Symbolism and Power in the Tropical Forest. In: McEWAN, Colin, BARRETO, Cristiana & NEVES, Eduardo (eds). *Unknown Amazon*. Published by British Museum Press. p. 134-155, 2001.
- GUAPINDAIA; Vera L. C. & MACHADO; Ana, L. C. O Potencial Arqueológico da Região do Rio Maracá. Ig. do Lago (AP). *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Antropologia, (vol. 13). Julho de 1997, n.º 1. pp. 67-102. Belém - PA.
- GUAPINDAIA, Vera & MACHADO, Ana L. O Potencial Arqueológico da região do rio Maracá/Igarapé do Lago (AP). In: MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. (org.) *Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira* (CD ROM), Rio de Janeiro, SAB, Agosto/2000.
- GUAPINDAIA, Vera. Práticas Funerárias na região do Igarapé do Lago, Rio Maracá, Amapá: Considerações Preliminares. In: *CLIO, Série Arqueológica*. Anais da X Reunião Científica da SAB p.p.55-66, Recife, UFPE, 2000.
- GUAPINDAIA, Vera. Encountering the Ancestors: The Maracá Urns. In: McEWAN, Colin, BARRETO, Cristiana & NEVES, Eduardo (eds). *Unknown Amazon*. Published by British Museum Press. P.g. 156-173, 2001.
- GUAPINDAIA, Vera . Potencial Arqueológico do Estado do Amapá. As região do rio Maracá., 2005. In: *Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Simpósio – Arqueologia Amazônica – Amapá: Patrimônio, Gestão Estadual e Pesquisa* (CD ROM). Campo Grande, 04-08/09/2005.
- GUAPINDAIA, Vera . Prehistoric Funeral Practices in the Brazilian Amazon: The Maracá Urns. In: SILVERMAN, H. & ISBELL, W. H.(eds). *Handbook of South American Archaeology*. Published by Springer. P.p.:1005-10026, 2008.
- GUEDES, Aureliano P. de Lima. Relatório sobre uma missão ethnografica e archeologica aos rios Maracá e Anauerápucú (Guyana Brasileira). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2:42-64, 1897.
- LANGDON, E. Jean. ¿Mueren en Realidad los Shamanes? Narrativas de los Siona sobre shamans muertos. In: CIPOLLETTI, M.S. & LANGDON, E.J. *La Muerte y el mas Alla en las Culturas Indigenas Latino Americanas*. Colección 500 Años 58. Ediciones ABYA-YALA, Quito. P. 125-156, 1992.
- MALHANO, Hamilton Botelho. A construção do espaço de morar entre os Karajá do Araguaia: aldeia, casa e cemitério. *Boletim do Museu Nacional*, n°55. Rio de Janeiro, 1986.
- McEWAN, Colin. Seats of Power: Axiality and Access to Invisible Worlds. In: McEWAN, Colin, BARRETO, Cristiana & NEVES, Eduardo (eds). *Unknown Amazon*. Published by British Museum Press.p.p. 176-197, 2001.
- MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. Archaeological investigations at the mouth of the Amazon. *Bureau of American Ethnology* 167, Washington, 1957.
- MENDONÇA DE SOUZA, Sheila; GUAPINDAIA, Vera & CARVALHO-RODRIGUES, Cláudia. A necrópole Maracá e os problemas interpretativos em um cemitério sem enterramentos). *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Antropologia, (vol. 17). Dezembro de 2001, n.º 2, p. p. 479-520. Belém - PA.
- MÜLLER, Regina P. Mensagens Visuais na Ornamentação Corporal Xavante. IN: VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992.
- NIMUENDAJU, Curt. Streifzug vom Rio Jari zum Maraca. *Petermanns Geographische Mittheilungen*, 73:356-358, 1927.
- PROJETO RADAM BRASIL. Folha AS-22-Belém. Rio de Janeiro/Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (Levantamento de Recursos Naturais, 5).1972

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. *Amazonian Cosmos. The Sexual and religious Symbolism of the Tukano Indians*. The University of Chicago Press. Chicago and London, 1972.

RIBEIRO, Berta G. Arte Índia. IN: RIBEIRO, Darcy. et alli. *Suma etnológica brasileira*. Editora Vozes, volume 3. Petrópolis – Rio de Janeiro, 1987.

RIBEIRO, Berta G. *Os Índios das Águas Pretas*. EDUSP/Companhia das Letras, 1995.

SCHAAN, Denise. Into the Labyrinths of Marajora Pottery: Status and Cultural Identity in Prehistoric Amazonia. In: McEWAN, Colin, BARRETO, Cristiana e NEVES, Eduardo (eds). *Unknown Amazon*. Published by British Museum Press. P. 108-133, 2001.

SILVA, Aracy L da & FARIAS, Agenor T.P. Pintura corporal e sociedade: os “partidos” Xerente. IN: VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992.

VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992.

VIDAL, Lux & SILVA, Aracy L da. Antropologia estética: enfoques teóricos e contribuições metodológicas. IN: VIDAL, Lux. *Grafismo Indígena*. Studio Nobel/EDUSP. São Paulo, 1992.





O Sítio Megalítico Rego Grande e seu Potencial para Socialização

João Darcy de Moura Saldanha
Mariana Petry Cabral

Desde o final do ano de 2005, um sítio arqueológico localizado no Município de Calçoene, porção Nordeste do Amapá, vem recebendo atenção do Governo do Estado por seu potencial científico e cultural. O interesse em inserir este patrimônio arqueológico em uma rota turística foi salientado pelo Governo do Estado do Amapá desde o início, ressaltando o potencial econômico que o patrimônio cultural pode oferecer. Foi a partir deste potencial turístico que um projeto de pesquisa arqueológica na área justificou-se, oferecendo os primeiros resultados sistemáticos sobre a organização de conjuntos megalíticos na região¹.

Para contribuímos com a discussão sobre a socialização de sítios arqueológicos no Amapá e na Amazônia em geral, optamos por oferecer uma caracterização geral deste sítio e do contexto em que está inserido, salientando alguns aspectos do histórico da proteção a este conjunto megalítico que atuaram diretamente na sua escolha como sítio com potencial para socialização no Estado do Amapá. Vamos apresentar brevemente o projeto de pesquisa que desenvolvemos na área, destacando resultados que podem contribuir para o desenvolvimento de um projeto de abertura deste sítio ao público. A partir desta contextualização geral, discutimos brevemente sobre potenciais e obstáculos que consideramos fundamentais neste processo.

O CONTEXTO DE REGISTRO E DE VALORIZAÇÃO DO SÍTIO REGO GRANDE

O sítio Rego Grande foi registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/ IPHAN em 2005, com a sigla AP-CA-18, porém ele já era um local conhecido por algumas pessoas bem antes deste momento. O que ocorreu no final daquele ano foi uma conjunção de pessoas e situações que formaram um ambiente favorável à valorização deste sítio arqueológico, resultando no contexto atual de pesquisa e divulgação.

Em Novembro de 2005, uma equipe de técnicos da Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM) e do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), durante uma etapa de campo no município de Calçoene, visitou o local onde está inserido o sítio Rego Grande levados por um técnico da SEICOM, que já conhecia a área. O sítio despertou especial interesse dos pesquisadores Benedito Rabelo e José Elias Ávila, do Centro de Ordenamento Territorial (COT) do IEPA. Eles observaram a presença de grandes blocos de rocha granítica que haviam sido transportados até o topo de uma elevação e organizados em forma aparentemente circular, com um diâmetro de aproximadamente 30 metros (Figura 1). A natureza dos blocos indicava que se tratava de uma construção antiga, caracterizando o local como um sítio arqueológico.



Figura 1. Visão geral da principal estrutura megalítica no sítio AP-CA-18. (Foto: G. Nascimento/ SECOM-AP).

Um interesse particular no movimento do sol ao longo do ano, especialmente notável na linha do Equador, permitiu a José Elias Ávila perceber que a posição de um dos blocos que formavam esta estrutura megalítica parecia estar alinhado à posição máxima do sol ao sul do Equador, ou seja, com o momento do solstício de dezembro. Com esta interpretação em vista e com a observação da magnitude da estrutura, Benedito Rabelo (na época diretor do COT) redigiu e enviou diretamente ao Governador do Estado um relatório em que apontava o potencial científico e cultural assim como turístico (logo também econômico) de um patrimônio como este.

O resultado foi a imediata sensibilização dos órgãos do governo no sentido de proteger e valorizar este sítio. Neste sentido, foi salientada a importância de serem desenvolvidas pesquisas arqueológicas no local, a fim de subsidiar um plano de valorização e proteção da área.

É importante salientar que no início deste mesmo ano havia sido criado, através de um decreto, a Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico do Estado do Amapá (Decreto 1508/2005), estabelecendo a Gerência de Pesquisa Arqueológica, no IEPA, e a Gerência de Preservação do Patrimônio Arqueológico, na Fundecap (Fundação Estadual de Cultura do Estado do Amapá, atualmente SECULT). Com isso, foram abertas cinco vagas para arqueólogos na estrutura estadual de governo, sendo que duas haviam recém sido preenchidas por nós, no IEPA.

Assim, a demanda por pesquisa arqueológica – surgida da necessidade de valorizar este sítio arqueológico em particular – coincidiu com o início da implementação da área de arqueologia no instituto de pesquisa estadual. A conjunção favorável de interesses pela valorização do patrimônio

arqueológico e de instalação de profissionais na estrutura do governo, assim como a sensibilidade de Rabelo e Ávila em perceber a importância do sítio visitado, criou uma situação singular.

Desta forma, no solstício de dezembro de 2005, uma pequena equipe do IEPA deslocou-se até o sítio arqueológico a fim de averiguar a interpretação de Ávila sobre a relação dos blocos de rocha e a posição do sol neste período. Para admiração de todos, o tal bloco de rocha estava mesmo posicionado na exata posição do sol, de forma a ficar com suas duas faces (norte e sul) iluminadas ao mesmo tempo, sem projetar sombra nestes lados. Além desta relação do sítio com o solstício, durante esta visita nós também pudemos perceber a presença de fragmentos cerâmicos junto aos megalitos, indicando a existência de contextos de densa deposição arqueológica.

Com estes dados empíricos, foi elaborado o “Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene e seu Entorno”, submetido ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e financiado pelo Governo do Estado do Amapá (GEA). Em fevereiro de 2006, foi publicada no Diário Oficial da União a primeira portaria² do IPHAN dispondo sobre a autorização para o dito projeto, e tiveram início suas atividades.

Neste primeiro ano do projeto (2006), além do financiamento das pesquisas, o GEA adquiriu a propriedade rural onde está situado o sítio para garantir sua preservação. Esta ação já visava a transformação da área em um parque para visitação, o que foi reforçado através da aprovação, por incentivo do executivo estadual, da Lei Estadual nº1015/2006, criando a categoria de Parque Estadual Arqueológico e estabelecendo as formas de criação e gestão dos mesmos.

Em Maio deste mesmo ano, o Governo do Estado do Amapá organizou uma coletiva de imprensa em Macapá para apresentar o sítio arqueológico. O caráter astronômico da descoberta científica, aliado à temática arqueológica e à localização amazônica, despertou um enorme interesse da mídia nacional e internacional, com divulgação em jornais impressos, televisão, rádio e internet.

O interesse revelado pela cobertura jornalística reforça uma tendência que tem crescido nos últimos anos no Brasil, de envolvimento do público geral com questões relativas à história das sociedades. A arqueologia, neste sentido, tem recebido especial atenção, talvez por aliar a investigação sobre o passado dos povos com a possibilidade de tocar fisicamente seus vestígios. A cultura material, desta forma, funciona como elo concreto entre o passado distante, o presente vivido e o futuro a ser criado. A possibilidade da experiência física de estar no mesmo local onde antigas populações viveram, andar nos mesmos espaços, conhecer seus objetos, oferece ao visitante uma aproximação concreta com o passado, potencializando o interesse na visitação de sítios arqueológicos.

No caso deste sítio em Calçoene, o interesse é também potencializado pelas singularidades do monumento. A associação de alguns megalitos com um fenômeno astronômico, o solstício de dezembro, transforma-o em um local ainda mais instigante. Ainda que a observação dos fenômenos celestes seja uma prática bastante difundida entre populações indígenas, muitas vezes com implicações diretas na transmissão de conhecimentos míticos³ e mesmo na forma de agir no mundo, como na construção de aldeias e no posicionamento das casas⁴, a singularidade do sítio em Calçoene está na materialização permanente deste conhecimento. Além do saber necessário para a observação do movimento do sol, este monumento arqueológico mostra uma preocupação em concretizar este saber, em marcá-lo fisicamente na paisagem, em transformá-lo em algo sólido e duradouro.

O desenvolvimento da pesquisa científica, em um contexto arqueológico tão rico, reforça o interesse em aprofundar nosso conhecimento sobre as antigas populações indígenas que ocuparam e transformaram as paisagens amazônicas. O interesse científico, neste contexto, acaba servindo como catalisador para o interesse da mídia de massa, pois atrai atenção e traz informações inéditas. O arranjo de três temáticas especialmente suscetíveis de visibilidade – a arqueologia, a Amazônia e a astronomia – deram a este sítio arqueológico um grande potencial.

Em 2007, foi construída uma pequena base de pesquisa na área, buscando oferecer melhores condições de estadia. Além disso, um servidor terceirizado, vinculado ao IEPA, é mantido no local, atuando como guardião e também como colaborador no mapeamento de novos sítios.

Estas múltiplas ações criaram a atual condição para discutirmos o potencial do sítio Rego Grande como área arqueológica aberta à visitação pública. Porém, antes de aprofundarmos nossas perspectivas sobre o tema, vamos apresentar um esboço dos resultados obtidos através de escavações, prospecções e análises em laboratório, fornecendo os dados básicos para pensar a valorização arqueológica da área.

O PROJETO DE PESQUISA E ALGUNS RESULTADOS

Apesar dos interesses da pesquisa estarem, em um primeiro momento, voltados principalmente para a escavação da estrutura megalítica que suscitou o projeto (o sítio Rego Grande), sempre tivemos em mente que para uma melhor compreensão da ocupação humana pré-colonial da região um amplo mapeamento das evidências arqueológicas era necessário⁵.

Calçoene é um município com baixa densidade demográfica e mínima expansão agrícola o que, por um lado, oferece uma boa preservação dos sítios, mas, por outro, não favorece a visibilidade arqueológica. Assim, o processo de mapeamento recaiu sobre as informações orais dos moradores de Calçoene, o que permitiu obter rapidamente uma visão inicial sobre o patrimônio arqueológico presente na região.

Até agora, 52 sítios arqueológicos foram identificados na área do projeto. Destes sítios, 20 são estruturas megalíticas, oito são cavernas funerárias, quatro são oficinas para amolar machados polidos e outros 20 estão relacionados com diferentes deposições de cerâmica. Entre estes últimos sítios, alguns são claramente depósitos votivos – como arranjos de cerâmica em fundo de rio, deposição de cerâmica no topo de afloramento rochoso, e pelo menos dois tipos de depósitos funerários: enterrado e exposto a céu aberto. Além destes, também há indicação de algumas possíveis aldeias, sejam em topo de *mounds* artificiais, ou sobre colinas naturais.

O sítio Rego Grande está inserido em um complexo de colinas acima da planície sazonalmente alagadiça do igarapé de mesmo nome, uma drenagem que corre em direção ao Oceano Atlântico. O sítio é formado por, pelo menos, quatro áreas arqueológicas. Duas delas são concentrações de fragmentos cerâmicos em áreas baixas. Alguns testes estratigráficos foram realizados em uma destas áreas, revelando a presença de um solo escuro de natureza antropogênica, pequenos buracos de poste e possíveis pavimentos formados com pequenos blocos graníticos, sugerindo que este local possa ter sido uma área residencial ou de atividades restritas (p.ex. processamento de alimentos).

Outras duas áreas são caracterizadas pela presença de grandes blocos graníticos (megalitos) dispostos em posições horizontais, verticais ou inclinadas no topo de pequenas colinas. Um deles possui um formato circular, enquanto outro é formado por dois agrupamentos de blocos, sem uma forma definida. Além destas outras áreas, foram encontradas, em um raio de 1km do centro do sítio, outras três estruturas megalíticas de menor porte, além de dois sítios lito-cerâmicos a céu aberto.

As escavações ao longo destes anos estiveram principalmente focadas no sítio Rego Grande, que além de ter monólitos impressionantes, alguns medindo mais de 3 metros acima do solo, também se mostrou um sítio muito bem preservado. As escavações foram realizadas em duas áreas do sítio: na estrutura megalítica grande (total de 72m² escavados) e em outro agrupamento de blocos (4,75 m²).

A estrutura megalítica grande foi chamada por nós de Área 1. Formada por mais de uma centena de blocos graníticos, alguns com evidências de formatação, como lascamentos e picoteamentos, sua configuração no solo sugere uma forma circular. Para a escavação, escolhemos áreas a partir de dados de prospecções geofísicas realizadas no sítio⁶ além de observações de campo e informações orais. Muitas estruturas foram encontradas, tais como dois poços contendo urnas funerárias, cerâmicas ritualmente “mortas” e diferentes deposições de cerâmica. Também foi escavada a base de um dos blocos, o que permitiu entender como eles eram sustentados, através da colocação de outros blocos a guisa de esteio. Com isso, obtivemos um quadro inicial sobre as atividades ocorridas neste sítio. Além do enterramento de mortos, o sítio parece ter sido visitado para a performance de oferendas, com a deposição de abundante material cerâmico. Em alguns momentos, a manipulação do conteúdo de urnas funerárias também ocorreu, sugerindo uma relação com os mortos ativa e dinâmica.

Pequenos cortes estratigráficos realizados em outras estruturas megalíticas na área indicam que essa prática de manipulação de conteúdos depositados nestes sítios era comum, resultando em verdadeiros palimpsestos de performances rituais. Na mesma linha, recentes pesquisas realizadas na margem esquerda do Rio Oiapoque, por uma equipe de arqueólogos do Institut National de Recherches Archeologiques Preventives (INRAP), sob coordenação de Mickael Mestre, indicaram esta mesma manipulação em poços funerários, porém em um sítio não-megalítico.

Assim, ainda que pesquisas sistemáticas em sítios megalíticos e em outros sítios associados nesta ampla região costeira do Amapá sejam poucas, elas apontam para ricos contextos de celebração. Nossa impressão neste momento, em função da alta recorrência de sítios não-domésticos, é de construção de uma paisagem repleta de lugares especiais, lugares de oferendas. É nesta paisagem que o sítio Rego Grande insere-se, e é sobre este contexto que gostaríamos de ver sua valorização ocorrer. Não como um sítio isolado, mas como um elo de um conjunto muito mais amplo.

POTENCIAIS E OBSTÁCULOS PARA A SOCIALIZAÇÃO DO SÍTIO REGO GRANDE

Apresentada esta contextualização geral sobre o sítio megalítico Rego Grande, nos voltamos agora a uma breve discussão sobre aspectos que consideramos fundamentais no desenvolvimento de um projeto de abertura deste sítio arqueológico ao público. Nossa

experiência de pesquisa neste sítio em particular e na região onde sítios megalíticos estão inseridos no Estado do Amapá nos fez muitas vezes discutirmos as possibilidades de exploração turística da área, em especial pelo interesse sempre declarado do GEA em potencializar um desenvolvimento econômico na região através do turismo.

O sítio Rego Grande, sem dúvida, tem um amplo potencial de atração turística. A beleza cênica da estrutura, formada por blocos expressivos, poderia isoladamente angariar curiosos. Quando aliamos a este aspecto a riqueza das deposições arqueológicas associadas com este sítio, formada por vasilhas cerâmicas elaboradas e bastante decoradas, depositadas sobre o sítio em caráter votivo, como oferendas, algumas servindo como urnas funerárias, estamos em frente a um contexto arqueológico rico e instigante. Valorizando ainda mais este conjunto, há as questões relativas à utilização da estrutura de megalitos como marcador de um fenômeno astronômico, o solstício de dezembro, oferecendo um vislumbre único sobre a importância de um período específico do ciclo anual para as pessoas que construíram e manipularam este sítio. O sítio, portanto, por si só, congrega muitos tipos de informações, apontando para linhas de investigação diversas.

Porém, ainda que o Rego Grande tenha todo esse potencial para atrair atenção, consideramos – como exposto acima – que parte de sua riqueza está no contexto maior, no que temos chamado de paisagens megalíticas na costa norte do Amapá⁷. Até o momento, principalmente na divulgação na grande mídia, este sítio foi apresentado de maneira isolada. Porém, essa ampla região da costa atlântica foi marcada por estruturas megalíticas e variadas deposições arqueológicas, formando uma paisagem complexa e ainda pouco conhecida.

Considerando que a abertura de sítios arqueológicos à visitação pública não é feita simplesmente para incremento de turismo, manter este sítio isolado do rico contexto do entorno é uma forma de negar seu potencial de sensibilização à preservação e proteção do conjunto de patrimônio arqueológico da região. Entendemos que a valorização deste sítio é potencializada com sua associação a outros sítios no entorno. Ainda que ele seja uma estrutura realmente singular, o conhecimento da variedade de estruturas megalíticas e da variedade de outros sítios contribui para uma percepção do patrimônio como um conjunto, e não como elementos isolados. Nossa ênfase no conceito de paisagem, neste sentido, reforça esta posição.

No que tange os obstáculos à socialização do sítio AP-CA-18, precisamos manter em mente questões relativas à própria natureza do sítio, assim como às condições estruturais do Município de Calçoene e do próprio Estado do Amapá.

Um destes obstáculos diz respeito ao material arqueológico que o sítio contém: os blocos rochosos e fragmentos cerâmicos. Pequenos blocos rochosos soltos podem ser movimentados facilmente, facilitando a depredação por visitantes mal informados. Fragmentos cerâmicos também costumam surgir na superfície do sítio, em especial no entorno dos blocos, durante o período seco. Isto pode proporcionar uma situação de coleta por parte dos visitantes ou também a fragmentação devido ao pisoteio.

Um outro tipo de obstáculos refere-se à infra-estrutura local. As instalações hoteleiras e mesmo os restaurantes são bastante precários, dificultando a permanência dos visitantes. Portanto, considerando em especial a distância da capital e mesmo de outras sedes municipais (como Amapá, com condições um pouco melhores), há que se investir em melhorias nestes setores.

Nesta mesma linha de carências estruturais, insere-se o acesso ao sítio, que é feito através de um ramal de chão batido, que liga a sede municipal à localidade do Cunani. De Calçoene até a área da fazenda onde está localizado o Rego Grande é percorrida uma distância de 16 km. Durante o período seco a estrada é boa, porém na estação das chuvas o caminho pode ficar muito ruim, às vezes até interrompido. Considerando que o sítio está próximo ao ramal (pode até ser observado da estrada), a dificuldade reside unicamente nas condições das estradas.

Outras carências, em especial considerando-se a possibilidade de construir um centro de acolhimento de visitantes na fazenda, referem-se à ausência de redes de energia elétrica, de água tratada e de esgotos. Existe um planejamento de instalação de uma rede de abastecimento de energia pela CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá) até o Cunani, dentro do Projeto Luz para Todos, porém ainda sem prazos divulgados. O uso de energia solar, associada a um projeto arquitetônico que maximizasse a iluminação e a ventilação naturais, poderia ser uma alternativa interessante.

Para além de questões materiais, uma dimensão que não podemos deixar de considerar no processo de planejamento para a abertura deste sítio arqueológico ao público é a população de Calçoene. Nos anos de 2006 e 2007, quando nossas etapas de campo no Município de Calçoene foram mais intensas, percebemos muito claramente a carência da população local por informações relativas à história do Município. Nosso foco, nas ações educativas desenvolvidas pelo projeto, foi a história indígena e o patrimônio arqueológico, que apesar de amplamente reconhecido é – na mesma proporção – vagamente compreendido, refletindo uma realidade comum também em outras regiões do país.

Com a visibilidade alcançada pelo sítio Rego Grande, a curiosidade sobre esta história mais recuada despertou muitos interesses. Em atividades nas escolas e também em visitas (programadas ou não) ao sítio arqueológico, chamou nossa atenção a recorrência da surpresa das pessoas sobre o valor histórico e cultural de um elemento do município até então praticamente desconhecido. A visibilidade alcançada, no nosso entendimento, promoveu um sentido de orgulho na população.

O desafio no prosseguimento das pesquisas e – da mesma forma – no projeto e na implantação da visitação ao sítio será alimentar este sentido de orgulho e promover um sentimento de corresponsabilidade da população na proteção deste sítio e de tantos outros que marcam as paisagens da região. Sem a participação e o envolvimento da população local, dificilmente será possível promover uma valorização do patrimônio arqueológico que cumpra com o objetivo de oferecer melhores condições de vida para os herdeiros do patrimônio protegido, quer no presente, quer no futuro.

NOTAS

- ¹ CABRAL, M.P., SALDANHA, J.D.M. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. Revista da SAB 21: 9-26. 2008.
- ² O “Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene e seu Entorno” foi autorizado pelo Portaria IPHAN nº27, de 08/02/2006, com duração de 24 meses, e teve sua renovação através da Portaria IPHAN nº 8, de 07/03/2008 (Proc. nº. 01492.000002/2006-71), com a mesma duração.

- ³ i.e. GREEN, L.F., GREEN, D.R. Kayeb: a constelação anaconda bicéfala dos Palikur. Cape Town, 2006. 1-8p.
- ⁴ i.e. HECKENBERGER, M. *The Ecology of Power: Culture, Places and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000*. Londres: Routledg, 2004; CAMPOS, M.D.O. A cosmologia dos Caiapó. *Scientific American Brasil*(Edição Especial nº14): 62-71. 2006.
- ⁵ Uma visão mais detalhada do projeto e dos primeiros resultados alcançados pode ser encontrada em CABRAL, M.P., SALDANHA, J.D.M. 2008, Op. Cit.
- ⁶ MOURA, H.P. et al. Medidas de Resistividade Elétrica no Sítio Arqueológico AP-CA-18: Rego Grande 1, Calçoene-AP. Eleventh International Congress of the Brazilian Geophysical Society, Salvador, Sociedade Brasileira de Geofísica. 2009.
- ⁷ CABRAL, M.P., SALDANHA, J.D.M. 2008, Op. Cit.

BIBLIOGRAFIA

CABRAL, M.P., SALDANHA, J.D.M. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. *Revista da SAB*. 21: 9-26. 2008.

CAMPOS, M.D.O. A cosmologia dos Caiapó. *Scientific American Brasil* (Edição Especial nº14): 62-71. 2006.

GREEN, L.F., GREEN, D.R. *Kayeb: a constelação anaconda bicéfala dos Palikur*. Cape Town, 2006. 1-8p.

HECKENBERGER, M. *The Ecology of Power: Culture, Places and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000*. Londres: Routledge, 2004.

MOURA, H.P. et al. *Medidas de Resistividade Elétrica no Sítio Arqueológico AP-CA-18: Rego Grande 1, Calçoene-AP*. Eleventh International Congress of the Brazilian Geophysical Society, Salvador, Sociedade Brasileira de Geofísica, 2009.



Arqueologia, Turismo e Comunidades Locais: reflexões de uma *Turista [arqueóloga] Aprendiz*

Marcia Bezerra

No presente texto, proponho a reflexão sobre o turismo arqueológico e seus desdobramentos para a Arqueologia, a partir de minhas observações como *turista-arqueóloga aprendiz* em visita a sítios arqueológicos musealizados no exterior, cujos exemplos de gestão servem para pensar os usos turísticos do patrimônio arqueológico no Brasil¹.

A visitação formal de sítios arqueológicos constitui uma das principais fontes econômicas de países como Belize, Grécia, Honduras, México e Peru. O Brasil participa de forma tímida do segmento do turismo arqueológico. Dentre os inúmeros fatores que contribuem para isso, pode-se destacar: a pouca valorização do patrimônio arqueológico, o desconhecimento de sua potencialidade como destino turístico e o pouco prestígio do tema para a comunidade acadêmica no país.

O parco reconhecimento público do patrimônio arqueológico limita o potencial dos sítios arqueológicos como lugares atrativos para o turista. O setor turístico não tem investido muito nesse segmento que, raramente, é oferecido como opção de lazer e de entretenimento. Há exceções como o Parque Nacional da Serra da Capivara/PI, Serranópolis/GO e as Missões



Figura 1. Lagoa Santa/MG. Foto: Marcia Bezerra.

Jesuíticas/RS, entre outros. Além desses roteiros, há casos de sítios arqueológicos visitados de forma espontânea, como Monte Alegre, no Pará, entre tantos outros². Essa modalidade de visitação acarreta danos físicos aos sítios e implica a apropriação inadequada do patrimônio arqueológico³.

Soma-se a isso o fato de que a comunidade arqueológica é, em geral, reticente com relação à *exploração* turística dos sítios arqueológicos. Há uma velada compreensão por parte dos pesquisadores de que o turismo, na verdade, *explora*, no sentido de *subtrair*, de *exaurir* o patrimônio. Esse pensamento é derivado de três fatores: a sacralização do conhecimento acadêmico, a falta de debates sobre as conexões entre economia e cultura⁴ e certa indiferença com relação à divulgação da Arqueologia para o grande público.

A apreciação equivocada do campo da gestão torna esse panorama ainda mais complicado. Os projetos de gestão não têm atraído muitos profissionais, que deixam de dar suas valiosas contribuições a ações que terão impacto direto no desenvolvimento da disciplina. Smith⁵ declara que na Austrália e nos Estados Unidos o profissional que trabalha nesses projetos é visto como aquele que "(...) cannot get a 'real' archaeological job". No Brasil a situação não é muito diferente. A gestão do patrimônio arqueológico é considerada uma atividade-apêndice do 'fazer arqueológico', associada aos 'arqueólogos sem artefatos'⁶ e, como tal, desconectada de qualquer perspectiva teórica. Suas especificidades cristalizam dois domínios distintos, mas seu imbricamento se dá por questões de ordem teórica, política e ética. A dicotomia entre a esfera acadêmica e a esfera da gestão, além de ser contestável, é nociva a ambas e ao que as une – o patrimônio arqueológico.

A reverberação dessas ideias tem impacto direto sobre o campo do turismo arqueológico, que não tem sido entendido dentro de sua complexidade e de sua relevância para a Arqueologia no Brasil. Para discutir essas questões apresento casos situados em três países com experiências de longa duração com o turismo arqueológico: NewGrange, na Irlanda; Altun Ha, em Belize; e La Quebrada, na Argentina. Os exemplos selecionados mostram as muitas faces do turismo arqueológico.

O TURISTA [ARQUEÓLOGO] APRENDIZ

Ao batizar um de seus diários de "O Turista Aprendiz: viagens pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega", Mário de Andrade fez uma bem humorada referência aos singulares títulos que marcaram os relatos de cronistas e viajantes dos séculos passados⁷. Tais relatos criados, sobretudo, pelo sentido do olhar, distinguem-se dos diários de Andrade que, de forma peculiar, não apenas observou os diversos "brasis" com sua caravana, mas sentiu-os e experimentou-os de tal forma que, muitas vezes, sua narrativa assume um caráter de absoluto prazer⁸. Esse intenso processo de fruição fazia de seus textos mais do que "viagens filosóficas". Nas suas palavras, eles revelavam suas "viagens etnográficas".

As "viagens etnográficas" de Mário de Andrade inspiraram as reflexões deste trabalho, especialmente, naquilo que elas se aproximam de uma percepção do "outro-passado", representado nos sítios arqueológicos musealizados, e do "outro-presente", representado pelas comunidades locais. As observações aqui expostas, assim como em Andrade, não são fruto de

pesquisa sistemática, mas sim de um olhar atento, não-leigo, e dirigido aos aspectos que constituem a rede de relações em torno do campo do turismo arqueológico: os gestores, os arqueólogos, os turistas e as comunidades locais. São impressões “boas para pensar”⁹ o fenômeno do turismo e sua relação com a construção do(s) passado(s).

A experiência de ser uma “turista-arqueóloga aprendiz” em sítios no Brasil e no exterior leva à reflexão sobre a importância de se tratar o turismo arqueológico não como um espaço físico transformado para o lazer, mas um *lugar* - no sentido dado por Le Goff¹⁰ - que conecta presente e passado. O turismo arqueológico não é uma atividade neutra. Sua implantação tem impactos na percepção que o público tem do passado, do patrimônio, da Arqueologia. Como produto cultural, o turismo arqueológico pode mascarar desigualdades sociais, desvantagens econômicas, assimetrias políticas e processos de marginalização cultural. Como veículo de divulgação da Arqueologia pode distorcer a imagem da disciplina, empobrecer o valor do patrimônio arqueológico e ameaçar a sua preservação, como veremos nos exemplos a seguir.

NEWGRANGE, ALTUN HA E LA QUEBRADA: PACOTES PARA O PASSADO

Caso 1: Newgrange – Irlanda

O sítio Newgrange, localizado em Boyne Valley, ao norte Irlanda, faz parte de um circuito turístico muito procurado na Europa¹¹ e que atrai, particularmente na época do solstício de inverno, milhares de turistas (Figura 2). Os visitantes são premiados com *tours* especiais por meio de sorteios divulgados, de forma ampla, pela direção do empreendimento turístico como estratégia para aumentar o fluxo de pessoas no sítio.

O sítio datado em cerca de 5000 a.p.¹² foi pesquisado entre 1962 e 1975 por Michael O’Kelly, responsável por um polêmico projeto de restauração¹³ baseado na sua interpretação sobre o período de uso do sítio. As conclusões de O’Kelly, assim como a reconstituição do sítio, têm sido contestadas pelo arqueólogo dinamarquês Palle Eriksen¹⁴, que aponta várias incongruências no trabalho de O’Kelly, especialmente com relação à estratigrafia e à forma resultante da restauração.

De fato, o turista mais atento, ou não-leigo, se depara com uma musealização que aposta mais na estética e no imaginário popular, do que nas interpretações arqueológicas. O próprio Eriksen diz, em artigo recente: “It looks very modern and we left with more than the faintest suspicion that there is something seriously wrong with Newgrange”¹⁵. Gastal¹⁶, ao tratar do papel da imagem na contemporaneidade, afirma que “(...) aprofunda-se a visualidade, num círculo vicioso para o qual contribuem também a dissociação entre a experiência sensorial e o desfrute estético”. A autora cita Jameson¹⁷, quando este salienta que ao suprimir o aspecto social das histórias a se contar, as imagens, ou os produtos culturais, “(...) [fingem] que são sobre alguma coisa”.

No caso de Newgrange, esse pensamento é procedente. A sua artificialidade, somada à ênfase dada ao fenômeno do solstício como espetáculo, deixa em segundo plano a complexidade do sítio, a sua relação com os demais sítios dessa natureza e os resultados das pesquisas arqueológicas que têm implicado a elaboração de interpretações importantes para a compreensão da transformação das paisagens pré-históricas na Europa¹⁸.



Figura 2. Newgrange/Irlanda. Foto: Marcia Bezerra.

As novas interpretações apresentadas por Eriksen¹⁹, que apontam o *mound* como resultado de múltiplos períodos de uso, não fazem parte do discurso dos guias, que, de forma teatral, proporcionam aos visitantes um “minuto no passado”, ao apagar as luzes da tumba a fim de que todos “sintam” a atmosfera “original”, quando o solstício, ali recriado artificialmente, era vislumbrado.

O bem equipado Centro de Visitantes, que abriga exposição, loja de souvenirs, restaurantes e banheiros, realça o “espetáculo da construção”, o fenômeno do solstício e as etapas de restauração do sítio, num enredo que mistura mistério, aventura e “ciência”. A grande oferta de *souvenirs* amalgamada à atmosfera *fantástica* da visita reforça a prática do consumismo e tem, provavelmente, pouco impacto no entendimento dos complexos processos socioculturais evidenciados em Newgrange. Isso vai ao encontro da discussão proposta por Gazin-Schwartz²⁰, ao examinar as lojas de museus de Stonehenge e Avebury como sítios arqueológicos contemporâneos. Sua pesquisa indica que “Shopping is the point of buying souvenirs, not remembering or constructing an idea of history”!

Caso 2: Altun Ha – Belize

Em Belize, pequeno país situado na costa caribenha, há uma intensa exploração turística dos sítios associados à cultura Maia. Não obstante a infraestrutura de visitação disponível em vários sítios, percebem-se problemas relativos à sua gestão.

Um exemplo disso é o sítio de Altun Ha, situado no distrito de Orange Walk, norte de Belize (Figura 3). O centro foi ocupado desde 1000 a.C., mas as estruturas visíveis remontam o período Clássico, cerca de 200 a.C.²¹. O sítio, que tem como atrativo principal o conjunto de estruturas cercadas por duas *plazas*, foi pesquisado entre 1964 e 1970, por David M. Pendergast, do Royal Museum em Ontario. Os turistas que visitam o local diariamente têm à sua disposição toda a aparelhagem turística adequada – lanchonete, restaurante, banheiro, área de lazer, lojas de artesanato, estacionamento – e guias que os conduzem por todo o perímetro do sítio. Essa infraestrutura, contudo, não parece garantir a sua preservação.

Um fato curioso ocorreu durante uma visita ao sítio em 2007. Pouco depois do início do *tour*, fui surpreendida por uma pequena cabana, em péssimo estado de conservação, e dentro da qual era possível ver sacos plásticos repletos de material arqueológico, especialmente lítico. Muitos deles ainda conservavam as etiquetas, outros estavam rasgados, amontoados em prateleiras quebradas, deixando o material à mostra e ainda vários artefatos caídos, de forma desordenada, pelo chão. Ao impacto causado por essa imagem degradante da/para a Arqueologia somou-se a resposta do guia ao questionamento sobre o estado daquele material: “Os arqueólogos deixaram aí, pode pegar”! Cabe mencionar que, uma vez que o humor ocupa hoje lugar central no discurso dos guias de turismo, não posso afirmar, categoricamente, que a resposta dada significava a permissão para coleta ilegal, podendo ser apenas uma “brincadeira”. Muito embora eu tenda a acreditar na primeira versão, considero que, em ambos os casos, a resposta seja inapropriada²². Independentemente da versão aceita, o episódio mostra a necessidade de nos envolvermos na apresentação/representação da Arqueologia aonde quer que a sua imagem possa ser construída de maneira pouco fidedigna.



Figura 3. Altun Ha/Belize. Foto: Marcia Bezerra.

Em Altun Ha, o envolvimento das comunidades locais, bastante empobrecidas, parece se restringir ao comércio. Nas lojas de artesanato pode se comprar produtos que, pretensamente, se relacionam ao sítio. As peças são mal confeccionadas e mal aproveitadas, o que, do ponto de vista da sustentabilidade, deve ser pouco eficaz. A apatia e a pobreza, somadas à confecção ordinária dos produtos, constituem uma *paisagem de exploração* e que representa um dos mais graves problemas do turismo em geral.

Barreto²³ chama a atenção para o fato de que o fenômeno do turismo contemporâneo, iniciado nos anos 1950, é protagonizado pelas camadas médias da população, sobretudo a norteamericana e a europeia. A procura por lugares exóticos e distantes transformou muitos países do então chamado “terceiro mundo” em destino preferido desses viajantes. A verticalidade dessas relações entre o sujeito-visitante e o sujeito-receptor faz do turismo uma atividade que “não acontece entre iguais”²⁴.

Caso 3: La Quebrada - Argentina

O sítio Pueblo Perdido de La Quebrada está localizado nos arredores da cidade de San Fernando del Valle de Catamarca, no noroeste argentino (Figura 4), é associado à cultura Aguada e está preparado para receber visitantes. Em torno do sítio, que fica em uma pequena elevação na beira da estrada, há uma área de camping com banheiros e local para refeições. Dentre os três exemplos aqui citados, La Quebrada é o que possui a apresentação mais despojada do ponto de vista da sinalização e da infraestrutura. Contudo, ao contrário dos demais, integra um projeto de pesquisa e de gestão turística da Escola de Arqueologia da Universidad Nacional de Catamarca²⁵.

Um dos problemas enfrentados pelo turismo arqueológico na América Latina é a gestão dos sítios, sobretudo aqueles em que não há mais pesquisas em curso ou os que são objeto de estudo de arqueólogos que não residem no país. Esse é o caso de vários dos exemplos apresentados no livro organizado por Silverman²⁶. Em um dos artigos, a arqueóloga norteamericana, Karen Stothert²⁷, expõe suas limitações na gestão futura do Museum of the Lovers of Sumpa, localizado na costa do Equador, uma vez que sua permanência no local dura apenas os poucos meses relativos ao seu trabalho de campo. No caso de La Quebrada, o envolvimento de uma universidade local pode ter um resultado positivo em longo prazo. O acompanhamento de visitantes, o monitoramento do estado de preservação do sítio e o funcionamento da infraestrutura de visitação podem ser administrados amiúde.

La Quebrada representa uma situação benéfica para a Arqueologia e para o Turismo. É problemático o caso de sítios que passam a ser objeto do turismo, mas deixam de sê-lo para a Arqueologia. Os turistas partilham, de maneira um pouco distinta, esse pensamento. Mortensen²⁸ relata que a “arqueologia em ação” é o que sustenta a indústria do turismo em Copán, Honduras. É como se o sítio sem a escavação estivesse “morto”. A autora afirma que, em Honduras, a ausência de pesquisas de campo nos sítios musealizados faz com que o público pense que não vale a pena visitar o sítio uma segunda vez²⁹.

Segundo ela, a oscilação no nível de atividades arqueológicas no local afeta vários setores turísticos. A crítica que se faz a esse desejo de ver a “arqueologia em ação” é quanto à



Figura 4. La Quebrada – Argentina. Foto: Marcia Bezerra.

representação da disciplina como técnica e a consequente e demasiada ênfase dada ao processo, mais do que às interpretações³⁰. Contudo, o fato de um sítio musealizado ainda ser objeto da Arqueologia pode contribuir para a sua a gestão e promover uma vantagem reflexiva para a ciência e o turismo.

Essas questões conduzem a outros aspectos fundamentais para se avaliar a dimensão e o impacto do turismo sobre a Arqueologia: a espetacularização do passado pelo turismo arqueológico, o envolvimento dos arqueólogos na gestão turística do patrimônio arqueológico e o lugar das comunidades locais na esfera do turismo arqueológico.

A ESPETACULARIZAÇÃO DO PASSADO PELO TURISMO ARQUEOLÓGICO

“(...) eles devem ser *belos* ao gosto contemporâneo”³¹.

Susana Gastal, ao tratar dos produtos culturais, categoria na qual o turismo se insere, ressalta a harmonização estética como aspecto obrigatório na transformação da “cultura” em objeto de consumo. Esse gosto que deve se adequar ao cliente/consumidor/turista está diretamente ligado ao imaginário popular sobre o objeto do turismo, no caso, o passado arqueológico. Já discuti sobre as representações sociais da Arqueologia em trabalhos anteriores³² e insisto que seu mapeamento e entendimento são fundamentais para a compreensão da atitude do público em relação ao patrimônio arqueológico, mas também para a elaboração de projetos que visem à gestão dos bens arqueológicos.

De acordo com Jeudy³³, a espetacularização do passado se dá pela apresentação de 'reconstituições vivas' e é um sintoma da obsessão europeia pelo sentimento de perda. Para Canclíni³⁴, a teatralização do patrimônio "(...) é um esforço para simular que há uma origem (...)", e continua: "O mundo é um palco, mas o que deve ser representado já está prescrito"³⁵.

A musealização de sítios arqueológicos, como o Newgrange, parece estar em acordo com essas ideias. A sua polêmica reconstituição faz do sítio, e de seu entorno, uma "paisagem protocolar"³⁶. Um cenário usufruído com base nas coisas³⁷ e não nas relações entre as pessoas e as coisas ³⁸ e onde "A fascinação frente à beleza anula o assombro frente ao diferente"³⁹.

Trazendo à discussão as reflexões propostas por Gonçalves⁴⁰ a respeito da experiência do olhar, destaco a sua preponderância no processo de fruição com o passado encenado nesses sítios. De acordo com Gonçalves, o olhar do espectador, longe de ser natural, é construído por "(...) regras variáveis cultural e historicamente"⁴¹. A impecável aparência do túmulo reconstituído vai ao encontro dos cânones que conduzem e conformam o olhar do turista, aí pensado como um turista ideal. Por esse processo, o passado torna-se "palatável" porque o que se vê está adequado às regras do olhar de quem vê. Não há estranhamento, mas um conforto obtuso. Em Newgrange, o importante é o olhar. Durante a visita, o sentido do olhar também é invocado, não pelo que pode ser visto, mas pelo que não se pode ver. As luzes são apagadas e o grupo de turistas passa poucos segundos em silêncio e na escuridão para "sentir" – pelo não-olhar – a espera do solstício encenado. Essa parte do *tour* é performática, não somente pelo "sentir" a escuridão, mas pelo fato de que há regras corporais que devem ser seguidas, como andar curvado em função do teto acidentado e falar baixo em razão da natureza sagrada do sítio (isso não é explicitado na visita, mas deduzido).

A *performance* encenada pelos turistas e pelo guia serve para instigar ainda mais a curiosidade de quem aguarda ansioso para entrar no sítio. O lugar, que é claustrofóbico para alguns, invariavelmente provoca expressões de espanto, medo e aflição, que são percebidas pelo olhar dos demais visitantes.

Não obstante todos os debates sobre o deslocamento da visualidade para outros sentidos⁴², a divulgação da Arqueologia, talvez pela sua condição de "ciência da cultura material" se pauta pelo predomínio do objeto contemplado sobre o objeto tocado, por exemplo; do que se pode ver sobre o que se pode experimentar. A possibilidade de tocar os objetos, de experienciar o passado-presente de outras formas, contribui para a desfeticização da cultura material, do passado, da Arqueologia, o que tem efeitos benéficos na apropriação e na preservação do patrimônio.

O ENVOLVIMENTO DOS ARQUEÓLOGOS NA GESTÃO TURÍSTICA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O turismo ocupa um lugar menor na agenda de pesquisa das Ciências Sociais⁴³. Todavia, o volume de trabalhos sobre o tema, assim como a sua contribuição para a área da antropologia nos últimos anos, é considerado significativo pelos estudiosos⁴⁴. Se a Antropologia já se abriu para as profícuas discussões que envolvem o fenômeno do turismo, a Arqueologia ainda se mantém afastada desses debates. Assim como na Antropologia, o tema carece de prestígio

acadêmico, ficando circunscrito ao “estéril” campo da gestão do patrimônio. Há poucos arqueólogos interessados na questão⁴⁵, mas destaco o empenho de Pereira⁴⁶ na organização de eventos dedicados especialmente ao turismo arqueológico e na condução de projetos de gestão turística aplicada ao patrimônio arqueológico⁴⁷.

Como já dito anteriormente, uma das razões para a pouca atenção dada ao tema é a separação entre academia e gestão, mas vale retomar a questão. As perspectivas conservadoras sobre a disciplina da Arqueologia e o campo da gestão tornam essas duas faces do fazer arqueológico apartadas. Smith⁴⁸ sublinha essa indesejável dicotomia ao tratar do papel do CRM (Cultural Resource Management) em países como Estados Unidos e Austrália. Assim como ocorre no Brasil, a autora aponta a desvalorização da gestão do patrimônio na divisão social do trabalho e, sobretudo, o equivocado, e nocivo, entendimento do gerenciamento dos bens culturais como um domínio puramente técnico. Smith tem sido uma das mais contundentes vozes a reclamar o status epistemológico da gestão do patrimônio arqueológico e a ressaltar o seu uso como “tecnologia de governo”, influenciando, legitimando e autorizando práticas imbuídas de questões ideológicas, políticas e culturais.

O campo do turismo arqueológico se insere nessa discussão e vem, aos poucos, ganhando espaço em publicações, projetos e eventos⁴⁹. As reflexões sobre o uso do passado como “commodity”⁵⁰, a (re)construção do passado e sua relação com o público⁵¹ e o desenvolvimento de projetos comunitários⁵² mostram que a gestão do patrimônio arqueológico não está além da esfera da academia, mas é parte integrante do “fazer arqueológico”⁵³.

Com relação à gestão turística de sítios, Oosterbeck⁵⁴ vai além e afirma que turistas e arqueólogos têm em comum a procura por memória e a sua conservação. Para ele, a Arqueologia deve “(...) incorporar os turistas na construção do discurso arqueológico”⁵⁵. Mais do que isso, compreendo que nós, arqueólogos, devemos nos preocupar com essa “poética da arqueologia”⁵⁶ impressa nas reconstruções/encenações do passado em sítios, parques e museus, entre outros.

É preciso “desatanizar” o turismo. Há que se levar em conta toda sorte de aspectos negativos que acompanham a implantação de projetos de musealização de sítios, mas é necessário reconhecer os impactos positivos. O entendimento do turismo como um “fato social total”⁵⁷ permite a análise do fenômeno do turismo não por um viés – econômico ou sociocultural –, mas pela sua complexidade.

Essa complexidade é evidenciada nos 15 artigos que compõem o livro “Archaeological Sites in Latin America”⁵⁸, no qual os autores relatam e discutem os desafios e os caminhos para uma gestão compartilhada do conhecimento produzido pela Arqueologia em comunidades⁵⁹ de pequena e larga escala em Honduras, México, Equador, Bolívia e Peru. O turismo de base comunitária e sustentável é um dos elementos-chave dos estudos de caso apresentados e nos dão a medida da urgência e da importância do envolvimento dos arqueólogos nesses projetos na América Latina. O livro aborda realidades muito próximas da do Brasil, tanto do ponto de vista do status socioeconômico das populações locais, como da preservação do patrimônio arqueológico.

Um dos elementos consonantes dentre os exemplos selecionados é a longa duração dos projetos de pesquisa, alguns dos quais atravessaram décadas⁶⁰. Assim como em La Quebrada, na Argentina, em que há grande envolvimento da universidade e do arqueólogo que é responsável

pelo seu estudo há décadas, as parcerias entre instituições de pesquisa, comunidades e poder público local apresentadas no livro tendem a ser bem sucedidas.

Esses contextos conferem aos projetos de musealização um caráter distintivo, na medida em que o arqueólogo que dirige os projetos de Arqueologia conhece bem as comunidades locais e as relações de poder ali implicadas. Segundo Barretto⁶¹, só o conhecimento da “sociedade receptora” e da “sociedade emissora” pode minimizar os impactos negativos do turismo e consolidar os positivos. Se o turismo se impõe essa necessidade, como a Arqueologia pode prescindir de tal diálogo?

O envolvimento entre arqueólogos e comunidades locais não deve ficar reduzido ao planejamento da visita ao sítio, mas deve ser um desdobramento de relações estabelecidas durante todo o projeto de pesquisa, tal como revelam os autores do livro acima citado. Isso impõe aos pesquisadores duas tarefas: repensar a práxis arqueológica, considerando as interações com o “outro” no presente, e, no caso do Brasil (embora não seja prerrogativa nossa), repensar os rumos da Arqueologia no país, que, tomada na sua quase totalidade pelos projetos de desenvolvimento, deixou em segundo plano os projetos de pesquisa acadêmica. Esses últimos possibilitavam que arqueólogos e comunidades locais convivessem por anos a fio, ao contrário dos projetos por contrato, nos quais os pesquisadores se deslocam por dezenas de cidades, estados e regiões, com os quais terão um compromisso passageiro, burocrático, protocolar, tornando difícil o real envolvimento e engajamento com as comunidades locais.

O retorno aos projetos de pesquisa acadêmicos – como em La Quebrada – e a possibilidade de se pensar a Arqueologia como Antropologia Aplicada⁶², como uma forma intervenção no mundo e, por isso mesmo, propícia a aplicar o conhecimento produzido para a solução de problemas locais, são bons ingredientes para um uso turístico benéfico para todos os atores envolvidos. É preciso ter em mente que o turismo não é feito de *coisas*, mas de *pessoas* que atuam nessa arena de formas diferentes, muitas vezes conflituosas, mas interligadas.

O LUGAR DAS COMUNIDADES LOCAIS NA ESFERA DO TURISMO ARQUEOLÓGICO

É pertinente o entendimento do turismo como “fato social total” e, nesse sentido, as conexões que as comunidades locais estabelecem com o turismo são complexas. Mortensen⁶³, ao estudar a rede de relações em torno de Copán, em Honduras, percebeu que os moradores locais frequentemente se referiam à Arqueologia a partir de questões ligadas ao trabalho, aos salários, o que a levou a caracterizar a Arqueologia em Copán como uma “indústria”⁶⁴. O turismo arqueológico em Honduras é fortemente ancorado nas ideias fundantes do chamado “Mundo Maya”, um programa criado de forma impositiva por governos de países que possuem patrimônio arqueológico associado aos Maias. O impacto desse programa, assim como do turismo arqueológico de forma geral, sobre as comunidades locais dos países da América Central tem sido muito debatido⁶⁵.

O morador local muitas vezes enxerga na “indústria” [da Arqueologia] uma oportunidade de trabalho, e no turista uma fonte de dinheiro⁶⁶; e o turista, por sua vez, vê o morador local como “instrumento para seus fins”⁶⁷. Contudo, essa relação economicista não deve ser considerada

como o fio condutor das relações imbricadas no turismo arqueológico. Essa visão tem a ver com a perspectiva do turismo nos anos 1970, quando organismos internacionais promulgavam a ideia de que o turismo seria o redentor das economias do Terceiro Mundo⁶⁸. Pensar o turismo arqueológico apenas como instrumento a favor da economia, ainda que se trate de projetos de sustentabilidade, é desconsiderar as implicações que o patrimônio tem na dinâmica cultural do presente e desautorizar os direitos culturais das comunidades envolvidas.

Os movimentos conduzidos por comunidades locais revelam que os sítios arqueológicos, o conhecimento produzido pelas pesquisas e os museus (ou memoriais, casas de cultura, etc.) criados para a visita têm sido utilizados em vários contextos⁶⁹ como seus sinais diacríticos⁷⁰, o que reforça o nosso compromisso na interpretação/construção do passado com o “outro”.

Os projetos de turismo constituem excelentes oportunidades para refletirmos sobre as nossas relações com os “outros”. É um momento valioso para se exercer a multivocalidade, considerando que as visões do passado, apresentadas aos turistas, devem ser fruto de um processo no qual as narrativas locais e o discurso acadêmico se alimentem mutuamente⁷¹.

Os exemplos de Newgrange, Altun Ha e La Quebrada mostram que é preciso aprofundar as questões que cercam o campo do turismo arqueológico, especialmente as que tratam de nossas relações com as comunidades locais. Nosso papel nesse grande “espetáculo” não é o de quem diz para as comunidades locais o que deve ser feito, mas de quem, como afirma Pyburn, apresenta as “possíveis consequências de suas escolhas”⁷² com relação à exploração turística dos seus patrimônios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os membros das comunidades locais, assim como os turistas, os arqueólogos e os gestores são atores sociais que compõem e movimentam a dinâmica do turismo arqueológico. Sua participação deve se pautar pela equidade, pois são eles – os moradores locais – os principais atingidos pelas pesquisas arqueológicas e pelos projetos turísticos.

Essas intervenções que não operam apenas no passado, mas, sobretudo, no presente dessas comunidades, começam com a nossa chegada, com o nosso dinheiro, nossas roupas, nosso jeito de falar, nossos instrumentos⁷³. Intervimos fisicamente ao abrir sondagens, retirar terra e objetos. Intervimos simbolicamente no passado, na história, na memória dessas comunidades. O turismo também interfere na paisagem, nos salários, na economia e na organização social local⁷⁴.

É preciso ter em mente, como afirma Barretto⁷⁵, que “O grande paradoxo do turismo é que [ele] coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada”. A agenda política e ética da Arqueologia contemporânea, ao mesmo tempo em que realça essas e outras idiosincrasias do campo do turismo, salienta o papel da disciplina e dos arqueólogos e das comunidades locais na reversão desse quadro perverso que o turismo alienado pode gerar nos lugares em que ele é implantado.

Todo processo de implantação do turismo arqueológico deve ser marcado por uma agenda responsável, na qual o turismo seja um parceiro no compartilhamento do conhecimento

arqueológico, na promoção da preservação do patrimônio e no empoderamento das comunidades moradoras de seu entorno. Somente uma arqueologia e um turismo de base comunitária podem possibilitar esse descentramento do poder sobre o(s) patrimônio(s), o(s) passado(s), a(s) memória(s) e a(s) história(s) local(is).

NOTAS

- ¹ A figura 1 mostra um grupo de estudantes em visita a sítios arqueológicos de Lagoa Santa, Minas Gerais durante o curso "Introdução à Arqueologia", que era oferecido ao público pelo CBA – Centro Brasileiro de Arqueologia e pelo Museu do Índio do Rio de Janeiro, nos anos 1980.
- ² Ver NOGUEIRA, M. N. Turismo e Arqueologia na Amazônia: Planejamento e Visitação de Sítios Arqueológicos na Região da Serra dos Martírios/Andorinhas. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Pará, 2007.
- ³ PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. Arqueologia e Turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. Cadernos do LEPAARQ. v.II, n.3, p.21-36, 2005.
- ⁴ A esse respeito ver ROWAN e BARAM (eds.), 2004.
- ⁵ SMITH, L. Theorizing Heritage: legislators, interpreters, and facilitators. In: MORTENSEN, L.; HOLLOWELL, J. (eds.) *Ethnographies & Archaeologies*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 120-130. p.120
- ⁶ BEZERRA, M. Da Arqueologia Circular e dos Arqueólogos sem Artefatos. In: DOMÍNGUEZ, L.; FUNARI, P.P. A.; CARVALHO, A.V.; RODRIGUES, G.B. (orgs.) *Desafios da Arqueologia: depoimentos*. Erechim: Habilis, 2009b, 206-214. p.213
- ⁷ LOPEZ, T.P.A. Introdução. In: ANDRADE, M. *O Turista Aprendiz. Estabelecimento do texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. Obras de Mário de Andrade, v. 20.
- ⁸ LOPEZ, T.P.A. 2002, Op.Cit.
- ⁹ LÉVI-STRAUSS, C.. *Totemismo hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ¹⁰ LE GOFF, J. *Memória e História*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- ¹¹ Ver WALLIS, R.J.&BLAIN, J. - Sites, Sacredness, and Stories: Interactions of Archaeology and Contemporary Paganism. *Folklore*, vol. 114(3), pp. 307-321, 2003. CABRAL, M.P.&SALDANHA, J.D.de M. – Um sítio, múltiplas interpretações: o caso do chamado "Stonehenge do Amapá". *Revista de Arqueologia*, vol.22 (1), pp. 115-124, 2009.
- ¹² ERIKSEN, P. The Great Mound of Newgrange: an Irish multi-period mound spanning from the megalithic tomb period to the early bronze age. *Acta Archaeologica*, vol. 79, n.1, p. 250-273, 2008.
- ¹³ O'KELLY, M. *Newgrange: architecture, art and legend*. Thames and Hudson, 1982.
- ¹⁴ ERIKSEN, P. 2008, Op. Cit.
- ¹⁵ ERIKSEN, P. 2008. *Idem*, p.250
- ¹⁶ GASTAL, S. *Turismo, Imagens e Imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005. p.32
- ¹⁷ JAMESON, F. *Cultura do Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 141. apud GASTAL op.cit., p. 34.
- ¹⁸ Ver BRADLEY, R. *The Past in Prehistoric Societies*. London: Routledge, 2002.
- ¹⁹ ERIKSEN, P. 2008., Op. Cit.
- ²⁰ GAZIN-SCHWARTZ, A. Mementos of the Past: material culture of tourism at Stonehenge and Avebury. In: ROWAN, Y; BARAM, U. (eds.) *Marketing Heritage: archaeology and the consumption of the past*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004, p. 93-102. p.100
- ²¹ SHARER, R. J. *The Ancient Maya*. 5ªed. Stanford University Press, 1994. p.272.
- ²² A situação foi encaminhada por, K. Anne Pyburn, ao Instituto de Arqueologia de Belize, em Belmopan.
- ²³ BARRETTO, M. O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e a compreensão do Turismo. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 20, p. 7-11, 2003. p. 25.
- ²⁴ BARRETTO, M. 2003, *Idem*.

- ²⁵ Projeto desenvolvido por professores e estudantes da Universidad Nacional de Catamarca desde 1990. Disponível em <http://www.unca.edu.ar>. Acesso em 02 de abril de 2009.
- ²⁶ SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press Florida, 2006.
- ²⁷ STOTHERT, K. Community Involvement in the Development of the Museum of the Lovers of Sumpa in Coastal Ecuador. In: SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p.101-119.
- ²⁸ MORTENSEN, L. Producing Copán in the Archaeology Industry. In: MORTENSEN, L.; HOLLOWELL, J. (eds.) *Ethnographies & Archaeologies*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 178-198. p.190.
- ²⁹ Ver PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. 2005, Op. Cit.
- ³⁰ HOLTORF, C. *Archaeology is a Brand: the meaning of archaeology in contemporary popular culture*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.
- ³¹ GASTAL, S. Op.Cit., p. 29.
- ³² BEZERRA, M. Make believe rituals: reflections on the relationship between Archaeology and Education through the perspective of a group of children in Rio de Janeiro, Brazil. *Archaeologies*, v.1, n.2, p.60-70, 2005; BEZERRA, M. Archaeology as Allegory: the representations of archaeology in children's literature in Brazil. In: SIMANDIRAKI-GRIMSHAW, A.; STEFANO, E. (eds.) *From Archaeology to Archaeologies: the 'other' past*. BAR. (no prelo).
- ³³ JEUDY, H.P. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, p. 32.
- ³⁴ CANCLÍNI, N.G. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 162.
- ³⁵ CANCLÍNI, N.G. Idem.
- ³⁶ Tratei das "Paisagens protocolares" em artigo anterior (BEZERRA, M. 2009a) a partir da ideia de "objetos protocolares" desenvolvida em: MORIN, Violete. L 'Objet Biographique. *Communications. École Pratique des Hautes Études, Centre d'Études des Communications de Masse*, 13, p.131-139, 1969.
- ³⁷ Utilizo o conceito de "coisa" a partir de APPADURAI, 1986; BELL e GEISMAR, 2009 e MILLER, 1998, entre outros.
- ³⁸ BEZERRA, M. 2009a. Op. Cit. p.66.
- ³⁹ CANCLÍNI, N.G, 2003, Op. Cit. p.175.
- ⁴⁰ GONÇALVES, J. R. S. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007 (Museu, memória e cidadania). p.50.
- ⁴¹ GONÇALVES, J. R. S. Idem.
- ⁴² EDWARDS, E.; GOSDEN, C.; PHILLIPS, R.B. (eds.). *Sensible Objects: colonialism, museums and material culture*. New York: Berg, 2006.; GONÇALVES, J. R. S, 2007, Op.Cit; PYE, E. (ed.) *The Power of Touch: handling objects in museum and heritage contexts*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.
- ⁴³ BARRETTO, M. 2003, Op. Cit.
- ⁴⁴ STEIL, C. A. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J.A.; VIANA, A.L.B. (orgs.). *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 51-80.
- ⁴⁵ MORAIS, J. L. A Arqueologia e o Turismo. In: FUNARI, P.P. de A. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 95-103; PARDI, M. L. F. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. *Revista do Patrimônio*, n.33, p. 305-337, 2007; PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. 2005, Op. Cit., entre outros.
- ⁴⁶ PEREIRA e FIGUEIREDO, 2005, Op.Cit.
- ⁴⁷ Edithe Pereira organizou eventos sobre turismo arqueológico em Campo Grande/2003 (SAB), em Belém/2008, além de coordenar projetos de turismo no Pará (IPHAN) e compor linha de pesquisa sobre o tema em Grupo de Pesquisa do CNPq liderado por Silvio Figueiredo/UFPA.
- ⁴⁸ SMITH, L. 2009, Op. Cit.
- ⁴⁹ Ver FUNARI, P.P. de A. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2002.
- ⁵⁰ ROWAN, Y; BARAM, U. (eds.) *Marketing Heritage: archaeology and the consumption of the past*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
- ⁵¹ STONE, P.G.; PLANEL, P.G. (eds.) *The Constructed Past: experimental archaeology, education and the public*. London: Routledge, 1999.

- ⁵² SILVERMAN, H. 2006, Op. Cit.
- ⁵³ Discutido também em BEZERRA, M. 2009b, Op. Cit. 206-214.
- ⁵⁴ OOSTERBECK, L. Arqueologia e Identidades: a torre de marfim na encruzilhada. Cadernos do LEPAARQ. v.II, n.3, p.37-46, 2005. p.41
- ⁵⁵ OOSTERBECK, L., 2005, Op. Cit.
- ⁵⁶ HODDER, I. (ed.) *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- ⁵⁷ BARRETTO, M. 2003, Op. Cit.; STEIL, C. A. 2002, Op. Cit.
- ⁵⁸ SILVERMAN, H. 2006, Op. Cit.
- ⁵⁹ Autores de diversos campos do conhecimento (ver MESKELL, L. *Archaeological Ethnography: conversations around Kruger National Park*. *Archaeologies*, v.1, n.1, 81-100, 2005; STEIL, 2002, Op. Cit.; BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, entre outros) têm discutido o conceito de "comunidade". A discussão é pertinente ao tema aqui apresentado, mas deriva uma série de outras reflexões que fogem aos objetivos imediatos deste texto.
- ⁶⁰ ONUKI, Y. The Kuntur Wasi Museum in Northern Peru. In: SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p.64-71.
- ⁶¹ BARRETTO, M. 2003, Op. Cit. p. 23.
- ⁶² Ver PYBURN, K.A., WILK, R. *Responsible Archaeology is Applied Anthropology*. In: LYNNOTT, M.J.; WYLIE, A. (eds.) *Ethics in American Archaeology*. Washington D.C.: SAA, 2000, p. 78-83.; SHACKEL, P.A.; CHAMBERS, E.J. (eds.) *Places in Mind: archaeology as applied anthropology*. New York: Routledge, 2004.
- ⁶³ MORTENSEN, L. 2009, Op. Cit. p. 178-198.
- ⁶⁴ MORTENSEN, L. *Idem*, p. 185.
- ⁶⁵ ARDREN, T. Where are the Maya in Ancient Maya Archaeological Tourism? Advertising and the appropriation of Culture. In: ROWAN, Y; BARAM, U. (eds.) *Marketing Heritage: archaeology and the consumption of the past*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004, p.103-116.; JOYCE, R. *Archaeology and Nation Building: a view from Central America*. In: KANE, S. (ed.) *The Politics of Archaeology and Identity in a Global Context*. Boston: Archaeological Institute of America, 2003.; MORTENSEN, L. *Experiencing Copán: the authenticity of stone*. In: SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p. 47-63.; PYBURN, K.A. *Consuming the Maya*. *Dialectical Anthropology*, 23, p.111-129, 1998.
- ⁶⁶ BARRETTO, M. 2003. Op. Cit.
- ⁶⁷ BARRETTO, M. 2003. *Idem*, p. 26.
- ⁶⁸ BARRETTO, M. 2003. *Idem*, p. 16.
- ⁶⁹ SILVERMAN, H. (ed.) 2006, Op. Cit.
- ⁷⁰ Para discussão sobre as relações entre etnicidade e turismo, ver GRUNEWALD, R. de A. *Os Índios do Descobrimto: tradição e turismo*. Rio de Janeiro: Conta Capa, 2001.
- ⁷¹ MORTENSEN, L. 2009, Op. Cit. p. 178-198.
- ⁷² PYBURN, K.A. *Exhibiting Archaeology: Site Museums and Cultural Resource Management in Latin America*. In: SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p.256-289. p. 261.
- ⁷³ PYBURN, K.A.; WILK, R., 2000, Op. Cit. p. 78-83.
- ⁷⁴ BARRETTO, M. 2003. Op. Cit.
- ⁷⁵ BARRETTO, M. 2003. *Idem*, p. 26.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. *O Turista Aprendiz*. Estabelecimento do texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. Obras de Mário de Andrade, v. 20.

- APPADURAI, A. (ed.) *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press, 1986.
- ARDREN, T. Where are the Maya in Ancient Maya Archaeological Tourism? Advertising and the appropriation of Culture. In: ROWAN, Y; BARAM, U. (eds.) *Marketing Heritage: archaeology and the consumption of the past*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004, p.103-116.
- BARRETTO, M. O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e a compreensão do Turismo. *Horizontes Antropológicos*, ano 9, n. 20, p. 7-11, 2003.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BELL, J.A.; GEISMAR, H. Materialising Oceania: new ethnographies of things in Melanesia and Polynesia. *The Australian Journal of Anthropology*, n. 20, pp. 3-27, 2009
- BEZERRA, M. Archaeology as Allegory: the representations of archaeology in children's literature in Brazil. In: SIMANDIRAKI-GRIMSHAW, A.; STEFANO, E. (eds.) *From Archaeology to Archaeologies: the 'other'past*. BAR. (no prelo).
- BEZERRA, M. O Australopiteco Corcunda ou as Representações Sociais da Arqueologia para as Crianças. *Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: SAB, 2003. (cd-rom).
- BEZERRA, M. Make believe rituals: reflections on the relationship between Archaeology and Education through the perspective of a group of children in Rio de Janeiro, Brazil. *Archaeologies*, v.1, n.2, p.60-70, 2005.
- BEZERRA, M. (a) Por cima é balangandã, por baixo molambo só: os moradores, as paisagens e as ruínas em um projeto de Arqueologia no Centro Histórico de Salvador/Bahia. In: SILVEIRA, F.L. A.; CANCELA, C.D. (orgs.) *Paisagem e Cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Ed. UFPA, 2009.
- BEZERRA, M. (b) Da Arqueologia Circular e dos Arqueólogos sem Artefatos. In: DOMÍNGUEZ, L.; FUNARI, P.P. A.; CARVALHO, A.V.; RODRIGUES, G.B. (orgs.) *Desafios da Arqueologia: depoimentos*. Erechim: Habilis, 2009, 206-214.
- CABRAL, M.P.&SALDANHA, J.D.de M. Um sítio, múltiplas interpretações: o caso do chamado "Stonehenge do Amapá". *Revista de Arqueologia*, vol.22 (1), pp. 115-124, 2009.
- CANCLÍNI, N.G. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Totemismo hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- EDWARDS, E.; GOSDEN, C.; PHILLIPS, R.B. (eds.) *Sensible Objects: colonialism, museums and material culture*. New York: Berg, 2006.
- ERIKSEN, P. The Great Mound of Newgrange: an Irish multi-period mound spanning from the megalithic tomb period to the early bronze age. *Acta Archaeologica*, vol. 79, n.1, p. 250-273, 2008.
- FUNARI, P.P. de A. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2002.
- GASTAL, S. *Turismo, Imagens e Imaginários*. São Paulo: Aleph, 2005.
- GAZIN-SCHWARTZ, A. Mementos of the Past: material culture of tourism at Stonehenge and Avebury. In: ROWAN, Y; BARAM, U. (eds.) *Marketing Heritage: archaeology and the consumption of the past*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004, p. 93-102.
- GONÇALVES, J.R.S. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. In: Gonçalves, J.R.S. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007, p. 43-62 (Museu, memória e cidadania).
- HODDER, I. (ed.) *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- JEUDY, H.P. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JOYCE, R. Archaeology and Nation Building: a view from Central America. In: KANE, S. (ed.) *The Politics of Archaeology and Identity in a Global Context*. Boston: Archaeological Institute of America, 2003.
- LE GOFF, J. *Memória e História*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LOPEZ, T.P.A. Introdução. In: ANDRADE, M. *O Turista Aprendiz*. Estabelecimento do texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. Obras de Mário de Andrade, v. 20.

- MESKELL, L. Archaeological Ethnography: conversations around Kruger National Park. *Archaeologies*, v.1, n.1, 81-100, 2005.
- MILLER, D. (ed.) *Material Cultures: why some things matter*. University of Chicago Press, 1998.
- MORAIS, J.L. A Arqueologia e o Turismo. In: FUNARI, P.P. de A. *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 95-103.
- MORTENSEN, L. Experiencing Copán: the authenticity of stone. In: SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p.47-63.
- MORTENSEN, L. Producing Copán in the Archaeology Industry. In: MORTENSEN, L.; HOLLOWELL, J. (eds.) *Ethnographies & Archaeologies*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 178-198.
- NOGUEIRA, M. N., Turismo e Arqueologia na Amazônia: Planejamento e Visitação de Sítios Arqueológicos na Região da Serra dos Martírios/Andorinhas. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Pará, 2007.
- O'KELLY, M. *Newgrange: architecture, art and legend*. Thames and Hudson, 1982.
- ONUKI, Y. The Kuntur Wasi Museum in Northern Peru. In: Silverman, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p.64-71.
- OOSTERBECK, L. Arqueologia e Identidades: a torre de marfim na encruzilhada. *Cadernos do LEPAARQ*. v.II, n.3, p.37-46, 2005.
- PARDI, M.L.F. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. *Revista do Patrimônio*, n.33, p. 305-337, 2007.
- PEREIRA, E.; FIGUEIREDO, S. Arqueologia e Turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. *Cadernos do LEPAARQ*. v.II, n.3, p.21-36, 2005.
- PYBURN, K.A. Consuming the Maya. *Dialectical Anthropology*, 23, p.111-129, 1998.
- PYBURN, K.A. Exhibiting Archaeology: Site Museums and Cultural Resource Management in Latin America. In: SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p.256-289.
- PYBURN, K.A.; WILK, R. Responsible Archaeology is Applied Anthropology. In: LYNNOTT, M.J.; WYLIE, A. (eds.) *Ethics in American Archaeology*. Washington D.C.: SAA, 2000, p. 78-83.
- PYE, E. (ed.) *The Power of Touch: handling objects in museum and heritage contexts*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.
- ROWAN, Y; BARAM, U. (eds.) *Marketing Heritage: archaeology and the consumption of the past*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.
- SHACKEL, P.A.; CHAMBERS, E.J. (eds.) *Places in Mind: archaeology as applied anthropology*. New York: Routledge, 2004.
- SHARER, R. J. *The Ancient Maya*. 5ªed. Stanford University Press, 1994.
- SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press Florida, 2006.
- SMITH, L. Theorizing Heritage: legislators, interpreters, and facilitators. In: MORTENSEN, L.; HOLLOWELL, J. (eds.) *Ethnographies & Archaeologies*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 120-130.
- STEIL, C. A. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J.A.; VIANA, A.L.B. (orgs.) *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 51-80.
- STONE, P.G.; PLANEL, P.G. (eds.) *The Constructed Past: experimental archaeology, education and the public*. London: Routledge, 1999.
- STOTHERT, K. Community Involvement in the Development of the Museum of the Lovers of Sumpa in Coastal Ecuador. In: SILVERMAN, H. (ed.) *Archaeological Sites in Latin American*. Gainesville: University Press of Florida, 2006, p.101-119.
- WALLIS, R.J.&BLAIN, J. - Sites, Sacredness, and Stories: Interactions of Archaeology and Contemporary Paganism. *Folklore*, vol. 114(3), pp. 307-321, 2003.





Ana Lúcia G. Meira

Superintendente do IPHAN/RS
Brasil

Edithe Pereira

Museu Paraense Emilio Goeldi
Pesquisadora do CNPq
Brasil

Elizabete Buco

Fundação Museu do Homem Americano
Brasil

Dany Morales Valdés

Instituto Cubano de Antropología (ICAN),
Grupo Cubano de Investigaciones de Arte Rupestre (GCIAR)
Cuba

Dialvys Rodríguez Hernández

Instituto Cubano de Antropología (ICAN),
Grupo Cubano de Investigaciones de Arte Rupestre (GCIAR)
Cuba

João Darcy de Moura Saldanha

Gerência de Pesquisa Arqueológica
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
Brasil

Manuel Calado

Universidade de Lisboa
Portugal

Marcia Bezerra

Universidade Federal do Pará/PPGA
Pesquisadora do CNPq
Brasil

María Mercedes Podestá

Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano
Argentina

Mariana Petry Cabral

Gerência de Pesquisa Arqueológica
Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
Brasil

Racso Fernández Ortega

Instituto Cubano de Antropología (ICAN),
Grupo Cubano de Investigaciones de Arte Rupestre (GCIAR)
Cuba

Silvio Lima Figueiredo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA
Brasil

Vera Guapindaia

Museu Paraense Emílio Goeldi
Brasil

Victorio Cué Villate

Instituto Cubano de Antropología (ICAN),
Grupo Cubano de Investigaciones de Arte Rupestre (GCIAR)
Cuba

